



**UFMG**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**DJALMA EUDES DOS SANTOS**

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DE  
ALIMENTOS ORGÂNICOS NA REGIÃO  
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

**BELO HORIZONTE  
09 de Junho de 2014**

**DJALMA EUDES DOS SANTOS**

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS  
NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia Econômica

Orientador: Prof. Dr. Silvio Salej Higgins

Belo Horizonte

UFMG  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

— 09 de Junho de 2014 —

301 Santos, Djalma Eudes dos  
S237c A construção social do mercado de alimentos orgânicos  
2014 na RMBH [manuscrito] / Djalma Eudes dos Santos. - 2014.  
187 f. : il.  
Orientador: Silvio Salej Higgins

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1.Sociologia – Teses. 2. Mercado - Teses. 3.Ecologia  
agrícola. I. Higgins, Silvio Segundo Salej. II .Universidade  
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. III. Título.



Departamento de Sociologia -  
Programa de Pós Graduação em Sociologia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais

## ATA DE DEFESA DE TESE DE

## DJALMA EUDES DOS SANTOS

Aos 09 (nove) dias do mês de junho de 2014 (dois mil e quatorze) reuniu-se na sala F-3046 do prédio da FAFICH/UFMG, a banca examinadora da tese de doutorado, intitulada "**A construção social do mercado de alimentos orgânicos na RMBH**". A banca foi composta pelos professores doutores **Silvio Salej Higgins** (Orientador - DSO-UFMG), **Jorge Alexandre Neves Barbosa** (DSO-UFMG); **Roberto Max Protil** (UFV), **Marcia da Silva Mazon** (UFSC) e **Djalma Pelegrini** (EPAMIG). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da banca examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação (X)

Aprovação com recomendações ( )

Reprovação ( )

da Tese.

Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 09 de junho de 2014.

**Banca Examinadora:**

  
**Prof. Dr. Silvio Salej Higgins**

  
**Prof. Dr. Jorge Alexandre Neves Barbosa**

  
**Prof. Dr. Roberto Max Protil**

  
**Prof.ª. Dr.ª. Marcia da Silva Mazon**

  
**Prof. Dr. Djalma Pelegrini**

## AGRADECIMENTOS

Devo especiais agradecimentos, em primeiro lugar, aos produtores de Capim Branco (MG) pela receptividade e colaboração. À Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG), aqui representada pelos escritórios locais de Capim Branco e Belo Horizonte, bem como à sua presidência, pela atenção no encaminhamento de minhas demandas e pelo produtivo retorno. Ao Adenilson de Freitas, extensionista em Capim Branco, que se empenhou para que as minhas constantes solicitações não ficassem sem retorno, também agradeço pela oportunidade de trocar experiências e aprendizados. Ao Selvino Heck, Assessor da Secretaria Geral da Presidência da República e coordenador da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), pela gentileza de enviar-me atas, relatórios e contatos. Aos representantes das ONGs na CNAPO, pela disposição em dedicar uma parte do seu tempo para conceder-me entrevistas.

Aos professores membros do PPGS com os quais pude compartilhar momentos de aprendizado, em especial, ao professor Dr. Silvio Salej Higgins, pelas constantes e sempre frutíferas oportunidades de diálogo e principalmente pela dedicada direção científica deste trabalho, desde o apoio inicial na redefinição do tema de pesquisa até esta conclusão.

Aos membros da banca de qualificação do projeto desta tese, Marcia da Silva Mazon (UFSC), Sylmara Lopes (USP), Antônio Augusto (UFMG), pelos enriquecedores apontamentos e sugestões.

Aos membros da banca de defesa desta tese, Marcia da Silva Mazon (UFSC), Djalma Ferreira Pellegrini (Epamig), Roberto Max Protil (UFV), Jorge Alexandre B. Neves (UFMG) e Silvio Salej Higgins (UFMG), pela criteriosa leitura deste trabalho e pela oportunidade de dialogar sobre o tema.

A todos que se fizeram presentes mesmo com o meu insistente isolamento nos momentos mais críticos de escrita deste relatório final. Aos colegas do doutorado Marta Santos e Alexandre Gouvêa, por tantos momentos de escuta e compartilhamento de experiências, ideias e ansiedades.

Ao CNPq/CAPES, pelo apoio financeiro parcial que foi fundamental para a realização de algumas etapas da pesquisa.

A Viviane, com muito carinho, por tudo mais que me fez chegar até aqui.

Abelha fazendo mel,  
vale o tempo que não voou!  
(Beto Guedes e Ronaldo Bastos)

## **RESUMO**

*Esta pesquisa, inserida na área temática da Nova Sociologia Econômica (NSE) e considerando os atuais avanços neste campo, consiste de um estudo sobre a construção social de um mercado específico. Tomar o mercado como uma construção social significa entendê-lo para além de uma construção puramente lógica que, dentre outras coisas, pressupõe que o mercado é um resultado da relação oferta vs. demanda. A NSE rejeita essa perspectiva e propõe outros conceitos que, no seu conjunto, compõem o quadro teórico para a análise dos mercados, dentre outros, os conceitos de mercado como campo de lutas e as relações de poder que estão imbricadas nas estruturas sociais que controlam e estabilizam o mercado. Considerando os avanços obtidos, especialmente a partir da ampliação das pesquisas nesta área no Brasil, percebemos que há ainda poucos estudos sobre os mercados de alimentos orgânicos, principalmente no que se refere à história política de construção do seu marco regulatório e à forma como foi codificada socialmente uma visão do produto orgânico. Neste sentido, tomando a questão da qualidade como um referencial e, ao mesmo tempo, como determinante para a organização do mercado, esta pesquisa busca oferecer uma explanação dos processos que culminaram na imposição da concepção de controle hoje existente bem como das estratégias de apropriação do standard num mercado local. A partir de uma triangulação de métodos (etnografia, análise de redes sociais, análise documental e survey com consumidores) buscou-se reconstruir parte da história que define o standard de qualidade para este setor, explicitando, a partir daí, o modelo de governança deste mercado. Dentre os resultados, temos que esta construção se deu com ampla participação de atores políticos mobilizados em torno de questões que tocam, tanto a perspectiva da construção do mercado, quanto aquelas que propõem um novo olhar sobre a produção, culminando na definição das fronteiras de um mercado cujos limites são passíveis de serem controlados localmente através de mecanismos participativos e de controle social. Como mostrou Fligstein, a presença do Estado é fundamental como um instrumento de estabilização do mercado e, quando se trata de organizar um novo campo, a presença de atores com habilidade social para mobilizar a cooperação é uma questão-chave. No caso de Capim Branco (MG), que constitui nosso estudo de caso, com a ação local de atores governamentais, percebe-se como este mercado está organizado e basicamente dependente destes atores.*

Palavras-chave: *construção social do mercado, concepções de controle, qualidade, alimentos orgânicos.*

## **ABSTRACT**

*This thesis, developed from the perspective of the New Economic Sociology (NES), considers the advances that this theory has achieved in recent years especially with regard to studies on the social construction of markets. When considering the market as a social construction, sociologists seek to understand it beyond a purely logical construction which, among other things, assumes that the market is the result of the relationship between offer versus demand. The NES rejects this perspective and proposes other concepts that, taken together, make up the theoretical framework for the analysis of markets, among others, the concepts of market as a field of struggle and the power relations that are embedded in social structures that control and stabilize the market. Considering the advances achieved, particularly from the expansion of research in this area in Brazil, we realize that there are few studies on organic food markets, especially with regard to the political history of the construction of the regulatory framework and to how a vision of the organic product was socially codified. In this sense, taking the quality issue as reference and, at the same time, as a determinant of market organization, this research provides an empirical demonstration of the processes that led to the imposition of the conception of control that exists today as well as the strategies of appropriation of the standard by the local market. Based on a methodological triangulation, ethnography, social network analysis, documental analysis and a survey with consumers, we attempted to reconstruct part of the history that sets the quality standard for this industry. Among the results, we can see that this construction took place with the full participation of actors mobilized around issues that touch the construction of market as well as those that propose a new view about production, culminating in defining the boundaries of a market whose limits are likely to be controlled locally by economic actors through participatory mechanisms and social control. As shown by Fligstein, the presence of the state is crucial to stabilize the market and, when it comes to organizing a new field, the presence of actors with social skill to ensure cooperation is a key issue. In our case study (the city of Capim Branco, Minas Gerais), with the local actions of governmental actors, it can be seen how this market is organized and primarily dependent on these actors.*

**Keywords:** *social construction of market, conceptions of control, quality, organic food.*



## LISTA DE ACRÔNIMOS, SIGLAS E ABREVIACÕES

AAGE	Associação de Agricultura Ecológica
AAO-SP	Associação de Agricultura Orgânica
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABC	Programa de Agricultura de Baixo Carbono
ABIO	Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
ACEG	Associação Científica de Estudos Agrários
ACN	Associação de Agricultura Natural de Campinas
AEC-ES	Associação Escola Comunidade da Boa Esperança
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AGE/DF	Associação de Agricultura Ecológica do Distrito Federal
AGROTEC	Centro de Tec. Agroecológica de Pequenos Agricultores
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
AOPA	Associação de Agricultura Orgânica do Paraná
ARIDAS	Associação Regional Integrada de Des. Agroecológico Sustentável
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
ASP-PTA	Assessoria e Serviço a Projetos em Agricultura Alternativa
ASSOCENE	Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste
ATECEL	Associação técnico-científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BRASILBIO	Associação Brasileira de Orgânicos
CAA-NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CAT	Centro Agroecológico Tamanduá
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAGRO	Centro de Des. Sustentável e Capacitação em Agroecologia
CEDAC	Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CIAPO	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNPOrg	Comitê Nacional de Produtos Orgânicos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Coolmeia	Cooperativa de Consumidores e Produtores de Porto Alegre
CPATS-RS	Cooperativa de Produção Agropecuária de Trindade do Sul
DIACONIA	Fundação Luterana Diaconia
DOU	Diário Oficial da União
EBAA	I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
Ecovida	Rede Ecovida de Agroecologia
EDUCAR	Instituto Educar
Emater-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Epamig	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
ESPLAR	Centro de Pesquisa e Assessoria
Fetraf	Federação Nac. Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
IBD	Instituto Biodinâmico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ifoam	International Federation of Organic Agriculture Movements
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
IMCA	Instituto Morro da Cutia de Agroecologia
ISO	International Organization for Standardization
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil
MMT	Movimento Minha Terra
MMTR-NE	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAC	Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica
OCS	Organização de Controle Social
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PEAPO	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Rede ATER	Rede de Assistência Técnica Rural das ONGS do Nordeste
Rede TERRA	Instituto de Des. Sustentável e Apoio à Agricultura Familiar
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SABIÁ	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
SGPR	Secretaria Geral da Presidência da República
SisOrg	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SOCLA	Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia
TIJUPÁ	Associação Agroecológica Tijupá
Unicafes	União Nacional das Coop. de Agric. Familiar e Economia Solidária
VIANEI	Associação Vianeí

## LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

	Pág.
Figura 1 - Análise da concepção de controle no mercado de FLVs	17
Figura 2 – Frequência de atos do poder executivo ou outros órgãos	39
Figura 3 – Selo oficial unificado para produtos certificados	58
Figura 4 – Convênios realizados entre 1990-2013	68
Figura 5 – Relação ano/frequência das autorizações de saída do Brasil	74
Figura 6 – Especificação da filiação institucional	75
Figura 7 – Países de destino	76
Figura 8 – Universidades de destino	77
Figura 9 – Número de pesquisadores e técnicos por área de formação	78
Figura 10 – Síntese dos temas apresentados como justificativa de saída	79
Figura 11 – Rede de pesquisadores por países de destino	80
Figura 12 – Maior filiação ator-evento	81
Figura 13 – Esfera de influência dos atores na rede <i>one-mode</i>	82
Figura 14 – Localização do município de Capim Branco	92
Figura 15 – Imagem aérea com a localização das unidades de produção	102
Figura 16 – Algumas tecnologias empregadas na produção de Capim Branco	104
Figura 17 – Rede de conselho, com a participação da ATER	111
Figura 18 – Rede de conselho técnico entre os produtores orgânicos	114
Figura 19 – Rede de cooperação dos produtores orgânicos	116
Figura 20 – Rede de amizade entre os produtores orgânicos	117
Figura 21 – Representação multiplexa dos blocos da rede de produtores	127
Figura 22 – Atuação da OCS na venda direta em Belo Horizonte	133
Figura 23 – Consumidores de orgânicos em Belo Horizonte por faixa etária	142
Figura 24 – Consumidores de orgânicos em Belo Horizonte, por formação	142
Figura 25 – Classificação do consumo pela renda	143
Figura 26 – Frequência com de consumo de orgânicos	143
Figura 27 – Local de residência dos consumidores por bairro	145
Figura 28 – Meios de informação mais acessados pelos consumidores	147
Figura 29 – Percepção acerca dos valores dos produtos	149
Figura 30 – Rotulagem de um produto orgânico	154
Figura 31 – Produtos etiquetados nos quais não constam o selo de certificação	155
Figura 32 – Disposição dos produtos, embalagem e rotulagem	156
Figura 33 – Produtos orgânicos colocados ao lado dos hidropônicos	156
Quadro 1 – Dimensões e variáveis referentes aos atos publicados no DOU	42
Quadro 2 – Primeira fase da legislação de produtos orgânicos no Brasil	51
Quadro 3 – Demonstrativo das CPOrgs estaduais	57
Quadro 4 – Exemplo de algumas das certificadoras que atuam no Brasil	59
Quadro 5 – Custo aproximado de um processo de certificação por auditoria	60
Quadro 6 – Entidades por número de convênios	68
Quadro 7 – Assuntos principais apresentados nas justificativas	70
Quadro 8 – estruturação dos procedimentos de pesquisa	91
Quadro 9 – Unidades de produção certificada e controladas pela OCS	99
Quadro 10 – Depoimentos sobre a decisão de produzir orgânicos	106
Quadro 11 – Depoimentos sobre as escolhas de conselhos	118
Quadro 12 – Depoimentos sobre as escolhas pessoais para a cooperação	119
Quadro 13 – Censo das tríades na rede de informação	123
Quadro 14 – Sistematização das dimensões e variáveis relativas ao consumo	140

Quadro 15 – Informações captadas a partir do Blog do jornal Estado de Minas	158
Quadro 16 – Informações captadas a partir do <i>site</i> da revista Veja BH	160
Quadro 17 - Informações captadas a partir do MGTV Primeira Edição	161
Tabela 1 – Totalização dos valores de convênios entre 2003-2013	69
Tabela 2 – Frequência dos motivos das saídas dentre os 8 países	81
Tabela 3 – Medidas de centralidade da rede dos produtores de Capim Branco	113
Tabela 4 – Escores individuais de popularidade e iniciativa dos atores	121
Tabela 5 – Resultados estimados para a rede de conselho técnico	124
Tabela 6 – Blocos da rede de produtores de Capim Branco	126
Tabela 7 – Rendimento calculado em 2013 para 10 produtos	134
Tabela 8 – Estrutura de custos das unidades produtivas 3 e 5	136
Tabela 9 – Nível de escolaridade individual na rede de produtores	137
Tabela 10 – Taxa de escolarização comparada entre OCS-Asprocam	138
Tabela 11 – Comparativo por gênero e idade média de cada agrupamento	139
Tabela 12 – Relação das 40 profissões mais mencionadas nas entrevistas	143
Tabela 13 – Frequência com que consome produtos orgânicos	144
Tabela 14 – produtos orgânicos adquiridos com frequência	145
Tabela 15 – Conhecimento sobre os produtos orgânicos	146
Tabela 16 – Conhecimento da existência de uma lei específica	147
Tabela 17 – Outros meios de informação	148
Tabela 18 – Respostas dos consumidores para a pergunta: <i>Prefiro pagar mais</i>	150
Tabela 19 – Respostas para a pergunta: <i>As informações são claras</i>	150
Tabela 20 – Respostas para: <i>O produto orgânico tem a mesma qualidade</i>	150

## SUMÁRIO

	Pág.
<b>INTRODUÇÃO</b>	
1 – Apresentação e objetivos da pesquisa .....	13
2 – Metodologia: os instrumentos e a análise de redes sociais utilizados nesta pesquisa .....	14
3 – Modelo para a análise do mercado na RMBH e organização dos capítulos .....	16
<b>CAPÍTULO I</b>	
1 – O mercado na perspectiva da sociologia econômica .....	21
1.1 – Seguindo mercados reais .....	27
2 – As concepções de controle são criadas num ambiente de disputas .....	29
2.1 – As concepções de controle operando na definição da qualidade específica ....	31
2.2 – As concepções de controle operando num mercado específico .....	34
<b>CAPÍTULO II</b>	
A dimensão dos processos de regulação .....	38
<b>Seção 1:</b> Agroecologia e produção orgânica: a construção política do <i>standard</i> de qualidade e seus mecanismos de certificação .....	41
1.1 – Observações iniciais .....	42
1.2 – Legislação: o desenvolvimento do marco legal brasileiro .....	43
1.2.1 – <b>Primeira fase:</b> agroecologia e produção orgânica – a construção de um conceito de qualidade orgânica (1990-2002) .....	43
1.2.1.1 - As primeiras reações no âmbito do governo, no meio acadêmico e agências de pesquisas .....	46
1.2.1.2 - Primeira proposta de trabalho conjunto governo x entidades civis .....	48
1.2.1.3 - Primeiros resultados do trabalho conjunto .....	49
1.2.1.4 - A perspectiva de duas pesquisas sobre esta primeira fase .....	52
1.3 – <b>Segunda fase:</b> a construção e regulamentação da Lei 10.831/2003 (2003-2012) – novos conceitos, novos conflitos .....	54
1.3.1 – Avanços e limitações que persistem após a nova legislação .....	55
1.3.1.1 – Ampliação dos modelos e normas de certificação .....	58
1.3.2 – A mobilização social no período .....	60
1.4 – <b>Terceira fase:</b> o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) a partir de agosto de 2012 .....	63
1.5 – Convênios com transferência de recursos financeiros .....	67
1.5.1 - Convênios com repasse de recursos para entidades civis .....	68
1.5.2 - Convênios de cooperação nacional e internacional .....	71
1.5.3 - Patrocínios de seminários, feiras e outros .....	72
<b>Seção 2:</b> Formação de quadros técnicos e pesquisadores na área de agroecologia e produção orgânica .....	73
2.1 - Filiação institucional dos pesquisadores .....	74

2.2 - Países e universidades de destino .....	75
2.3 - Qualificação dos pesquisadores por formação acadêmica .....	77
2.4 - Principais temas relacionados com a formação e pesquisa em agroecologia e produção orgânica .....	78
2.5 - A constituição de uma rede de pesquisadores .....	79
2.5.1 – As fontes teóricas da agroecologia .....	83

### **CAPÍTULO III**

O mercado de orgânicos na RMBH .....	89
1 - Justificativa para a escolha do estudo de caso .....	89
1.1 - Estratégias e instrumentos de pesquisa .....	90
2 - Dados sobre Capim Branco: formação do município, localização e opção pela produção orgânica .....	91
2.1 – Da crise do alho à produção orgânica .....	93
3 – A OCS de Capim Branco e o exercício do poder coletivo .....	95
4 – Características da produção de orgânicos em Capim Branco .....	98
4.1 – Processos produtivos .....	98
4.2 - Dos contratos de produção e distribuição .....	99
4.3 – O protocolo de manejo em ação .....	101
4.3.1 – Recursos utilizados na aplicação local dos protocolos de qualidade .....	102
4.3.1.1 - Recursos naturais .....	102
4.3.1.2 - Recursos tecnológicos .....	103
4.3.2 – Perspectivas da OCS-Asprocam sobre a qualidade .....	105
4.4 – Extensão rural: o papel de atores externos no processo de produção .....	107
5 – A rede de produtores de Capim Branco como um sistema de trocas multiplexo .....	109
5.1 – A rede de produtores em perspectiva .....	112
5.1.1 - O nível individual das relações .....	112
5.1.1.1 - As medidas básicas de centralidade .....	113
5.1.1.2 – As redes individuais de conselho, cooperação e amizade .....	114
5.1.1.2 – Análises sobre a expansividade, popularidade e reciprocidade (Modelo P1, censo das tríades e modelo P*) .....	119
5.1.2 - O nível estrutural: equivalência estrutural, papéis e posições .....	125
5.1.2.1 – Partição da rede em blocos por similaridade .....	125
5.1.2.2 - Representação do sistema de trocas multiplexo .....	127
5.2 - Avaliação dos resultados em relação às observações de campo .....	128
6 – Distribuição .....	130
6.1 – O mercado de orgânicos ao alcance da OCS-Asprocam: estratégias de promoção do encontro entre a oferta e a demanda .....	130
6.1.2 – Potencial econômico e produtividade da OCS-Asprocam .....	133
6.1.3 – Formação dos preços para a comercialização nas feiras de BH .....	134
6.1.4 – Modelo de demonstração de resultados (MDR) de duas unidades de produção .....	135
6.1.5 – Análise comparativa dos resultados .....	137

## **CAPÍTULO IV [Anexo técnico-exploratório]**

Algumas características do mercado consumidor dos produtos orgânicos em Belo Horizonte .....	139
1 - O perfil do consumidor em Belo Horizonte .....	139
1.1 - Metodologia e apresentação dos resultados .....	141
1.1.1 – Caracterização do público .....	142
1.1.2 – Local da residência e produtos mais consumidos .....	144
1.2 – Nível de informação e conhecimento dos produtos .....	145
1.3 – Formação de valores e visões sobre o produto orgânico .....	148
1.4 – Formação da decisão de compra .....	149
2 – Breve comparativo com outras pesquisas realizadas neste campo .....	151
3 – Observação dos meios de informação sobre alimentação saudável .....	152
3.1 - Embalagens e rotulagem .....	152
3.2 - <i>Marketing</i> e disposição nas gôndolas .....	155
3.3 – O papel dos prescritores de consumo saudável .....	156
<b>CONCLUSÕES</b> .....	163
Anexos .....	171
Bibliografia .....	180

# INTRODUÇÃO

## 1 – Apresentação e objetivos da pesquisa

Nesta tese analisamos o mercado de alimentos orgânicos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) considerando todos os seus modelos de atividade mercantil (produção, distribuição e consumo). Nosso referencial analítico está orientado pela perspectiva da Nova Sociologia Econômica (NSE), por ser este um campo teórico que permite integrar uma leitura da estrutura social do mercado, das regras e dispositivos que lhes permitem funcionar, bem como dos seus diferentes modos de organização e as razões de sua evolução. O foco de nossa abordagem é sobretudo em relação ao funcionamento das instituições que dão sustentação a uma atividade mercantil e, para isso, examinamos a forma de criação dos mecanismos de regulação e controle que, no caso dos alimentos orgânicos, tem a ver com a criação de um *standard* de qualidade para este setor. Para isso, levantamos uma macroquestão sobre o modelo de governança deste mercado que nos remete à questão geral desta tese, assim formulada: Qual é a estrutura institucional do mercado de alimentos orgânicos na Região Metropolitana de Belo Horizonte?

Argumentando a partir de Fligstein (2001), temos que um mercado surge quando se constitui uma concepção de controle e, no caso dos alimentos orgânicos, o que esta concepção aporta ao mercado é, essencialmente, uma qualidade específica, que tem relação com fatores como, dentre outros, um modo específico de produzir, questões associadas à saúde e as cosmovisões que estão no pano de fundo da ideia de orgânico enquanto uma forma de lidar com as questões humanas e ambientais.

Esse quadro de valores e visões entranhadas no processo de regulação, faz com que o texto da norma possa ser visto como a expressão da história de um debate político que envolveu a participação de atores reais: com pessoas circulando dentro e fora do Brasil para treinamentos, cursos, formação e trocas de experiências; com movimentos sociais rurais empunhando suas bandeiras, expressando suas concepções de desenvolvimento rural sustentável, de valorização do produtor, de um sistema tradicional de produzir; com outros agentes buscando formas de resolver problemas de incerteza e apresentando metas para o desenvolvimento e ampliação do mercado; e com a entrada do



estado, exercendo o papel de mediação dos conflitos e também impondo a visão de sua responsabilidade no que toca à questão da estabilidade do mercado e, ao mesmo tempo, da tutela da saúde e segurança alimentar dos consumidores.

O estudo de um mercado local traz luz sobre como os atores acionam e se apropriam do *standard* de qualidade e sobre como organizam um sistema de trocas a partir de suas interações. Neste caso, para entender um processo produtivo, com a presença inovadora e controladora do estado como fonte de coerção e, ao mesmo tempo de autonomia, é preciso levar em conta o fato corriqueiro de que a regulação não é apenas o ato de proibir, mas é também permitir e emancipar. Esquadrinhar a concepção de controle é, assim, como abrir sua caixa-preta, buscar pelos discursos e posturas que fizeram com que, ao mesmo tempo em que havia um conjunto de fatores técnicos e econômicos que plasmaram um *standard* de qualidade, houvesse também uma arena política dando forma às instituições sociais para coordenar o mercado.

O objetivo desta tese é, portanto, apresentar uma contribuição específica relacionada com o mercado desenvolvido na RMBH. Para tanto, buscamos explicar como este processo de construção social de um mercado ocorre no contexto local e sob condições específicas, dentre outras, a presença do estado como um dos principais vetores de mobilização e da inserção dos agentes econômicos (produtores e consumidores) na construção do mercado e na aplicação e monitoração do marco de qualidade orgânica.

Este trabalho está organizado a partir de duas dimensões: uma dimensão histórica, ou mais exatamente, institucional, que leva em conta o contexto sócio-político e os elementos culturais na construção do marco de qualidade; e uma dimensão analítica, isto é, a identificação de um conjunto de mediações sociais (redes sociais, relações de poder, relações políticas, conhecimentos, prescritores de consumo saudável) que permitem uma aproximação com o mercado real. Neste sentido, o exame dos processos de regulação, produção, distribuição e consumo constitui a parte mais extensa desta exposição.

## **2 – Metodologia: os instrumentos de campo e a análise de redes sociais utilizados nesta pesquisa**

Esta pesquisa foi realizada a partir do uso de vários instrumentos para o trabalho de campo, bem como para ordenar e tratar os dados encontrados. Resumidamente, utilizamos: os métodos da etnografia, incluindo as observações exploratórias e entrevistas; *survey* com consumidores e análise estatística das frequências; pesquisa documental e análise histórica de publicações oficiais; e Análise de Redes Sociais (ARS).

O objetivo principal foi explorar em cada núcleo de informação uma melhor perspectiva para a análise dos dados. Cada abordagem metodológica será detalhada no contexto da pesquisa, de acordo com as variáveis em questão.

A perspectiva da ARS, entretanto, requer uma breve contextualização, uma vez que aparece em três momentos diferentes da tese: na análise da rede de pesquisadores, na apresentação da interação da extensão rural com o grupo de produtores de Capim Branco, e na análise da rede formada por este grupo. Dado o seu potencial de permitir uma visualização das estruturas sociais e, ao mesmo tempo, analisar essas estruturas com o auxílio de recursos matemáticos, torna-se um instrumento que ultrapassa as simples técnicas de coleta de dados e apresentação gráfica dos mesmos. Neste sentido, a principal contribuição da ARS para esta tese refere-se ao fato de apoiar uma das tarefas da sociologia econômica, qual seja, buscar pelas estruturas relacionais que estão na base da atividade econômica (nos mercados, firmas, contratos etc.) e que, de alguma forma, exercem influência sobre esta atividade ou são por ela influenciadas.

E. Lazega (2007) define a análise de redes enquanto um método para reconstituir sistemas de interdependências, uma forma de mapear complexos sociais pelos quais ocorrem fluxos de aprendizagens, solidariedades, controle social, regulações, dentre outros. Neste sentido, “uma ‘estrutura’ é uma *representação simplificada* desse sistema social complexo” (Lazega, 2007, p. 6 – itálicos no original) e, em sua operacionalização, as relações sociais desenvolvidas por um conjunto específico de atores são tomadas como canais para estes fluxos de transferências ou de trocas generalizadas. Esta simplificação, prossegue o autor, “identifica as regularidades nessas relações sem perder de vista os atores individuais, suas ações e interações” (idem, p. 10).

Como ressaltado também por Fligstein e McAdam (2012) a análise estrutural de redes sociais não é uma teoria sociológica e sim um método para modelar as relações de um determinado grupo de atores que se encontram fazendo trocas ou transferência de recursos numa dada estrutura social. A isso, o acréscimo de Lazega (2007) é esclarecedor. Para ele a análise de redes é um método para contextualizar, de maneira sistemática e dinâmica, a ação individual e coletiva – especialmente quando se trata de uma análise sociológica.

Encontrar a estrutura que se pretende analisar é, com efeito, uma tarefa resultante das observações da pesquisa, do conhecimento do terreno e da identificação das regularidades que confirmam a existência de um sistema de trocas.

Com tal enfoque metodológico, podemos entender uma rede social na perspectiva de um sistema de trocas multiplexo, isto é, um sistema no qual todas as relações de trocas observadas possam ser analisadas conjuntamente. Em outros termos, trata-se de considerar a existência de “múltiplas redes de relações em um mesmo conjunto social” (Lazega, 2007, p. 70). Este modelo, enfim, procura um melhor ajuste para estudar o conjunto de atores em todas as relações pesquisadas, como uma estratégia para ampliar o conhecimento da estrutura relacional. As trocas observadas, em termos de recursos específicos, quando sobrepostas, refletem a interdependência das diferentes redes, mesmo que cada uma esteja relacionada com recursos de engajamento específicos – como é o caso das trocas de conselho técnico, cooperação e amizade, que serão objeto da análise da rede dos produtores de Capim Branco.

### **3 – Modelo para a análise empírica do mercado na RMBH e organização dos capítulos**

Estas reflexões aqui mobilizadas podem ser agrupadas num modelo analítico, o qual será aplicado ao caso do mercado na RMBH. Trata-se de uma proposta que visa explorar o lastro político da elaboração das normas e aplicação local do *standard* de qualidade. Para este percurso, o primeiro nível da análise é fundamentalmente um esforço por trazer à luz a história da construção política do *standard*, visando destacar que a existência desse mercado de produtores necessariamente acompanha o movimento da regulação e seus legados político e teórico em torno do tema da agroecologia. No segundo nível, a partir de uma exposição de como é aplicado num mercado específico aquilo que está previsto nas normas, buscamos demonstrar como são acionadas no âmbito local as regras do *standard* que, em outros termos, significa entender como os atores se relacionam com as normas e como estas são interpretadas nas esferas da produção e do consumo – ou ainda, quais processos de aprendizagem acompanham a implantação local do *standard* e por meio de quais atores se concretizam.

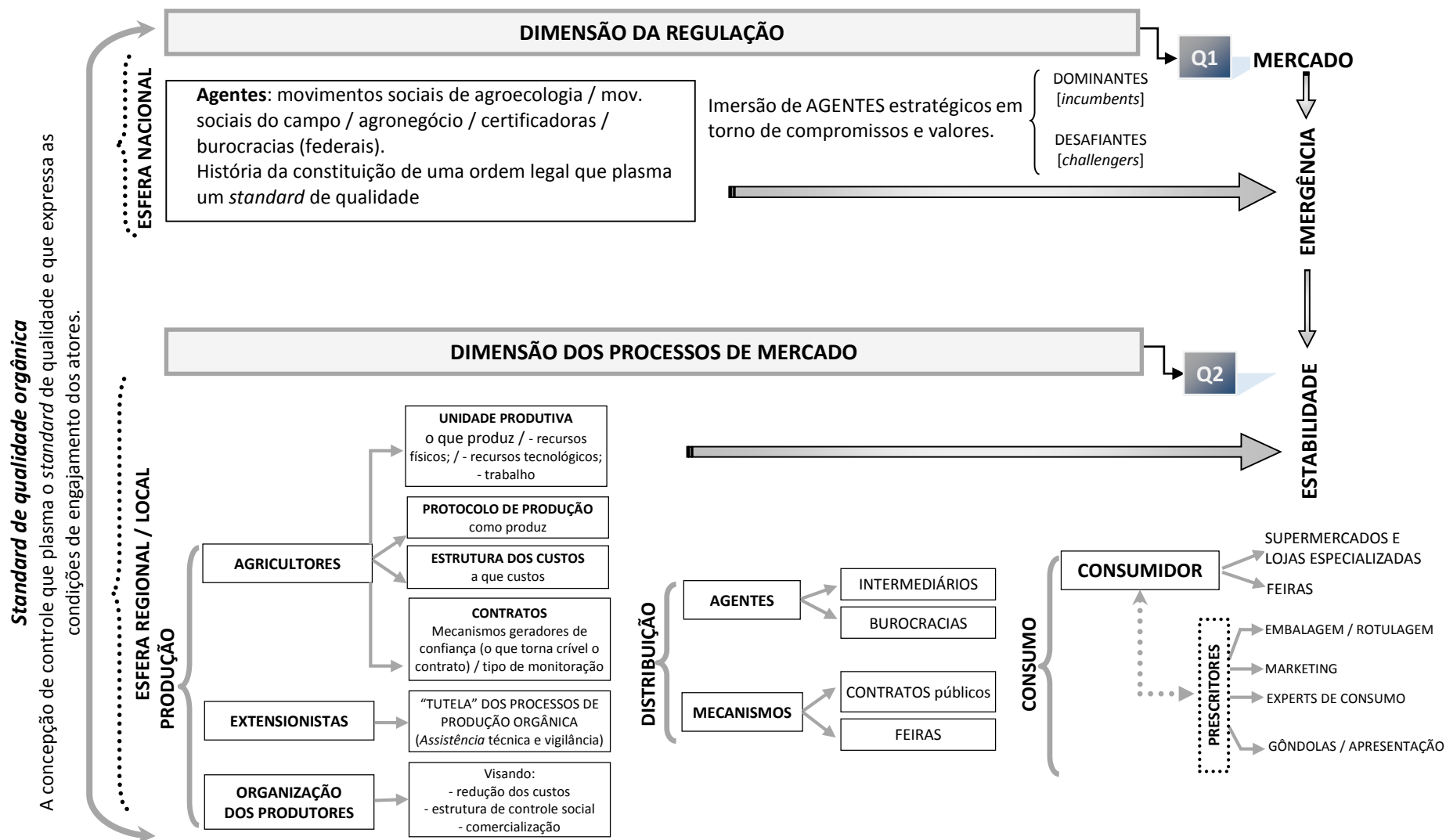


Figura 1 - Análise da concepção de controle no mercado de frutas, legumes e verduras (FLVs) orgânicos da Região Metropolitana de Belo Horizonte.  
Fonte: elaboração própria.

Este modelo nos traz os principais indicativos para a organização da pesquisa e exposição dos dados. No Capítulo I, fazemos uma breve apresentação da perspectiva da Nova Sociologia Econômica sobre o mercado e como esta nos permite mobilizar os principais conceitos que darão o ângulo sociológico para uma análise empírica: as relações de poder prefiguradas pelo embate entre dominantes e desafiantes, a noção de concepção de controle, e o papel destes elementos na constituição de um mercado local.

A dimensão da regulação, assunto do Capítulo II, será explorada a partir de uma análise histórica sobre o papel dos principais atores (movimentos sociais de agroecologia, movimentos sociais rurais, agronegócio, certificadoras, burocracias) nos debates que culminaram no marco legal vigente. Para esta análise, recorreremos a uma busca no Diário Oficial da União (DOU), cobrindo o intervalo de anos entre 1990 a 2013, pela qual rastreamos as ocorrências de atos publicados em relação a três dimensões: legislação, convênios e formação. Esta organização do capítulo teve como meta reunir um conjunto de dados que nos permitissem discorrer sobre como se deu a construção de uma concepção de controle para o mercado de produtos orgânicos. Quanto a isso, levantamos uma primeira questão de pesquisa: (Q1) *Como foi construído o marco regulatório da produção orgânica no Brasil e como este chega ao mercado em todos os seus modelos de atividade mercantil: produção, distribuição e consumo?*

A hipótese que norteia esta análise é que o marco regulatório é fruto de uma construção política que se traduz na imposição de um *standard* de qualidade e seus mecanismos de certificação.

Mostramos como a imersão de agentes estratégicos, com seus compromissos e valores, foi um fator decisivo para o formato da atual legislação, que incorpora parte das metas dos produtores em grande escala (e seus vínculos no mercado do varejo), dos pequenos produtores (e seus vínculos com movimentos sociais de agroecologia), de pesquisadores (particularmente ligados aos debates acadêmicos sobre a agroecologia), e de um quadro estatal formado como um *mix* de pesquisadores, burocratas e negociadores políticos. No curso do capítulo demonstramos que esta construção não ocorreu num ambiente de completo consenso, ao contrário, foi marcada por intensos conflitos entre as principais concepções – dentre as mais prementes, a questão da expansão do mercado para os produtos orgânicos, levando à tendência de elitização do consumo e ao dilema dos movimentos sociais entre permanecer como um movimento social e preservar sua ideologia, ou entrar no mercado como mais uma cadeia produtiva; e a questão da certificação como único modelo de garantia que, na prática, oculta o produtor. A

introdução da agroecologia no ambiente acadêmico, paralelamente ao crescimento do mercado e das demandas por regulação, é então entendida como uma importante fonte de reflexão teórica que dá sustentação às normas, munindo-as com os principais conceitos sobre as técnicas de produção orgânica e agroecológica.

A dimensão dos processos de mercado, explanada no Capítulo III, é desenvolvida a partir de um detalhamento do funcionamento local das categorias produção e distribuição. A perspectiva deste capítulo é desenvolver um estudo de caso sobre o mercado na RMBH, tomando como unidade de análise, para o mercado de produção, o município de Capim Branco, posto que nesta localidade encontramos uma concentração espacial de produtores os quais atendem, em Belo Horizonte, às nove feiras orgânicas, 37 supermercados e duas lojas especializadas. Para isso, trabalhamos com uma segunda questão, derivada do modelo analítico (Figura 1) e que traz uma proposta de estudo mais abrangente da construção local do mercado: (Q2) *Como os produtores locais se apropriam daquilo que prevê o standard de qualidade orgânica e os seus mecanismos de certificação?*

Uma hipótese que norteia a leitura deste capítulo é a de que este processo de apropriação ocorre com a mediação e tutela de agentes públicos, especialmente da extensão rural.

Este contato com um território específico propiciou-nos explorar um conjunto de unidades produtivas, a aplicação dos protocolos de manejo, a estrutura de custos, os contratos, a participação de atores externos na tutela e orientação dos processos produtivos, e a forma de organização dos produtores. Nesta esfera da produção, pudemos realizar um estudo da rede formada pelos produtores, trazendo a lupa sociológica para um sistema de trocas multiplexo, considerando, pois, a sobreposição de múltiplos recursos de engajamento. Na distribuição, analisamos o papel desempenhado por atores externos ao sistema, basicamente, intermediários e burocracias governantes locais, e as condições de entrada destes atores na organização do mercado.

A dimensão do consumo é tratada no Capítulo IV, posto que envolve outro nível de análise, basicamente relacionada com dados de um *survey* aplicado no mês de janeiro de 2014, e dados de observação do comportamento do mercado no que se refere às suas formas de promoção do encontro entre oferta e demanda. Trata-se, essencialmente, de um estudo exploratório em relação ao consumo e pelo qual mostramos a formação de um perfil do consumidor-tipo, diferenciado por padrões como gênero, renda e escolaridade, e que é em direção a este consumidor que o mercado se mostra mais propenso a investir.

Esse processo de formação do consumidor é discutido também a partir de observações de veículos da mídia, possibilitando um comentário sobre o papel dos formadores de opinião, dos *experts* de consumo saudável, das formas de apresentação dos produtos, do *marketing* e das embalagens, na constituição de uma espécie de conjunto de competências-chave do consumidor.

Entendemos que estes elementos incidentes na formação do julgamento e do gosto constituem parte de um quadro de dispositivos que, numa definição mínima, são informações diversas agenciadas dentro de um sistema de relações e que compõem a infraestrutura do ajustamento entre oferta e demanda. Segundo Steiner, remetendo a uma passagem canônica de Foucault, o termo *dispositif* refere-se a um conjunto heterogêneo de elementos que podem ser traduzidos como instituições, formas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, filosóficos, morais e proposições filantrópicas, em suma, tanto os ditos quanto os não-ditos (Steiner, 2006). Esta imersão do conceito por diversos campos indica igualmente a pluralidade de usos encontrados na sua aplicação. Quando se trata do mercado de alimentos orgânicos, temos, dentre tantos, as embalagens, etiquetas, selos de certificação, informações nutricionais, técnicas de *marketing*, qualificação, prescritores de consumo saudável, etc.

Os dispositivos estão, assim, no lado operacional da construção social dos mercados e complementam a pletera de técnicas que inserem os consumidores no sistema de qualificação. Por isso, podem ser entendidos também, como mediadores na formação de competências dos consumidores, frente ao tipo de produto e sua singularidade (Trompette, 2005; Karpik, 2009), ou frente à pluralidade de formas de engajamento nas decisões sobre a qualidade (Dubuisson-Quellier, 2006; 2003) – como um *continuum* de mediações entre o produtor e o consumidor e entre as escolhas dos consumidores e as propriedades da oferta (idem, 2006).

## CAPÍTULO I

### 1 – O mercado na perspectiva da sociologia econômica

A sociologia econômica, numa formulação geral, é entendida como a abordagem sociológica, com seus métodos e conceitos, sobre os fenômenos econômicos (Smelser & Swedberg, 2005), buscando pelas estruturas relacionais e instituições sociais que estão na base da atividade econômica (mercados, firmas, contratos etc.) e que, de alguma forma, exercem influência sobre essa atividade ou são por ela influenciadas. Neste sentido, ela é o estudo da organização social dos fenômenos econômicos, incluindo aqueles que se referem à produção, distribuição e consumo. Estes fenômenos podem ser observados em vários níveis de análise envolvendo indivíduos, grupos, organizações, redes, o mercado, a indústria, nações, sistemas globais (Guillén, et al., 2003).

Numa definição mais específica, a sociologia econômica considera que a atividade econômica é uma dimensão da vida social, isto é, o fato econômico é um fato social (Steiner, 2005).<sup>1</sup> O que a sociologia traz de novo, portanto, refere-se à forma de interpretar como os atores lidam neste campo econômico e por meio dele desenvolvem interações; como as estruturas sociais criam instituições (dentre outras, os valores, as normas e as sanções) para dar sustentação à atividade social; e, em desenvolvimentos mais recentes, como as redes sociais dinamizam e estruturam as trocas (Swedberg, 2004; Granovetter, 1985). Em particular, a sociologia econômica busca entender o fenômeno econômico em seu contexto social e cultural.

Outro modo de expressar este contato da sociologia com a atividade econômica consiste em assumir que “todos os fenômenos econômicos são sociais por natureza; estão enraizados no conjunto ou em parte da estrutura social” (Swedberg, 2004, p. 8). Para explicar essa questão de forma mais direta, devemos, pois, entender estas estruturas como estruturas relacionais (Lazega, 2007), e que estão plenamente presentes na atividade do mercado, que é o centro de interesse – e, portanto, de encontro – da economia e da sociologia econômica. O mercado é visto como um produto sociocultural no sentido de

---

<sup>1</sup> O fato social, em termos durkheimianos, se refere às maneiras de fazer, de pensar e de sentir, consistindo de ideias e representações estáveis que se impõem aos indivíduos como modos de agir (Durkheim, 2007).



que é fundamentado em bases cognitivas que afetam as relações de poder e a própria extensão da racionalidade dos atores, com efeitos sobre os sistemas de normas e classificações, dentre outros (Guillén et al., 2003). Neste espaço de ação, temos atores econômicos concretos desenvolvendo interações reais com parceiros ou competidores, com suas instituições construídas política e culturalmente.<sup>2</sup>

Aqui se pretende sublinhar este ponto, pois, quando levamos em conta que o mercado é um espaço de conflitos e interações, estamos considerando-o como muito distante de um mundo de informações perfeitas. Por tal razão, falamos mais apropriadamente de mercados, no plural, onde o contexto social e cultural é determinante para o seu desenvolvimento, estabilidade, crise ou transformação. O estudo do mercado também traz as instituições para o centro da reflexão, contribuindo para desvendar o papel que desempenham na coordenação das relações mercantis, pois há regras (formais e informais) e somente mediante estas é que se dão estas relações (Steiner, 2011; Raud-Mattedi, 2005).

Polanyi, em meados do século XX, teve o mérito de sintetizar parte do debate que, em alguns pontos, e seguindo o legado de Parsons, apontava para a divisão de tarefas entre a ciência econômica e a sociologia econômica. Sua principal contribuição neste sentido se refere à distinção entre economia formal, que deriva do caráter lógico da relação meio-fim, e economia substantiva, que se refere às trocas com o ambiente natural em busca de satisfação. São, portanto, dois significados com raízes independentes e, como afirma, ambos não têm nada em comum, um deriva da lógica (cujas leis são dadas pela mente) e o outro do fato (cujas leis surgem da natureza) (Polanyi, 2011). O significado formal implica em regras que definem as escolhas entre usos alternativos de meios insuficientes. O significado substantivo não se refere nem às escolhas e nem aos meios insuficientes, a escolha não pressupõe e não se dá apenas pela insuficiência de meios, as necessidades a serem satisfeitas também não são exclusivamente corporais, tais como alimentação e habitação, pois os meios, e não as necessidades, são materiais (idem).

O pressuposto de Polanyi (2011) é que só o significado substantivo da economia é capaz de produzir os conceitos que são necessários às ciências sociais para uma investigação empírica das economias do passado e do presente. Para ele, a economia é um processo instituído em dois sentidos: refere-se à interação do homem com o ambiente

---

<sup>2</sup> Contrariamente ao pensamento econômico neoclássico, onde a racionalidade da ação econômica é assumida como um pressuposto, a sociologia econômica vai tratá-la como uma variável por considerar que, do ponto de vista dos mercados reais, a racionalidade é limitada (Smelser & Swedberg, 1994).

natural e social; e refere-se à institucionalização dessa interação. Por conseguinte, é este modelo de economia que está imerso (*embedded*) nas instituições sociais, econômicas e não-econômicas, das sociedades pré-capitalistas e que, segundo ele, apresenta-se invertido na moderna sociedade de mercado, onde tem-se a vida social imersa na vida econômica. O controle do sistema econômico pelo mercado significa então tomar a sociedade como se fosse um acessório do mercado e, assim, “em vez de a economia estar imersa nas relações sociais, são as relações sociais que estão imersas no sistema econômico” (Polanyi, 2000, p. 77).

Este quadro de reflexões tem sido amplamente desenvolvido no contexto da Nova Sociologia Econômica (NSE), assim nomeada para indicar a reorientação que se deu a partir da década de 1970. Nesta nova perspectiva, o objetivo é mostrar que, nos mercados, os vínculos sociais concretos e localizados são determinantes de sua dinâmica e que, portanto, sua regulação e funcionamento dependem dessas estruturas sociais.

A NSE rejeita a possibilidade de tratar apenas daquilo que a análise econômica codifica como sendo da ordem “social”, diferenciando-a de uma ordem “econômica” ou, no mínimo, desconfia dos economistas que fazem sua própria sociologia ou dos sociólogos que fazem sua própria ciência econômica (seu foco é ampliado para captar todo e qualquer fenômeno econômico incluindo, em especial, aqueles relacionados com o mercado). Contra isso, Granovetter afirma que “os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social” (real, portanto) e nem “adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela interseção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem” (1985, p. 487). Há duas perspectivas que são examinadas a fundo na sua crítica: a perspectiva subsocializada (que tem origem no formalismo da economia neoclássica), entendida como evasiva a qualquer realidade social, em que o sistema de preços cria as condições para a realização das trocas econômicas; e a perspectiva sobressocializada (fundamentada no reconhecimento de Parsons<sup>3</sup> do problema da ordem e sua tentativa de resolvê-lo ultrapassando a concepção atomizada – Granovetter, 1985), que, segundo afirma, no esforço por recuperar as estruturas sociais, impõe um peso excessivo ao valor das normas e sanções. Nos dois casos, ambas negligenciam, em igual medida, o papel das estruturas transversais de relações, isto é, as relações sociais e suas singularidades que se desenvolvem ao longo do tempo e que têm

---

<sup>3</sup> Nos anos 1930, Talcott Parsons reinterpretou a herança da sociologia econômica, distinguindo entre a *economics* (sobre os significados da ação econômica, ou que ele chamou de ‘subsistema adaptativo’) e a *sociology* (focado sobre as orientações de valor subjacentes à ação econômica) (cf. Guillén, et al., 2003).

papel diferencial nos contextos distintos de trocas, constituindo tipos diferenciados de mercados, como ocorre, por exemplo, na busca por um emprego (mercado de trabalho).

É neste ponto que, segundo Granovetter, a sociologia pode traçar um retrato mais sofisticado da ação econômica, entendendo-a num ponto intermediário como estando imersa (*embedded*) nas estruturas sociais e sendo por elas estruturadas e, neste aspecto, há uma sensível flexibilização da noção apresentada por Polanyi, destacando que a perspectiva da imersão social da ação econômica também está presente nas economias de mercado da atualidade, mesmo que não seja sempre predominante. Ao postular esse conceito de imersão, Granovetter pretende destacar que sua forma operatória está nas redes sociais, que são um conjunto regular de contatos ou conexões sociais similares entre indivíduos e grupos. Segundo Higgins (2005), para Granovetter a relação social significa o contexto de interações em que se movimentam os agentes econômicos, por isso, o conceito de imersão visa “trazer de volta a noção de relação social que fica anulada pela ideia atomista de ator social” (p. 113). É por meio das redes que problemas tais como o da confiança, emergem e são resolvidos de forma simplificada como, por exemplo, a preferência tácita em negociar com pessoas cuja boa reputação é veiculada como uma informação barata e acessível a um maior número de agentes econômicos através de uma rede de relações (*idem*).

Para Granovetter, há dois temas fundamentais na composição do quadro analítico da NSE, os quais são igualmente caros à teoria econômica: ação e instituição. No entanto, diferentemente da perspectiva econômica (onde se tem a ação individual interessada e num quadro institucional dado), a ação é sempre e socialmente localizada e não pode ser explicada apenas pelos motivos individuais que possam tê-la ensejado; as instituições sociais são construídas para dar forma às estruturas sociais e são também criadas por elas, por isso não possuem uma forma definitiva, elas comportam uma dinâmica relacional que, nos termos da economia neoinstitucional de North (1990), são as “regras do jogo” e, também em termos sociológicos, são tanto aquelas regras formais quanto informais.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Para o economista D. North (1990), um dos aspectos das instituições, dentre os mais importantes, é aquele que explicita como elas afetam a performance de uma economia. Um dos mecanismos do crescimento e da estabilidade de uma firma se refere às condições que são criadas para produzir o resultado esperado, considerando, para isso, a inserção do mercado no mundo das políticas, na história, na cultura e nas instituições. O tempo é importante porque políticas e instituições são produtos do passado e condicionam as escolhas no presente. Lendo o passado, aprendendo com a história, entendemos como um conjunto de instituições e crenças formam o modo como os mercados se comportam no presente. Assim, as instituições são um conjunto de caminhos que estruturam a ação humana, definindo as “regras do jogo”, que são um conjunto de regras formais e informais, comportamentos, códigos de conduta e *enforcement*. O *enforcement* faz todo sentido quando nos referimos às instituições e aos aspectos formais e informais pois, do contrário, as pessoas poderiam escolher aquelas que lhes são mais favoráveis ou simplesmente ignorar todas as regras

Neste mesmo sentido, estas regras, sendo elas formais ou informais, são definidas por uma lógica política.

Tangenciando a abordagem norte-americana da NSE, outra análise do mercado é oferecida por Bourdieu (2002), para quem as instituições também exercem papel fundamental. Para ele, a vida econômica é resultante do encontro entre atores com uma disposição especial (*habitus*) no campo econômico. A estrutura social deste campo é marcada por disputas de poder entre as firmas as quais lançam mão dos diversos tipos de capital (financeiro, tecnológico, simbólico, social etc.) para impor sua visão no mercado e, assim, o campo se divide entre dominantes e dominados (Swedberg, 2005). Uma característica ressaltada por Swedberg (2004) em relação à perspectiva de Bourdieu refere-se à sua ênfase na questão do interesse, o que traz uma coloração mais realista para a sociologia econômica, por considerar que grande parte dos conflitos ocorrem pela tensão entre interesses divergentes. Longe de reativar uma perspectiva hobbesiana, especificamente no caso onde dois ou mais desejam a mesma coisa ao mesmo tempo, a questão do interesse é aqui colocada como conflito entre interesses distintos, o que, para além de impedir a ação no mercado, lhe confere fluidez e dinamismo – como apropriadamente expressou Weber (2009), com a noção de que o mercado é palco de uma pluralidade de interessados que competem por oportunidades de troca. Bourdieu (2002) também advoga a noção mais ampla de que o fato econômico é um fato social total, no sentido de Mauss – tomando a dimensão social como uma realidade e não como abstração –, onde o mundo social está presente em cada ação econômica. Daí sua constatação-chave em relação à ciência econômica que, segundo ele, “repousa sobre uma abstração originária que consiste em dissociar uma categoria particular de práticas, ou uma dimensão particular de qualquer prática, da ordem social na qual toda prática humana está imersa” (idem, p. 16).

Esta perspectiva do mercado como um campo é retomada por Fligstein (2001), com um olhar mais atento às estruturas de ação coletiva pelas quais os atores (individuais ou coletivos) constroem identidades, fazem coalizões, apresentam metas e visões sobre como deve ser o mercado ou uma firma. A sua abordagem pode ser caracterizada como político-cultural, onde, a partir da metáfora do mercado como política, busca ir além da

---

(North, 1990). As instituições são a chave para nosso entendimento da capacidade de ação das firmas e da sociedade, pois constituem os sistemas de incentivos de uma dada sociedade, fornecendo um quadro interpretativo que determina a ação no sistema econômico, porém, “não podemos ver, sentir ou tocar, ou mesmo medir as instituições, elas são construtos da mente humana” (North, 1990, p. 107).

noção de imersão da economia na vida social, por considerar que esta noção de Granovetter sugere uma linha divisória abrupta entre o que é “econômico” e o que é “social” (Swedberg (2004). Para Fligstein, a perspectiva da NSE, para ser robusta, precisa superar a rotina de demonstração das deficiências encontradas no paradigma neoclássico e, naquilo que toca à interpretação do que acontece nos mercados reais, discutir como as estruturas sociais se tornam realidade e como conseguem cumprir suas metas de estabilidade, ou como se transformam frente aos novos desafios.

A metáfora do mercado como política tem como ponto de partida duas proposições: 1) a formação do mercado faz parte da formação do Estado, uma vez que foi o Estado Moderno que criou as condições institucionais para promover a estabilidade nos mercados e, portanto, a criação de instituições se configura como um projeto político de atores poderosos (Fligstein, 2001a); 2) os processos internos do mercado refletem projetos políticos de luta pelo poder dentro da empresa e entre as empresas e, basicamente, tais lutas se dão em torno do poder de controlar a organização, onde os vencedores serão aqueles que apresentarem as metas mais convincentes de como a empresa deve funcionar e sobre como deve interagir com as concorrentes (idem).

O argumento-chave de Fligstein é que as instituições necessárias para criar um mercado são os direitos de propriedade (que definem quem pode reivindicar os lucros), as estruturas de governança (leis gerais que delimitam as circunstâncias da concorrência), as regras de troca (quem pode negociar com quem, e sob quais condições), e as concepções de controle (percepções sobre o funcionamento do mercado e formas de controlar as situações de instabilidade). Neste sentido, o mercado como política é uma perspectiva unificadora das concepções que se posicionam entre a ecologia populacional, da teoria organizacional e a abordagem das redes, da teoria estrutural, ampliando o foco para “a forma como as estruturas sociais são produzidas para controlar a concorrência e organizar a empresa” (Fligstein, 2001a, p. 28).<sup>5</sup> Não basta afirmar, portanto, que os mercados são fruto de uma construção social, é necessário investigar as condições (regras) e variáveis (percepções e história) que moldam um mercado específico.

---

<sup>5</sup> A ecologia populacional tem uma abordagem sobre os nichos que se formam no mercado, porém, com uma perspectiva que parece incompatível com a ideia de construção social, as redes, por outro lado, são estruturas esparsas “sendo difícil perceber como podem dar conta do que observamos nos mercados.” (Fligstein, 2001a, p. 28). A ambas, sustenta o autor, falta um modelo de política, falta um foco nas condições existentes previamente à formação das instituições econômicas e, tampouco, indicam como os atores reais constroem seus mundos.

A NSE também incorpora pesquisas de outras áreas que analisam os múltiplos mecanismos de coordenação que operam no mercado, sendo alguns, além dos preços, a qualidade e a incerteza sobre como avaliá-la (há problemas de coordenação quando há problemas de avaliação da qualidade dos produtos), a certificação e standardização (como resultantes de convenções estabelecidas pelos atores), os prescritores (Hatchuel, 1995) que difundem conselhos e informações aos consumidores e as redes sociais (Steiner, 2005). Dois exemplos neste caso são: a teoria do ator-rede (Callon, 1986), pela qual se argumenta que os objetos técnicos também exercem algum papel nas relações sociais por meio da operação de redes sociotécnicas; e a economia das convenções, que sustenta que problemas de coordenação são resolvidos quando há a construção partilhada de acordos, como ocorre com as convenções de qualidade (Duvernay, 2009). Neste ponto de vista mais amplo, que inclui as mediações que ocorrem entre agentes humanos e não-humanos, considera-se que há um quadro de dispositivos portando diferentes mensagens e que fazem fluir as relações nas quais os indivíduos se apoiam para formar um julgamento.

### **1.1 – Seguindo mercados reais**

Como visto, olhar o que acontece nos mercados reais tem sido o desafio dos sociólogos econômicos e, neste processo, alguns autores contribuíram para ampliar a massa empírica com estudos que se tornaram referências. Citamos dois exemplos:

1) Garcia-Parpet (2003), com o estudo sobre o mercado de morangos de mesa na França (em *Fontaines-en-Sologne*), mostra que com a chegada de um dirigente da câmara de agricultura local, promove-se a criação de uma nova estrutura de troca com informações acessíveis a todos, dado que no cenário anterior os produtores não tinham todas as informações no momento da venda, inclusive sobre os prazos para receber pelos produtos vendidos. Com esta reorganização, que envolveu a mediação de tecnologias para facilitar as vendas – por meio da instalação de um painel eletrônico que permitia acompanhar em tempo real o desenvolvimento das negociações –, tem-se um mercado que bem exemplificaria a noção de mercado perfeito, tal como pressuposto pelas teorias econômicas da concorrência perfeita. Mas, na realidade, a autora logrou mostrar que este mercado é puro produto “de uma construção econômica e social, realizada por um certo número de agentes dotados de interesses convergentes” (Garcia-Parpet, 2003, p. 5).

2) Zelizer (1978), estudando o mercado de seguros de vida, mostra como este mercado, para ser implantado nos Estados Unidos no final do século XIX, consumiu algumas dezenas de anos para desconstruir as resistências morais quanto ao comércio com a morte. Tais resistências, que tinham como base um sistema de valores contrários ao tratamento materialista da morte, foram quebradas não pela monetarização, mas por meio de uma ritualização religiosa do seguro, isto é, inserindo-o no princípio moral do cuidado (como um novo valor associado à vida e às responsabilidades civis – o bom pai de família é aquele que, ao morrer, não deixa seus entes em dificuldade, a depender da caridade dos crentes). A questão de fundo consiste em saber como é possível estabelecer um equivalente monetário para aquilo que está definido como algo além das preocupações materiais (Zelizer, 1978). Assim, como demonstra o estudo, na primeira metade do século XIX, os norte-americanos não estavam prontos para comercializar a morte, o seguro de vida fora rejeitado como um sacrilégio. Porém, com uma guinada no discurso religioso que culminou na transformação da avaliação monetária da morte em um ritual,

A morte cedeu ao *ethos* capitalista - mas não sem obrigar este último a disfarçar sua missão materialista em garbo espiritual (...). A “boa morte” não foi definida apenas em termos morais, a inclusão de um seguro de vida trouxe a previsão financeira como outro pré-requisito (Zelizer, 1978, p. 605).

Estes estudos mostram que a criação e evolução do mercado depende de um número importante de condições sociais e políticas, as quais contribuem em seguida para o seu funcionamento e colocam em xeque os postulados fundamentais da economia neoclássica. Como afirma Fligstein, já há suficiente material empírico e teórico que confirma estas teses. O avanço alcançado é ter ido além da enumeração das deficiências do paradigma neoclássico, por permitir entender como as estruturas sociais do mercado trabalham para atenuar os efeitos da concorrência ou de barreiras culturais, ou, em outros termos, como estas estruturas se tornam realidade e produzem estabilidade (Fligstein, 2001a).

A abordagem político-cultural de Fligstein, busca mostrar como a perspectiva sociológica preenche com mais vigor esta lacuna. O grande desafio colocado ao instrumental analítico da sociologia é encontrar quais estruturas sociais garantem que exista um curto, médio e longo prazo, ou seja, quais estruturas permitem lidar satisfatoriamente com o problema da estabilidade e, em boa medida, os exemplos empíricos citados tocam essa questão. Ambos demonstram que há uma construção social embasada naquilo que acontece previamente a qualquer atividade econômica, atestando

a existência de uma dinâmica relacional e um quadro de valores que determinam a criação e funcionamento do mercado em sua finalidade de troca de recursos escassos.<sup>6</sup>

De acordo com Fligstein, “os mercados são arenas sociais que existem para a produção e venda de algum bem ou serviço e são caracterizados por trocas estruturadas” (idem, p. 30). Esta visão das trocas como estruturadas no tempo, pressupõe instituições igualmente institucionalizadas, porque sugerem que os atores têm a expectativa de que se sustentarão com base nas interações repetidas e que, portanto, não podem prescindir das instituições sociais que lhes dão forma. Os direitos de propriedade, as estruturas de governança, as regras de troca e as concepções de controle são, assim, as instituições centrais na criação dos mercados.

## **2 – As concepções de controle são criadas num ambiente de disputas**

Fligstein oferece uma apresentação mais sistemática do mercado como um campo, dentro do qual temos atores estabelecendo disputas em torno de concepções de controle e, com isso, lutando para emplacar uma forma ao mercado, retratando projetos culturais que visam impor domínio e acessar formas de poder dentro do mercado. Assim, as concepções de controle definem a natureza das relações entre dominantes (*incumbentes*) e desafiantes (*challengers*), funcionando como *frames* cognitivos através dos quais, internamente, os líderes de uma firma interpretam as ações dos outros, ou, externamente, as firmas estimulam a construção de instituições para regular o funcionamento do mercado. Desde esse ponto de vista, as concepções de controle podem então ser definidas como o conjunto de “entendimentos que estruturam as percepções de como um mercado trabalha e permite aos atores interpretar seu mundo, e como as relações sociais reais produzem este mundo” (Fligstein, 2001, p. 70).

Dito de modo breve, “os campos contém atores coletivos lutando para produzir um sistema de dominação no espaço” (Fligstein, 2001, p. 15). O quadro de lutas internas produz uma cultura local que define as relações sociais entre os atores, isto é, define uma

---

<sup>6</sup> Outro exemplo é encontrado em Durkheim. É dele a afirmação que há algo não-contratual nos contratos, isto é, a questão da justiça como valor social, cuja construção se dá com o desenvolvimento da própria sociedade. Sua análise da evolução dos contratos mostra a forma como geraram estabilidade ao longo do tempo e por meios distintos. Seu início estaria na evolução do direito de propriedade que, nos primórdios, estava ancorado no senso religioso das comunidades antigas, onde prevalecia o entendimento de que “a propriedade só é propriedade se respeitada, ou seja, sagrada” (Durkheim, 2002, p. 221), passando pelo formalismo cerimonialista dos contratos, que se desenvolveu durante o período medieval, onde os gestos externos conferiam força e poder às palavras do contrato, até chegar ao modelo de contrato equitativo, onde “não basta que o contrato seja consentido, é preciso que ele seja justo” (idem, p. 286), e esse critério de justiça e equidade não é instituído contratualmente, ao contrário, o precede.



hierarquia de *status* e a definição das posições no campo passa, então, pelo reconhecimento mútuo daqueles que mais se beneficiam das metas das estruturas sociais, os atores dominantes; e daqueles que se beneficiam menos ou que apresentam metas alternativas, os desafiantes. Definidas estas posições, as interações no campo se tornam “jogos”, onde atores mais poderosos buscam reproduzir seu poder.

As concepções de controle são narrativas competentes – nos dois sentidos, de competição e de excelência – sobre o que deve ser o mercado e ao identificá-las é possível também identificar quem, quais atores, e por quais meios, em algum momento, teve o poder de impô-las enquanto uma concepção dominante. Desse modo, quando vista numa perspectiva externa ao ambiente da firma ou da organização, o *standard* industrial é um exemplo típico de aplicação bem sucedida de uma concepção de controle. Neste caso, uma empresa pode lançar um produto com características tais que outras firmas se veem obrigadas a segui-las, ou pode ocorrer uma pressão sobre o estado a partir de diversos interessados pela imposição de normas para um determinado setor ou para um mercado de produtos específicos.

Como exemplo de imposição de uma concepção a partir de iniciativas das próprias empresas, Fligstein (2001) menciona o que ocorreu na indústria de computadores onde duas marcas (*Microsoft* e *Intel*), ao utilizarem sistemas abertos, isto é, uma faz o *software* e a outra o *hardware*, fizeram recuar o crescimento dos sistemas fechados (principalmente da IBM e da Apple), empurrando-os para um nicho do mercado. Neste caso, uma das alternativas ao *standard* foi a diversificação, com a entrada em novos mercados para aumentar a probabilidade de sobrevivência e evitar a competição direta.

Alternativamente, ou por força da persistência de um ambiente de disputas predatórias, quando se apela à ação do estado para a construção de normas, temos atores pressionando por um equilíbrio das forças, onde também entra em questão o conflito entre padrões públicos ou privados para o mercado. Neste caso, as demandas do mercado sobre o estado se convertem então num projeto de institucionalização de uma dada concepção de controle a ser imposta a todos pela força da norma (Fligstein, 2001). Aqui bem se aplica a noção de mercado como construção social, uma vez que “fazer estes projetos institucionais serem bem sucedidos é inerentemente um projeto político (idem, p. 77).

O estado também pode estabilizar as ações das firmas ao criar concepções de controle por iniciativa própria, ou quando pressionado, definindo um quadro de comportamentos legais e ilegais no mercado. Nestas circunstâncias, a regulação estabelece metas de inclusão de determinado seguimento de firmas ou produtores, ao

mesmo tempo em que procura empurrar a competição para o campo dos preços, como é comum nos mercados regulados, dentre eles, o da alimentação.

A teoria dos mercados como campos também sugere uma leitura de como o estado, como um conjunto de campos, interage com os mercados como outro conjunto de campos – ou campos aninhados em outros campos, como na metáfora da boneca russa, mencionada por Fligstein e McAdam (2012). Os campos do estado consistem de agências públicas que fazem, interpretam e obrigam o cumprimento das regras numa determinada sociedade (Fligstein, 2001). De forma mais direta, o estado prepara o terreno para a ação estratégica dos outros campos, fornecendo as armaduras institucionais, a segurança jurídica e a previsibilidade, de modo que o direito de propriedade e os contratos sejam acobertados por alguma forma de garantia, um reforço à governança, que institui o terreno apropriado para a estabilidade dos mercados. Mas esta relação entre campos no interior do estado e campos fora do estado não existe sem conflitos. Ambos competem por recursos, há ação dos *lobbies*, há risco de captura regulatória.

Estes elementos teóricos nos trazem dois importantes *insights* para o nosso propósito de analisar a construção social de um mercado específico: a noção de concepção de controle, que nos permite buscar pelo tecido político que atuou na construção de normas e do *standard* de qualidade para o setor de alimentos orgânicos e como os atores locais se relacionam com ele; e a noção de construção social do mercado, que nos desafia a mapear as diferentes estratégias que permeiam sua formação e desenvolvimento.

## **2.1 – As concepções de controle operando na definição de uma qualidade específica**

A construção social dos mercados é também uma expressão daquilo que acontece no âmbito da concorrência entre as empresas, ou entre os produtores, e se traduz em formas de lutas pelo poder de impor padrões pelos quais um estilo de produção é defendido em detrimento de outros. Neste momento, a luta por impor uma concepção de controle é também uma luta pelo controle e isso pode empurrar uma parte do mercado para a formação de nichos especializados em determinados bens de consumo, basicamente diferenciados por indicadores de qualidade. A imposição de padrões de qualidade para os produtos orgânicos no Brasil, como ocorre em outras partes do mundo, segue esse projeto de institucionalização de uma concepção de controle.

Esta questão da qualidade, porém, está inserida num debate mais amplo e tem suas origens em diversas questões que, sob o ponto de vista da constituição de padrões para o

mercado agroalimentar, envolvem desde a emergência de redes supermercadistas e acordos bilaterais de comércio, até as questões inseridas nos debates internacionais sobre saúde e segurança. Conforme Dubuisson-Quellier (2003), a confiança, a segurança e a qualidade são as palavras-chave de um novo contrato social em torno da produção e do consumo alimentar que define, na prática, novas formas de associar atores plurais (políticos, produtores, atores do mercado, consumidores) às figuras também múltiplas (decisores, cidadãos, clientes, profissionais do mercado) em torno de interesses que nem sempre são estabilizados. A questão de fundo se torna explícita quando levamos em conta que a agricultura “ultrapassa o quadro dos problemas puramente agrícolas para interrogar pelo conjunto das escolhas, tornadas coletivas, que presidem os modelos de produção e consumo dos produtos agroalimentares” (idem, p. 98).

Para o propósito desta tese, importa explorar algumas perspectivas teóricas que abordam este tema da qualidade, como são construídos os consensos e como efetivamente ela se torna uma questão operatória no mercado agroalimentar.

Com um olhar colaborativo em relação à nova sociologia econômica, um grupo de autores analisa a questão da qualidade a partir da teoria das convenções, que tem seu foco na forma como as interações entre os indivíduos estabelecem legitimidade às decisões coletivas. Esta teoria pressupõe que o conflito é um problema de coordenação no mercado, resultante da pluralidade de concepções da qualidade dos produtos postas como problema fundamental do acordo (Duvernay, 2002). Outra abordagem, que contribui com a teoria das convenções, privilegia o papel dos dispositivos de intermediação na construção da qualidade, dentre outros, temos a análise da dimensão informativa das embalagens (Cochoy, 2006), ou do papel que outros dispositivos exercem na formação do julgamento, onde a qualidade mensurada não seria formalmente oposta à qualidade julgada, podem ser vistas como parte de um mesmo discurso sobre os produtos (Dubuisson-Quellier, 2003). Uma terceira contribuição analítica, desenvolvida por Callon e Muniesa (2003), busca entender como a mobilização de redes sociotécnicas influencia a definição da qualidade, isto é, como interagem pessoas e objetos técnicos para produzir uma noção unificada da qualidade.

Dialogando com estas e outras formas de ver a qualidade, Stanziani (2008), um economista e historiador da qualidade alimentar, faz um paralelo entre os discursos sobre a qualidade englobando-os em três correntes: a abordagem neoclássica, baseada na busca de equilíbrio na relação entre o preço e o custo de produção; abordagem da assimetria de informação, que supõe ser a exigência de rótulos um mecanismo seguro para reduzir

incertezas; e a abordagem da teoria das convenções, que sustenta que a qualidade é um construto baseado em noções compartilhadas. Estas abordagens, conforme argumenta, estão no limite da explicação da ligação entre qualidade e preço numa economia de mercado, onde cada uma dá conta de um aspecto particular, mas não têm força suficiente quando colocadas em confronto com a evolução da qualidade ao longo do tempo, onde se observa, inclusive, a própria mudança nos “gostos”. Ou seja, as três abordagens aprisionam um problema particular, o gosto, mas deixam de considerar que ele mesmo é um problema (Stanziani, 2008).

O problema não estaria, portanto, nas normas ou convenções, ou no modo como foram definidas, se indiretamente a partir de uma relação custo-benefício, ou se, mais diretamente, a partir de processos participativos. Como afirma Stanziani, historicamente as normas de qualidade não estão nem em oposição ao mercado (tese liberal neoclássica), nem são um complemento ao mercado imperfeito (teoria da assimetria de informação), nem, finalmente, uma simples sobreposição de pontos de vista sobre a qualidade (argumento dos convencionalistas), ao contrário, “as normas (...) constituem uma ferramenta útil para os atores econômicos, produtores, comerciantes e consumidores” (Stanziani, 2008, p. 100). A questão mais importante, neste caso, estaria relacionada com o contexto histórico que define o quadro dos interesses, dos gostos, das normas e convenções, isto é, a forma de conciliação que se estabelece em cada caso e como isso condiciona a estrutura dos mercados e as hierarquias econômicas (idem).

Stanziani (2008) menciona o avanço da teoria da convenções ao perceber que a qualidade exerce um papel importante na coordenação dos mercados, para além dos preços e das normas. Como exemplo, menciona como o Camembert de leite cru alcançou sucesso no mercado, apesar das incertezas sanitárias, porque os produtores e consumidores se entenderam sobre o que é a qualidade de um queijo específico (idem, 2008), contrariamente ao que faz a denominação de origem controlada AOC (*Appellation d'Origine Contrôlée*), que só pode exprimir as qualidades subjacentes, pressupostas como atributos encapsulados num *terroir*. No entanto, apesar de enunciar este avanço, ainda falta uma perspectiva sobre como foi construído esse entendimento sobre a qualidade, mesmo sob restrições sanitárias.

No contexto francês, os desentendimentos sobre as normas de qualidade remontam ao século XVII, quando se inicia a introdução da química na agricultura e, ao mesmo tempo, as disputas em torno do que vem a ser um produto agrícola natural. No início do século passado estas tensões se dirigem também para os desentendimentos sobre

o direito de propriedade das denominações, quando surge o dilema de saber se uma uva da Borgonha levada para Bourdeaux produziria um *Bourgogne* ou um *Bourdeaux*. Os produtores da Borgonha apelaram para o discurso de que sua produção deveria ser protegida por leis mais severas por ser um modo tradicional de produção. No entanto, os críticos deste pleito destacavam que isso não correspondia à realidade, posto que desde o ataque das pragas no final do século XIX, estes modos ancestrais praticamente desapareceram. Assim, os novos dispositivos legais do início do século passado evocavam uma tradição inexistente e que servia precisamente para “legitimar certas hierarquias econômicas” (Stanziani, 2008, p. 104). É também neste sentido que, até os nossos dias, as AOC se constituem como instrumental para disciplinar técnicas de produção sem mencionar a qualidade do produto por não ter propriamente um *standard*.

Num terceiro momento, as questões sanitárias surgem como um indicativo de qualidade, na perspectiva da saudabilidade dos produtos e da saúde dos consumidores. Isso cria um campo para ação do estado através da tutela da saúde pública (Stanziani, 2008), fazendo com que o consumidor ganhe em segurança, porém, pagando a mais por esse ganho. Um exemplo, seria o caso da “crise da vaca louca” na Europa que provocou o desaparecimento no mercado da carne padronizada e a multiplicação de rótulos de qualidade, com conseqüente aumento de preço (dados os custos de certificação) e, neste caso, os consumidores menos favorecidos foram penalizados (idem, p. 97).

Para o caso da produção orgânica no Brasil, o contexto não é muito diferente, embora a história seja mais curta. No início, a necessidade de definir exatamente o que é este produto, colocado em oposição aos produtos tipificados como convencionais, leva a uma síntese dos modos similares de produzir (que adotavam nomes diferentes, como, por exemplo, natural, biológico, biodinâmico, permacultura etc.) sob a nomenclatura de orgânicos. Na disputa por regulação, o estado introduz a tutela da saúde e assume as múltiplas dimensões que caracterizam o produto orgânico, carreadas para o espaço decisório por movimentos sociais, grandes produtores, certificadoras e varejistas, porém, todas centradas numa noção de qualidade que tem na saúde a sua fonte de publicidade.

O mercado brasileiro de produtos orgânicos passa a contar, então, com uma regulação altamente abrangente e, por meio da forte presença do estado, tem mostrado eficiência em garantir os mecanismos de vigilância e controle da qualidade a partir de três formas de garantia, quais sejam, a auditada, a participativa e o controle social – que, nos termos de Fligstein (2001), aponta para um quadro de estabilização do mercado. As normas, que definem o que é propriamente o produto orgânico, se aplicam a todas as

etapas da cadeia e têm como alvo certos indicadores de saudabilidade derivados de um sistema específico de cultivo, porém não vinculados territorialmente. Sinteticamente, o *standard* de qualidade do produto orgânico incorpora um modelo de agricultura no qual as dimensões ecológica e humana são colocadas como atributos da qualidade e este *standard*, por sua vez, não se limita a um *script* de técnicas e conhecimentos locais a serem observados (como no caso do *standard* industrial), é, antes, construído num espaço de intensas disputas culturais – como demonstra Silva-Mazon (2009) a propósito do que ocorre em todo o campo dos produtos agroalimentares.

## 2.2 – As concepções de controle operando num mercado específico

Os mercados reais expressam todas as situações possíveis referentes ao funcionamento das instituições e às incertezas sobre como assegurar a permanência das firmas. Assim, uma concepção de controle é acionada para permitir que os atores econômicos possam competir, cooperar e trocar (Fligstein, 2001a). Paralelamente, o estado é frequentemente convocado a desenvolver mecanismos de regulação que evitem a competição predatória e a imposição de barreiras de entrada por uma parte do mercado. Desse modo, as arenas nas quais os estados atuam para estabelecer as regras são os direitos de propriedade, as estruturas de governança e as regras de troca (*idem*). A seguir, examinamos brevemente quatro proposições de Fligstein que evocam a estrutura analítica desta tese.

1) Segundo Fligstein (2001a), é no campo de construção e aplicação das leis que se dão as disputas pela definição e imposição de uma concepção de controle, o que tem a ver com o conteúdo das leis e sua aplicabilidade para certas empresas e, como argumenta, “tais leis nunca são neutras, pois favorecem certos grupos de empresas” (*idem*, p. 32). Como veremos, no caso da construção das normas brasileiras para os produtos orgânicos, esta presença do estado evitou que, por exemplo, os padrões privados desenvolvidos por setores da agroindústria viessem a prevalecer como única fonte de informação da qualidade – e isto determina a prevalência de uma concepção de controle tutelada e controlada pelo estado.

2) As pressões sobre o estado geralmente têm a finalidade de forçar a imposição de um ponto de vista e os grupos mais poderosos são geralmente os mais contemplados pelas regras. Neste caso, as pressões podem advir de duas fontes: outros estados (e, conseqüentemente, de suas empresas); e mercados existentes seja no âmbito local ou

global. Segundo Fligstein, “Conforme vem crescendo a interdependência econômica entre os estados, houve uma explosão de acordos entre eles sobre direitos de propriedade, estruturas de governança e regras de troca” (2001a, p. 35). Veremos, em relação a este ponto, como o Estado brasileiro incorporou estas pressões, assumindo-as explicitamente na primeira proposta de legislação para os produtos orgânicos, com a Portaria MA n.º 505, de 16 de outubro de 1998.

3) O início de um novo mercado se assemelha àquilo que acontece com um movimento social, onde temos atores lutando em torno de uma aposta, de uma identidade coletiva e de oportunidades políticas (Fligstein & McAdam, 2012). Neste momento, a concepção de controle funciona como uma identidade coletiva, permitindo que muitos grupos se identifiquem com ela e que outros apresentem concepções alternativas (Fligstein, 2001). Quanto a isso, a disputa entre os defensores da agroecologia, invocada como uma identidade dos movimentos sociais rurais, e os produtores de orgânicos, sem necessariamente estarem vinculados com a militância em movimentos sociais, expressa como no início da regulação do mercado no Brasil havia basicamente duas concepções de controle disputando espaço, uma focada no produtor e outra focada no mercado.

4) O estado pode atuar como indutor na construção de uma concepção de controle unificada tendo, para isso, que enfrentar o problema de equilíbrio de poder no âmbito da regulamentação. Como afirma Fligstein, “isso ocorre em mercados regulados como os de medicamentos, alimentos, telecomunicações, serviços públicos, bancos e mídia” (2001a, p. 39). A ação do estado brasileiro, quanto a isso, se deu no sentido de vincular o conceito de produto orgânico ao quadro de ideologias que se apresentavam, até então, de forma conflitante. Uma solução intermediária foi alcançada com a introdução das duas vertentes, preservando suas identidades, a agroecologia e a produção orgânica, no âmbito das normas construídas a partir de 2002.

A definição do *standard* de qualidade orgânica impôs a questão de como desenvolver mecanismos de coordenação para os mercados locais. No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, fatores como a extensão rural, a certificação e o acoplamento da oferta às regiões de maior poder aquisitivo, oferecem um indicativo de como uma concepção de controle opera num mercado de produtores e consumidores, e no qual a presença governamental será imprescindível para o funcionamento da venda direta, a parte menos capitalizada do mercado.

A abordagem desta tese, portanto, vai esmiuçar um modelo de regulação que pretende dar conta, simultaneamente, do controle do mercado, da inclusão de pequenos

produtores e das garantias de qualidade a serem observadas por todos. Estes pontos estão na base do consenso que vai culminar na primeira lei brasileira sobre o assunto, no ano de 2003 (a Lei 10.831). Esta lei faz entender que, no espectro da codificação social do produto orgânico, está um entrelaçamento de processos cognitivos e procedimentos técnicos que o qualificam desde as condições de plantio, colheita, embalagem e transporte, até a entrega para o consumo, e estes processos de aprendizado e procedimentos técnicos estão ao alcance também do pequeno produtor.

Uma triangulação para a leitura desta tese se refere, pois, à forma como *os valores e visões de mundo* em torno do alimento orgânico estão compactados na *concepção de controle* que cria o *mercado* para estes produtos. Para o caso do nosso objeto de estudo, no mercado da RMBH coexistem todas as expressões possíveis previstas no *standard*: a agroecologia do meio rural e a agroecologia urbana e seus movimentos, buscando um mercado local; a agroindústria orgânica e sua forma de distribuição inserida na logística convencional; e a produção orgânica em pequena escala, com produtores não vinculados ao pensamento e valores de um movimento social específico, buscando um mercado para seus produtos. Em todos estes casos, temos atores igualmente interpretando e se relacionando com as normas e pleiteando uma posição de reconhecimento no mercado, ou seja, não se trata de amenizar os efeitos do conflito em torno de visões e valores, mas sim, analisar como os atores coletivos aplicam as regras suscitadas pelas instituições que foram construídas para este mercado.



## CAPÍTULO II

### A dimensão dos processos de regulação

O histórico de construção das normas para o mercado de alimentos orgânicos no Brasil retrata a formação de uma arena em torno de objetivos e visões bastante distintas sobre o que é um produto orgânico. De início, uma diferença essencial pode ser percebida entre duas concepções de controle: uma forma de olhar a produção, por um grupo de atores; e uma forma de olhar o mercado, por outro. Da mesma forma, temos dois movimentos importantes ocorrendo paralelamente à definição do *standard* de qualidade para este mercado: do lado governamental, as agências estatais e técnicos do quadro burocrático, dotados de um conhecimento que também se construiu enquanto avançavam as demandas por regulação do setor; e, do lado da sociedade civil, temos aqueles que atuavam na produção orgânica visando atender à demanda crescente no varejo, e também na exportação, e os movimentos de agroecologia, organizados a partir de movimentos sociais do campo.

A principal reivindicação dos setores da sociedade civil, no início dos anos 1990, era pela institucionalização de normas para a produção e distribuição de alimentos orgânicos. O desafio enfrentado, entretanto, era diferente em cada um destes setores: entre uma forma de valorizar o produtor, do lado dos movimentos sociais; e uma aposta no desenvolvimento do mercado, notadamente pelas lentes da qualidade, que era então o principal interesse dos grandes produtores orgânicos e agências certificadoras que já contavam com padrões próprios.

Neste confronto de pautas, a concepção de qualidade defendida pelos setores da produção em larga escala tinha em mira um modelo de mercado que vinha apresentando grande crescimento (especialmente os supermercados, lojas especializadas e exportação). Diferente disso, a perspectiva dos movimentos sociais do campo se mostrava mais acentuada na construção de mecanismos capazes de atender aos interesses dos produtores

da agricultura familiar, posto que não contavam como prioridade o debate sobre a certificação da qualidade, vista como um mecanismo estratégico da agroindústria.

Estes movimentos sociais se mostravam favoráveis ao reconhecimento oficial de um mercado pautado na institucionalização das experiências de comercialização existentes para o pequeno produtor (por exemplo, a venda direta ou as feiras), reivindicando a presença reguladora e políticas de fomento. Mesmo entre estes movimentos havia um quadro de propostas difusas, porém, construiu-se um entendimento de que a regulamentação seria um caminho para harmonizar as formas de comercialização numa perspectiva inclusiva, conferindo maior importância aos processos produtivos, o que inclui as especificidades culturais e econômicas locais.

Por outro lado, os setores ligados às grandes cadeias, e focados na temática da qualidade, como dispositivo de um nicho de mercado, igualmente passam a exercer influência e apresentam pautas mais específicas, como é o caso das redes de varejo que começavam a operar no Brasil e também de governos internacionais interessados na importação de orgânicos. A principal demanda destes dois setores, para os quais os contornos do mercado já estavam definidos, era por mecanismos mais claros e eficientes de controle da qualidade e equiparados às normas internacionais. O que se buscava, em linhas gerais, era aumentar o leque de produtos certificados e daqueles com qualidade de exportação, atendendo, para isso, às exigências sanitárias dos países compradores (Farina, 2002; Guivant *et al.*, 2003; Medaets & Fonseca, 2005; Fonseca *et al.*, 2009). Neste caso, a distribuição é o foco e as formas de organização ou de coordenação na produção mimetizam o mercado de produção convencional.

Para trazer à tona, mais precisamente, a construção desse marco legal e a dinâmica das disputas políticas que marcaram esta construção, apresentamos uma análise dos principais processos sociais internalizados e, em seguida, operacionalizados no âmbito governamental. Há, portanto, uma perspectiva histórica e política que precisa ser esmiuçada e, para tanto, levantamos uma questão de partida que orienta esse percurso:

*(Q1) Como foi construído o marco regulatório da produção orgânica no Brasil e como este chega ao mercado em todos os seus modelos de atividade mercantil na produção, distribuição e consumo?*

Como uma primeira resposta teórica, a hipótese aqui levantada é a de que o marco regulatório foi fruto da construção política de um *standard* de qualidade e seus mecanismos de certificação. Isso nos permite considerar que, em se tratando de regulação,

o que temos, na realidade, é a compactação de interesses diversos em normas que definem princípios gerais para a produção, certificação e distribuição. Assim, o que resulta das articulações políticas no pano de fundo desse marco regulatório é, dito nos termos de Fligstein (2001), uma concepção de controle. Aqui também faz todo sentido acionar outra afirmação de Fligstein sobre o fato de que as pressões sobre o estado podem vir de duas fontes: de outros estados (e, conseqüentemente, de suas empresas); e dos mercados existentes no nível local, ou mesmo no plano global, à medida em que aumenta a interdependência econômica entre os estados, culminando na explosão de acordos entre eles sobre os direitos de propriedade, as estruturas de governança e as regras de troca (Fligstein, 2001a).

Exploraremos estas múltiplas perspectivas, a partir de uma análise que busca resgatar parte do tecido político que atuou na construção dessas normas, bem como as influências teóricas e políticas daqueles atores que efetivamente tiveram o poder de impor a concepção de controle. Esse processo de regulação tem na sua base uma história de debate político entre atores reais: alguns buscando treinamentos dentro e fora do Brasil, circulando pelo mundo, levando e trazendo experiências, constituindo círculos de estudos e pesquisas sobre agroecologia e produção orgânica em universidades e centros de pesquisas – o que traz um impacto para os quadros burocráticos, com o aumento no número de atores versados nestas ideias e habilitados a dialogar com as diferentes tendências; outros, no caso dos agricultores e agricultoras, articulados em movimentos de defesa do meio ambiente, da reforma agrária, da agricultura familiar, do reconhecimento do trabalho das mulheres, dentre outros; outros, ainda, interessados mais diretamente na harmonização das normas para resolver um problema de coordenação no mercado, ou simplesmente ter um mecanismo de comercialização acessível.

## Seção 1

### **Agroecologia e produção orgânica: a construção política do *standard* de qualidade e seus mecanismos de certificação**

Esta parte da pesquisa foi organizada a partir da captação de informações publicadas no Diário Oficial da União (DOU),<sup>1</sup> de onde selecionamos os atos do Poder Executivo e outros órgãos da estrutura do Governo Federal num intervalo de 23 anos (1990-2013).<sup>2</sup> A consulta a esta fonte se fez necessária posto que não encontramos outra que apresentasse um compilado das normas, convênios etc., mostrando suas implicações para a organização do mercado.<sup>3</sup> Tal é, portanto, o esforço que será aqui empreendido, visando elucidar como e por quais meios se consolidaram as atuais instâncias normativas e os padrões para o mercado de orgânicos. Como instrumento complementar, realizamos entrevistas com alguns atores-chave, dentre eles, representantes de movimentos de agroecologia que participam da atual Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), por ser esta a principal responsável pela definição de normas e políticas para o setor.<sup>4</sup>

Por se tratar de um tema cuja história é relativamente recente no Brasil, tomamos como referência o ano de 1990 – quando, como constatado, aparece pela primeira vez o termo “agroecologia” nas publicações oficiais – e a data final em 31 de dezembro de 2013. Desse intervalo foram selecionados 1197 atos, os quais consideramos que são representativos do universo de temas relacionados com nossa pesquisa.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://portal.in.gov.br/> (vários acessos em várias datas).

<sup>2</sup> Como se trata de um meio para veicular as publicações oficiais, o DOU nos permitiu acessar as ocorrências que são representadas pelo complexo de decretos, portarias, instruções normativas, normas técnicas, além de extratos de convênios e de autorizações sobre diversos temas relacionados com a formação em agroecologia e produção orgânica.

<sup>3</sup> O trabalho de Medaets e Fonseca (2005), que será a nossa principal referência para o período até o ano 2002, vai nessa direção de análise, porém está limitado à primeira fase do processo.

<sup>4</sup> Alguns representantes da sociedade civil, membros desta comissão, tiveram atuação também nos primeiros períodos e, portanto, trazem contribuições importantes para esta parte historiográfica.

Utilizando uma metodologia de análise de conteúdo, que permite a transformação dos conteúdos em unidades e orienta as análises sistemática, qualitativa e quantitativa (Bardin, 2009), organizamos as variáveis de acordo com o Quadro 1:

DIMENSÕES	VARIÁVEIS	DESCRITORES
• LEGISLAÇÃO	Leis, decretos, portarias, instruções normativas e normas de execução.	Agregado de publicações referentes ao tema da agroecologia e produção orgânica.
• CONVÊNIOS	Apoio às ONGs agroecológicas; Programas de cooperação nacional e internacional Repasse direto; Financiamentos; Patrocínios; Pesquisa; Cooperação e Projetos.	Atos referentes à assinatura de convênios envolvendo transferência de recursos para: órgãos de pesquisas, organizações civis, escolas técnicas e universidades; chamada de projetos; patrocínios.
• FORMAÇÃO	Quadros técnicos; Pós- doutorado; Doutorado; Mestrado; Graduação; Palestras; Professor visitante; Concursos; Criação de cursos Alteração curricular; Cooperação	Atos autorizativos de saída do País; concursos para professor nas universidades federais e Institutos Federais de Educação – ensino médio e superior; concursos para pesquisadores nos órgãos Federais (Embrapa, universidades e Institutos Federais); alterações de grades curriculares com a inclusão da disciplina agroecologia; criação, autorização e avaliação de cursos de agroecologia, graduação e mestrado, em universidades e Institutos Federais.

Quadro 1 – Descrição das dimensões e variáveis referentes aos atos publicados no D.O.U. no período entre 01/01/1990 a 31/12/2013.

Fonte: elaboração própria, com base nos dados disponíveis em: *Agroeco-DOU2013*.

### 1.1 – Observações iniciais

Após uma análise preliminar dos dados gerados com esta pesquisa,<sup>5</sup> é possível verificar que os temas da agroecologia e os correlatos, agricultura alternativa, agricultura orgânica, agricultura natural etc., têm um notável crescimento no âmbito das publicações governamentais a partir do ano 2002, coincidindo com o período final dos debates para a elaboração da futura Lei 10.831/2003 [*que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências*]. Este crescimento é notável em relação a todas as variáveis observadas, aqui agrupadas de acordo com as dimensões apresentadas no Quadro 1.

<sup>5</sup> Para uniformizar as remissões à base de dados desta pesquisa, a mesma foi nomeada de *Agroeco-Dou2013*.

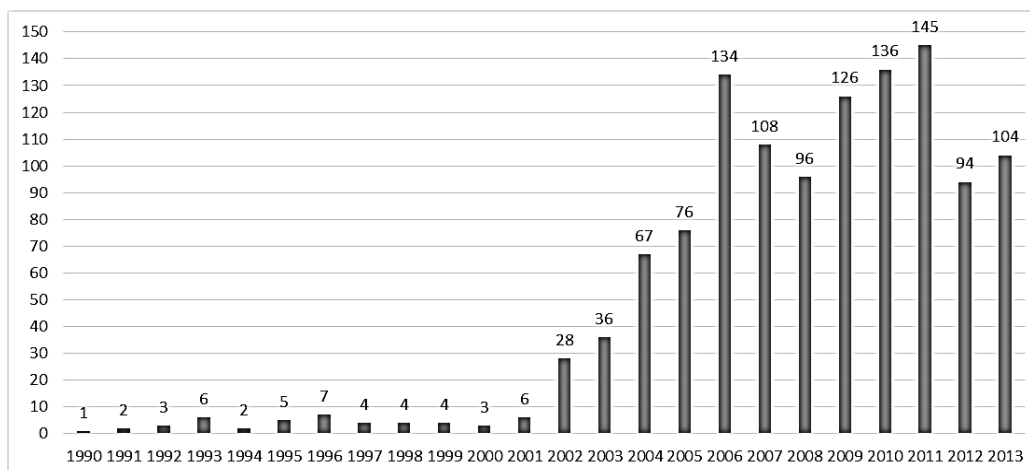


Figura 2 – Frequência de atos do poder executivo ou outros órgãos da estrutura do Governo Federal.  
Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

Alguns dados permitem a possibilidade de realizarmos comparações, o que melhora substancialmente a forma de ler essa evolução da temática. Por isso, considerando a possibilidade de reconstituição de parte da história da regulamentação do mercado de alimentos orgânicos no Brasil, definimos uma periodização em três momentos-chave:

- a) Período anterior à publicação da Lei 10.831/2003 (1990-2002);
- b) Período intermediário: regulamentação e implementação da Lei 10.831/2003 (2003-2012);
- c) Período atual: construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instalada a partir de agosto de 2012.

## 1.2 – Legislação: o desenvolvimento do marco legal brasileiro

### 1.2.1 – Primeira fase: agroecologia e produção orgânica – a construção de um conceito de qualidade orgânica (1990-2002)

Esta primeira fase refere-se ao período no qual ainda está em consolidação um entendimento acerca dos conceitos de agroecologia e agricultura orgânica. Na prática, isso vinha se tornando urgente e necessário devido à existência de vários processos de cultivo semelhantes, porém, originados em concepções políticas e visões de mundo bastante distintas (Medaets & Fonseca, 2005; Farina, 2002). Em primeiro lugar, a adoção de um conceito unificado aumentaria a possibilidade de definir o padrão de qualidade e, em segundo lugar, na década de 1990, há um aumento importante dos modelos de mercado denominados de “alternativos” impulsionados por organizações não-governamentais e movimentos sociais rurais, operando principalmente em pequenas

feiras, sedes de ONGs e associações, ou na venda direta (Fonseca *et. al.*, 2009). Neste período há também um aumento na demanda por estes produtos nos supermercados, mesmo que ainda num cenário de incerteza sobre os parâmetros de qualidade e certificação – e este setor é basicamente atendido pela produção em maior escala.

Numa breve síntese, podemos afirmar que naquela década iniciaram-se as primeiras movimentações dos setores da sociedade civil e que trouxeram à tona os seguintes atores: *i*) os movimentos que começavam a abandonar a referência na “agricultura alternativa” e a se unificar em torno da “agroecologia” como identidade política,<sup>6</sup> o que, estrategicamente, permitia ampliar o leque das forças; *ii*) as empresas certificadoras, um setor que começava a crescer no país; *iii*) os países potencialmente importadores dos produtos orgânicos e, em consequência, de suas empresas certificadoras ou potenciais compradoras; *iv*) governos e parlamentares, os quais são desafiados a entrar no debate, assumindo o papel de coordenação das forças políticas que irão atuar na construção das normas para o setor (Medaets & Fonseca, 2005).

Estes atores evidenciavam uma tensão quanto às expectativas que traziam, especialmente, naquilo que se referia à concepção do que é um produto orgânico, e nisto, duas visões se confrontavam de forma mais sistemática – e que aqui são consideradas como duas concepções de controle em disputa. A primeira, identificada com o crescimento do mercado para os alimentos orgânicos, apresentava reivindicações que contemplassem também a possibilidade de ingresso no mercado internacional e tinha, para isso, as empresas certificadoras como principais representantes (Farina, 2002). Neste caso, o que buscavam era uma normalização que pudesse colocar a produção brasileira num patamar de qualidade semelhante ao dos países que adotavam referências baseadas, em geral: nas normas da *International Organization for Standardization (ISO)*,<sup>7</sup> que apresenta definições gerais de qualidade e das formas de auditoria; combinadas com as metas da *International Federation of Organic Agriculture Movements (Ifoam)*, que permite integrar as normas ISO à produção orgânica e, ao mesmo tempo, estabelecer

---

<sup>6</sup> Esta identificação como “alternativos” os colocava numa condição política difusa, uma vez que a alternatividade se referia às múltiplas formas de produção que divergiam da forma convencional, patronal, mecanizada etc. (Farina, 2002). Ao desvincular-se dessa identificação, estes movimentos buscam, ao mesmo tempo, agregar-se em torno de uma identidade política que melhore a condição de entrada no quadro das disputas por normas e padrões.

<sup>7</sup> A série ISO 9000 refere-se aos padrões para o gerenciamento dos sistemas de qualidade, a série 14000 à gestão ambiental. Segundo Farina (2002), na realidade a norma que mais incide sobre a questão dos orgânicos é a ISO 65, que fornece diretrizes para a gestão de qualquer sistema de certificação.

pontes para o acesso de pequenos agricultores aos sistemas de certificação; e nos parâmetros do *Codex Alimentarius* (FAO/ONU), que aponta aos governos dos países diretrizes para abordar as questões de saúde e segurança dos consumidores.

A segunda tendência, pontuada pelos movimentos rurais e outras entidades ligadas de alguma forma ao tema, reivindicava o reconhecimento de outros mecanismos de garantia da qualidade que, do mesmo modo que a certificação por auditoria, podiam operar dentro dos padrões, porém, a um custo mais acessível aos pequenos agricultores. Em geral, estes movimentos consideravam que os sistemas de certificação remunerados, como modelo de gestão da qualidade, eram úteis e poderiam contribuir para o desenvolvimento dos padrões brasileiros, aproximando-os dos parâmetros internacionais. No entanto, devido aos custos, poderiam se tornar instrumentos de concentração de renda no topo da pirâmide, uma vez que o setor poderia avançar para um patamar de qualidade altamente técnico mas, ao mesmo tempo, altamente excludente em relação aos pequenos produtores. Como solução, as experiências de “garantia participativa” passaram a ser defendidas como um procedimento igualmente eficiente e que, portanto, precisariam ser reconhecidas e amparadas pela legislação.<sup>8</sup>

As primeiras discussões para a regulamentação dos alimentos orgânicos são perpassadas por outros significados os quais vão além da mera normalização como critério geral para entrar nos mercados, mostrando os limites do pressuposto de que somente isso bastaria para solucionar o problema da assimetria de informação. A diferenciação entre normalização e regulamentação (ou normatização) se torna analiticamente importante pois, no primeiro caso, desde o início dos anos 1990, o Brasil já contava com a atuação de certificadoras e a normalização, na perspectiva dos movimentos agroecológicos, poderia representar, tão somente, a formalização dos interesses das entidades que controlavam estas certificadoras. A regulamentação, por sua vez, passa a ser vista como um mecanismo de coordenação das diversas tendências que se apresentavam neste setor e, ao mesmo tempo, como uma forma de trazer o estado para o controle do mercado.

---

<sup>8</sup> No final dos anos 1990, a partir de uma forte reação dos movimentos sociais, é criada na região Sul do Brasil a Rede Ecovida de Agroecologia, que passa a representar a principal iniciativa do sistema de certificação em grupo. Segundo Medaets e Fonseca (2005), este sistema “se insere na lógica da certificação por auditoria externa, mas se operacionaliza de maneira diversa: a certificação não é concedida a um indivíduo e sim a um grupo formal de agricultores. Considera-se que esse sistema possui um elevado grau de adequação para o perfil social e econômico da agricultura familiar” (p. 30).



### 1.2.1.1 - As primeiras reações no âmbito do governo, no meio acadêmico e agências de pesquisas

Neste ambiente diversificado, os textos legais também refletiam a ausência de um conceito único a ser adotado pelas normas, nomeando estas práticas indistintamente como “agricultura ecológica”, “alternativa”, “natural” ou “agroecológica”, conforme a linguagem observada nas várias publicações oficiais daquele período. Ao mesmo tempo, esta sequência de publicações indica a entrada do Governo Federal no assunto, mesmo que ainda de forma desarticulada e, por vezes, ambígua. Num primeiro momento, esse interesse se dá através de ações do Ministério do Meio Ambiente,<sup>9</sup> em parte por causa da vinculação da agroecologia com as questões ambientais, especialmente a promoção da agricultura sustentável e ambientalmente correta. A partir de 1993, a temática começa a chegar ao Ministério da Agricultura sob a perspectiva de desenvolvimento agrário sustentável.

Neste período, entre 1990 e 2002, são realizados os primeiros levantamentos de experiências de produção orgânica no Distrito Federal e outros nove estados (não mencionados nas publicações), através de convênios entre a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e ONGs relacionadas com a pesquisa e formação em agricultura orgânica – ainda nomeadas de natural ou ecológica.<sup>10</sup>

Ao longo desses doze anos, são desenvolvidos alguns projetos de apoio à formação do pequeno agricultor, através de ações do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com organizações civis, especialmente: *no estado do Maranhão* (com a “Associação Agroecológica Tijupá” - TIJUPÁ); *no Espírito Santo* (com a “Associação Escola Comunidade da Boa Esperança” - AEC-ES); *no Rio Grande do Sul* (com a “Cooperativa de Produção Agropecuária de Trindade do Sul” - CPATS-RS, e com o “Centro de Tecnologias Alternativas Populares” - CETAP); *em Santa Catarina* (com a “Associação Vianeí” (VIANEI); e *em São Paulo* (com a “Associação ELO”). Tais projetos priorizavam a formação dos agricultores nas técnicas de produção orgânica e

---

<sup>9</sup> Convertido em Secretaria do Meio Ambiente entre 1990-1992, e retornando à denominação atual como Ministério do Meio Ambiente a partir de 1992. Cabe o registro da rápida passagem pelo MMA do cientista e ativista José Lutzenberger (entre 1990 e 1991), um dos mais destacados ambientalistas do período e fundador da “Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural” (AGAPAN), em 1971. No ano de 1983 escreveu um pequeno texto sobre agricultura biológica por ocasião da realização do “I Curso de Agricultura Biológica”, ocorrido em Porto Alegre – este texto pode ser considerado um dos primeiros registros técnicos sobre produção orgânica e agroecológica no Brasil. Cf. a esse respeito: < <http://agapan.blogspot.com.br/> >.

<sup>10</sup> As duas principais entidades foram a “Associação de Agricultura Ecológica do Distrito Federal” (AGE/DF) e a “Assessoria e Serviço a Projetos em Agricultura Alternativa” (ASP-PTA/RJ).

também a capacitação destes para lidar com o mercado para seus produtos, e estas entidades convenientes estavam, na época, dentre as mais identificadas com uma didática específica para o produtor familiar.

A partir de 1993, o Ministério da Agricultura (MA) entra no assunto celebrando um primeiro convênio com o “Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural” (CENTRU), para oferecer formação em agroecologia no Sertão do Pajeú (PE), seguido de outros convênios, como: formação em agroecologia para os povos Xavantes em convênio com a “Associação de Agricultura Ecológica do Distrito Federal” (AGE-DF); com a “Associação de Agricultura Orgânica” (AAO-SP), para o desenvolvimento de projetos de capacitação e treinamento em agroecologia para agricultores familiares. A partir deste ano, percebe-se a introdução da noção de agroecologia nos materiais informativos e publicações destes movimentos.

Em 31 de agosto de 1994, o então “Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária”, publicou a Portaria n.º 146/1994 criando um grupo de trabalho interno para sistematizar as propostas encaminhadas à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), para tratar da normatização de produtos orgânicos. Este grupo foi composto por membros do ministério, representantes da área de pesquisa agrônômica e da área veterinária do governo federal.<sup>11</sup> No mesmo ano, em despacho de 14 de outubro, o então denominado “Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal”, autorizou o afastamento do país de um servidor lotado neste ministério para participar de reunião de representantes oficiais, em Montevidéu, para uma discussão conjunta sobre “as providências dos países do Mercosul sobre produção e certificação de produtos orgânicos”.<sup>12</sup>

As universidades também começam a incorporar a temática, desenvolvendo cursos de extensão ou solicitando ao Ministério da Educação autorização para inserir a disciplina “agroecologia” nas grades curriculares, principalmente nos cursos de agronomia, e também abrindo concursos específicos para professores nesta disciplina. Alguns exemplos são: em 1994, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) abre edital para contratação de professor adjunto para a disciplina Agroecologia I e II; a Universidade Federal de Viçosa (MG), faz convênio com a “Associação das Escolas das

---

<sup>11</sup> Não foi localizado o relatório dos trabalhos desta comissão. A Portaria 146/1994 foi localizada em: DOU, segunda-feira, 5 set. 1994, edição n.º 170, seção 2, p. 170.

<sup>12</sup> Fonte: dados da pesquisa.

Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia” (AECOFA), visando a “formação de profissionais das ciências agrárias sob o enfoque agroecológico”, em 1996; e em 1998 a Universidade Federal de Lavras (MG) realiza, através da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FAEPE), um estudo multicaso no Norte e Noroeste de Minas Gerais, enfocando o desenvolvimento de experiências agroecológicas.

Neste mesmo período, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) amplia sua inserção no assunto, lançando editais para a contratação de pesquisadores em agroecologia. No ano de 1993, a unidade de pesquisas denominada “Centro Nacional de Pesquisa de Biologia do Solo”, localizada em Seropédica (RJ), é convertida na atual “Embrapa Agrobiologia”, com a constituição de um quadro de pesquisadores na área de produção orgânica.<sup>13</sup>

#### **1.2.1.2 - Primeira proposta de trabalho conjunto governo x entidades civis**

Em setembro de 1994 foi criado o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPOrg), pela Portaria MA n.º 190/1994. Este comitê teve a participação das organizações não governamentais, com um representante para cada região do país. Como representantes da esfera governamental, entraram o Ministério da Agricultura, a Embrapa, o Ministério do Meio Ambiente e universidades (Medaets & Fonseca, 2005). Conforme Medaets e Fonseca (2005), teriam participado as seguintes organizações civis: “Associação de Agricultura Orgânica” (AAO-SP), que em 1996 também passou a certificar orgânicos (Farina, 2002); “Associação de Agricultores Biológicos” (ABIO-RJ); “AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia” (RJ); “Cooperativa Ecológica Coolmeia” (RS), que é uma cooperativa de consumidores; e o “Instituto Biodinâmico” (IBD-SP) que se dedicava essencialmente à formação e capacitação, mas, a partir de 1999 passa por uma reestruturação, separando a agência certificadora (selo IBD) do Instituto Elo, este, encarregado pelos cursos do Instituto Biodinâmico (Farina, 2002).

Num primeiro momento, esta composição pretende representar a multiplicidade dos interesses que se apresentavam naquele estágio do processo. Há representantes da agricultura orgânica, que será mais tarde tratada como diferenciada da agroecologia; da agricultura biológica, cujo nome é de inspiração francesa e atesta a indefinição em relação

---

<sup>13</sup> Fonte: [www.cnpab.embrapa.br/aunidade/historico](http://www.cnpab.embrapa.br/aunidade/historico).

ao conceito de agricultura orgânica (Farina, 2002); representantes da agricultura familiar; dos consumidores; e das certificadoras. Do lado governamental, entram atores ligados às áreas de gestão e pesquisa, especialmente pelo comprometimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e das universidades.

O CNPOrg tinha as seguintes atribuições: propor as estratégias para a certificação de produtos agropecuários orgânicos em todo o território nacional; elaborar estudos para a implantação de um registro nacional de instituições certificadoras e propor os requisitos necessários para o respectivo credenciamento; propor a elaboração e forma de manutenção de um cadastro nacional dos produtores rurais e agroindustriais de produtos orgânicos.<sup>14</sup>

Segundo Medaets e Fonseca, este comitê não alcançou de imediato um consenso:

O comitê trabalhou por dois anos e os principais dissensos eram: (i) quanto ao mérito da certificação – se era necessário ou mesmo conveniente ter uma regulamentação para a certificação de produtos orgânicos; e (ii) quanto ao modelo de certificação – que incluía definir quem deveria ser os [organismos certificadores – OCs] e qual o processo de certificação a ser adotado (Medaets & Fonseca, 2005, p. 45).

### 1.2.1.3 - Primeiros resultados do trabalho conjunto

Um dos primeiros resultados efetivos do CNPOrg foi o lançamento de uma consulta pública através da Portaria n.º 505/1998. Esta consulta resultou na Instrução Normativa n.º 007/1999, publicada pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária,<sup>15</sup> em maio de 1999. Referenciada no amplo conhecimento desenvolvido no âmbito internacional e nas reivindicações das entidades locais, esta instrução normativa define, no *caput* do seu Artigo 1.º:

Considerando a crescente demanda de *produtos obtidos por sistema ecológico, biológico, biodinâmico e agroecológico, a exigência de mercado para os produtos naturais e o significativo aporte de sugestões nacionais e internacionais decorrentes de consulta pública sobre a matéria*, com base na Portaria MA n.º 505, de 16 de outubro de 1998, resolve: estabelecer as normas

<sup>14</sup> As ações deste comitê decorreram no mesmo período em que tramitava no Congresso Nacional o projeto de lei para o setor dos orgânicos (que viria a ser a Lei 10.831 de 2003).

<sup>15</sup> Tendo, a partir de 2001, adotado a atual denominação de Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme alteração feita pela medida provisória n.º 2.216-37, de 31 de agosto de 2001.

de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal (IN n.º 007/1999 – itálicos nossos).

A definição da qualidade para os produtos orgânicos busca integrar as diversas práticas: na produção, indicando os vários sistemas que reivindicavam regulação; e, no mercado, definindo estes produtos apenas como “naturais”, não acrescentando outros referenciais de qualidade. Ao mesmo tempo, esta norma indica que as fontes que contribuíram para os regulamentos são de caráter nacional e internacional.

Para instrumentalizar esta IN n.º 007/1999, buscou-se uma definição unificada para a produção orgânica, definindo como “*sistema orgânico de produção agropecuária e industrial*”, todo aquele que adota tecnologias que não agridam o meio ambiente e que otimizem “*o uso de recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais*”. Em termos técnicos, a produção deve ser fundamentada no uso de fontes renováveis de energia, na eliminação do emprego de “*agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados-OGM/transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção*” (IN n.º 007/1999).

Três observações são aqui importantes. Primeiro, ainda não há um consenso acerca do que vem a ser propriamente um produto orgânico e tampouco a agroecologia, sendo vista pelos movimentos do campo como componente de uma identidade política e pelos centros de pesquisa e universidades, mais comumente, como um sistema de produção orgânica. Segundo, a introdução dos termos “agrotóxicos” e “transgênicos” constitui um marco nas reivindicações dos movimentos sociais,<sup>16</sup> posto que se tratava de uma pauta articulada por uma rede de movimentos que se opunham ao emprego de insumos químicos e sementes geneticamente modificadas na agricultura. Um exemplo dessa articulação foi o movimento que se formou, no final da década de 1990, em torno

---

<sup>16</sup> Este termo, no entanto, já era definido em lei desde o ano de 1989, pela Lei n.º 7.802 de 11/07/89 [que *Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências*] nos seguintes termos: Art. 2º *Para os efeitos desta Lei, consideram-se: I - agrotóxicos e afins: a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.* Fonte: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17802.htm).

da campanha “Por um Brasil Livre dos Transgênicos” (Santos, 2009). Terceiro, embora tenha contemplado parte das reivindicações dos movimentos sociais, o texto é omissivo no que se refere à definição de políticas de incentivo para a agricultura familiar, a principal pauta dos movimentos de agroecologia.

Estes primeiros resultados, consolidados na instrução normativa, assentam uma concepção de qualidade orgânica que veio a se tornar definitiva, incluindo nesta concepção as diversas características a ela associadas: saúde ambiental e humana; elevado valor nutricional; relação com a biodiversidade dos ecossistemas; interação entre agricultor e consumidor de produtos orgânicos. Para efetivar estas informações num *standard*, a norma define uma lista de produtos permitidos e a serem controlados pelas certificadoras, cujas atribuições são também definidas nesta Instrução Normativa (IN).

Neste período, a regulamentação existente era ainda instável e fraca, e esta IN vem representar um primeiro esforço, embora sem ter uma posição clara em relação a outros pontos polêmicos como, por exemplo, a questão da garantia na venda direta de produtos em fresco que é, tradicionalmente, um nicho da agricultura familiar. Por tal razão, os movimentos de agroecologia consideraram que esta norma atendia apenas ao setor mais capitalizado da agricultura, tendo como argumento a seu favor o próprio texto que, no inciso 6.º, define que o controle da qualidade orgânica será exercido exclusivamente por instituições certificadoras credenciadas junto ao Colegiado Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg).

A seguir, apresentamos um quadro sucinto da regulação que cobre toda essa primeira fase e seus principais resultados:

<b>Ato normativo</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Resultados</b>
▪ Portaria SDA/MA n.º 190, setembro 1994	Cria o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPOrg) para propor estratégias para a certificação de produtos orgânicos.	- Organização de uma plataforma de trabalho e formas de retorno / participação da sociedade.
▪ Portaria SDA/MA n.º 505, outubro 1998	Trata da produção, processamento, acondicionamento e transporte de produtos orgânicos (consulta pública por 90 dias).	Instrução Normativa SDA/MA n.º 007, maio 1999.
▪ Portaria SDA/MAPA n.º 17, junho 2001	Estabelece os critérios para o credenciamento das entidades certificadoras de produtos orgânicos (consulta pública por 30 dias).	Instrução Normativa SDA/MAPA n.º 006, janeiro 2002.

Quadro 2 – Primeira fase da legislação de produtos orgânicos no Brasil antes da Lei 10.831/2003  
Fonte: baseado em Fonseca (*et. al.* 2009).

#### 1.2.1.4 - A perspectiva de duas pesquisas sobre esta primeira fase

Este quadro de tensões e conflitos surgidos no período de construção dos primeiros regulamentos é mencionado num projeto de consultoria contratada pelo CNPq (processo institucional: 52.0874/01-3), no ano de 2001 com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de normas, processos de certificação e programas de acreditação de certificadoras de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar para comercialização no mercado interno e externo.<sup>17</sup>

Em essência, este estudo visava subsidiar um processo de harmonização das normas, tendo constatado que, dentre outras coisas:

- (i) existem processos de certificação nacionais que não estão de acordo com as normas internacionais e com a IN n.º 007/1999;
- (ii) os altos custos e a complexidade (exigência rigorosa da documentação e das informações da unidade produtora) dos processos de certificação tradicional dificultam sua adoção pelos agricultores familiares e pequenas agroindústrias artesanais;
- (iii) o desconhecimento das normas e dos processos de certificação para produtos orgânicos por parte de diversos segmentos, público e privado, da cadeia produtiva;
- (iv) existem diferentes concepções do processo de certificação dos orgânicos e semelhantes (agroambiental, comércio justo, solidário);
- (v) não existe clareza dos mecanismos usados pelas ONGs quanto à escolha da representatividade para as esferas decisórias sobre normas, processos de certificação e de acreditação de OCs [organismos certificadores] de produtos orgânicos, gerando reclamações de seus pares;
- (vi) não há documentos em linguagem acessível aos agricultores familiares, trabalhadores rurais e consumidores sobre normas e os processos de certificação;
- (vii) não há integração em nível federal e estadual das entidades envolvidas com o tema, ainda sem definição clara do desenho institucional para acreditação das certificadoras junto ao mercado externo;
- (viii) a demora na promulgação de uma legislação adequada e na adoção dos mecanismos de controle dos processos de certificação no país está permitindo a banalização do termo “orgânico” nos rótulos dos produtos, podendo levar a fraudes e descrédito dos produtos orgânicos junto aos consumidores, bem como barreiras técnicas ao comércio nacional;
- (ix) o pouco envolvimento do governo federal e governos estaduais, para atender aspectos de legislação e fiscalização de produtos orgânicos brasileiros para o mercado interno e externo (Medaets & Fonseca, 2005, p. 49-50).

A partir deste estudo, Guivant (*et al.*, 2003) aponta alguns focos de tensão entre associações de produtores, ONGs, certificadoras e pesquisadores:

Os argumentos dividem-se entre os que se posicionam contra a comercialização nos supermercados por considerar que estabelecem *contratos que prejudicam*

---

<sup>17</sup> Não foi localizado o relatório final deste trabalho. Utilizamos algumas referências feitas por Medaets e Fonseca (2005) e por Guivant (*et al.*, 2003), este, em formato digital, “Os Supermercados e o Consumo de Frutas, Legumes, Verduras, (FLV) Orgânicos Certificados”, disponível neste endereço: [www.planetaorganico.com.br](http://www.planetaorganico.com.br).

*significativamente o produtor familiar e elitizam o consumo de orgânicos, e os que sustentam as vantagens e inevitabilidade de entrar nas redes de varejo principalmente nos grandes centros urbanos sem por isto ter que renunciar aos princípios e valores que orientam tal produção, garantindo um mercado permanente, possibilidades no planejamento da produção, e recebimento relativamente em dia. Estes argumentos refletem o dilema que enfrentam produtores e distribuidores de alimentos orgânicos sobre se permanecer como um movimento social, uma nova forma de estimular o desenvolvimento social, ou como mais outra cadeia produtiva de alimentos (Guivant *et al.*, 2003: Os Supermercados e o Consumo... itálicos nossos).*

Neste período, portanto, podemos perceber um conflito cultural intenso. Pouco ainda se conhece a respeito do mercado e há pouca informação aos consumidores. Além disso, a própria necessidade de certificação passa a ser questionada, o que traz à tona outro dilema, o risco do próprio mercado banalizar o produto orgânico, construindo seus próprios critérios de qualificação a serem apresentados nos rótulos, ou de elitizar o consumo a partir da comercialização nos supermercados e lojas especializadas.

Outro documento da época, este resultante de um *workshop* realizado pelo Sebrae de São Paulo, intitulado “Estudo do Sistema Agroindustrial de Produtos Orgânicos no Estado de São Paulo” (Farina, 2002), e conduzido pela escola de administração da USP (Centro de Conhecimento em Agronegócios – PENSA), que pode ser caracterizado como um estudo de viabilidade econômica para o setor do agronegócio, identificou dois grandes pontos de conflito no sistema, um de natureza institucional e outro de cunho organizacional: do lado institucional, a dificuldade de controlar o oportunismo, dado o crescimento do mercado e a ineficiência das normas (ambiente institucional fraco); do lado organizacional, o crescimento das organizações, certificadoras, empresas e associações de interesse privado, movimentos de agroecologia, e aumento dos canais de distribuição (expressando um ambiente organizacional mais complexo).

Segundo este estudo, numa linguagem própria da economia neoinstitucional, o que afetava a organização e crescimento do setor era a assimetria de informações entre produtores e consumidores. Desprovidos de canais adequados de informação sobre a qualidade e diante dessa complexa estrutura disputando uma concepção de controle, os consumidores acabavam por apostar naqueles produtos cujas certificadoras tinham maior reputação no mercado (Farina, 2002).



A assimetria de informação é também considerada como fonte de oportunismo, uma vez que o produtor certificado lida com informações – e seus custos – sobre o produto e sobre as técnicas definidas no *standard* que não estão ao acesso de todos, possibilitando a outros produtores o comportamento oportunista ao oferecer produtos nos quais se menciona a sua qualidade de ser um “produto natural”, dado o impedimento de utilizar o termo “orgânico” (o que era permitido apenas para produtos certificados). Além disso, esse comportamento, dito oportunista, expressava o modo como o conceito de “orgânico” vinha, aos poucos, se tornando um identificador de marca, um direito de propriedade reivindicado pelas certificadoras e restrito àqueles que entravam no caro sistema de certificação.

Quanto à movimentação econômica do setor de certificação, o estudo do CNPq (2001) identificou que no período estavam em ação cerca de 30 certificadoras (20 nacionais e 10 internacionais). Além disso,

As exportações brasileiras absorviam 70% do volume total certificado, gerando 130 milhões de dólares para o Brasil em 2001 (Exame, 28/05/2002), incluindo-se produtos como, soja, café, suco concentrado de laranja, açúcar, castanha, óleo de dendê, óleo de babaçu, erva-mate, banana, guaraná, fécula de mandioca, especiarias e óleos essenciais (Guivant *et al.*, 2003: Os Supermercados e o Consumo...).

Em resumo, o que fora demonstrado com a pesquisa do CNPq (2001), e confirmado de forma contundente no *workshop* organizado pelo Sebrae-SP, se concentra em pontos como: o desconhecimento da legislação, especialmente a IN n.º 007/1999; os altos custos e complexidade (incluindo o desenho da burocracia) dos processos de certificação; as diferentes concepções permeando o campo da produção orgânica e as formas de comercialização (agroambiental, comércio justo, solidário), dentre outros (Medaets & Fonseca, 2005, p. 49-50).

### **1.3 – Segunda fase: a construção e regulamentação da Lei 10.831/2003 (2003-2012) – novos conceitos, novos conflitos.**

Um marco importante deste período foi a publicação da Lei 10.831/2003, e cujo decreto de regulamentação foi publicado em 2007 (Decreto 6323/2007). Decorrente dessa lei, a parte referente à certificação e controle avança bastante em comparação com as partes referentes às políticas e meios de financiamento do pequeno agricultor. Para a certificação e controle, portanto, temos um arcabouço normativo mais complexo e

adequado à nova lei: a IN n.º 054/2008 (cria as comissões da produção orgânica); a IN n.º 064/2008 (regulamenta os sistemas orgânicos de produção animal e produção vegetal); a IN n.º 017/2009 (trata do extrativismo orgânico); a IN n.º 018/2009 (regulamento técnico para processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos; e a IN n.º 019/2009 (que regulamenta os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica).

Os pontos de tensão mudam e, agora, os movimentos de agroecologia passam a pleitear mais espaço para a agricultura familiar e a adaptação das normas para este segmento, não no sentido de burlar as definições legais, mas em relação à “burocracia” (documentação, registros e etc.) que exige as mesmas condições tanto para o grande produtor, quanto para o pequeno, conforme afirmou uma entrevistada, representante da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes-RJ):

- *A agricultura familiar precisa de um tempo para se ajustar e precisa de incentivos para isso... A gente defende que as normas sejam adaptadas à realidade do agricultor familiar que geralmente apresenta dificuldade até para organizar a documentação exigida (GE, 24/01/201).*

### **1.3.1 – Avanços e limitações que persistem após a nova legislação**

Em relação com o período anterior, a Lei 10.831/2003 mantém um esforço de unificação da nomenclatura, prevalecendo a denominação de “agricultura orgânica” para referir-se a todo modelo de prática agrícola que adota medidas semelhantes no manejo do solo. Assim, a denominação de “orgânico” substitui no corpo da lei os vários sistemas produtivos particulares, a saber, conforme o Art. 1, §. 2.º: [os modos então denominados de] *ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei (Lei 10.831/2003).*

A agricultura orgânica é então definida, de acordo com o Art. 1.º:

[como] todo aquele [sistema] em que se adota técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais

sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (Lei 10.831/2003).

O termo “agroecologia”, que ainda não aparece na Lei 10.831/2003, será acrescentado em atos posteriores. Até a publicação desta lei, a agroecologia era entendida como um dentre outros sistemas de produção, o sistema agroecológico (conforme o § 2.º do Art. 1). A expressão “produção agroecológica” aparece somente uma vez no texto desta lei. A “agroecologia” vai figurar de forma mais sistemática nos atos normativos a partir de 2007, com a publicação da Portaria MAPA n.º 59, de 9 de abril, que cria o grupo de trabalho para a abordagem da agroecologia e de sistemas de produção orgânica. O que se percebe, então, é que a legislação começa a dar sinais de abertura para a inclusão do pequeno produtor no sistema, e isso vai ser determinante para a incorporação de outras formas de garantia da qualidade.

A introdução do termo “agroecologia” no texto da lei indica também a inclinação do Poder Executivo às demandas dos movimentos sociais, posto que estes adotam esta referência como algo mais do que um sistema de produção natural dentre outros. Neste caso, defendem que a legislação seja um marcador da diferença entre o modelo de produção orgânica de base patronal, com um perfil mais dirigido ao mercado, e o modelo de base familiar, com maior ênfase nas reivindicações pela melhoria nas condições de trabalho e renda dos agricultores e agricultoras. Uma entrevistada aponta como essa distinção ocorre no plano das negociações da política nacional para o setor, definindo também a coexistência do binômio “orgânico” vs. “agroecológico”:

- *Importante ressaltar que o movimento dos “orgânicos” sempre foi à parte. É no processo de construção do PLANAPO [Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica] que se aproximam agroecologia e “orgânicos”, mas com dinâmicas bem distintas (SD, 27/01/2014).*

Com os movimentos sociais tendo se reunido em torno de uma identidade coletiva, a luta pela agroecologia se torna uma aposta que inclui em suas pautas as questões relacionadas com a participação das mulheres na agricultura familiar, as questões relativas aos povos quilombolas, indígenas, extrativistas, assentados da reforma agrária, juventude rural etc. Podemos ver o crescimento dessas reivindicações a partir do aumento nas demandas por convênios com agências públicas visando a promoção de cursos (formação e treinamentos nas técnicas e no conhecimento agroecológico), patrocínios de

congressos e outros eventos, financiamento de experiências produtivas e implantação de infraestrutura, dentre outros.

Essa efervescência de movimentos de agroecologia e de produtores orgânicos, demandando políticas específicas, se faz notar pelo volume de documentos oficiais visando organizar o setor. Neste período, entre 2003 e 2012, foram publicados pelo poder executivo cerca de 54 documentos de regulação e de constituição de comissões e conselhos (através de lei, decretos, portarias, instruções normativas e resoluções). Dada a importância desse conjunto de normas, que derivam da publicação da Lei 10.831/2003, e que exigem uma reorganização nas estruturas de gestão, apresentamos de forma condensada um apanhado das mesmas:

- A Lei 10.831/2003 – que dispõe sobre a agricultura orgânica e que aqui é entendida como divisor de águas, mas ainda insuficiente no que se refere às políticas para o setor.
- 7 Decretos – que visam estimular a produção orgânica; instituir grupos de trabalho; alterar a composição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF, 2003) e criar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN, 2006), em ambos os casos inserindo o tema da agroecologia nas respectivas pautas; regulamentar a Lei 10.831/2003.
- 25 Portarias – criando grupos de trabalho interministerial; submissão de projetos de Instrução Normativa a consulta pública; aprovando a criação de cursos técnicos em agroecologia; e, a mais significativa, a Portaria n.º 158, de julho de 2004, pelo MAPA, que normatiza a Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPORG) e as comissões estaduais (CPOrg-UF). As CPOrgs estaduais foram criadas nas seguintes datas:

<b>CPOrg-UF</b>	<b>DATA DE CRIAÇÃO</b>	<b>CPOrg-RN</b>	<b>20 de maio de 2009</b>
CPOrg-PB	16 de novembro de 2004	CPOrg-RR	25 de maio de 2009
CPOrg-ES	31 de março de 2005	CPOrg-MG	17 de junho de 2009
CPOrg-BA	12 de abril de 2005	CPOrg-RO	3 de julho de 2009
CPOrg-GO	12 de abril de 2005	CPOrg-MT	21 de outubro de 2009
CPOrg-PR	22 de abril de 2005	CPOrg-DF	2 de setembro de 2009
CPOrg-PE	29 de abril de 2005	CPOrg-AC	16 de setembro de 2009
CPOrg-SE	11 de maio de 2005	CPOrg-PA	10 de março de 2010
CPOrg-RJ	1 de agosto de 2005	CPOrg-SP	21 de maio de 2010
CPOrg-PI	3 de agosto de 2005	CPOrg-CE	07 de junho de 2010
CPOrg-MA	25 de julho de 2005	CPOrg-MS	25 de julho de 2011
CPOrg-AM	13 de julho de 2006	CPOrg-RS	13 de outubro de 2011
CPOrg-AP	4 de dezembro de 2007	CPOrg-SC	21 de novembro de 2011
CPOrg-TO	12 de dezembro de 2007	CPOrg-AL	23 de março de 2012

Quadro 3 – demonstrativo das CPOrgs estaduais, de acordo com a data de criação.

Fontes: <http://portal.in.gov.br/> e [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br).

- 8 Instruções Normativas e 1 (uma) Norma de Execução, regulamentando a composição das comissões estaduais de produção orgânica (CPOrg); aprovando normas técnicas e mecanismos de controle para a garantia de qualidade orgânica.
- 10 Resoluções – regulamentando procedimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); promoção do abastecimento com alimentos de base agroecológica; apoio à agroecologia dentro do “Plano Brasil Justo e Solidário”; normatização da aquisição de alimentos orgânicos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A Lei 10.831/2003, que começou a tramitar no Congresso Nacional no ano de 1996 (Fonseca, et. al., 2009), avança no reconhecimento e regulamentação de outros mecanismos de garantia. Além da certificação por auditoria externa, prevê o sistema

participativo, ou certificação em grupo, como uma das soluções para a certificação dos pequenos produtores que não podem arcar com os custos do sistema auditado – este modelo é fortalecido pelas experiências desenvolvidas na região Sul do país. Para o caso da venda direta, o controle social, exercido por Organismos de Controle Social (OCS) devidamente cadastrados e autorizados pelo MAPA, é regulamentado a partir de 2007.

### 1.3.1.1 – Ampliação dos modelos e normas de certificação

Dado o conflito entre diferentes concepções de produção orgânica, a legislação brasileira regulamenta, por fim, o funcionamento de três mecanismos de garantia da qualidade dos produtos orgânicos: a certificação por auditoria, a certificação participativa, e o controle social. Além disso, as modalidades de certificação por auditoria e por sistema participativo devem obrigatoriamente utilizar o selo padronizado do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), nele constando o sistema de certificação, conforme os modelos:<sup>18</sup>



Figura 3 – Selo oficial unificado para produtos certificados, incluindo o sistema de certificação.  
Fonte: [www.agricultura.gov.br/](http://www.agricultura.gov.br/)

Este selo padronizado tem a vantagem de garantir que qualquer produto que o apresente está dentro dos mesmos padrões de qualidade, independente da certificadora e do sistema de certificação. O selo do SisOrg passa a indicar que o foco da qualidade orgânica é o processo de produção e não a certificadora que o avalia. Antes da padronização, o selo de qualidade era produzido pela própria certificadora e isso acarretava problemas de informação ao consumidor e, ao mesmo tempo, uma tendência a reforçar as marcas destas certificadoras. Com o selo padronizado, consolida-se a noção de sistema de produção orgânica, onde as certificadoras figuram como parceiras do sistema e não como definidoras dos processos.

<sup>18</sup> O “Manual de Aplicação do Selo Oficial para Produtos Orgânicos” (MAPA, 2009), assim descreve a concepção do selo: *A folha verde como elemento principal remete à pureza do produto, por ser a parte mais delicada da planta. Aproveitamos a letra “O” da palavra orgânico para sugerir o sol por trás do horizonte, principal fonte de energia para o plantio.* Fonte: Brasil (2009). Manual de aplicação do selo oficial para produtos orgânicos. Brasília: MAPA/SDA. Disponível em: [http://brazil.ecocert.com/sites/brazil.ecocert.com/files/manual\\_selo\\_sisorg\\_0.pdf](http://brazil.ecocert.com/sites/brazil.ecocert.com/files/manual_selo_sisorg_0.pdf).

O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), criado em maio de 2009, é composto de várias instâncias normativas e técnicas e, dentre elas, o “Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia” (Inmetro) tem o papel de realizar os procedimentos de acreditação dos Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) que pretendam atuar na certificação de orgânicos. A acreditação constitui, portanto, o primeiro passo e, somente após esta etapa e o respectivo credenciamento, a entidade pode atuar como certificadora. Depois disso, o ritual é o mesmo para todos os OAC: adesão do produtor a um organismo certificador; visitas de inspeção; ações técnicas da certificadora (que inclui análises de solo, da água e de outros recursos utilizados na produção), avaliação de conformidade; autorização do uso dos selos oficiais; inspeções, semestrais ou anuais.

A lei também permite que a certificação seja feita tanto por certificadoras nacionais, quanto internacionais, ou por parcerias entre elas, desde que devidamente acreditadas junto ao Inmetro. Dentre as principais instituições certificadoras que atuam no Brasil, temos:

<b>SIGLA</b>	<b>RAZÃO SOCIAL</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>ATUAÇÃO</b>	<b>UF</b>	<b>SISTEMA</b>
OIA	Organização Internacional Agropecuária	Argentina	Internacional	SP	Auditoria
ECOCERT	ECOCERT Brasil	França	Internacional	SC	Auditoria
IMO	Instituto de Mercado Ecológico	Suíça	Internacional	SP	Auditoria
BCS Öko	BCS Öko-Garantie do Brasil Ltda.	Alemanha	Internacional	SP	Auditoria
CMO	Certificadora Mokiti Okada	Brasil	Nacional	SP	Auditoria
TECPAR	Instituto de Tecnologia do Paraná	Brasil	Nacional	PR	Auditoria
CHÃO VIVO	Associação Chão Vivo	Brasil	Nacional	ES	Auditoria
IBD	IBD Certificações Ltda.	Brasil	Nacional e internacional	SP	Auditoria
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária	Brasil	Nacional	MG	Auditoria
SPG-ABIO	Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro	Brasil	Nacional	RJ	Participativo
ANC	Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região	Brasil	Nacional	SP	Participativo
ABD	Associação Biodinâmica	Brasil	Nacional	SP	Participativo
REDE ECOVIDA	Associação Ecovida de Certificação Participativa	Brasil	Nacional	SC	Participativo
OPAC-Cerrado	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica	Brasil	Nacional	DF	Participativo

Quadro 4 – Exemplo de algumas das certificadoras que atuam no Brasil.

Fonte: elaboração própria.

Para exemplificar os custos atuais de um processo de certificação por auditoria, propusemos a três destas certificadoras uma simulação, com base nas seguintes informações: área entre 2 e 6 ha; produção principal de frutas, legumes e verduras (FLVs). As informações retornadas são as seguintes:

<b>Certificadora</b>	<b>UF</b>	<b>Sistema</b>	<b>Custo anual</b>	<b>Metodologia</b>
TECPAR CERT	PR	Auditoria	R\$ 2.400,00	Avaliação inicial e cinco auditorias de supervisão semestral.
IMA	MG	Auditoria	R\$ 266,46	Auditoria de certificação inicial / Manutenção anual / Emissão de selos de certificação para agricultura familiar – (R\$ 2,64) por 1.000 selos
ECOCERT	SC	Auditoria	R\$ 1.800,00	- podendo chegar até cerca de R\$ 35.000,00 em projetos de maior escala / A metodologia é a mesma, conforme a legislação.

Quadro 5 – Custo aproximado de um processo de certificação por auditoria.

Fonte: elaboração própria, com dados obtidos junto às certificadoras.

\* As certificadoras foram selecionadas de acordo com as particularidades seguintes: uma agência de atuação nacional (Tecpar), uma agência pública estadual (IMA) e uma agência que certifica também para o mercado internacional (Ecocert).

O Quadro 5 mostra que duas certificadoras praticam preços relativamente próximos. Cada entidade representa uma origem distinta: a Ecocert, é de origem francesa; a Tecpar, sediada no Paraná. Divergindo dessa margem de preços temos, o IMA, uma entidade pública criada pelo governo de Minas Gerais, e operada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). Esta entidade, a primeira instituição pública no Brasil a ser credenciada para certificar orgânicos, iniciando em dezembro de 2012, tem como proposta cobrir apenas os custos básicos do processo.<sup>19</sup> Para o caso de certificação pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), não foi possível estimar um valor médio, posto que os custos são rateados entre os participantes e variam conforme o número de adesões.

A garantia por controle social que passa a ser reconhecida a partir de 2007, com o decreto n.º 6323, tem como norma básica a constituição de um grupo local para exercer o papel de controle, denominado então de Organização de Controle Social (OCS) – esse modelo será analisado mais detalhadamente no próximo capítulo.

### **1.3.2 – A mobilização social no período**

Podemos caracterizar o período posterior à publicação da Lei 10.831/2003, como um período de intensa mobilização dos movimentos sociais, universidades, entidades privadas e associações civis. Um aspecto importante a ser destacado se refere à constante articulação entre os diversos atores, promovendo atividades coletivas de formação e construção do conhecimento agroecológico. O que se tem de mais notável, no que se refere aos motivos e significados dessa mobilização, diz respeito à consolidação da agroecologia simultaneamente como uma disciplina acadêmica e como uma aposta dos movimentos sociais.

<sup>19</sup> Fonte: [www.agricultura.mg.gov.br/noticias/2467-ima-e-credenciado-para-certificar-organicos](http://www.agricultura.mg.gov.br/noticias/2467-ima-e-credenciado-para-certificar-organicos) e Emater (Escritório local de Capim Branco).

Para um breve retrato, neste período ocorreram oito edições do “Congresso Brasileiro de Agroecologia”, com a mais recente no ano de 2013 (25 a 28 novembro) em Porto Alegre/RS; quatro edições do “Congresso Latino-Americano de Agroecologia” (a última em Lima, no Peru, no mês de setembro de 2013); três edições do “Encontro Internacional de Agroecologia”, promovido pela Unesp (o último em agosto de 2013, na cidade de Botucatu-SP); diversos seminários estaduais e regionais de agroecologia, inclusive durante os anos de 2012 e 2013 – como, por exemplo, o “I Encontro Mineiro de Agroecologia”, realizado em Belo Horizonte nos dias 30/09 a 02/10/2013; dentre outros.

Com a publicação da Lei 10.831/2003, aumentou a demanda também por políticas sociais voltadas para a promoção e fortalecimento da agricultura familiar, percebida como uma forma de reforçar os mecanismos de desenvolvimento local de base sustentável, um dos eixos da agroecologia. Dentre tais políticas, os movimentos sociais reivindicam, segundo algumas entrevistas e documentos oficiais:

- *Nós do MST, defendemos nos debates do plano que deveríamos iniciar um processo de redução gradual do uso de defensivos agrícola e transgênicos, iniciando com regiões de concentração de agricultores familiares, áreas próximas as cidades e povoados, beira de rios lagos e nascentes, chapadas, pantanal, parques e reservas ambientais. Defendemos que exista uma linha de crédito específica para agroecologia, desvinculada do atual Pronaf para facilitar o acesso e fortalecer quem está na atividade e que quer iniciar a produção de alimentos saudáveis. Mas isso ficou só no debate, não houve consenso com os representantes do governo. Portanto, o crédito para agroecologia ficou dentro do Pronaf e dentro de vários ministérios, pulverizado e com difícil acesso (FC, 22/01/2014);*

Nas atas da reunião de instalação da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) são mencionados, mais sinteticamente, outros pontos importantes trazidos pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que representa uma rede de movimentos de agroecologia em escala nacional:

- i) “promoção do acesso ao crédito com a identificação das medidas necessárias para atender sistemas de base agroecológica”;
- ii) “chamadas de ATER<sup>20</sup> com enfoque da agroecologia e com participação da sociedade civil”;
- iii) “envolvimento mais forte da Embrapa”;
- iv) “editais do CNPQ ampliados e continuados”;

---

<sup>20</sup> Assistência Técnica e Extensão Rural.



v) “plano de redução do uso de agrotóxicos”.<sup>21</sup>

Estas reivindicações apontam para a necessidade de uma mudança estrutural no setor, sustentada por uma política específica e por um plano de ação a serem construídos com a ampliação da participação dos representantes da sociedade civil nas instâncias de decisão. Além dessas reivindicações, a percepção da lei é mais ou menos afinada entre os movimentos de agroecologia, conforme expressou extensamente um membro do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá), representando a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO):

- *Um dos elementos de extrema relevância e que carrega consigo uma carga ideológica muito forte é o fato da Lei e do Decreto definir regras para produção e proteção dos produtos orgânicos impondo-lhes condicionalidades em relação aos produtos convencionais, e não o contrário. Por exemplo, “Art. 12. Os produtos orgânicos deverão ser protegidos continuamente para que não se misturem com produtos não orgânicos...”, na verdade toda responsabilidade de investimentos de proteção fica para o agricultor/a orgânico e não para quem produz contaminando e degradando o meio ambiente. Na verdade a Lei e o Decreto, estabelecem uma série de regras e condicionalidades que geram uma grande carga para os agricultores/as, enquanto que a produção convencional não carece de rotulagens, cuidados, marcações, formas especiais de transportes, identificação, seguir regulamentações, pagar por auditorias, etc. por exemplo “Art. 25. As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que produzam, transportem, comercializem ou armazenem produtos orgânicos ficam obrigadas a promover a regularização de suas atividades junto aos órgãos competentes”, essa não é uma exigência para quem produz de forma convencional. No fundo a legislação em questão cria um mercado que ao fim inviabiliza para a agricultura familiar a produção de base Agroecológica ou Orgânica, quando tem que se valer de inúmeras regras e normas para provar sua origem. Acredito que essa é uma grande demonstração de inversão de valores. Tradicionalmente a agricultura familiar e camponesa produziu sem uso de insumos químicos, e hoje é obrigada a provar que produz assim. O Artigo 75 do Decreto é um bom exemplo disso (AH, 07/02/2014).*

Uma marca muito contundente destes movimentos de agroecologia é a crítica que fazem ao capitalismo e seus mecanismos de coordenação no mercado. Assim, a agroecologia é vista como uma forma de enfrentar essa questão pela ótica de um modelo que propõe autonomia e soberania do produtor em relação aos processos produtivos. Essa

---

<sup>21</sup> Fonte: documento obtido junto à Secretaria Geral da Presidência da República (janeiro de 2014). “Relatório da Reunião de Instalação da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO” (2012).

crítica é posta em outros termos pela secretária executiva do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE):

- *A gente tem vários casos de grupos de mulheres que têm tentado se enquadrar na legislação e não consegue, aí a gente percebe que elas não conseguem se enquadrar simplesmente porque a legislação não foi feita para a gente se enquadrar, e aí é preciso mudar essa legislação. Uma legislação que é pensada para a grande indústria não pode ser pensada para a agricultura familiar e principalmente os grupos de mulheres que são grupos historicamente descapitalizados, então tem muita dificuldade, até mesmo de formalização dos grupos, com essas normativas, tem grupos de mulheres que simplesmente não querem se formalizar e temos que respeitar também esse tipo de organização (MV, 25/01/2014).*

#### **1.4 – Terceira fase: o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) a partir de agosto de 2012**

O anúncio oficial de que seria elaborada uma política para o setor de agroecologia e orgânicos, ocorreu no ano de 2011, em discurso da presidente da república, durante a “Marcha das Margaridas”, em 17 de agosto. Uma entrevistada menciona este fato como um marco simbólico importante, principalmente por colocar em evidência a questão da participação das mulheres:

- *Todos nós sabemos que as mulheres sempre estiveram nos processos de produção, mas quando chegava na comercialização, a gente sempre ficava de fora... Então, se a gente diz que a agroecologia é um modo de vida diferente, então a gente não pode, novamente, construir um novo modo de vida em que as mulheres não sejam sujeitos dessa construção e que não estejam também inseridas nesse processo... e aí, foi muito simbólico quando a presidenta anuncia a criação da política na marcha das margaridas, então, mostra toda a luta que as mulheres também vem desenvolvendo em torno da agroecologia (MV, 25/01/2014)*

Em agosto de 2012, foi lançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Dentre as finalidades da PNAPO estão, a construção de orientações e diretrizes para o setor, a definição de instrumentos de fomento e promoção da produção orgânica de base agroecológica, e definição das instâncias de gestão (PNAPO, 2012).

O principal objetivo da PNAPO é, conforme o Art. 1.º:

Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (Decreto n.º 7.794, de 20 de agosto de 2012 – que lançou oficialmente a PNAPO).

Este decreto, que institui a PNAPO, traz a possibilidade de centralizar a coordenação das ações governamentais, considerando a constelação de ministérios e setores destes que tinham algum tipo de construção interna sobre o assunto e também o aumento das demandas encaminhadas pelas entidades civis. Para efetivar essa coordenação, dois mecanismos de gestão são criados: um para mobilizar e coordenar a participação da sociedade civil, integrando-a com as diretrizes do governo – a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO); e outro para coordenar as ações internas do governo – a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO).<sup>22</sup>

Caracteristicamente, a CIAPO tem perfil mais técnico e, dentre suas funções, tem o papel de integrar as diversas ações e conhecimentos gerados em cada setor do governo e, ao mesmo tempo, mobilizar e organizar a participação dos governos locais.<sup>23</sup> De modo diferente, a CNAPO apresenta um perfil mais político e é vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República. É uma comissão paritária, com 28 membros, 14 da sociedade civil e 14 dos ministérios e outros órgãos. Todos os membros têm mandato de dois anos.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> Nota-se a inserção do termo “agroecologia” nos acrônimos que representam as políticas e instituições de gestão, não se fala mais apenas de “produção orgânica” e sim de “agroecologia e produção orgânica”. Importa ressaltar, portanto, que na nomenclatura oficial desta política faz-se a distinção entre a *agroecologia*, como uma concepção sistêmica que envolve vários processos, além da produção e mais focada na agricultura familiar, e a *produção orgânica* que, em si, pode ser resultante tanto da base agroecológica, quanto de sistemas produtivos de maior escala.

<sup>23</sup> Esta comissão é composta por representantes dos seguintes órgãos federais: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que a coordena; Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR); Ministério da Fazenda (MF); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Saúde (MS); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

<sup>24</sup> Os representantes da sociedade civil, e respectivos suplentes, são oriundos das seguintes entidades: Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - Fetraf-Brasil / Rede de Assistência Técnica Rural das Organizações Não Governamentais do Nordeste - Rede ATER Nordeste; Articulação Nacional de Agroecologia – ANA / ANA; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST / AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia; Associação Brasileira de Agroecologia – ABA / ABA; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG / União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES; Rede Ecovida de Agroecologia / Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social – FBSPG; Articulação no Semi-Árido Brasileiro - ASA Brasil / Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste - MMTR-NE; Câmara Temática de Agricultura Orgânica – CTAO / CTAO; Subcomissão Temática de Produção Orgânica – STPOrg / STPOrg; Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil – MMC / Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA / Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS; Rede Cerrado / Rede Cerrado; Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; Associação Brasileira de Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista – ABRABIO / Associação Brasileira de Orgânicos - BRASILBIO. Fonte: Presidência da República, Portaria Nº. 331, de 9 de novembro de 2012.

São quatro os conceitos que sustentam a concepção do Decreto n.º 7.794/2012, que institui a PNAPO: sociobiodiversidade; sistema orgânico de produção; produção de base agroecológica; e transição agroecológica. A sociobiodiversidade é definida em outro local como “a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais”.<sup>25</sup> Sistema orgânico de produção e produção de base agroecológica são definidos pela Lei 10.831/2003, como visto antes; transição agroecológica é o processo de reversão da prática convencional para o manejo agroecológico e orgânico, tal como é definida por vários autores, dentre eles, Altieri (2012) e Guzmán (2003).

O trabalho integrado dessas duas câmaras (CNAPO e CIAPO), resultou nas principais diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) que são, em resumo:

- I - a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional;<sup>26</sup>
- II - promoção do uso sustentável dos recursos naturais;
- III - conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados;
- IV - promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos;
- V - valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade;
- VI - ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica;
- VII - promover a autonomia econômica das mulheres;

Na realidade, estas diretrizes explicitam o leque de demandas sociais com as quais o Governo Federal vinha lidando, até então de forma desarticulada entre as várias instâncias. A PNAPO tem o mérito de agregar esforços para a consolidação de uma política que possa fazer valer os principais instrumentos que são estruturados, de acordo com o Decreto n.º 7.794/2012, Art. 4.º, em:

- I - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO;

---

<sup>25</sup> Portaria Interministerial n.º 239/2009, que “Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências”.

<sup>26</sup> Notamos, de início, a introdução de uma perspectiva concorrente ao conceito de “segurança alimentar”. O conceito e segurança alimentar, segundo Marques (2010), é interpretado como limitado em seu potencial estratégico de lidar com a diversidade de práticas agrícolas no mundo. Além disso, sua concepção está circunscrita a dois mecanismos, primeiro, gerar sistemas operatórios para a garantia do abastecimento “através de uma oferta abundante e com preços reduzidos” (Marques, 2010, p. 79) e, segundo, como um passo subsequente, garantir o abastecimento de alimentos com qualidade. A noção de soberania alimentar, como uma perspectiva concorrente, e enquanto instrumento político apropriado à agricultura familiar, se apresentaria então como mais próxima dos discursos dos movimentos sociais.

- II - crédito rural e demais mecanismos de financiamento;
- III - seguro agrícola e de renda;
- IV - preços agrícolas e extrativistas, incluídos mecanismos de regulação e compensação de preços nas aquisições ou subvenções;
- V - compras governamentais;
- VI - medidas fiscais e tributárias;
- VII - pesquisa e inovação científica e tecnológica;
- VIII - assistência técnica e extensão rural;
- IX - formação profissional e educação;
- X - mecanismos de controle da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica; e
- XI - sistemas de monitoramento e avaliação da produção orgânica e de base agroecológica.

Numa perspectiva comparada, enquanto as diretrizes explicitam a incidência das demandas sociais, os instrumentos da política explicitam o quadro de ações que o Governo vinha desenvolvendo, ainda de forma descentralizada, a partir de iniciativas específicas em cada ministério. O primeiro passo dos grupos de trabalho foi a elaboração e publicação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), no dia 17 de outubro de 2013, articulando 125 iniciativas de 10 ministérios parceiros, totalizando investimentos até 2015 de R\$ 1,8 bilhão em recursos de apoio e fomento e R\$ 7 bilhões em crédito.<sup>27</sup>

Dentre as estratégias a serem adotadas, destacamos aquelas que incidem diretamente na organização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo: a expansão da pesquisa e extensão de base agroecológica nas instituições de ensino; ampliar a participação da ATER; ampliar os núcleos e centros vocacionais de ensino; fortalecer o tema da agroecologia no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); abordar a agroecologia e produção orgânica nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino; apoiar a formação profissional em agroecologia; promover e incentivar intercâmbios de experiências em agroecologia entre redes, organizações e movimentos Sul-Sul.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Fonte: Portal Brasil, em < <http://www.brasil.gov.br/> >.

<sup>28</sup> Cf. Brasil (2013). Disp. em: < <http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2013/07/PLANAPO-2013.pdf> >.

### 1.5 – Convênios com transferência de recursos financeiros

Para a análise dessa dimensão, sintetizamos alguns pontos da discussão precedente que serão úteis para entendermos os rumos da liberação de convênios para o desenvolvimento do setor de agroecologia e produção orgânica:

- A construção do marco de qualidade se dá a partir de uma história de embates no campo político-cultural;
- A adoção do termo “orgânico” como nomenclatura oficial para se referir aos produtos enquadrados no *standard* de qualidade;
- A consolidação de três instâncias e mecanismos de gestão, fiscalização e controle da qualidade;
- A consolidação de experiências tradicionais (indígenas, extrativistas, ribeirinhas e outras) no escopo da produção orgânica;
- A consideração da agroecologia como a construção teórica que conforma o pano de fundo da legislação.

Explorando o conjunto de convênios celebrados entre órgãos do governo e entidades civis, e tomando como referência o ano de 2003, ano da publicação da Lei 10.831/03, temos, conforme apresentado no gráfico a seguir (Figura 4), a frequência dos convênios publicados no intervalo de 23 anos. Neste período, houve a realização de 791 convênios, nas modalidades:

- a) repasse de recursos e financiamentos;
- b) acordos de cooperação nacional e internacional;
- c) patrocínios de seminários, congressos e feiras;
- d) consultorias, PNUD/PNUMA com órgãos do Governo Federal, contratação de pessoa física para realizar consultorias e cursos para gestores do governo, consultorias para levantamento de experiências.

A frequência anual de convênios resulta no seguinte:

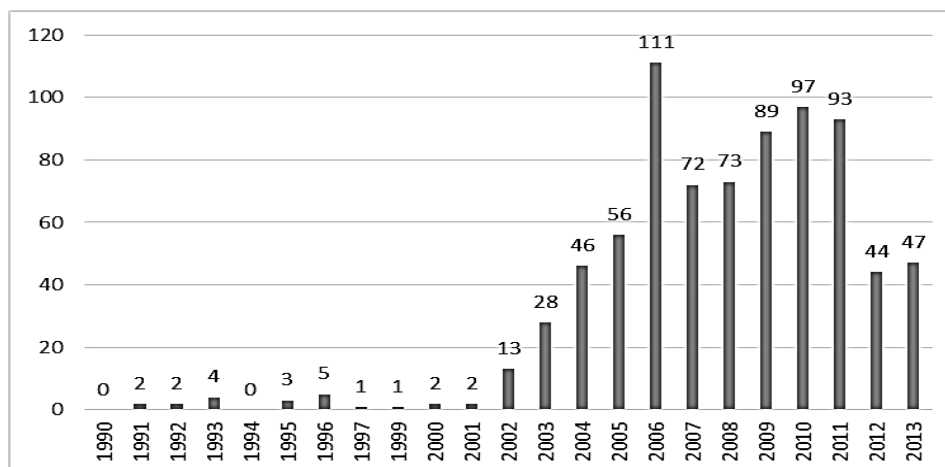


Figura 4 – convênios realizados entre 1990-2013.

Fonte: elaboração própria, com base em *Agroeco-DOU2013*.

Observa-se o notável crescimento a partir do ano 2002, coincidindo, no ano seguinte, com a publicação da Lei 10.831/2003 e, portanto, com um ambiente institucional mais consolidado.

### 1.5.1 - Convênios com repasse de recursos para entidades civis

Deste número de 791 convênios, 511 são referentes a repasse financeiro para organizações não governamentais, associações, cooperativas rurais e outras entidades civis. Deste total, as entidades que fizeram mais de cinco convênios, apresentam a seguinte distribuição, do menor para o maior:

Nº de Conv.	Sigla	Natureza	Razão Social	UF
5	ACEG	Universitária	Associação Científica de Estudos Agrários	CE
5	AGROTEC	Produtiva	Centro de Tec. Agroecológica de Pequenos Agricultores	GO
5	DIACONIA	Religiosa	Fundação Luterana Diaconia	PE
5	MMT	Produtiva	Movimento Minha Terra	AL
5	REDE TERRA	Produtiva	Inst. de Des. Sustentável e Apoio à Agricultura Familiar	GO
5	TERRA VERDE	Extinto em 2009	Instituto de Agroecologia da Amazônia Terra Verde	AM
6	ATECEL	Universitária	Associação técnico-científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior	PB
6	CEAGRO	Educativa	Centro de Des. Sustentável e Capacitação em Agroecologia	PR
6	EDUCAR	Educativa	Instituto Educar	RS
8	ARIDAS	Produtiva	Assoc. Regional Integrada de Des. Agroecológico Sustentável	PI
8	ASSOCENE	Educativa	Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste	PE
8	CAA-NM	Produtiva	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas	MG
10	CAT	Produtiva	Centro Agroecológico Tamanduá	MG
10	TIJUPÁ	Produtiva	Associação Agroecológica Tijupá	MA
11	CEDAC	Produtiva	Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado	GO
11	CETAP	Produtiva	Centro de Tecnologias Alternativas Populares	RS
11	CONCRAB	Produtiva	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil	SP
12	ESPLAR	Produtiva	Centro de Pesquisa e Assessoria	CE
13	IMCA	Educativa	Instituto Morro da Cutia de Agroecologia	RS
14	SABIÁ	Educativa	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá	PE

Quadro 6 – Entidades por número de convênios no intervalo entre os anos 2002 a 2013.

Fonte: elaboração própria, com base em dados da pesquisa.

Estas 20 entidades somam 164 contratos, dentre o total de 511 celebrados com as entidades civis, ou seja, 32,09% dos recursos totais de convênios foi destinado para estas vinte entidades constantes no Quadro 6.

Para efeitos comparativos, calculamos a atualização monetária dos valores repassados, tomando como referência o mês de setembro de 2013.<sup>29</sup> Uma vez que os convênios foram celebrados em diversas datas, só é possível comparar a partir de uma equivalência dos valores. A Tabela 1 apresenta estes resultados:

Tabela 1 – Totalização dos valores de convênios entre 2003-2013 celebrados pelas entidades mais beneficiadas indicando os órgãos convenientes do Governo Federal.

ONGs / Fontes	BNB	MDA	CEF	MJ/SDE	FBB	MMA	MTE	SESAN	MCIDADES	Total
IMCA	0,00	11.906.985,85	0,00	0,00	867.009,20	0,00	0,00	0,00	1.083.263,59	13.857.258,64
ASSOCENE	0,00	925.948,76	0,00	0,00	10.287.984,70	0,00	0,00	0,00	0,00	11.213.933,46
TIJUPÁ	153.588,40	9.522.454,13	0,00	0,00	69.348,89	0,00	0,00	0,00	0,00	9.745.391,42
CAT	0,00	8.042.202,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.042.202,88
REDETERRA	0,00	731.691,70	0,00	0,00	4.809.319,91	0,00	0,00	0,00	0,00	5.541.011,61
SABIÁ	65.068,28	2.753.321,63	0,00	0,00	0,00	1.619.087,81	0,00	0,00	0,00	4.437.477,72
ARIDAS	0,00	3.821.239,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.821.239,96
CONCRAB	0,00	3.149.641,34	0,00	0,00	0,00	436.223,82	0,00	0,00	0,00	3.585.865,16
CAA	0,00	1.480.251,25	0,00	0,00	1.214.540,12	0,00	0,00	446.835,56	0,00	3.141.626,93
ESPLAR	0,00	2.526.606,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.526.606,63
CEDAC	0,00	1.421.579,25	0,00	0,00	270.853,94	665.741,30	0,00	0,00	0,00	2.358.174,49
TERRA VERDE	0,00	300.918,49	0,00	0,00	0,00	1.493.883,09	0,00	0,00	0,00	1.794.801,58
EDUCAR	0,00	1.583.727,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.583.727,07
ATECEL	87.483,72	1.352.691,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.440.174,95
MMT	60.626,34	1.017.161,31	0,00	118.915,58	151.457,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.348.160,47
AGROTEC	0,00	1.299.902,07	38.727,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.338.629,33
CEAGRO	0,00	231.035,84	0,00	0,00	0,00	47.133,26	899.728,60	0,00	0,00	1.177.897,70
DIACONIA	86.695,40	582.520,39	38.727,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	707.943,05
ACEG	451.227,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	451.227,94
<b>Total</b>	<b>904.690,08</b>	<b>52.649.879,78</b>	<b>77.454,52</b>	<b>118.915,58</b>	<b>17.670.514,00</b>	<b>4.262.069,28</b>	<b>899.728,60</b>	<b>446.835,56</b>	<b>1.083.263,59</b>	<b>78.113.350,99</b>

Fonte: elaboração própria, com base em *Agroeco-DOU2013* / \* Valores em Reais (R\$).

\* As siglas se referem a, respectivamente: BNB (Banco do Nordeste); MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário); CEF (Caixa Econômica Federal); MJ/SDE (Ministério da Justiça / Secretaria de Direito Econômico); FBB (Fundação Banco do Brasil); MMA (Ministério do Meio Ambiente); MTE (Ministério do Trabalho e Emprego); SESAN (Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional); MCIDADES (Ministério das Cidades).

Estes dados indicam que as quatro convenientes que mais receberam recursos estão localizadas nos seguintes estados, em ordem crescente: o IMCA, no Rio Grande do Sul; a ASSOCENE, em Pernambuco, mas com atividade em outros estados do nordeste; a associação TIJUPÁ do Maranhão; e o CAT em Minas Gerais. A distribuição por estado indica um corte bastante significativo no quantitativo de contratos para os estados: RS, PE, MG, PR, BA, SP, CE, GO, PI, SC, RN – ou seja, os três estados da Região Sul, cinco estados do nordeste, dois do Sudeste, e um do Centro-Oeste, estão entre os que mais abrigam entidades convenientes.

Os principais assuntos retratados nos convênios são detalhados no Quadro 7:

<sup>29</sup> Utilizando o IGP-M (FGV), com auxílio de calculadora disponibilizada no *site* do Banco do Brasil em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Para efeitos comparativos, a correção monetária é também uma unificação dos valores por entidade utilizando uma mesma medida de referência para todas. Dado que cada uma recebeu recursos em anos e datas diferentes, fixamos a data final até setembro do ano 2013.



<b>Assuntos</b>	<b>Detalhamento</b>
Fomento	Fomento à agroecologia e estímulo às empresas sociais.
Agricultura familiar	Organizar comunidades rurais com base nos princípios da agroecologia; apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar;
ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)	Prestação de serviços de ATER e capacitação para famílias rurais; apoio no acesso ao conhecimento e disseminação da agroecologia;
ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária)	Prestação de serviços de ATES com aplicação dos princípios da agroecologia; atendimento a 726 famílias assentadas da Reforma Agrária.
Capacitação	Capacitação de agricultores e agricultoras ligados à produção agroecológica; capacitar em agroecologia comunidades tradicionais; capacitar técnicos de ATER; capacitação em agroecologia e comercialização;
Cooperativismo	Fortalecimento do cooperativismo e da agroecologia; estruturação de rede de economia popular e solidária.
Educação ambiental	Formação de educadores e educadoras ambientais.
Gestão	Formação técnico-gerencial em produção orgânica; mobilização para gestão participativa no processo de desenvolvimento sustentável.
Indígenas e quilombolas	Formação e capacitação nas áreas de agroecologia e segurança alimentar; implantação de culturas permanentes nas áreas indígenas Apinajé e Kalunga; Implantação de arranjo produtivo sustentável a partir do agroextrativismo; desenvolvimento de mercados locais através do fortalecimento e expansão de circuitos curtos de comercialização solidária de alimentos ecológicos.
Mulheres	Fortalecimento de grupo de mulheres empreendedoras rurais; enfoque de gênero nas populações tradicionais envolvidas no trabalho com agroecologia;
PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável)	Promover a expansão e fortalecimento da tecnologia social do PAIS; Implementação da Rede Nacional de Pesquisa em Agroecologia (RNPA).

Quadro 7 – assuntos principais apresentados nas justificativas e nos objetivos dos contratos.

Fonte: elaboração própria, com base em *Agroeco-DOU2013*.

Os recursos financeiros para as ações apresentadas no Quadro 7 são prioritariamente destinados para o desenvolvimento da agroecologia no âmbito da agricultura familiar. As entidades conveniadas são enquadradas na modalidade de executoras, algumas delas monitoradas por entidades gestoras, cujos contratos têm como objeto principal o investimento em ações de fortalecimento da produção e do associativismo no campo. Neste sentido, o desenvolvimento de uma tecnologia social, o PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), tornou-se uma das metas a partir de 2006, tendo sido alvo de 41 investimentos desde aquele ano até 2013. Para este fim, a formação e capacitação dos extensionistas passa a ter importante papel, considerando que atualmente, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), há cerca de 20 mil técnicos de extensão rural e 100 núcleos de agroecologia dentro das instituições federais de ensino (universidades e institutos federais), com potencial para formar novos técnicos ou que podem se abrir para receber os que já estão atuando na área.<sup>30</sup>

<sup>30</sup> Conforme Cassio Trovatto, coordenador de formação do MDA, em entrevista à TV Senado (18/12/2013) – disponível em: [www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?COD\\_PROGRAMA=9999](http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?COD_PROGRAMA=9999).

### 1.5.2 - Convênios de cooperação nacional e internacional

Nos 23 anos que cobrem a amostra desta pesquisa, foram realizados 61 convênios de cooperação, desenvolvimento de projetos de pesquisas e consultorias, tratando de diversos assuntos como, em resumo:

- Sistema integrado de produção agroecológica; e sistemas de produção orgânica de carne ovina no âmbito da agricultura familiar;
- Tecnologia para produção orgânica de maçãs, hortaliças, leite, mandioca, tomate e outros frutos;
- Desenvolvimento agropecuário em áreas de assentamento da reforma agrária (assentamento agroecológico);
- Organização de publicações sobre os diversos temas relacionados com meio ambiente, desenvolvimento sustentável, cooperação e produção orgânica;
- Intercâmbio técnico e científico para a realização de projetos conjuntos de pesquisa em agroecologia; e intercâmbio de experiências para técnicos e especialistas;
- Serviços técnicos especializados relativos a facilitação de cinco seminários-oficinas da Rede de Informações Agroecológicas da Amazônia;
- Construção participativa da Plataforma Nacional de Informações sobre Agroecologia; capacitação de agricultores;
- Desenvolvimento de Cursos Técnicos em Agroecologia Integrados ao Ensino Médio; desenvolvimento de Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia;
- Implantação da tecnologia PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável);
- Elaboração e publicação de livro e produção de documentário sobre mulheres e Agroecologia; estruturação de cadeias produtivas de relevante interesse econômico e social em assentamentos da reforma agrária.<sup>31</sup>

Este quadro de atividades indica que os agentes governamentais criaram várias estratégias para abordar a produção agroecológica e, ao mesmo tempo, atuar mais decisivamente no desenvolvimento dos modelos alternativos de garantia e, assim, formalizá-los no âmbito da legislação. À medida que se construía um rol de ações e políticas para o setor, buscou-se o envolvimento em mecanismos de integração com outros países e organismos multilaterais – dentre estes, o PNUD e PNUMA das Nações

---

<sup>31</sup> Fonte: dados da pesquisa.

Unidas – visando oferecer treinamento e parcerias para o aprimoramento dos quadros burocráticos brasileiros.

### 1.5.3 - Patrocínios de seminários, feiras e outros.

Foram assinados 37 contratos de patrocínio nestes 23 anos, envolvendo assuntos como: fóruns de agroecologia; exposição de obras de artes plásticas de artistas amazônicos integrados aos movimentos rurais e de agroecologia; execução de encontros regionais e estaduais de agroecologia; remuneração de palestrantes estrangeiros para proferir conferências sobre agroecologia no Congresso Brasileiro de Agroecologia (quatro edições); seminários internacionais sobre agroecologia; capacitar pesquisadores no uso da metodologia *Mesmis*<sup>32</sup> e remuneração de palestrantes estrangeiros para proferir conferência sobre o tema no I Congresso Brasileiro de Agroecologia; P&D em agroecologia e mercados locais para produtos agroecológicos; patrocínio e participação do MAPA na *Bio Brazil Fair* - Feira Internacional e Produtos Orgânicos e Agroecologia (três edições); participação do MAPA na *BioFach Nuremberg-2008* e na *Biofach América Latina Expo Sustentável-2008*.

Estes patrocínios não ficaram restritos ao setor da agricultura familiar, como pode ser observado pela participação em eventos tipicamente voltados para a entrada em novos mercados, incluindo a divulgação da produção certificada brasileira em feiras internacionais.

---

<sup>32</sup> Sigla em espanhol para, *Marco para la Evaluación de Sistemas de Manejo de Recursos Naturales Incorporando Indicadores de Sostenibilidad* – refere-se à proposta de um grupo de trabalho interdisciplinar sediado no México e com participação de pesquisadores da UNAM. O *Mesmis* é uma ferramenta metodológica que, segundo seus criadores, “Ayuda a evaluar la sustentabilidad de sistemas de manejo de recursos naturales, con énfasis en el contexto de los productores campesinos y en el ámbito local, desde la parcela hasta la comunidade [e] el desarrollo y la difusión de sistemas de manejo de recursos naturales (...)” Fonte: <<http://mesmis.gira.org.mx/>>.

## Seção 2

### **Formação de quadros técnicos e pesquisadores na área de agroecologia e produção orgânica**

Para alcançar uma perspectiva mais realista sobre o mercado de alimentos orgânicos no Brasil, podemos argumentar que a construção do *standard* e, por consequência, do marco regulatório, é dinamizada por dois movimentos: um movimento político, como visto na seção 1; e um movimento intelectual, ou científico, que busca integrar um conjunto de disciplinas na vertente acadêmica denominada também de “agroecologia”. Neste sentido, há uma história das ideias que construíram um campo de pesquisas especificamente sobre a produção orgânica e agroecologia.

Interessa-nos, nesta seção, explorar o alcance desta construção pelos agentes públicos, pesquisadores, professores e técnicos estatais que, através de intercâmbios ou busca de formação no exterior, contribuíram para consolidar a linguagem do *standard*. Por outras palavras, temos a constituição de uma rede intelectual que passa a falar em nome da agroecologia principalmente como uma disciplina acadêmica e, para isso, busca os centros de irradiação nos quais são elaboradas as principais ideias em torno daquilo que constitui este campo de saberes.

Para uma análise dessa elite pesquisadora e dos principais destinos fora do país, fizemos um levantamento das autorizações de saída, concedidas a professores das instituições federais, pesquisadores e membros do governo. Ao todo, foram publicados 151 atos de autorização de saída para 24 países, para assuntos diversos, e 14 universidades estrangeiras como destino, para atividades como doutorado, mestrado, participação em bancas de mestrado e doutorado, lecionar como professor visitante em universidades estrangeiras, congressos, seminários, discussões multilaterais, trocas de experiências, dentre outras. Os pesquisadores e técnicos são de 40 filiações institucionais diferentes (universidades, centros de pesquisa, ministérios e escolas técnicas), com formação (graduação) em 17 áreas acadêmicas.

Numa primeira análise, esta difusão do interesse pela formação em agroecologia está relacionada com fatores como: o aumento nas ações do governo; demandas locais relativas à realidade de cada Estado; constituição de centros de pesquisa em universidades

e na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e também em empresas estaduais de pesquisa agrícola; e incremento da formação técnica em agronomia.

O gráfico (Figura 5) a seguir indica a frequência das saídas para o exterior, permitindo a visualização dos períodos em que ocorreram mais autorizações:<sup>33</sup>

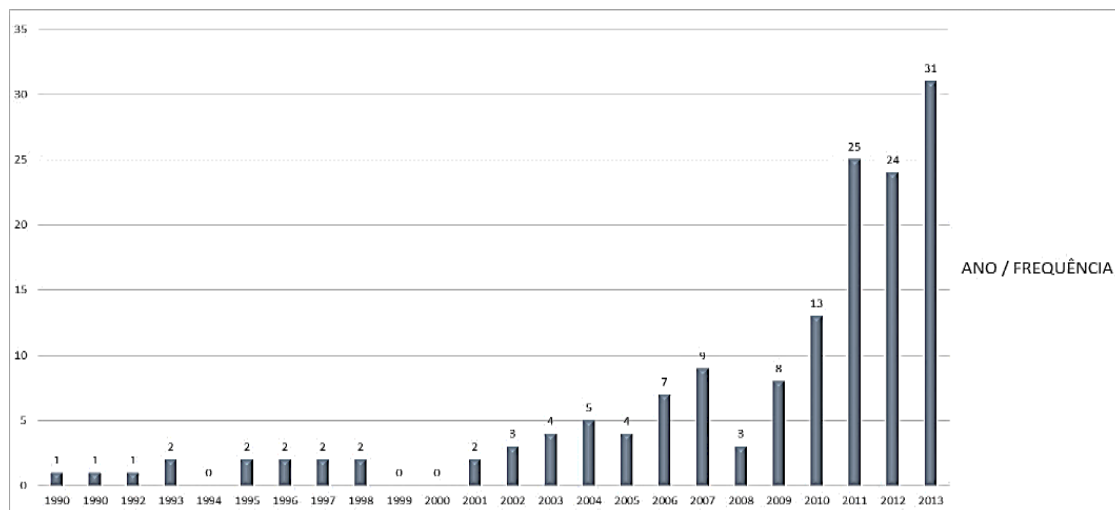


Figura 5 – relação ano/frequência para a análise das autorizações de saída do Brasil pesquisadores para vários destinos.

Fonte: elaboração própria, com base em *Agroeco-DOU2013*.

Este número de saídas, com poucas variações, indica a mesma tendência de crescimento demonstrado em relação ao total geral de atos do poder executivo no período entre os anos de 2002 e 2013.

## 2.1 - Filiação institucional dos pesquisadores

Os temas da agroecologia e produção orgânica atualmente estão em crescimento em vários espaços de formação, gestão e pesquisas. Pela frequência das filiações institucionais dos pesquisadores que se ausentaram do país para cursos e outras atividades, é perceptível também o aumento na inserção do assunto na área da aplicação, através de iniciativas das universidades, institutos federais e Embrapa.

<sup>33</sup> Ressaltamos que, embora estes dados sejam aqueles amparados por um ato executivo, não estamos considerando outras ocorrências fora dessas publicações, isto é, aqueles casos em que houveram saídas amparadas por recursos próprios, ou patrocinadas por agências não governamentais como, universidades e instituições privadas de ensino e pesquisa.

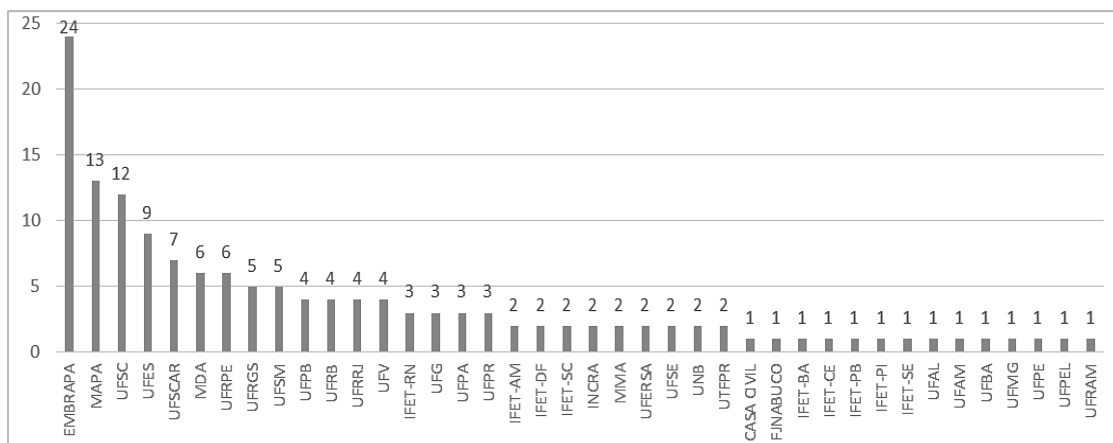


Figura 6 – especificação da filiação institucional em relação ao número total de saídas.

Fonte: elaboração própria, com base em *Agroeco-DOU2013*.

Neste caso, há uma forte presença da área de pesquisa aplicada (Embrapa, MAPA e MDA) ao setor de agroecologia e produção orgânica, com o envio de 47 pesquisadores e técnicos. Há ainda uma concentração de pesquisadores das universidades federais, conforme indicado, do maior para o menor número, aquelas que autorizaram até quatro saídas:

- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC - 12);
- Universidade Federal do Espírito Santo (UFES - 9);
- Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR - 7);
- Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE - 6);
- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM - 5);
- Universidade Federal do Rio Grande do sul (UFRGS - 5);
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB - 4);
- Universidade Federal Rural da Bahia (UFRB - 4);
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ - 4).
- Universidade Federal de Viçosa (UFV - 4).

## 2.2 - Países e universidades de destino

As atividades no exterior expressam basicamente o interesse crescente pela formação em agroecologia e pelo intercâmbio de experiências a partir de atividades colaborativas internacionais. Há países mais procurados por possuírem polos de formação em agroecologia (o caso mais significativo é a Espanha), outros países são procurados

para o desenvolvimento de parcerias e cooperação (principalmente os Estados Unidos) e outros em função da realização de congressos, troca de experiências e reuniões bilaterais.

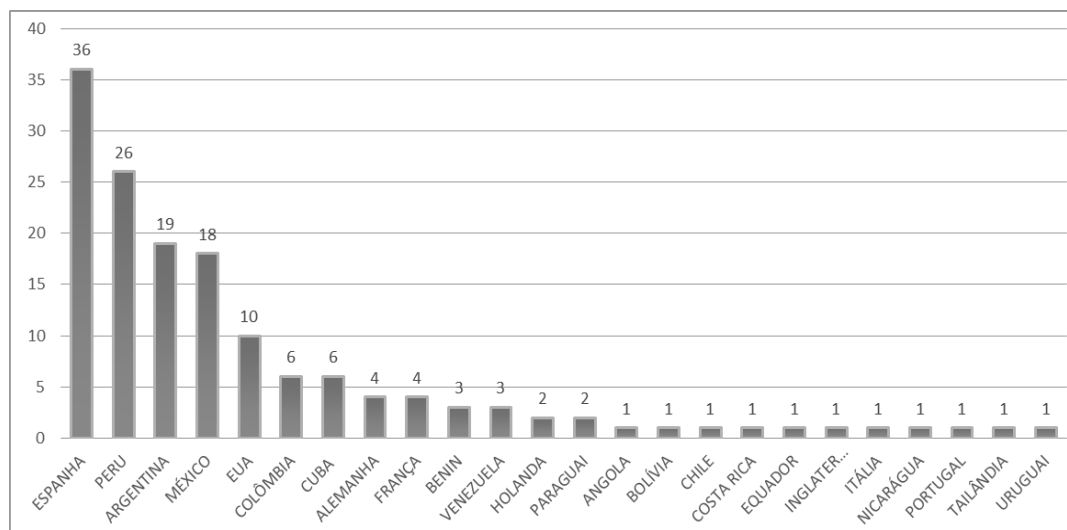


Figura 7 – Países de destino.

Fonte: elaboração própria, com base em *Agroeco-DOU2013*.

A Espanha aparece como o destino mais procurado (com 36 autorizações), tendo como principal finalidade a participação em cursos de pós-graduação; o Peru aparece como destino para o Congresso Latino-Americano de Agroecologia, ocorrido em 2013. A Argentina foi destino de pesquisadores para congressos e encontros em diversas datas; para iniciar conversas para a elaboração da minuta de um Regulamento Regional para a Produção Orgânica (foco no Mercosul) além de visitas técnicas. As saídas para o México ocorreram basicamente em função da realização do III Congresso Latino-Americano de Agroecologia, em 2011. Para os EUA, as viagens se deram em função da implementação dos intercâmbios previstos no Consórcio Brasil / Estados Unidos Projeto – Capes-Fipse,<sup>34</sup> para conhecer e discutir políticas de formação em relação à produção agroecológica e desenvolvimento rural sustentável (na Califórnia). A Alemanha figura como destino para a *World Organic Trade Fair* e conferência sobre o acesso global aos mercados orgânicos. Para a Colômbia, as principais saídas tiveram como objetivo a participação e apresentação de trabalhos no Congresso da Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia

<sup>34</sup> O Programa de Consórcios em Educação Superior Brasil - Estados Unidos é fruto do acordo entre a CAPES e o *Fund for the Improvement of Post Secondary Education* (Fipse) do Departamento de Educação dos Estados Unidos. Seu objetivo é apoiar a inserção dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras no cenário internacional, mediante a modernização curricular, o reconhecimento mútuo de créditos e o intercâmbio docente/discente. As concessões previstas incluem missões de estudos, missões de trabalho e recursos para custeio do projeto. Fonte: < <http://www.capes.gov.br/>>.

(SOCLA), I Congresso Científico Latino-Americano de Agroecologia e o Congresso “Primer de Sabedoria Ancestral y Agroecologia”.

Dentre as universidades mais procuradas, há em destaque a Universidade de Córdoba (Espanha) e a Universidade da Califórnia em Berkeley (EUA).

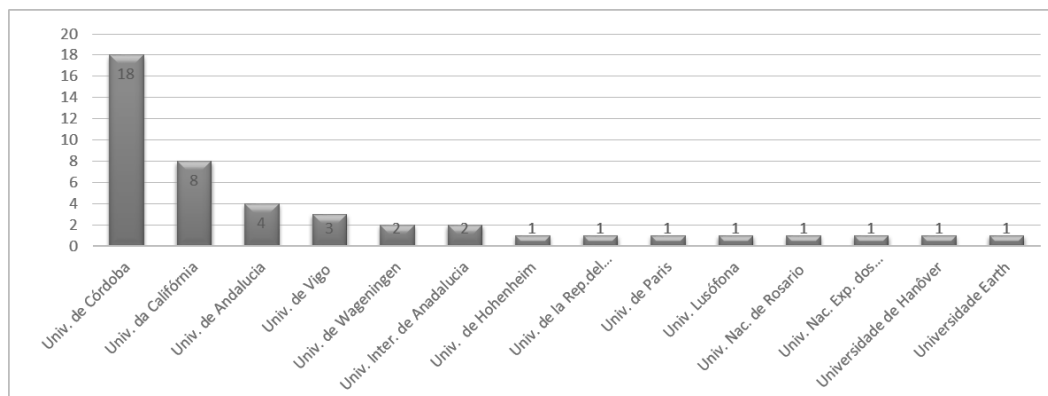


Figura 8 – Universidades de destino.

Fonte: elaboração própria, com base em *Agroeco-DOU2013*.

Estas duas instituições possuem centros de estudos avançados em: “Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável” (coordenado pelo sociólogo Eduardo S. Guzmán, na Espanha); e em “Agroecologia” (coordenado pelo agrônomo Miguel Altieri, na Califórnia).<sup>35</sup> Estes dois professores estão entre os mais destacados pesquisadores do assunto, com inúmeras publicações a respeito, sendo também frequentemente convidados para proferir palestras em congressos e seminários no Brasil.

### 2.3 - Qualificação dos pesquisadores por formação acadêmica

As áreas de formação são bastante variadas, no entanto, há uma predominância de profissionais da agronomia (66 no total).

<sup>35</sup> Numa breve apresentação: Miguel Altieri, é professor da disciplina Agroecologia na Universidade de Berkeley e presidente da Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (SOCLA). Também prestou várias consultorias para o PNUD, tendo coordenado por quatro anos o programa global denominado *Sustainable Agriculture Networking and Extension Programme* (ONU-SANE-INT/93/201) cuja meta foi construir programas de agricultura sustentável na África, América Latina e Ásia (Cf. a esse respeito: Altieri, M. “Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável” (5 ed.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008). Eduardo Sevilla Guzmán, agrônomo de formação, com doutorado em Sociologia Rural, é professor de sociologia na Universidade de Córdoba (Espanha), onde coordena o *Instituto de Sociología y Estudios Campesinos* – tendo sido orientador de diversos trabalhos de doutorado de pesquisadores brasileiros em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.



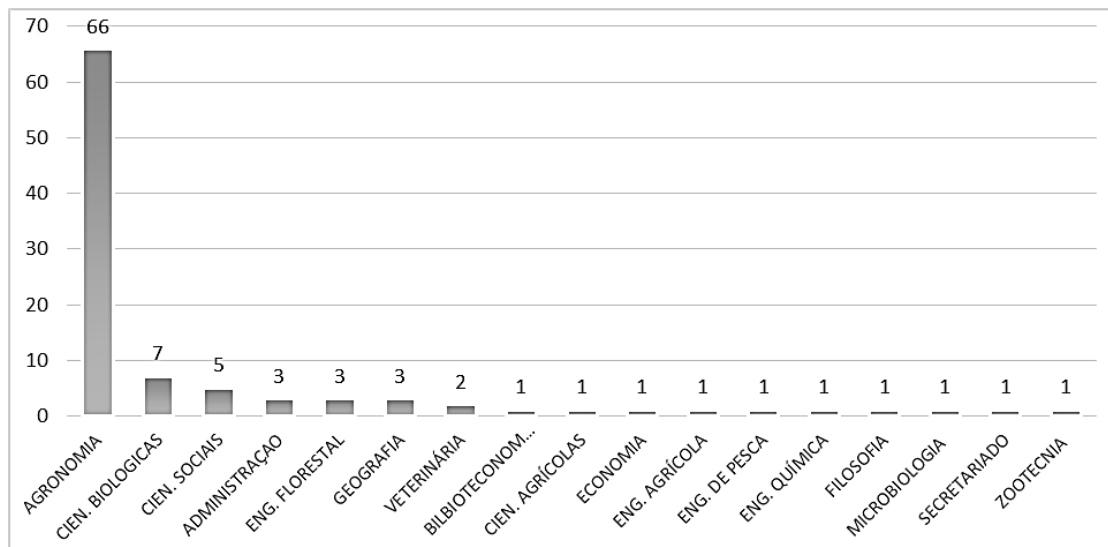


Figura 9 – número de pesquisadores e técnicos por área de formação  
 Fonte: elaboração própria, com base em *Agroeco-DOU2013*.

Este quadro é condizente com os esforços que se iniciaram ainda na década de 1990 pela implantação da disciplina agroecologia nos currículos da graduação em agronomia; o posterior interesse de biólogos que são incorporados às pesquisas através de iniciativas em algumas universidades e enfocando principalmente a temática ambiental; o crescente interesse das ciências sociais pelos estudos rurais; e a incorporação do assuntos em outros currículos acadêmicos, incluindo a veterinária.

#### **2.4 - Principais temas relacionados com a formação e pesquisa em agroecologia e produção orgânica**

Com base nos descritores das variáveis, para a dimensão “formação”, apresentada no Quadro 1, produzimos uma síntese dos temas relacionados com: cursos e formação; concursos; alterações de matrizes curriculares; criação, autorização e avaliação de cursos de agroecologia, graduação e mestrado, em universidades e Institutos Federais.

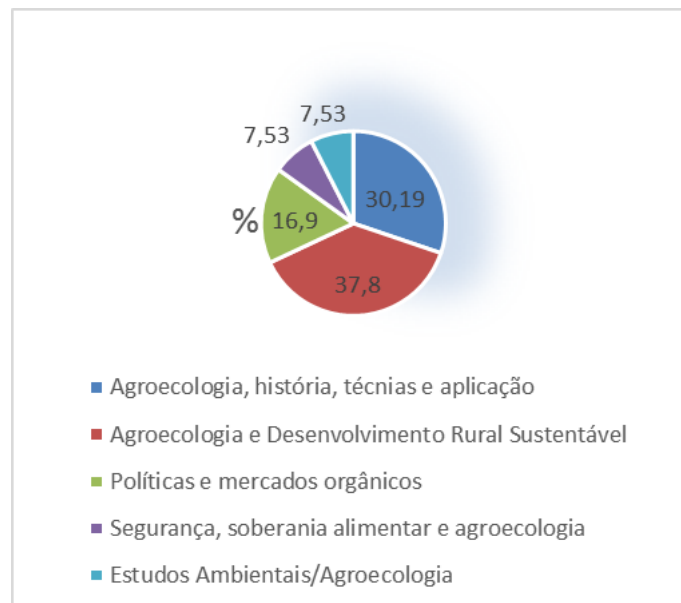


Figura 10 – síntese dos temas apresentados como justificativa de saída.  
Fonte: elaboração própria, com base em *Agroeco-DOU2013*.

Estes temas foram extraídos das justificativas citadas nas publicações individuais e cobrem, portanto, a maior parte dos temas relacionados com a busca por formação. São também um demonstrativo da veiculação dos assuntos que permeiam uma plataforma governamental e acadêmica sobre a agroecologia, tendo como principais matrizes a história e técnicas agroecológicas, o desenvolvimento rural sustentável, o mercado de orgânicos, meio ambiente e segurança alimentar e nutricional. Estes temas constituem também o centro de interesse das teorias agroecológicas.

## 2.5 - A constituição de uma rede de pesquisadores

A relação entre o número total de saídas de pesquisadores brasileiros e os países de destino pode ser apresentada a partir de uma rede de dois modos (*two-mode network*), uma vez que esta permite analisar simultaneamente o conjunto de atores pela afiliação comum a algum tipo de evento ou ocasião e, de igual modo, o conjunto de eventos que se tornam interligados por meio destes atores (Wasserman & Faust, 1999). As possíveis conexões entre os atores são pressupostas a partir da filiação aos eventos e as possíveis conexões entre os eventos se dão por meio do trânsito dos atores entre estes. A participação em mais de um evento aumenta a probabilidade da circulação de informações

entre os eventos e também entre os pesquisadores, o que se dá a partir de pontos focais como, por exemplo, interesses intelectuais (Marteletto & Tomaél, 2013).<sup>36</sup>

Para a rede dos pesquisadores que se ausentaram do Brasil, seja por períodos curtos como a participação em congressos e reuniões, ou em períodos mais longos como doutorado ou outras modalidades de formação em agroecologia, estamos adotando um intervalo de 11 anos (2002-2013), por considerar que este período é significativo para consolidar um fluxo das informações sobre os diferentes temas relacionados com a produção orgânica.<sup>37</sup> Temos, assim, um primeira representação gráfica dessa rede:

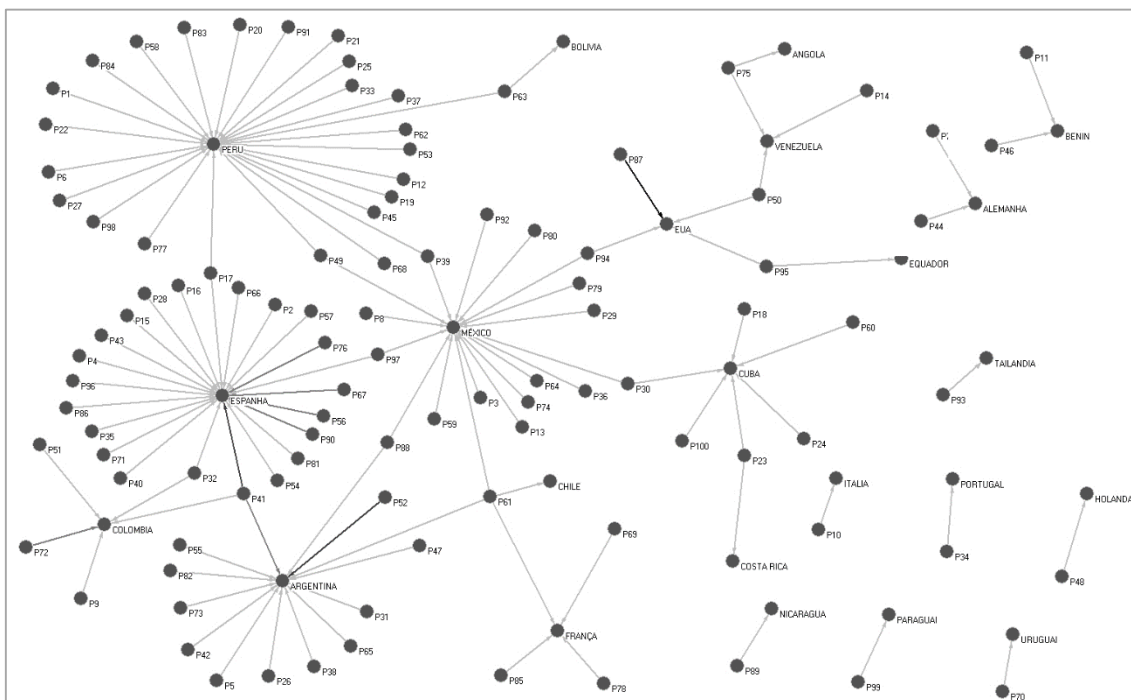


Figura 11 – Rede de pesquisadores por países de destino.

Fonte: elaboração própria, utilizando Pajek 3.14.

\* 110 pesquisadores / \*\* 23 eventos / destinos

Ao considerarmos a circulação dos pesquisadores, podemos pressupor que o vínculo mais forte que se cria não é de imediato entre os países e sim entre os pesquisadores e alguns centros de irradiação. Um centro de irradiação, nesta perspectiva, não é necessariamente um centro de pesquisas e sim um ponto pelo qual um dado número de atores fazem conexões com outros eventos e, possivelmente, com outros atores a partir

<sup>36</sup> Ressaltamos, no entanto, que se trata de uma estrutura relacional abstraída a partir do trânsito de atores e não de relações realmente observadas. Tais modelos têm sido usados, por exemplo, para analisar redes de publicações e centros de pesquisas, como o estudo de Rossoni sobre publicações na ANPAD e as universidades de origem dos autores (Rossoni et al., 2008).

<sup>37</sup> A introdução do ano 2002 se justifica pelo fato de ser este o ano que precede a publicação da Lei 10.831/2003 que, portanto, contribui para entendermos a articulação dos atores em torno dos temas.

de interesses similares. Para a rede completa, a Figura 13 mostra como 9 países estão interconectados e por meio de quais atores:

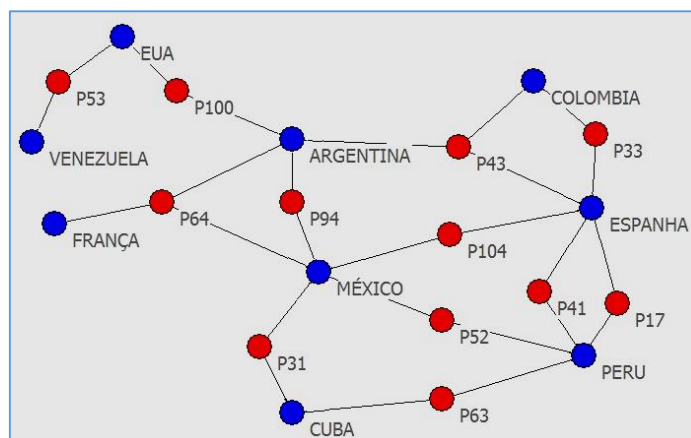


Figura 12 – Maior filiação ator-evento.

Fonte: elaboração própria, utilizando Ucinet 6.508 (Borgatti, Everett, Freeman, 1999).

A Tabela 2 resume as principais ocorrências encontradas nas justificativas das autorizações de saída:

Tabela 2 – Frequência dos motivos das saídas dentre os 8 países mais procurados

PAÍS	PÓS-GRAD.	CURSOS	REUNIÕES	LECIONAR	CONGRESSOS	TOTAL
ESPANHA	16	6	4	4	6	36
MÉXICO	-	1	-	-	18	19
PERU	-	1	-	-	24	25
ARGENTINA	-	1	6	-	12	19
CUBA	-	-	1	-	5	6
EUA	3	-	6	-	1	10
VENEZUELA	-	-	3	-	1	4
COLÔMBIA	-	-	2	-	4	6
TOTAL						125

Fonte: dados da pesquisa.

\* O total de ocorrências (125) é maior do que o total de pesquisadores (110) dado que alguns participaram de mais de um evento.

Por esta perspectiva da rede, podemos também verificar quais são os atores que mais se destacam por apresentarem um perfil para agregar outros atores e, ao mesmo tempo, se constituírem como referências no assunto. A próxima visualização, Figura 13, aponta aqueles atores com maior potencial de controle sobre a rede que, em outros termos, significa uma esfera de influência e a capacidade de interligar atores mais periféricos:

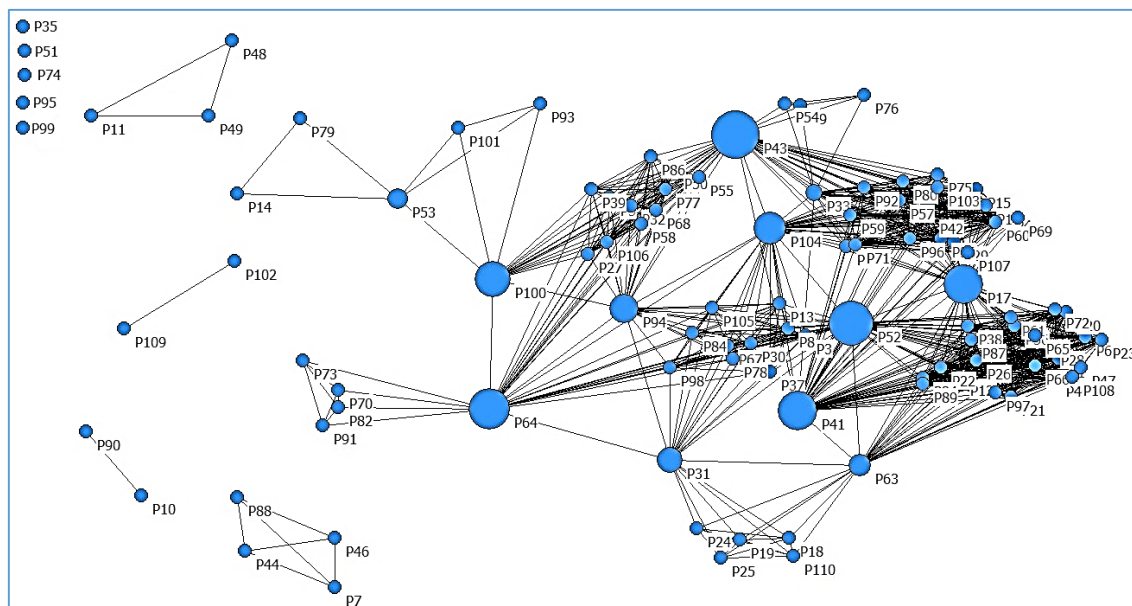


Figura 13 – Esfera de influência dos atores na rede *one-mode*, redimensionada pela centralidade de intermediação.

Fonte: elaboração própria, Ucinet 6.508 (Borgatti, Everett, Freeman, 1999).

Os atores P17, P41, P43, P52, P64 e P100 apresentam estas características e isso também abre o pressuposto de formação de uma elite de pesquisadores atuando na disseminação do tema da agroecologia, e que, por isso, se tornam referência na área. Os atores P17, P41 e P43, cursaram doutorado em Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, na Universidade de Córdoba (Espanha), sob a orientação de E. Sevilla Guzmán, e são professores universitários no Brasil. Os atores P52 e P64, são pesquisadores da Embrapa, ambos com doutorado cursado no Brasil com ênfase em agroecologia. O ator P100 tem doutorado em agroecologia pela Universidade da Califórnia, com orientação de Miguel Altieri, é atualmente professor universitário.

Esta abordagem da rede nos oferece um mapeamento da configuração de uma rede de centros referência em agroecologia, isto é, dos lugares mais procurados para formação e trocas de experiências, e do fluxo de atores pelos centros de irradiação. Neste ponto, importa saber quais são os polos institucionais de difusão e influxo no Brasil das ideologias em matéria de agroecologia. Como observado antes, tais ideias fazem parte não somente de uma construção teórica neste campo multidisciplinar nomeado de *agroecologia*, mas, de igual modo, tiveram papel determinante na construção do marco legal sobre a agricultura orgânica, notadamente no que se refere aos conceitos técnicos e contextualização política adotados no texto das normas.

No que se refere aos centros de pesquisa e formação, temos três polos com maior destaque, como identificado nestes dados da rede e também na seção anterior: a

Universidade de Córdoba, na Espanha, a Universidade da Califórnia, nos EUA, e a Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (SOCLA), na Colômbia, coordenada por uma pesquisadora da Universidade de Antioquia (Colômbia), com a participação de colaboradores de Cuba, México, Chile, Equador, Nicarágua, Argentina e Brasil – esta entidade é também a organizadora do “*Congreso Latinoamericano de Agroecología*”, que ocorre a cada dois anos.<sup>38</sup>

### 2.5.1 – As fontes teóricas da agroecologia

Há, basicamente, três ideias-força que se complementam enquanto fontes teóricas, cada uma identificada com um programa específico de pesquisas e seus autores mais influentes: agroecossistema, na agronomia (Altieri, 2012); comunidade local, na sociologia rural (Guzmán, 2003); sistemas agroalimentares sustentáveis, na ecologia (Gliessman, 2002). Um ponto de partida comum é a crítica ao modelo industrial de produção agrícola (ou agricultura patronal), e essa crítica tem como foco mais preciso a produção baseada na monocultura, no uso intenso de agroquímicos e a crescente mecanização das unidades produtivas (Santilli, 2009).<sup>39</sup>

O principal aporte apontado pelos teóricos destas três vertentes é sobre a adoção dos saberes locais como um ponto de partida.

Miguel Altieri define a agricultura como sendo nada mais do que a redução da complexidade da natureza pela ação do homem, resultando na produção de ecossistemas artificiais e continuamente dependentes da intervenção humana (Altieri, 2012, p. 23). Dessa forma, a monocultura seria o exemplo extremo de redução da complexidade (que se contrapõe à diversidade natural), enquanto a agroecologia, que enxerga o sistema produtivo como um agroecossistema, produz complementaridades que permitem a recuperação da interdependência sistêmica entre as espécies (diga-se, vegetais e animais), apresentando-se como o modelo alternativo capaz de estimular o desenvolvimento socioeconômico de um local:

---

<sup>38</sup> Fonte: <http://agroeco.org/socla/>.

<sup>39</sup> E modelo de monocultura se converte em agronegócio, especialmente quando os valores destes produtos “são ditados pelas regras do mercado internacional, pela utilização intensiva de insumos químicos e de máquinas agrícolas, pela adoção de pacotes tecnológicos, pela padronização dos sistemas produtivos, pela artificialização do ambiente” (Santilli, 2009, p. 12), resultando na consolidação de grandes empreendimentos agroindustriais.

A ideia central da agroecologia é ir além das práticas agrícolas alternativas e desenvolver agroecossistemas com dependência mínima de agroquímicos e energia externa. A agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de princípios (Altieri, 2012, p. 15).

Segundo Altieri, duas características sustentam a agroecologia como um modelo econômico viável localmente: 1) é mobilizadora, pois seu princípio de difusão requer a intensa participação dos agricultores; e 2) trata-se de uma abordagem culturalmente assimilável, pois baseia-se nos conhecimentos tradicionais em diálogo com os métodos científicos modernos (Altieri, 2012). Outras duas características evocam a performatividade da agroecologia enquanto atividade econômica sustentável: 3) pela ênfase do conhecimento indígena, da biodiversidade agrícola e dos recursos locais, evitando, assim, a dependência de insumos externos; e 4) “é ecológica *per se*, uma vez que evita modificar os sistemas de produção existentes, promovendo a diversidade, as sinergias, otimizando o desempenho e a eficiência do sistema produtivo” (idem, p. 19).

Tal enfoque, que prioriza os saberes e práticas tradicionais, constitui o que Altieri nomeia de “território agroecológico”. Tais territórios são controlados pelas comunidades através do desenvolvimento de ações voltadas para:

- *Soberania alimentar*, como componente fundamental do auto-abastecimento;
- *Soberania energética*, como capacidade de contornar os custos energéticos externos ao produzir sua própria energia;
- *Soberania econômica*, alcançada com a redução de dependências de insumos externos e aumento na capacidade de acesso aos mercados locais.

No aprofundamento dessa concepção de agroecologia, Eduardo S. Guzmán considera que a sociologia teria um papel central no seu enfoque metodológico, pois envolve a compreensão das condições e dos significados sociais que a atividade agrícola tem para o agricultor e, além disso, pelos processos socioeconômicos e políticos que permitem a produção e circulação dos bens nos mercados (Guzmán, 2002). Segundo afirma, podemos entender a agroecologia a partir de três distintos níveis de temporalidade, quais sejam,

1) trata-se de um conhecimento que chega às universidades muito tempo depois de haver sido construído nas interações e reivindicações dos movimentos sociais;<sup>40</sup>

2) em seguida à sua introdução no contexto acadêmico, aumenta o interesse dos técnicos que constroem o ponto de vista crítico e metodológico da agroecologia. Neste caso, voltados para o desenvolvimento de tecnologias com inflexão sociocultural, visando o intercâmbio de conhecimentos não apenas no meio acadêmico, mas entre produtores e entre territórios agroecológicos distintos;<sup>41</sup>

3) integrados, o conhecimento tradicional com o saber crítico desenvolvido no meio acadêmico, avançam os processos de construção sociocultural e política de plataformas de transição agroecológica, cuja meta de sustentabilidade é a redução das dependências externas.

No plano técnico, a consorciação de saberes apresentaria vantagens em relação à mera sobreposição de pacotes tecnológicos: com o resgate da dimensão ecológica do manejo tal como construída tradicionalmente pelas comunidades envolvidas no processo de transição; e pela hibridação tecnológica, desde a perspectiva do conhecimento local, com os melhoramentos alcançado nos centros de pesquisa.

Conforme Guzmán (2013; 2002), a proposta de investigação da agroecologia é aprofundar o entendimento dos diversos processos implicados na atividade produtiva, levando em conta as metas de desenvolvimento da comunidade local. Além de olhar os processos biológicos e tecnológicos, que são fundamentais durante a produção, é necessário entender os processos que dinamizam a atividade produtiva, são eles, os processos socioeconômicos e políticos que, enfim, fazem a ligação da cadeia que se inicia com uma semente até que esta se torne um bem de consumo (Guzmán, 2002, p. 18). Neste sentido, as estruturas sociais do mercado são importantes fontes de investigação, resgatando a noção de territorialidade associada à diversidade das culturas locais.

---

<sup>40</sup> Que atuam em áreas como agricultura alternativa e / ou natural, reforma agrária, agricultura campestre, agricultura indígena, movimentos que defendem a sustentabilidade local e a recuperação do manejo tradicional etc.

<sup>41</sup> O conceito de *território agroecológico* é aqui ampliado em relação ao conceito de Altieri (2012), e passa a ser entendido como qualquer espaço no qual tenhamos a predominância do debate e da construção de um conhecimento agroecológico. Assim, é possível falar num território agroecológico intragovernamental, por exemplo (Guzmán, 2002). Nesta esfera, o território agroecológico teria o papel de provocar a transição agroecológica também no nível do discurso e da prática estatal, constituindo um ambiente propício à regulação de baixo para cima.



Um argumento mais abrangente nesse debate pode ser encontrado em Stephen R. Gliessman, que, sem muitos rodeios, sistematiza estas concepções no conceito de “sistemas agroalimentares sustentáveis”. Segundo sua definição, a agroecologia é entendida como a “aplicação de conceitos e princípios ecológicos para o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (Gliessman, 2002, p. 13).

Este autor também destaca a evolução diferenciada do conceito de agroecologia no campo científico e no uso do mesmo pelos movimentos sociais. Na esfera científica, a agroecologia se desenvolveu de forma lenta durante o século XX, variando os momentos de distanciamento ou de aproximação no debate entre as duas ciências que a compõem (a ecologia e a agronomia): “os limites estabelecidos por cada uma destas ciências, uma considerada como teórica e a outra como prática, as manteve relativamente separadas” (Gliessman, 2002, p. 16).

Pensar a agroecologia envolve, portanto, pensar nos termos de um projeto global que envolva uma concepção de sistemas agroalimentares sustentáveis. Os processos de produção de alimentos, distribuição e consumo, devem ser incluídos no conceito de sustentabilidade, uma vez que são fatores que geram impacto na agricultura. Os sistemas agroalimentares são muito mais amplos do que a agricultura. Eles formam o complexo de todas as partes ecológicas, técnicas, sociais e econômicas, e determinam o grau de sustentabilidade do sistema. Estes sistemas agroalimentares são feitos não apenas pelos agricultores, envolvem uma diversidade de outros procedimentos, de políticas e de organização do mercado (Gliessman, 2002, p. 319):

Os sistemas agroalimentares têm amplitude global e compreendem todos os aspectos da produção de alimentos, distribuição e consumo. Incluem as relações econômicas entre os proprietários da terra e trabalhadores agrícolas, agricultores e consumidores, cidadãos de países desenvolvidos, sistemas políticos que controlam estas relações, estruturas sociais que influem em como as pessoas se relacionam com a produção de alimentos e o consumo; e os sistemas culturais que influem naquilo que as pessoas acreditam e valorizam. Para que a produção de alimentos seja sustentável, todos os aspectos humanos devem manter a sustentabilidade dos aspectos ecológicos (Gliessman, 2002, p. 323).

A agricultura tem uma natureza econômica, visa algum tipo de ganho. Se os incentivos governamentais não reforçarem a questão da sustentabilidade, apesentando alternativas de financiamento, o agricultor será compelido a escolher dentre os gastos

aqueles de menor impacto sobre sua renda. Assim posto, o cálculo ecológico não estará necessariamente no primeiro plano, há antes um cálculo de custos. Por tal razão, quando uma política pública aborda a agroecologia, deve apresentar metas econômicas capazes de conferir a necessária sustentação dessa prática. Se, em longo prazo, a agroecologia vai se constituir como opção econômica, o contexto político no qual se realiza deve passar por uma mudança fundamental.

Em resumo, as bases científicas que analisam o agroecossistema (Altieri, 2012), são acionadas para explicar como é possível organizar e compartilhar um conjunto de saberes oriundos principalmente da ecologia e operados tecnicamente pela agronomia. A comunidade local (Guzmán, 2002), seria o *locus* da construção da agroecologia como uma prática sustentável baseada na perspectiva cultural dos atores envolvidos. A perspectiva dos sistemas agroalimentares sustentáveis (Gliessman, 2002), por sua vez, compreende todas as dimensões que interferem na organização socioeconômica da produção, levando em conta a capacidade dos governos em promover incentivos para que os produtores se mantenham na atividade.

Este é, sucintamente, o quadro teórico que norteia os debates entre os pesquisadores e que, até certo ponto, forma o pano de fundo da legislação brasileira. Bem dito, as teorias defendem não somente a regulamentação como mecanismo de criação e estabilização dos mercados, são necessárias, de igual modo, políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das comunidades locais onde se insere uma atividade produtiva que tenha, ao mesmo tempo, o enfoque na sustentabilidade.

Um exemplo de como estas teorias posicionam os mais distintos pontos de vista incorporados na regulamentação, pode ser extraído de uma publicação oficial que determina qual é exatamente a concepção que se projeta como modelo. Seguindo estes autores influentes da agroecologia, a norma que estabelece critérios e procedimentos para a ATES<sup>42</sup> assim define dois conceitos interligados e que constituem a referência da legislação:

- Agricultura Sustentável - *é aquela que reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, buscando tratar com igualdade as questões tais como: equilíbrio ambiental, justiça social e viabilidade econômica (...)* A agricultura sustentável, sob o ponto de vista agroecológico, é aquela que, tendo como base uma compreensão holística dos agroecossistemas, seja capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios: a) baixa dependência de

---

<sup>42</sup> Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária.

*inputs comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação (Gliessman, 1990). Para Altieri, a expressão agricultura sustentável se refere à "busca de rendimentos duráveis, a longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas", o que requer a "otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de um produto específico" (Altieri, 2002).*

- *Agroecologia - é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição de modelos de desenvolvimento rural e da agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e da agricultura familiar sustentáveis (Caporal e Costabeber, 2000; 2001; 2002). Partindo, especialmente, de escritos de Miguel Altieri, observa-se que a Agroecologia constitui um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica. Sendo assim, a Agroecologia, a partir de um enfoque sistêmico adota o agroecossistema como unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura sustentáveis. Então, mais do que uma disciplina específica, a Agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne várias "reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas" que têm contribuído para conformar o seu atual corpus teórico e metodológico (Guzmán Casado et al., 2000). Por outro lado, como ensina Gliessman (2000), o enfoque agroecológico pode ser definido como "a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis", num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrado ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica. Por isto mesmo, quando se fala em Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas atribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos de produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade (Caporal e Costabeber 2003; 2004) (INCRA, 1 N° 92, 15 de maio de 2008, p. 100).*

## CAPÍTULO III

### O mercado de orgânicos na RMBH

#### 1 - Justificativa para a escolha do estudo de caso

Nesta parte dedicada a um estudo de caso,<sup>1</sup> visamos explicitar como se dá a apropriação do *standard* de qualidade orgânica pelos agentes de um mercado, especificamente o mercado que se inicia com a produção no município de Capim Branco (MG) e culmina na distribuição em Belo Horizonte. Na fase exploratória, observamos que aquele município é um dos maiores produtores de orgânicos na Região Metropolitana de Belo Horizonte e cuja comercialização se dá por meio de quatro modalidades principais: na venda direta através das nove feiras homologadas pela prefeitura da capital; no abastecimento de 37 supermercados a partir de uma única empresa; na venda em duas lojas específicas; e também nas vendas pela *internet* (realizadas por um produtor).

No que toca à questão de como os produtores lidam com os processos formais de regularização e entrada no mercado, o serviço de extensão rural exerce importante papel de mediação entre os produtores e o poder público. Esta ação da assistência técnica e extensão rural (ATER) começa no acompanhamento da produção, através de capacitação em relação aos processos produtivos, e continua no momento da distribuição, através da orientação para a gestão e planejamento financeiro do empreendimento, bem como no apoio à interpretação das normas e editais públicos, além do auxílio no preenchimento de documentos e cadastros.

Um estudo de caso é aplicável nestas circunstâncias pois naquela região encontramos uma concentração espacial de unidades de produção sustentada por trocas mútuas, que será aqui confrontado com a perspectiva de um sistema generalizado de trocas. Para este estudo, buscamos explicitar “como” e “por que” tais processos ocorrem

---

<sup>1</sup> Merriam (2002); Yin (2011).

naquela região e quais fatores e dinâmicas locais favorecem a inserção dos produtores nas diversas modalidades de comercialização. Para orientar esta fase da pesquisa, definimos uma segunda questão, qual seja:

(Q2) *Como os produtores locais se apropriam daquilo que prevê o standard de qualidade orgânica e os seus mecanismos de certificação?*

Segue-se a esta questão geral duas indagações específicas, sobre a forma de organização local, que oferecem uma espécie de *roadmap* para o desenvolvimento da exposição e análise dos dados: como este campo foi criado e quem são os atores-chave? Qual o papel desempenhado por atores externos a este campo? Guiados por estas questões será possível analisar as relações de poder e de reciprocidade que interconectam os atores, definindo a forma como a concepção de controle – o *standard* de qualidade orgânica – chega até estes.

### **1.1 - Estratégias e instrumentos de pesquisa**

Considerando esta demarcação do problema, bem como a necessidade de recorrermos a variados instrumentos, buscamos clarear cada núcleo de informação a partir das seguintes estratégias de pesquisa: *fontes primárias de campo*, incluindo observações para a caracterização das unidades de produção, dos protocolos, dos sistemas de controle social, e da distribuição; *fontes secundárias*, dados disponibilizados pelo escritório local da Emater-MG em Capim Branco e dados sobre a criação e organização das feiras em Belo Horizonte; *pesquisa quantitativa*, com aplicação de um *survey* a uma amostra de 400 consumidores (cf. cap. IV); *questionário de redes*, para analisar a estrutura local das interações.

O Quadro 8 apresenta a rotina da pesquisa e os instrumentos utilizados, de acordo com as dimensões e conceitos-chave em estudo, local e o período de realização:

Locais	Dimensões	Conceitos	Instrumentos	Período
Capim Branco e Matozinhos  (Sítios e fazendas, Prefeitura e Escritório local da Emater)	Produção	Contato inicial	Visita exploratória / entrevistas	Outubro-Dezembro 2012
		Protocolos	Visitas aos locais/ entrevistas com produtores / entrevista com extensionistas / participação em reuniões da OCS.	Julho – agosto - 2013
		Estrutura de custos	Entrevista utilizando questionário semiestruturado / consulta aos dados da Emater-MG (escritório Capim Branco).	Agosto – setembro 2013
		Contratos	Entrevista utilizando questionário semiestruturado.	Agosto - 2013
		Acompanhamento por um ator externo	Entrevista com extensionista.	Setembro - 2013
		Organização dos produtores	Questionário de ARS – e modelagem da rede.	Agosto – 2013 Dezembro - 2013
Secretaria Mun. de Seg. Alimentar e Nutricional (PBH)	Distribuição	Agentes intermediários e governo	Entrevistas semiestruturadas.	Dezembro - 2013
Diário Oficial do Município (DOM)		Mecanismos de formação dos preços, contratos públicos e legalização	Entrevistas semiestruturadas Dados secundários (DOM) Legislação (DOM).	Setembro – novembro - 2013
Belo Horizonte (Supermercados, lojas especializadas e feiras orgânicas)	Consumo	Consumidor	Survey (n = 400)	Janeiro - 2014
		Supermercados	Visitas aos supermercados / observação	Dezembro – 2012 / outubro – 2013 / Dezembro – 2013.
		Feiras	Visitas às feiras / observação e entrevistas	Novembro – 2013 / Junho – 2012 / Dezembro - 2013
		Prescritores	Observação na mídia / entrevistas.	Janeiro a abril - 2014

Quadro 8 – estruturação dos procedimentos de pesquisa de acordo com as dimensões e variáveis de estudo.  
Fonte: elaboração própria.

## 2 - Dados sobre Capim Branco: formação do município, localização e opção pela produção orgânica

As poucas fontes oficiais sobre a história e formação do município de Capim Branco são bastante limitadas e geralmente informam apenas que o município foi constituído oficialmente em 1954. Segundo uma destas fontes, o município teria recebido este nome pelo “fato de medrar em suas terras, em grande quantidade, certa espécie de capim que tem a cor branca”.<sup>2</sup> Outras fontes afirmam que tropeiros, entre o final do século XVII e início do XVIII, circulando pela região do Ribeirão da Mata, foram os primeiros a denominar o lugar atual de Capim Branco, dada a abundância de uma espécie de gramínea nativa da região de flor pequena e branca.<sup>3</sup> O município foi criado oficialmente em 1954, através da Lei Estadual n.º 1039.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” (IBGE, 1958).

<sup>3</sup> Conforme consta na publicação oficial: Prefeitura CB (2010). *Capim Branco, minha cidade meu patrimônio*. Capim Branco.

<sup>4</sup> Fonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais – documento eletrônico, disponível em: [www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1953-12-12:1039](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1953-12-12:1039).

Capim Branco está localizado a noroeste, no limite da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e a 53 km da capital. O seu território faz limites com os municípios de Prudente de Moraes (ao norte), Matozinhos (leste), Sete Lagoas (oeste) e Esmeraldas (sul), compreendidos na microrregião de Sete Lagoas. Possui uma área total de 94.147 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 9.276 habitantes (IBGE, 2009).<sup>5</sup>

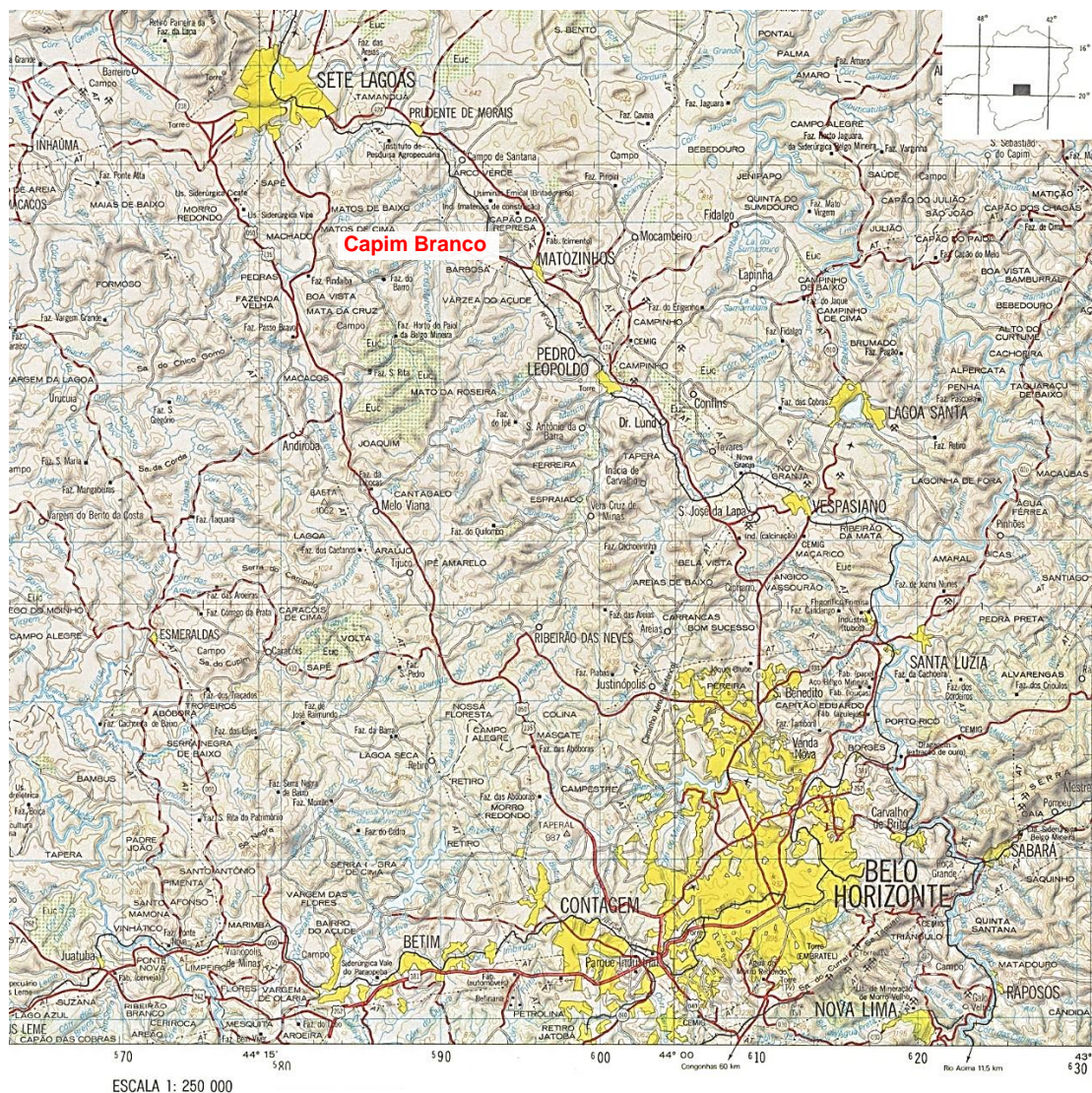


Figura 14 – Localização do município de Capim Branco na RMBH.

Fonte: IBGE <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/mapas/GEBSIS%20-%20RJ/SE-23-Z-C.jpg>>

Nas proximidades de Capim Branco, estão localizados dois centros de pesquisa agrícola e uma universidade que oferece formação nesta área: a unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa - Milho e Sorgo); a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig); e o campus da Universidade Federal de São

<sup>5</sup> Dentre as principais atividades econômicas, se destaca o setor agrícola. Segundo indicadores do IBGE, o IDHM do município é de 0,751 (PNUD/2000), como um PIB de R\$ 44.909,99 (IBGE/2008) e PIB *per capita* de R\$ 4.905,51 (IBGE/2008).

João Del Rey (UFSJ, criado em 2009, com os cursos de graduação em engenharia agrônômica e engenharia de alimentos, e um programa de pós-graduação na área de bioengenharia), nesta universidade também está em implantação o recém-criado Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia, a partir de um pleito do grupo Guayi de Agroecologia – que funciona naquela instituição.<sup>6</sup>

Até o final dos anos 1990, o município era conhecido pela sua vocação para a produção de alho. Durante o período de maior atividade, promovia-se a “Festa Estadual do Alho” nos moldes das festas agrícolas que tradicionalmente ocorrem em outras localidades do estado. No auge da produção, Capim Branco chegou a atender demandas de outros estados, além de ser um dos grandes fornecedores da Ceasa-MG.

### **2.1 – Da crise do alho à produção orgânica**

Os produtores de Capim Branco alcançaram o apogeu na produção de alho até o início da década de 1980, quando foram produzidas cerca de 500 toneladas. No entanto, naquele mesmo período, o declínio começou a ser percebido quando, em 1983, a quantidade produzida caiu para 198 toneladas, chegando a 72 toneladas em 1991 e 16 toneladas em 1999 (Tubaldini & Coelho, 2002).

Uma doença fúngica do solo, que veio a ser identificada posteriormente como a “podridão branca”, ou “mofo branco” na linguagem local, causada pelo *Sclerotium cepivorum*, foi a responsável pela decadência na produção do alho. Como o ataque desse fungo se dá na base da planta, afetando o bulbo em formação, o solo úmido se torna o principal ambiente para o desenvolvimento e disseminação da doença, que permanece na terra por muitos anos.<sup>7</sup> Segundo relato de um agricultor,<sup>8</sup> os produtores costumavam compartilhar o mesmo trator e, assim, após ter revolvido a área contaminada de um sítio, restos de terra eram levados nas grades do trator para outras propriedades. Como no auge do ataque da praga não se sabia quais as causas e como se proteger da contaminação, estas práticas contribuíram para a disseminação da doença pela região.

A partir de 1995, com apoio da prefeitura local e do escritório da Emater iniciaram-se os primeiros movimentos visando desenvolver a produção de hortaliças orgânicas como uma alternativa econômica. Para isso, foram promovidos cursos para os

---

<sup>6</sup> Fonte: [www.ufsj.edu.br/csl/](http://www.ufsj.edu.br/csl/).

<sup>7</sup> Fonte sobre a ação do fungo: [www.anapa.com.br/simples/wp-content/uploads/2013/07/18.pdf](http://www.anapa.com.br/simples/wp-content/uploads/2013/07/18.pdf)

<sup>8</sup> Entrevista concedida em 25 de julho de 2013.



agricultores e treinamentos sobre os protocolos de manejo, cujos mecanismos de garantia da qualidade ainda eram fracamente regulamentados – como visto no capítulo anterior, a primeira norma neste sentido só veio a ser publicada em 1999 (IN n.º 007/1999).

A pesquisa realizada por Tubaldini e Coelho (2002), apontou que em 2002 o município contava com aproximadamente 38 produtores orgânicos. No entanto, com o desenvolvimento de uma legislação mais rigorosa para o setor, implicando no aumento dos custos internos dos processos produtivos e da certificação, alguns agricultores optaram pela produção hortícola convencional, cujos produtos eram distribuídos no comércio local, em municípios vizinhos e na Ceasa-MG. De certo modo, isso decorreu da inexistência de normas que possibilitassem a certificação participativa ou por controle social (cuja regulamentação só ocorreu em 2007, com o Decreto n.º 6323).

O grupo atual é formado por 34 produtores, 16 em transição, e 18 atuando na produção orgânica e que utilizam alternativamente os dois sistemas de garantia, por auditoria e por controle social. Há uma empresa de grande porte, a “Fito Alimentos”, que contrata exclusivamente a certificação por auditoria (atualmente pelo IBD). Há seis unidades de produção garantidas por controle social e, destas, quatro contratam a certificação por auditoria como uma alternativa para ampliar as vendas. Uma destas quatro unidades, a partir de novembro de 2013, se tornou a primeira do estado a contratar a nova certificadora que fora criada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e também a primeira unidade de produção orgânica do país a receber financiamento do programa de agricultura de baixo carbono (Programa ABC), do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).<sup>9</sup>

No início das feiras orgânicas em Belo Horizonte, a partir de 2002, alguns produtores de Capim Branco eram certificado pela Minas Orgânica e outros pelo IBD (Instituto Biodinâmico), pois ainda não havia a garantia por controle social. Com a extinção da Minas Orgânica em 2009, os produtores que comercializavam nas feiras de BH, ficaram sem certificação e acabaram contratando a certificação do IBD para poderem permanecer no programa das feiras.

---

<sup>9</sup> Que é um programa do governo federal voltado para a produção agrícola ambientalmente sustentável, e cujos objetivos são: promover a redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades agropecuárias; reduzir o desmatamento; aumentar a produção agropecuária em bases sustentáveis; adequar as propriedades rurais à legislação ambiental; ampliar a área de florestas cultivadas; e estimular a recuperação de áreas degradadas (Fonte: [www.bndes.gov.br/](http://www.bndes.gov.br/)). Por este programa, foi possível ao “Projeto Vista Alegre” acessar um crédito especial de R\$ 145 mil, para a ampliação da produção orgânica (Fonte: [www.agricultura.mg.gov.br/noticias](http://www.agricultura.mg.gov.br/noticias)).

A partir de 2011, buscando uma forma de reduzir os gastos com a certificação, estas seis unidades de produção recorreram à possibilidade recém-regulamentada de formar uma Organização de Controle Social (OCS), obtendo o registro junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) em abril daquele ano.

O extensionista na época da criação da OCS, assim relata os passos adotados para a formalização desta que é a também a primeira OCS criada no estado de Minas Gerais:

- *Eu conversei com os produtores, coloquei-os a par de como que era a lei. Quando foi em fevereiro de 2011, nós tivemos a primeira reunião e falamos sobre os três sistemas e sobre o PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar]. No dia 23, nós fizemos uma reunião para definir o grupo... Quando foi no dia 04 de março eu mandei esse material para o Ministério... no dia 25, mais ou menos, me avisaram que eu poderia ir com os produtores receber a declaração de cadastramento, aí eu sugeri a possibilidade, como era a primeira do Estado de Minas Gerais, para ver se poderia ser entregue aqui porque a gente queria fazer um evento... Então nós entregamos, fizemos a solenidade da entrega. Depois disso, a gente colocou um projeto na câmara, “Capim Branco Cidade do Orgânico”, e todo dia 14 de abril é comemorada essa data histórica que virou uma data municipal, regida em lei e tudo (AF, 08/11/2012).*

Por este processo de reuniões e discussões para a criação da OCS, foi criada também a Associação dos Produtores de Orgânicos de Capim Branco e Matozinhos (Asprocam), da qual são membros os produtores ligados às seis unidades de produção da OCS, ou seja, 17 produtores. Em termos práticos, no entanto, o funcionamento desta associação se confunde com o funcionamento da OCS, pois a finalidade é a mesma: estruturar localmente a produção e observância dos protocolos de qualidade.

### **3 – A OCS de Capim Branco e o exercício do poder coletivo**

Segundo o decreto MAPA N° 6.323/07, a Organização de Controle Social é definida como *grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade* – dito de outro modo, é um sistema pelo qual quem dá a garantia é o produtor.

O papel da OCS é controlar a aplicação local daquilo que está previsto no *standard*, por meio do compromisso dos produtores que dela fazem parte. Neste sentido, todos os membros exercem o papel de controle, além dos órgãos fiscalizadores e dos consumidores (MAPA, 2012). No cadastramento junto ao MAPA, a OCS deve apresentar

um conjunto de medidas a serem tomadas em relação a: frequência às reuniões do grupo; frequência de visitas dos membros a cada unidade de produção controlada pelas OCS; medidas para garantir a rastreabilidade dos produtos; providências a serem tomadas pelo grupo quanto ao cumprimento das normas da produção orgânica e de outras ações combinadas coletivamente.<sup>10</sup>

A OCS de Capim Branco segue compulsoriamente este modelo de organização, porém, preserva as características de uma associação informal, pois tal possibilidade é aceita pela legislação. No exercício do poder coletivo, há regras construídas pelo grupo através de um regulamento que visa assegurar que todos estarão comprometidos com as decisões e com os protocolos de manejo, mas não há uma definição clara de atribuições individuais, bem como não há uma estrutura formal de liderança – a organização das reuniões, preparação de material informativo e chamamento para os encontros, é feita corriqueiramente pelo extensionista local e estas reuniões acontecem a cada dois meses, com alternância entre as unidades de produção.

Em cada reunião os produtores recebem um formulário para verificação da unidade visitada, no qual devem anotar suas observações sobre: aquisição de insumos; meio ambiente (a partir da observação sobre como está sendo feito o manejo); análise do solo (a partir de conversa com o produtor); rotação de cultura e consórcio; uso de adubo verde; práticas de conservação do solo; irrigação e fonte de água; manejo das pragas e doenças; compostagem (quais as principais fontes de matéria orgânica utilizadas e se estão de acordo com as normas técnicas); planejamento da produção (verifica se o produtor está dentro do cronograma apresentado à OCS); outros comentários; pontos positivos e negativos.<sup>11</sup>

O regulamento que define o funcionamento da OCS, as atribuições dos membros e formas de punição, é, na realidade, um conjunto de regras genéricas onde os produtores assumem um compromisso coletivo com a condução da OCS. Quanto às punições, considerando que a OCS é instituída como um sistema coletivo de controle, na hipótese de ser detectada alguma prática em desacordo com as regras previstas na legislação, os demais membros têm a obrigação de analisar tal conduta – em caso extremo, o produtor

---

<sup>10</sup> Fonte: [www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/controle-social-rpo](http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/controle-social-rpo).

<sup>11</sup> Fonte: formulário de acompanhamento – Emater-MG, Esloc Capim Branco, 2013.

poderá ser excluído da participação na OCS e, em consequência, da comercialização sob este regime de garantia.

Este regulamento, intitulado de “Controle Social OCS-Asprocam”, foi redigido pelo extensionista local, após a coleta de sugestões dos membros e aprovado em reunião no dia 17 de março de 2011, como um dos requisitos para o cadastramento no MAPA. A maior parte do seu conteúdo pode ser classificada como uma revisão didática daquilo que está previsto na legislação (incluindo a Lei 10.831/2003 e as diversas portarias e instruções normativas que regulamentam a produção e o controle social), ou seja, é um compilado das principais instruções apresentado em linguagem mais acessível.

Neste documento, uma das preocupações é deixar claro a todos os membros o direito de exercício da rastreabilidade pelos consumidores e a possibilidade de fiscalização pelos órgãos responsáveis. O regulamento da OCS de Capim Branco, denominada de OCS-Asprocam, assim define como será o controle externo:

A OCS – Asprocam se compromete em conceder livre acesso às suas áreas de produção para visitação de consumidores, bem como para visitas técnicas de órgãos fiscalizadores, garantindo a rastreabilidade de seus produtos (Regulamento interno, 2011).

Dentre os mecanismos de controle da garantia, ou seja, de controle interno, o regulamento da OCS descreve algumas práticas a serem adotadas coletivamente visando o comprometimento de todos com a gestão dos processos:

- Aquisição de insumos: *“Deverá ser feita de forma coletiva, objetivando a diminuição do custo de produção, ou se for o caso, feita de forma individual, desde que apresentado aos membros da organização a nota fiscal de compra do insumo e a data de sua utilização”* (Regulamento interno, 2011). A sugestão de compra coletiva tem por objetivo evitar o gasto com intermediários, reduzir custos de produção e aumentar o controle sobre o que entra nas unidades de produção. Além disso, a obrigatoriedade de apresentação da nota fiscal à OCS, em caso de compra individual, assegura o mesmo nível de informação a todos os membros da OCS.
- Meio ambiente: *“Todos os membros da organização deverão adotar as seguintes práticas: análise do solo, rotação de cultura e consórcio, uso de adubação verde, práticas de conservação do solo, irrigação, manejo de pragas e doenças, e compostagem”* (Regulamento interno, 2011). Este é um ponto crucial no que se

refere ao exercício do controle interno, deixando claro não só o que deve ser observado individualmente, mas também o que cada um deve observar nas demais unidades de produção.

- Controle de safra: “*O grupo deverá elaborar coletivamente uma programação escalonada de plantio, informar em formulário próprio da organização sua área plantada, período de colheita e estimativa de produção*” (Regulamento interno, 2011). Este conhecimento coletivo acerca do planejamento a ser adotado em cada unidade também funciona como um mecanismo interno de controle. Por meio dessa programação, é possível acompanhar o quanto cada um está operando dentro do cronograma e, ao mesmo tempo, se tem a capacidade de produção apresentada.
- Reuniões e visitas periódicas: “*As reuniões serão realizadas com os objetivos de: atualizar e nivelar os membros em relação à legislação da produção orgânica, técnicas de produção, inovação tecnológica, marketing e outros*” (Regulamento interno, 2011). Além das atividades de rotina desenvolvidas pelo extensionista, as reuniões constituem um espaço importante para o debate coletivo acerca de dificuldades ou vantagens do uso de determinadas técnicas, trocas de experiências, compartilhamento de exemplos individuais bem sucedidos com o uso de determinada prática etc.

Por esta exposição é possível considerar a possibilidade de que os mecanismos de disciplina interna da OCS-Asprocam são construídos coletivamente, como resultado de uma sobreposição de trocas que vão, desde os conselhos técnicos, às relações de cooperação e à intensidade dos laços afetivos entre os produtores locais. Com veremos na análise da rede, este sistema de trocas se estende para um grupo maior, incluindo também um grupo de produtores em regime de transição para a produção orgânica.

#### **4 – Características da produção de orgânicos em Capim Branco**

##### **4.1 – Processos produtivos**

De um modo geral as unidades de produção orgânica de Capim Branco estão situadas em pequenas áreas com uma extensão média de 3,2 hectares, conforme declarações dos entrevistados. Nestas unidades, essencialmente de agricultura familiar,

há três grupos de produtores que aqui diferenciamos como produtor em grande escala (1 produtor), produtores da OCS (17 produtores) e produtores em transição (16 produtores).

Dado que estamos tratando do mercado de alimentos orgânicos que efetivamente opera na RMBH, nos voltaremos para uma análise mais detalhada das unidades controladas pela OCS-Asprocam, por serem estas que comercializam nas feiras em Belo Horizonte, mas sem perder de vista a importância do efeito demonstração que estas exercem para aqueles agricultores em transição, bem como a possibilidade de ocorrer o mesmo tipo de efeito da empresa “Fito Alimentos” em relação aos produtores da OCS.

Os dados referentes a estas unidades da OCS são descritos a seguir (vide Quadro 9). As áreas sombreadas (em cinza) se referem à localização das nove feiras homologadas pela Prefeitura de Belo Horizonte, os demais casos são resultantes de iniciativas individuais de venda direta em: vendas pela *internet* com entrega domiciliar; e vendas realizadas através da parceria de uma unidade de produção com a Rede Terra Viva, na sede desta entidade – por esta modalidade, os consumidores são previamente cadastrados e devem montar sua cesta através do site do produtor.

Unidade de produção	Área ha	Produção	Local de venda em BH	Dia da semana	Regime de trabalho
HORTALIÇAS XAVIER	0,5	FLV	Bairro Luxemburgo	4 <sup>a</sup> .f	3 familiar
			Bairro Santa Tereza (T. Viva)	2 <sup>o</sup> e 4 <sup>o</sup> sábado	
FAZENDA VISTA ALEGRE	4,0	FLV	Bairro Belvedere	3 <sup>a</sup> .f	4 contratados 4 familiar
		Avícola	Entrega domiciliar / internet	3 <sup>a</sup> .f, 4 <sup>a</sup> .f e 5 <sup>a</sup> .f	
		Processados	Bairro Santa Tereza (T. Viva)	2 <sup>o</sup> e 4 <sup>o</sup> sábado	
SÍTIO DO INHAME	6,0	FLV	Praça JK	6 <sup>a</sup> .f	3 contratados 3 familiar
			Feira ABC (R. Claud. Manoel)	3 <sup>a</sup> .f	
			Pampulha	Sábado	
SÍTIO SÃO JUDAS TADEU	0,4	FLV	Barragem Sta. Lucia (S. Bento)	3 <sup>a</sup> .f	1 contratado 3 familiar
			Bairro Buritis	6 <sup>a</sup> .f	
FAZENDA MONJOLOS	5,0	FLV	Av. Raja Gabaglia	5 <sup>a</sup> .f	2 familiar
SÍTIO DO GUERREIRO	3,1	FLV	Bairro Anchieta	3 <sup>a</sup> .f e 6 <sup>a</sup> .f	1 contratado 2 familiar
TOTALIS	19ha	9 pontos de venda homologados- feiras		6 dias semanais	17 familiares
	Área média: 3,17ha	3 pontos alternativos – ONG e <i>internet</i>			9 contratados

Quadro 9 – Unidades de produção certificada e controladas pela OCS, indicação dos locais e dias de venda em Belo Horizonte e o regime de trabalho empregado (se é familiar ou contratado).

Fonte: elaboração própria, com base em dados da pesquisa.

Nestes dados, não foram computadas as informações referentes ao trabalho diarista. Por ser uma prestação de serviço muitas vezes sem vínculos formais, há variações na quantidade de trabalhadores em cada período de produção.

#### 4.2 - Dos contratos de produção e distribuição

O tipo de contrato que se estabelece entre os produtores e distribuidores, com intermediários e fornecedores de insumos, com prestadores de serviços, ou contratos de

trabalho – ou mesmo a ausência de contratos desta espécie –, varia substancialmente de acordo com cada uma das modalidades de certificação. As variações podem ser percebidas em relação à empresa “Fito Alimentos” e as 6 unidades de produção da OCS. Na empresa Fito, que produz basicamente FLVs, há um maior número de contratos formais: com a certificadora IBD; com os fornecedores de insumos, incluindo a aquisição de sementes e substâncias autorizadas para o preparo da compostagem; contratos de trabalho com 28 empregos assalariados; contratos de distribuição para os supermercados na capital, onde predominam os contratos com 4 grandes redes de supermercados, 3 padarias e 1 supermercado em Vespasiano, pelos quais a empresa faz a distribuição diretamente em cada loja, não passando, portanto, pelos centros de distribuição destas redes<sup>12</sup> – por isso, aqui também não há a figura do intermediário; nas duas lojas, além da produção própria, são comercializados produtos processados, importados ou industrializados, de terceiros como os da marca “Priori” com: congelados, cereais, condimentos, biscoitos, frutas secas e mel. Além dessa linha de produtos, as duas lojas comercializam café orgânico, farináceos e outros produtos com marcas próprias, implicando em contratos específicos com cada fornecedor.<sup>13</sup>

Nas unidades de produção da OCS, embora três delas tenham contratos formais com a certificadora IBD e uma com o IMA, há predominância de contratos informais; nota-se também a ausência de intermediários na distribuição e há poucos contratos formais de trabalho (9 empregados não familiares nas 6 unidades), além da ocupação de mão de obra familiar. O trabalho diarista é também observado, e é contratado mediante acordo verbal, sendo remunerado por dia ou hora de trabalho com valores definidos entre as partes e referenciados no que é praticado localmente (exemplo para os dois serviços mais contratados: a hora de um tratorista é de R\$ 30,00 com trator da prefeitura, mais uma taxa municipal de R\$ 7,50;<sup>14</sup> o serviço de capina ou limpeza de área está entre 50 e 60,00 Reais a diária).

Os dois principais contratos formais destas seis unidades familiares foram pactuados com o poder público local e com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). O

---

<sup>12</sup> As redes são as seguintes: Supermercados Mart Plus, 8 lojas; Supermercados Super Nosso, 10 lojas; Supermercados Carrefour, 11 lojas; Supermercados Morini, 4 lojas; Padarias, 3; Supermercado Cidade, 1 loja (em Vespasiano).

<sup>13</sup> A pedido do proprietário, não foi possível consultar outros detalhes acerca destes contratos.

<sup>14</sup> A Emater local emite uma guia para ser paga no banco, após isso, o produtor procura no setor de obra da prefeitura e agenda o serviço. O mesmo serviço, feito por particulares, varia entre 60 e 80 Reais, podendo chegar até R\$ 120, dependendo do serviço.

contrato com a municipalidade local ocorre dentro do sistema de mercado institucional para o programa de alimentação escolar (PNAE), pelo qual as 5 escolas municipais de Capim Branco são atendidas.<sup>15</sup>

O contrato com a PBH é celebrado a partir do ingresso do produtor no programa das feiras de orgânicos, por meio de um edital de chamamento público específico para estas feiras. Os produtores habilitados assumem alguns compromissos, dentre os quais, a utilização de uma barraca padronizada pela PBH, devem exibir em local de fácil visualização a autorização de controle social, que é o certificado emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Neste certificado, consta o nome do produtor credenciado e o endereço da unidade de produção (visando facilitar o exercício do direito de rastreabilidade, previsto na Lei 10.831/2003, Art. 3.º, § 1.º).

Para a manutenção das responsabilidades e obrigações contratadas com a PBH, há uma articulação das ações entre a Gerência de Apoio à Produção e Comercialização (GAPCO) da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMASAN) de Belo Horizonte, e o escritório da Emater-MG em Capim Branco. Na GAPCO há um extensionista que acompanha os processos no mercado de BH e faz a ponte com o escritório de Capim Branco – o que envolve um tipo de contrato mais complexo entre dois órgãos públicos (a PBH e a Emater-MG). Além disso, este vínculo de dois escritórios de extensão rural funciona como um aparato externo de facilitação do acesso às modalidades de comercialização.

#### **4.3 – O protocolo de manejo em ação**

Em Capim Branco são produzidas basicamente verduras, legumes e frutas, mas o ponto forte da comercialização são os legumes e verduras. A maior parte dos insumos é produzida em cada unidade: adubos, compostagem, caldas, húmus etc. Em alguns casos são compradas substâncias adicionais, autorizadas pela Instrução Normativa MAPA nº. 46/2011, para melhorar a fertilidade dos compostos e correção do solo. Em todas as unidades as sementes das principais hortaliças são adquiridas externamente, quase sempre por compra coletiva.

---

<sup>15</sup> Este contrato trata da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. As compras podem chegar até o limite de R\$ 20.000,00 anuais, para agricultores que possuam a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). A fiscalização deste contrato fica a cargo da secretaria de educação do município, que é coparticipante do contrato como unidade gestora.



A imagem aérea a seguir (Figura 15), indica a localização das unidades controladas pela OCS e a área da Fito Alimentos:

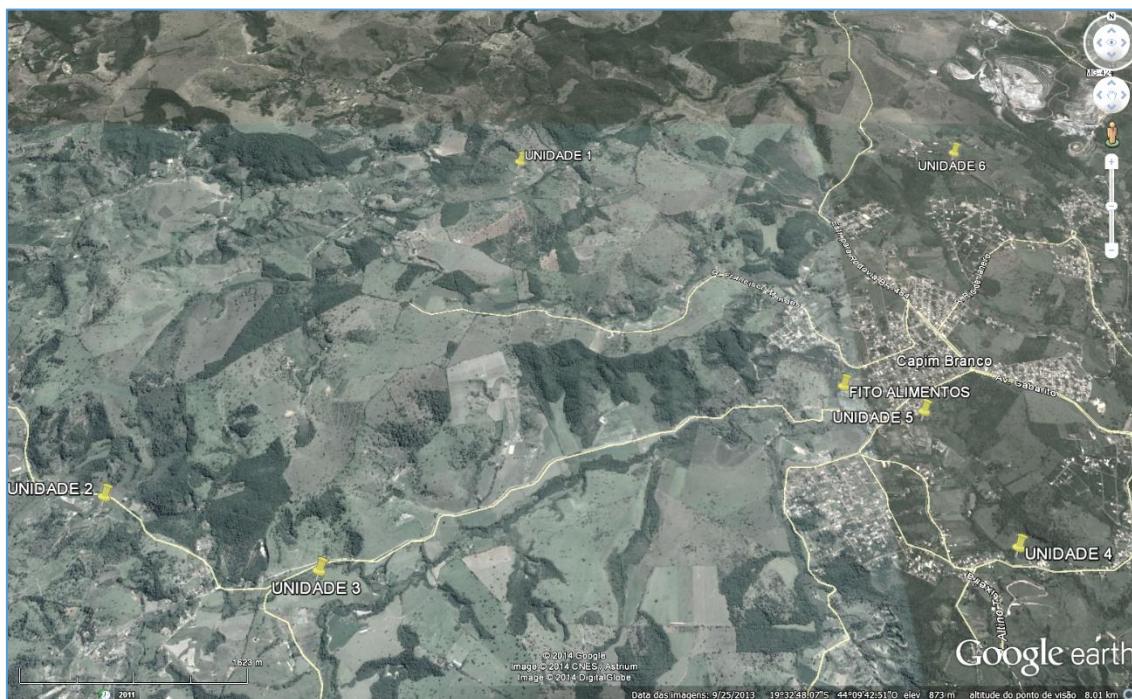


Figura 15 – Imagem aérea com a localização das unidades de produção da OCS-Asprocam e Fito Alimentos. Fonte: elaboração própria, a partir de foto aérea do *software Google Earth*.

### 4.3.1 – Recursos utilizados na aplicação local dos protocolos de qualidade

#### 4.3.1.1 - Recursos naturais

Todas as unidades de produção possuem fonte própria de abastecimento de água, utilizando sistemas de bombeamento ou poços artesianos. A região ainda preserva matas nativas, da vegetação predominante do cerrado. As áreas de produção estão próximas destas matas e algumas delas são interconectadas por meio de barreiras verdes que protegem a plantação da contaminação aérea, além de propiciar a circulação de agentes benéficos entre a mata e a área de plantio. A interação de aves com a plantação é também observada, auxiliando no combate às pragas. Quanto a isso, um dos entrevistados apresenta o seguinte comentário: *estes pássaros que você vê aí, estão “trabalhando” para eles e para mim* (IV, 17/08/2013).

#### 4.3.1.2 - Recursos tecnológicos

Como se trata de um tipo de cultura que requer pouco espaço, o uso de maquinário é limitado. Em geral, utilizam o ferramental típico do sistema agrícola tradicional (SAT). Quanto aos recursos tecnológicos que envolvem o domínio de um conhecimento particular e por estarem integrados a um sistema de produção que apresenta orientações específicas para o manejo orgânico, os produtores aplicam estes conhecimentos tal como são definidos pelas normas e, como garantia de que estão observando estas normas, são monitorados pelos demais membros da OCS e pelo serviço de extensão rural, além de outros órgãos públicos. O domínio das tecnologias, neste caso, significa a aplicação correta dos protocolos de qualidade, o que inclui o preparo do solo, aquisição de insumos, plantio das mudas ou sementes, cuidados pós-plantio, colheita, acondicionamento e transporte para os locais de venda.

As práticas mais comuns são (conforme a Figura 16):

- Preparo manual do solo (imagem 1), o que inclui a delimitação e espaçamento dos canteiros, forragem com cobertura morta<sup>16</sup> e instalação da fonte de irrigação;
- Irrigação por gotejamento (imagens 1 e 2), que garante a umidade necessária a cada espécie de cultivo;
- Destinação de um local para o preparo da compostagem (3 e 4);
- Lonado para plantio protegido (imagem 1, 2 e 5), usado contra o desgaste por chuvas e para controlar a incidência de sol e ventos;
- Destinação de um local exclusivo para o preparo, organização e transporte dos produtos (imagens 6 e 7);
- Sistema tradicional de canteiros, sem lonado, intercalando as espécies e com irrigação por aspersão (imagem 8).

---

<sup>16</sup> Ou, em inglês, *mulch* – “é qualquer tipo de resíduo vegetal que se acumula sobre a terra. Bactérias, fungos e outros microrganismos usarão esse material como alimento, gerando o processo de decomposição – uma maneira natural de devolver à terra o material orgânico utilizado na geração anterior”. Fonte: <www2.camara.leg.br>.



Figura 16 – Algumas tecnologias empregadas na produção de Capim Branco.

Fonte: acervo de pesquisa – tomadas nos meses de julho e agosto de 2013.

\* locais: imagens 1, 2 e 3, Fito Alimentos; imagem 4, Fazenda Monjolos; imagem 5, Sítio do Guerreiro; imagens 6 e 7, Fazenda Vista Alegre; imagem 8, Fazenda Monjolos.

Outras técnicas: as sementes são cultivadas em local separado e protegido, com o uso de bandejas de isopor específicas para germinação e controle do tempo de transposição para o solo; uso da rotação e consórcio de culturas como técnicas auxiliares para preservar a fertilidade do solo; na produção da compostagem, o controle da umidade da pilha de matéria orgânica é feito mediante a movimentação e rega periódica da mesma, e o prazo entre o preparo e a utilização varia entre 30 e 60 dias – os produtores costumam fazer o preparo de duas ou três pilhas com intervalos de duas ou três semanas para, assim,

terem disponibilidade para uso em qualquer período; a imagem 4 (vide Figura 16) se refere a um curso que foi oferecido por um extensionista de Sete Lagoas sobre o preparo de um composto específico, conhecido como Bokashi (uma técnica japonesa, adaptada para baratear os custos), que utiliza, além da massa orgânica, fermento e bagaço de cana ou açúcar para acelerar os processos de fermentação do composto – deste curso participaram também produtores do município de Juatuba.

A associação entre o conhecimento tradicional e o uso dessas tecnologias é orientada e acompanhada pela Emater-MG. De um modo geral, estes produtores não apontam maiores dificuldades em relação à forma de produção orgânica argumentando que se trata de um conhecimento que já é do seu domínio e o auxílio da Emater é, aqui, um recurso a mais no que se refere à introdução de novas técnicas.

#### **4.3.2 – Perspectivas da OCS-Asprocam sobre a qualidade**

A visão dos produtores sobre a produção e sobre o produto orgânico é uma componente importante da construção do discurso sobre a qualidade do produto que será apresentado ao consumidor. Pelos relatos dos entrevistados, é possível perceber que a decisão em produzir orgânicos é amparada em motivações comuns e também por processo de difusão de ideias-chave. O Quadro 10 reúne trechos de depoimentos (tomados entre os produtores em transição e aqueles controlados pela OCS) e está organizado de acordo com os principais assuntos que surgiram:

- Ingresso na produção a partir de convite de outro produtor, basicamente sob o argumento de que se trata de um sistema produtivo com maior retorno financeiro por possuir uma qualidade diferenciada (Ent. 1, 2 e 3);

- Pelos benefícios que trazem para a saúde, geralmente com base em experiências pessoais em relação aos agrotóxicos ou conhecimentos embasados nos discursos correntes sobre o alimento orgânico (Ent. 2, 3 4, 5 e 6);

- Porque não utiliza agrotóxicos, formação de um senso comum de que o alimento orgânico é superior por representar melhoria na renda e ganhos à saúde por ser produzido de forma natural (Ent. 7, 8 e 9);

- Por causa do potencial econômico e melhoria da renda (Ent. 10, 11 e 15);

- Porque a região está se tornando uma referência na produção orgânica, onde a expectativa de sucesso é espelhada na experiência dos outros (Ent. 12, 13, 14, 15 e 16);

- Por causa da qualidade dos produtos, como expressão de um entendimento generalizado de que a qualidade está no modo de produzir (Ent. 16 e 17).

<b>Entrevistado</b>	<b>Motivações</b>
Ent. 1	<i>Isso nasceu com o meu cunhado, que tem um terreno muito bom, e me convidou para entrar de sócio com ele, é ele quem comercializa, é mais rentável (07/08/2013).</i>
Ent. 2	<i>Eu já era plantador convencional, eu tive um convite para plantar orgânicos e a gente trata de toda a família com eles porque é tanto rentável e bom para a natureza, que está ganhando, e para a nossa saúde e a saúde de quem consome os produtos (07/08/2013).</i>
Ent. 3	<i>Eu trabalhava com comércio na cidade (CB) e comecei a ter prejuízo, então, na época estava começando os orgânicos, eu tive um convite para plantar couve para uma pessoa, depois surgiu as feirinhas, e não pretendo sair não, porque é bom para a natureza e para a nossa saúde (07/08/2013).</i>
Ent. 4	<i>Pelos benefícios para a saúde, eu não quero trabalhar com o convencional, não é do meu interesse, com a morte do meu pai, eu vi os riscos que o convencional estava trazendo para a saúde (19/07/2013).</i>
Ent. 5	<i>Mais por causa da saúde, os orgânicos são mais saudáveis (06/08/2013).</i>
Ent. 6	<i>Eu acho que a produção orgânica é bem mais rentável, na verdade o processo de produção dá mais trabalho, mas o preço do produto paga esse custo... na verdade tem que matar bicho a tapa, a parte operacional é bem maior... Eu decidi mudar meu estilo de vida, abandonei o emprego numa multinacional e passei a cultivar orgânicos como opção de vida saudável (23/07/2013).</i>
Ent. 7	<i>Porque os orgânicos nos ajuda? Porque elimina os produtos químicos, eu estou em transição, mas uso muito pouco os químicos porque os orgânicos estão aqui perto e eu não posso contaminar a área deles (25/07/2013).</i>
Ent. 8	<i>Porque sempre utilizei pouco ou quase nada de agrotóxico, agora estou mudando para orgânica para poder comercializar (06/08/2013).</i>
Ent. 9	<i>Porque hoje em dia a questão dos agrotóxicos está muito grave e quem ainda utiliza ou é grande produtor ou é um desinformado. A confiança das pessoas que adquirem os produtos (inclusive alguns que sofrem de câncer) é a prova de que este mercado oferece um produto diferente (07/08/2013)</i>
Ent. 10	<i>Porque conheço bem a forma de produzir orgânicos e acho que pode melhorara a renda, vendendo para as escolas (07/08/2013).</i>
Ent. 11	<i>Porque posso vender por um preço melhor (07/08/2013).</i>
Ent. 12	<i>Porque a região está se tornando uma referência na produção de orgânicos (07/08/2013).</i>
Ent. 13	<i>Porque acredito no potencial da região (23/07/2013).</i>
Ent. 14	<i>Porque é um produto que está se destacando em Capim Branco, depois da doença do alho, esta é uma nova oportunidade (25/07/2013).</i>
Ent. 15	<i>No meu caso foi, primeiro por ter vontade de ter uma atividade econômica na fazenda, segundo, pela característica da região, pois CB está se tornando um polo de produção orgânica, e isso ajuda a agregar valor ao produto e, por último, por uma opção de vida e de saúde (06/08/2013).</i>
Ent. 16	<i>Porque o orgânico tem mais qualidade e a região está se tornando uma referência na produção de orgânicos (25/07/2013).</i>
Ent. 17	<i>Comecei a conversão porque quero ter produtos mais confiáveis, com mais qualidade, também na minha casa (23/07/2013).</i>

Quadro 10 – Depoimentos dos produtores sobre a decisão de produzir orgânicos.

Fonte: dados da pesquisa.

Os principais estímulos são relativos ao crescimento da produção de orgânicos na região (mencionado nas entrevistas de 11 a 16), de onde se pode abstrair que há uma perspectiva favorável ao desenvolvimento da atividade, dado que há um grupo fortemente consolidado na produção e com uma experiência de aproximadamente 18 anos, desde que a atividade foi introduzida na região, a partir de 1995, como alternativa à crise do alho. A associação entre uma atividade produtiva rentável com as questões de saúde, pela não

utilização de agroquímicos, também se destaca nos depoimentos, o que, por aproximação, pode ser lido como uma consciência comum de que os benefícios são múltiplos. A qualidade, apesar de mencionada explicitamente apenas em duas falas, está subentendida nas restantes e, de uma forma muito forte, na entrevista 6 (um produtor com formação superior em análise de sistemas), associando a ideia de qualidade e saúde com um estilo de vida.

Outro entrevistado (Ent. 04) relata que, com o falecimento de seu pai, com suspeita de contaminação por agroquímicos, decidiu introduzir a agricultura orgânica como uma opção para a saúde familiar. No geral, este perfil da agricultura orgânica, como fonte de saúde, é bem conhecido e defendido por todos os produtores. Outro fator que consideram importante na comparação entre orgânicos e convencionais é o fato de que os orgânicos têm mais sabor e duram mais, o que é atribuído por estes produtores ao respeito ao tempo natural de crescimento das plantas até a colheita.

#### **4.4 – Extensão rural: o papel de atores externos no processo de produção**

Os serviços públicos de extensão rural e assistência técnica são constituídos como processos educativos que visam apoiar as comunidades locais em seus empreendimentos agrícolas (MDA, 2004). Porém, o formato atual é resultante de uma modificação radical no seu perfil, de um serviço antes voltado para a implantação de pacotes tecnológicos globais, sem conexão com as especificidades de cada território, para um serviço estruturador de práticas locais.

Esta mudança no perfil da extensão rural, exige do extensionista habilidade e conhecimento para lidar com os desafios originados na gama de realidades que precisa enfrentar. O exercício de um papel mediador é crucial para induzir mudanças e, em termos gerais, consolidar pautas socioeconômicas locais. Para tanto, a lei define que os extensionistas deverão “desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável” (PNATER, 2004).

A ação didática extensionista desenvolvida em Capim Branco tem sido importante catalisador da organização do processo produtivo local. Como vimos, foi essencial para o impulso inicial da produção orgânica frente à crise do alho e, atualmente, mostra-se como um necessário instrumento de apoio e organização dos produtores. Seguindo a noção de habilidade social de Fligstein (2001), como capacidade de mobilizar a cooperação dos outros, podemos afirmar que o extensionista local da Emater-MG mostra

habilidade para induzir a organização e cooperação dos produtores, o que pode ser considerado como um fator crucial para a adaptação local à concepção de controle orgânica, ou o *standard* de qualidade. Eis como ele mesmo relata os processos locais de organização da produção e acompanhamento dos produtores:

- ... *Aqui antes era a capital mineira do alho, mas em função da doença fúngica do solo, criou-se alternativas e uma alternativa foi o trabalho do colega anterior com os orgânicos... Quando eu cheguei em Capim Branco em 2010, no final de dezembro, a gente fez uma capacitação lá na Emater. Hoje eu acompanho todas as unidades de produção, faço relatórios, ajudo os produtores a organizar os documentos. Esse grupo da OCS entrou no IBD, para estar certificando com eles e, assim, aumentando seu leque de venda. Então nós também ajudamos nisso. Além disso, a gente oferece cursos, palestras e vai na propriedade ensinar como se faz, e também vêm produtores de outros municípios aqui pra conhecer nossa experiência, a gente leva nas propriedades e também oferece cursos para eles (AF, 08/11/2012).*

Este extensionista (um técnico agrícola e com graduação em engenharia ambiental), tem se aproximado dos produtores através da realização de oficinas ou minicursos sobre os temas da produção orgânica e outros relacionados com a produção agrícola em geral. Quanto à possibilidade de expansão da produção orgânica, quando solicitado, realiza visitas às propriedades para orientar os agricultores sobre a redução no uso de adubos sintéticos e agrotóxicos. Dentre as atividades com os agricultores convencionais, as principais têm sido com a finalidade de capacitar em agroindústria, entregar equipamentos e orientação técnica para montagem ou utilização dos mesmos.

No atendimentos às demandas gerais da produção, faz em média 25 visitas por mês, variando nos períodos de época de plantio, crédito rural, colheita, ou de períodos chuvosos, atendendo a uma média de 250 propriedades, entre produtores orgânicos e convencionais, agricultores familiares e produtores rurais com perfil de agroindústria. As demandas variam muito entre visitas e eventos que acontecem dentro e fora do município, tais como: minicursos, palestras, oficinas, mobilizações, encontros, visitas técnicas, reuniões, organização comunitárias (associação e cooperativa), assistência técnica sobre os temas da produção orgânica e convencional, educação ambiental, adoção de práticas mecânicas de conservação do solo e água, prevenção de erosões, expansão da produção orgânica, redução no uso de adubos sintéticos e agrotóxicos, sistema e manejo da produção agrícola e pecuária, legislação de agroindústria, visitas técnicas para orientação sobre a comercialização, crédito rural, integração ambiental, Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e licenciamento ambiental.

Na produção orgânica, existe uma demanda por transição estimada em aproximadamente 25 produtores, considerando que muitos já fazem o trabalho de redução no uso de adubos sintéticos e agroquímicos. Em geral, o que mais é solicitado é a orientação sobre o manejo das culturas agrícolas como: arroz, feijão, milho, mandioca, olerícolas, fruticulturas.

Tendo sido peça-chave na organização dos produtores para permanecerem comercializando nas feiras de Belo Horizonte, o atual suporte oferecido aos produtores da OCS foi reestruturado visando a elaboração dos projetos anuais de produção, o que é feito a partir de visitas prévias para o levantamento de informações sobre as condições das áreas. Após esta etapa, é feita uma reunião com os produtores interessados, na qual é apresentada uma projeção da oferta preparada após a análise de cada unidade e, a partir disso, são organizados momentos de capacitação dos agricultores sobre legislação e organização do mercado.

## **5 – A rede de produtores de Capim Branco como um sistema de trocas multiplexo**

Conforme visto na introdução, a análise de redes sociais busca pelas estruturas relacionais que podem ser analisadas a partir das regularidades nos fluxos de recursos e engajamentos. Neste tópico, vamos aprofundar a análise de um sistema de produção de qualidade, associada ao controle social, e que se desenvolve sob as bases de um sistema de trocas. A qualidade garantida por certificação conta com uma estrutura externa de controle e auditoria e, desse modo, não está em questão a existência ou não de uma estrutura local de relações sociais que lhe dê suporte. No caso da qualidade garantida por mecanismos internos, que se dá por meio de uma Organização de Controle Social (OCS), a formação de um grupo ou associação local é pré-requisito para seu funcionamento.

Tomando a perspectiva da análise de redes sociais (ARS) como uma lupa sociológica lançada sobre a estrutura relacional dos produtores em Capim Branco, visualizamos estas interações locais como um sistema de trocas multiplexo, dada sua ocorrência por interações diversas, por diferentes motivos e entre um grupo maior de atores. Para a aplicação do questionário para a ARS aos 33 produtores (17 da OCS-Asprocam e 16 em transição), foram propostas três questões sobre as formas de veiculação de conhecimentos e busca de conselhos técnicos, cooperação e divisão do



trabalho, e relações de amizade entre os produtores.<sup>17</sup> O questionário teve como meta detectar “quem aponta quem”, como fundamento inicial para a modelagem da rede (Wasserman & Faust, 1999). A partir dos exemplos indicados por Lazega (2007), utilizamos uma adaptação que resultou nos seguintes geradores de nomes:

- 1 - *Aqui está uma lista com os nomes dos produtores de orgânicos e aqueles em transição. Nos últimos seis meses, com quais destas pessoas você conversou para trocar informação ou conselho sobre a produção orgânica em geral? Por que escolhe estas pessoas?*
- 2 - *Nesta lista com os nomes dos produtores de orgânicos e aqueles em transição com os quais deles você fez alguma troca de trabalho, de ferramentas (empréstimos) ou outros recursos? Por qual razão você procurou essas pessoas?*
- 3 - *Dentre as pessoas desta lista, com quais delas você tem mais contato social fora das atividades de produção (esteve em alguma atividade social, como, por exemplo, aniversário, casamento, ou outro tipo de confraternização)?*

A partir destas questões foram geradas quatro redes. As redes de conselho, cooperação e amizade, se referem aos dois grupos de produtores. A quarta rede, originada a partir da primeira questão do gerador de nomes, sobre a busca de conselho técnico, apresenta os laços entre estes produtores e os extensionistas.

Numa primeira visualização, a figura 17 traz a participação da extensão rural no que se refere à busca por conselhos técnicos e outras informações sobre a produção orgânica, os mecanismos de controle, a qualidade e a comercialização, dentre outras.

Para a leitura deste grafo, destacamos os produtores da OCS-Asprocam em vermelho, os produtores em transição, em azul, e os dois extensionistas em verde. Pela centralidade de grau, medimos o quantitativo de laços que chegam a cada ator e, assim, obtivemos uma visualização dos cinco atores mais centrais: os atores P23 e P26, que são membros da OCS; o ator P8, que é um produtor em transição; os atores P34\* e P35\*, que são os extensionistas mencionados – o P34\* é o atual extensionista e o P35\* foi o que iniciou o trabalho de formação e capacitação dos agricultores para a produção orgânica na região, ainda no ano de 1995:

---

<sup>17</sup> Utilizamos uma lista com 35 nomes, incluindo os dois extensionistas da Emater-MG (no item informação) que será útil para a análise específica do papel da extensão rural na disciplina interna da OCS.

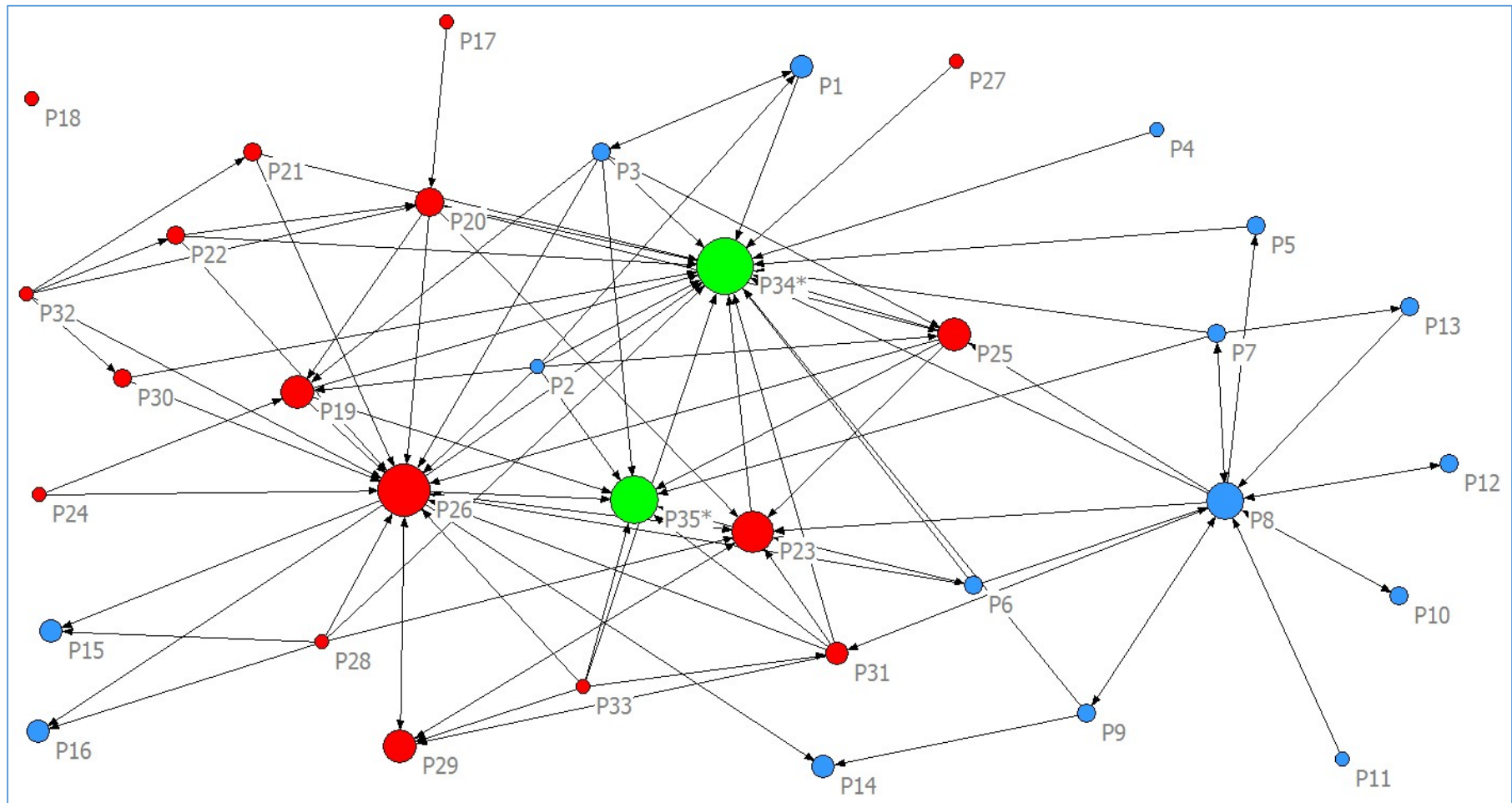


Figura 17 – Rede de conselho, com a participação da ATER, redimensionada pela centralidade de grau.  
 Fonte: elaboração própria, com Ucinet 6.508, Everett, Freeman, 1999) e NetDraw 2.136 (Borgatti

Os dados etnográficos sobre a produção de orgânicos em Capim Branco, bem como estes dados da rede, mostram que naquela região temos um grupo de produtores engajado em processos de aprendizado, principalmente, em torno do controle social e garantia da qualidade, os quais ocorrem com a participação intensa da extensão rural, orientando a organização e gestão dos processos produtivos. No entanto, para avançarmos esta análise, precisamos localizar qual lógica relacional ali presente contribui para dinamizar a apropriação local do *standard* de qualidade na produção orgânica e cuja base é a agricultura familiar.

## **5.1 – A rede de produtores em perspectiva**

### **5.1.1 - o nível individual das relações**

A primeira media estrutural da rede é a sua densidade, que indica como a rede está interconectada do ponto de vista da localização dos atores na mesma e dos laços possíveis entre estes, ou, em termos gerais, é um indicador de coesão da rede.

A densidade da rede de produtores de Capim Branco é de 0,192, ou seja, na prática, a rede está interconectada em 19,2% dos laços possíveis.<sup>18</sup> Esta primeira perspectiva sobre a coesão, a rigor, parece pouco consistente com a realidade observada. No entanto, Lemieux e Ouimet argumentam que a variação na densidade depende do tamanho da rede, isto é, depende da quantidade de atores que a compõem e, “quanto mais elevado for este número, menor será a densidade” (2008, p. 21). Portanto, podemos considerar que para uma rede de 33 atores esta densidade resultante indica medianamente o grau de coesão da mesma.

Por tal razão, e indo além da medida de densidade, precisamos verificar quais outros fatores contribuem para que a rede esteja configurada como um sistema de trocas, o que será feito aqui a partir da análise das posições individuais e da equivalência estrutural, buscando-se por atores-chave, bem como a expansividade, popularidade e reciprocidade destes atores.

---

<sup>18</sup> Para este cálculo, consideramos as três redes sobrepostas numa única matriz. Segundo Wasserman e Faust (1999) a densidade varia de 0, se todos os laços estão ausentes, até 1, quando todos laços possíveis estão presentes.

### 5.1.1.1 - As medidas básicas de centralidade

As medidas de centralidade estão distribuídas na tabela de *ranking* (Tabela 3) onde se mostra a variação na posição de cada ator, de acordo com a medida em questão.<sup>19</sup> Mencionamos apenas as dez primeiras posições, tendo em vista que as restantes são pouco significativas para o propósito de localizar atores mais centrais. Nota-se, em destaque, para todas as medidas, a centralidade dos atores P8 e P26:

Tabela 3 – Medidas de centralidade da rede dos produtores de Capim Branco (para as três respostas ao questionário de ARS).

POSIÇÃO	GRAU				EIGENVECTOR		INTERMEDIACÃO		PROXIMIDADE			
	OutDeg		Indeg		Eigen		Between		OutFre		InFre	
1	P8	12.000	P26	22.000	P26	0.525	P8	391.439	P8	0.500	P26	0.762
2	P26	12.000	P8	10.000	P20	0.264	P26	315.607	P3	0.444	P25	0.582
3	P20	8.000	P23	10.000	P23	0.260	P23	135.385	P23	0.427	P23	0.571
4	P21	7.000	P33	10.000	P31	0.246	P19	126.283	P6	0.416	P31	0.542
5	P23	7.000	P25	90.000	P19	0.235	P31	99.345	P19	0.410	P19	0.500
6	P31	7.000	P19	80.000	P21	0.225	P2	78.495	P26	0.410	P18	0.464
7	P32	6.000	P20	7.000	P25	0.217	P6	77.449	P20	0.390	P28	0.464
8	P2	5.000	P31	7.000	P28	0.213	P13	73.179	P21	0.381	P29	0.464
9	P3	5.000	P21	6.000	P32	0.208	P20	48.231	P31	0.381	P15	0.457
10	P17	5.000	P28	5.000	P2	0.200	P3	41.660	P2	0.376	P24	0.457

Fonte: elaboração própria, utilizando Ucinet 6.508 (Everett, Freeman, 1999).

#### Interpretação dos dados:

- *Grau*: para a medida de grau, que se refere à atividade relacional direta de um ator (quantitativo de laços recebidos e laços emitidos), os atores P8 e P26 apenas trocam de posição (entre o que mais recebe e o que mais emite).
- *Proeminência*: a segunda medida, o *eigenvector* (ou centralidade de Bonacich), é uma medida da maior influência de um nodo em uma rede e, com isso, busca pelo ator mais proeminente, ou seja, aquele ator que aparece mais conectado a outros igualmente bem conectados – ou, ainda, o mais buscado dentre os mais buscados. Para esta medida, o ator P26 aparece como o mais central. A verificação da força dessa medida é dada pela razão entre o maior valor e o próximo maior valor, cujo resultado deve ser pelo menos de 1,5 (e de preferência  $\geq 2,0$ ) para que a medida central seja robusta.<sup>20</sup> Com referência nos dados da Tabela 1, o resultado obtido pela razão  $P26(0,525) / P20(0,264)$  é de  $P26=1,99$  – confirmando que este é o ator mais proeminente na rede.

<sup>19</sup> Mantivemos o separador decimal com ponto, conforme o *output* original do *software* Ucinet.

<sup>20</sup> Fonte: Ucinet ver. 6.508 – Bonacich P (1972). Factoring and Weighting Approaches to status scores and clique identification. *Journal of Mathematical Sociology* 2, 113-120.

- *Intermediação*: a centralidade de intermediação mostra que os produtores P8 e P26 estão numa posição pela qual muitos atores dependem deles para fazer conexões, o que pode ser interpretado também como uma posição de poder dentro da rede.
- *Proximidade*: a centralidade de proximidade dos atores P8 e P26 confirma o nível de autonomia dos mesmos, isto é, possuem mais capacidade para transitar por todos os pontos da rede utilizando os caminhos mais curtos (distâncias geodésicas). Em outros termos, são dois atores com maior capacidade de acesso aos demais sem que, para isso, tenham que recorrer à intermediação de terceiros.

#### **5.1.1.2 – As redes individuais de conselho, cooperação e amizade**

Tomando as três redes separadas, referentes a cada uma das questões propostas no questionário e nomeadas de conselho, cooperação e amizade, podemos realizar um exame minucioso destas constatações apresentadas acima. Esta divisão é metodologicamente necessária, tendo em vista que por meio dela podemos analisar o *status* dos atores no que se refere aos vários recursos de engajamento. Para esta visualização, redimensionamos os nodos pela centralidade de intermediação (*betweenness*), que destaca os atores que são melhor formadores de pontes entre aqueles não-adjacentes, também indicamos em cor azul os produtores em transição e, em cores variadas (cf. legenda ao rodapé de cada rede), quais atores estão ligados às mesmas unidades produtivas controladas pela OCS-Asprocam:

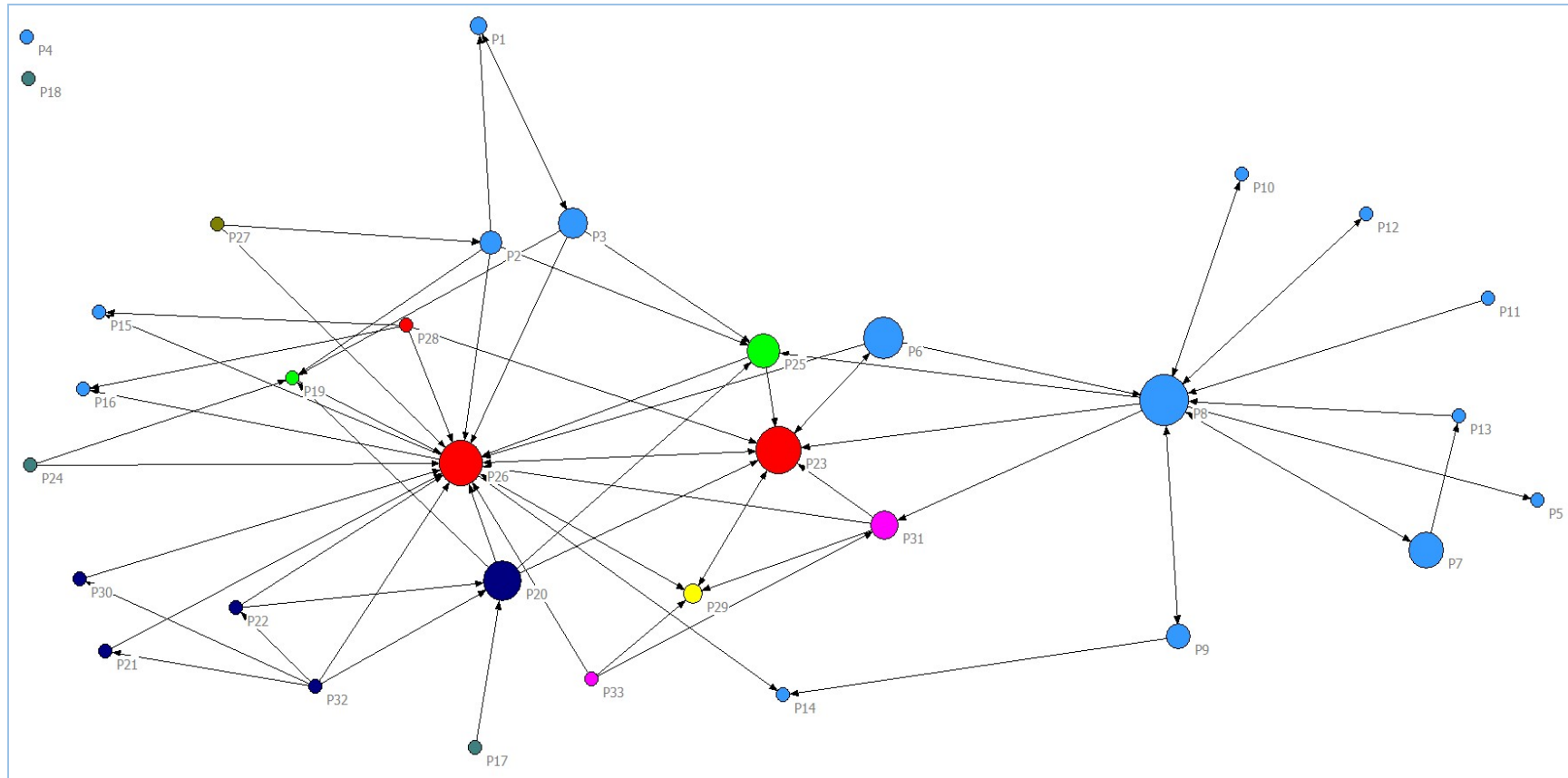


Figura 18 – Rede de conselho técnico entre os produtores orgânicos de Capim Branco, redimensionada pela medida de intermediação.

Fonte: elaboração própria, utilizando Ucinet 6.508 e NetDraw 2.136

\* Tabela 18.1 - Ranking das centralidades para os cinco primeiros:

POSICÃO	Degree		Freeman Closeness				Eigenvector		Betweenness					
	OutDegree	InDegree	OutFreeman	InFreeman	OutEigen	InEigen	Betweenness							
1	P8	8.000	P23	8.000	P1	4.111	P13	4.808	P4	0.000	P25	0.889	P8	232.000
2	P26	5.000	P8	7.000	P19	3.688	P7	3.885	P5	0.000	P1	0.667	P23	189.000
3	P32	5.000	P26	7.000	P21	3.688	P9	3.885	P6	0.000	P3	0.667	P26	163.833
4	P2	4.000	P19	4.000	P30	3.688	P10	3.885	P7	0.000	P19	0.667	P6	160.000
5	P3	4.000	P25	4.000	P17	3.556	P12	3.885	P8	0.000	P5	0.222	P20	31.000

Fonte: elaboração própria, utilizando Ucinet 6.508 (Everett, Freeman, 1999).

Legenda:

Unidade produtiva	Atores	Cor de identificação
Fazenda Vista Alegre	P23 P26 P28	Vermelho
Hortaliças Xavier	P17 P18 P24	Verde-escuro
Fazenda Monjolos	P19 P25	Verde-claro
Sítio São Judas Tadeu	P20 P21 P22 P30 P32	Azul-claro
Sítio São Judas Tadeu	P31 P33	Lilás
Quintas da Fazendinha	P29	Amarelo
Fazenda Moinho	P27	Marrom
Produtores em transição	P1 a P16	Azul-escuro

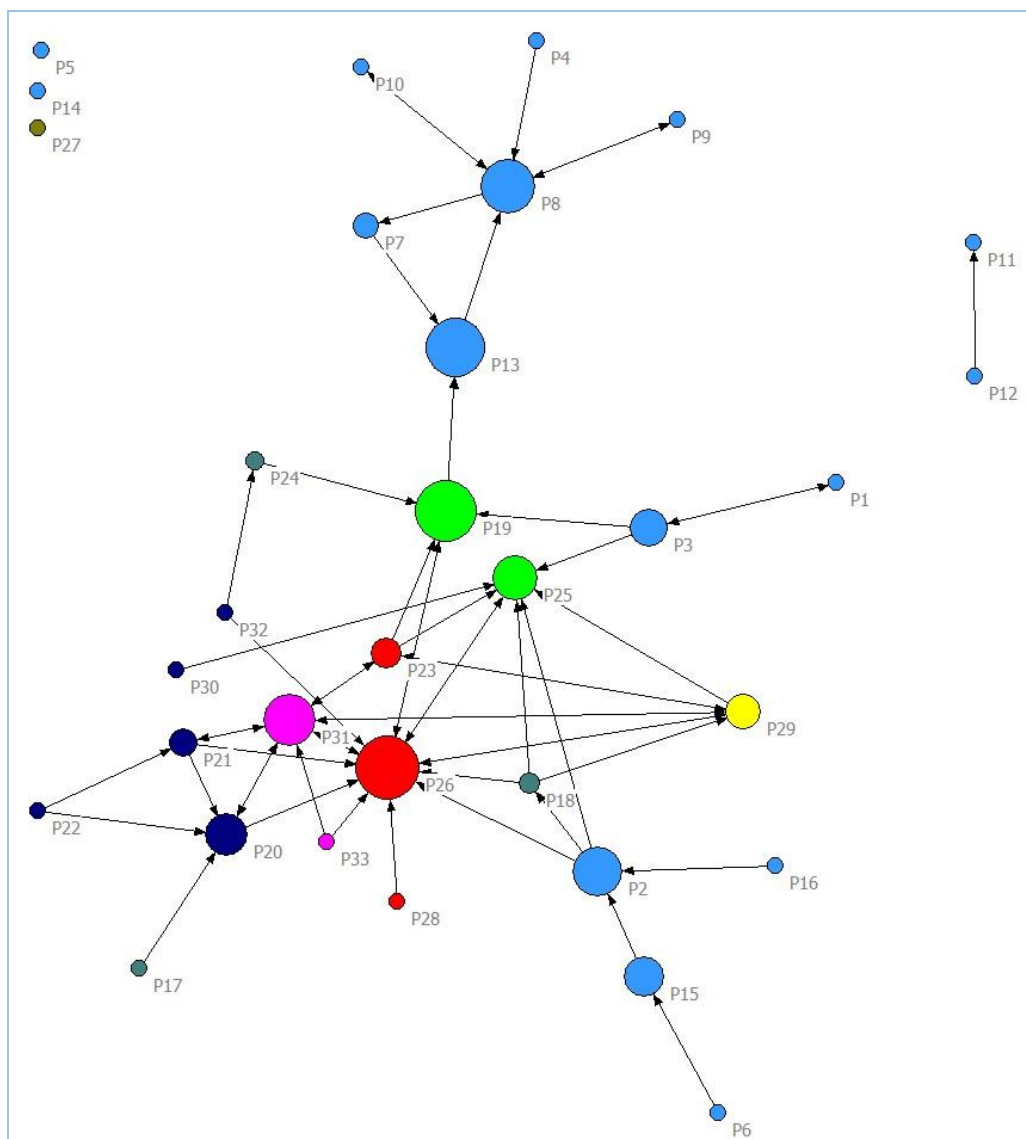


Figura 19 – Rede de cooperação dos produtores orgânicos de Capim Branco, redimensionada pela medida de intermediação.

Fonte: elaboração própria, utilizando Ucinet 6.508 (Everett, Freeman, 1999) e NetDraw 2.136 (Borgatti, 2002).

\* Tabela 19.1 - Ranking da centralidades para os cinco primeiros.

POSICÃO	Degree				Freeman Closeness				Eigenvector				Betweenness	
	OutDegree		InDegree		OutFreeman		InFreeman		OutEigen		InEigen		Betweenness	
1	P31	5.000	P25	7.000	P6	4.438	P2	13.333	P1	1.000	P25	1.000	P26	157.000
2	P23	4.000	P31	6.000	P30	3.923	P9	4.481	P3	1.000	P19	0.833	P19	118.250
3	P26	4.000	P8	4.000	P1	3.786	P10	4.481	P2	0.000	P26	0.667	P13	91.000
4	P29	4.000	P19	4.000	P15	3.667	P7	4.444	P4	0.000	P13	0.417	P8	81.000
5	P2	3.000	P20	4.000	P16	3.667	P8	3.519	P5	0.000	P1	0.333	P31	49,583

Fonte: elaboração própria, utilizando Ucinet 6.508 (Everett, Freeman, 1999).

\* Legenda:

Unidade produtiva	Atores	Cor de identificação
Fazenda Vista Alegre	P23 P26 P28	Vermelho
Hortaliças Xavier	P17 P18 P24	Verde-escuro
Fazenda Monjolos	P19 P25	Verde-claro
Sítio São Judas Tadeu	P20 P21 P22 P30 P32	Azul-claro
Sítio São Judas Tadeu	P31 P33	Lilás
Quintas da Fazendinha	P29	Amarelo
Fazenda Moinho	P27	Marrom
Produtores em transição	P1 a P16	Azul-escuro

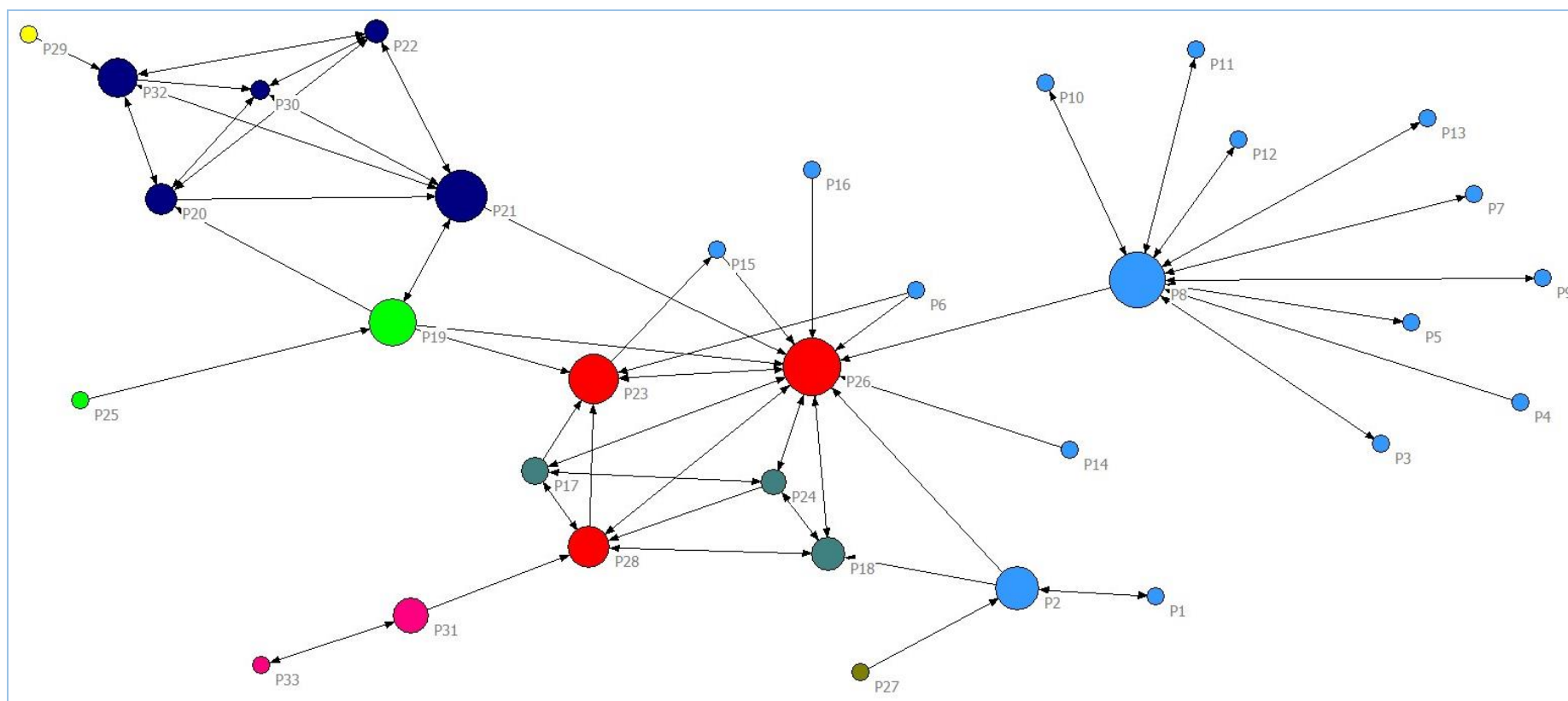


Figura 20 – Rede de amizade entre os produtores orgânicos de Capim Branco, redimensionada pela medida de intermediação.

Fonte: elaboração própria, utilizando Ucinet 6.508 e NetDraw 2.136.

\* Tabela 20.1 - Ranking da centralidades para os cinco primeiros.

POSIÇÃO	Degree		Freeman Closeness		Eigenvector		Betweenness							
	OutDegree	InDegree	OutFreeman	InFreeman	OutEigen	InEigen	OutBetweenness	InBetweenness						
1	P8	9.000	P8	9.000	P29	3.077	P15	3.344	P3	0.000	P15	0.724	P26	138.333
2	P21	5.000	P21	5.000	P33	2.875	P24	2.563	P4	0.000	P23	0.724	P8	127.000
3	P26	5.000	P23	5.000	P1	2.625	P17	2.500	P5	0.000	P17	0.368	P21	43.333
4	P17	4.000	P28	5.000	P27	2.556	P18	2.406	P6	0.000	P26	0.276	P23	31.000
5	P19	4.000	P18	4.000	P25	2.538	P23	2.406	P7	0.000	P28	0.079	P19	18.250

Fonte: elaboração própria, utilizando Ucinet 6.508 (Everett, Freeman, 1999).

Legenda:

Unidade produtiva	Atores	Cor de identificação
Fazenda Vista Alegre	P23 P26 P28	Vermelho
Hortaliças Xavier	P17 P18 P24	Verde-escuro
Fazenda Monjolos	P19 P25	Verde-claro
Sítio São Judas Tadeu	P20 P21 P22 P30 P32	Azul-claro
Sítio São Judas Tadeu	P31 P33	Lilás
Quintas da Fazendinha	P29	Amarelo
Fazenda Moinho	P27	Marrom
Produtores em transição	P1 a P16	Azul-escuro



Na rede de conselho técnico (Figura 18), que também indica como os atores fazem o intercâmbio de *expertise*, os atores P6, P7 e P8 (em regime de transição), e P20, P23, P25 e P26 (da OCS-Asprocam), aparecem numa posição mais central em relação aos demais, indicando a sua capacidade de interagir enquanto formadores de opinião. De um modo geral, os depoimentos apontam que, além da confiança que estas pessoas inspiram para tratar das questões que se referem ao conhecimento das técnicas de manejo, o conhecimento e a proximidade dos contatos constituem uma das principais motivações. Esta tendência a buscar pessoas com mais conhecimentos pode ser percebida nas justificativas dadas pelos respondentes:

<b>Entrevistado</b>	<b>Motivo das escolhas</b>
Ent. 1	<i>Porque tenho mais proximidade com essas pessoas (07/08/2013).</i>
Ent. 2	<i>Porque são pessoas confiáveis, estão sempre bem disponíveis e quando preciso de alguma informação entro em contato com elas. (07/08/2013).</i>
Ent. 3	<i>Pego informação com Marconi porque ele “é bem entendido na área” e na feira também tem a Mônica, que é agrônoma, com quem converso muito (07/08/2013).</i>
Ent. 4	<i>Como sou agrônomo, busco me informar sempre através da literatura, mas quando se trata de encarar a prática, se informar com essas pessoas é sempre mais sensato (19/07/2013).</i>
Ent. 5	<i>Porque são pessoas bem informadas e as conheço bem (06/08/2013).</i>
Ent. 6	<i>Porque, tanto o pessoal da Emater, quanto os colegas produtores estão sempre bem informados e todos conhecem bem a história da região e conhecem bem o tipo de produto cultivado (23/07/2013).</i>
Ent. 7	<i>Estou mais distante dos demais membros da Asprocam, por isso busco as pessoas que conheço melhor e também porque não existe competição e sim colaboração entre elas (25/07/2013).</i>
Ent. 8	<i>Porque é com essas pessoas que tenho mais contato, inclusive de colaboração, como a compra conjunta de sementes e troca de conhecimentos (06/08/2013).</i>
Ent. 9	<i>Porque são pessoas mais conhecidas e em quem confio. Quando busquei ajuda, fiquei satisfeito com as informações, e deu certo (07/08/2013).</i>
Ent. 10	<i>Porque estas pessoas estão interessadas na transição também, por isso converso sempre com elas (07/08/2013).</i>

Quadro 11 – Depoimentos sobre as escolhas pessoais para a busca de conselhos técnicos.  
Fonte: dados da pesquisa.

A rede de cooperação (Figura 19), mostra menor coesão na colaboração recíproca em relação à rede de conselhos. Em parte isso se deve à proximidade geográfica, posto que a cooperação implica na resolução de problemas mais específicos, como uma troca de trabalho, de ferramental, ou empréstimos corriqueiros. Nesta rede, os atores P7, P8 e P13 formam um subgrupo de trocas generalizadas, o que, indiretamente e por meio do ator P8, beneficia P10, P4 e P9. O grupo da OCS-Asprocam (dos atores P17 a P33) compartilha trocas mais intensas, com a destacada intermediação do ator P26, mas há também produtores em transição realizando trocas com este grupo. Há também a presença de pequenos grupos de trocas mútuas. Neste nível, alguns depoimentos ilustram as razões

pelas quais a cooperação é desenvolvida em termos de proximidade geográfica ou de amizade:

<b>Entrevistado</b>	<b>Motivo das escolhas</b>
Ent. 1	<i>Porque estas pessoas moram aqui perto, então fica mais fácil na hora que precisamos de alguma coisa (07/08/2013).</i>
Ent. 2	<i>Porque são as pessoas que mais tenho contato e elas me ajudam muito na hora que preciso, até na hora de uma doença. (07/08/2013).</i>
Ent. 3	<i>Eu gosto de emprestar minhas ferramentas porque quando um amigo vem aqui em casa pedir a gente conversa, é uma oportunidade para falar de outras coisas, isso é bom porque eu não tenho muito tempo de visitar ninguém (07/08/2013).</i>
Ent. 4	<i>Eu posso dizer que sou mais procurado do que procuro. Muitas pessoas vêm aqui pedir as coisas emprestadas e, quando dá, a gente empresta (19/07/2013).</i>
Ent. 5	<i>Porque são pessoas que eu conheço (06/08/2013).</i>
Ent. 6	<i>Porque eu acho que é importante a gente cooperar com os outros. Na hora que a gente precisa, sempre vai ter alguém para ajudar. Outro dia fui ajudar o vizinho a montar as estacas para o tomate (23/07/2013).</i>
Ent. 7	<i>Eu repito que estas pessoas são importantes, mas todas as outras também são, porque não existe competição (25/07/2013).</i>
Ent. 8	<i>A gente colabora mais na hora de comprar as sementes, a gente compra junto e depois divide o que é de cada um (06/08/2013).</i>
Ent. 9	<i>Porque estas pessoas moram aqui perto e sempre ajudam (07/08/2013).</i>

Quadro 12 – Depoimentos sobre as escolhas pessoais para a cooperação.

Fonte: dados da pesquisa.

A rede de amizade (Figura 20), mostra a existência de três subgrupos nos quais atores mais centrais fazem ligações com os demais grupos, são eles: os atores P8, P19, P21 e P26. As justificativas apresentadas para a citação daquelas pessoas com quem mantém mais contato demonstraram que a maioria dos atores tem relações amicais com todos os outros da rede, porém, afirmam que possuem poucas oportunidades de confraternização. Mesmo assim, dado que boa parte destes produtores é natural da região, as ligações tradicionais entre as famílias prevalece como constituinte de laços afetivos.

### **5.1.1.2 – Análises sobre a expansividade, popularidade e reciprocidade (Modelo P1, censo das tríades e modelo P\*)**

Como enunciado anteriormente, a densidade para a rede completa apresenta um valor que, se tomado como única medida da coesão, poderia ocultar outros fatores que interferem na qualidade da informação – se a rede é ampla, como no argumento de Lemieux e Ouimet (2008), as informações tendem à dispersão. A perspectiva das relações individuais nas redes nos mostrou como alguns atores exercem influência sobre o todo (especificamente o ator P8 e o P26) e, de igual modo, como alguns subgrupos garantem a manutenção de ciclos curtos de trocas.

Um passo à frente pode ser alcançado com três modelos analíticos que nos indiquem: 1) *Modelo P1* – a probabilidade de outros atores atuarem na construção de outros mecanismos de coesão; 2) *Censo das tríades* – a configuração real da rede em termos de transitividade e ciclos de trocas; 3) *Modelo P\** – um terceiro modelo, também probabilístico, que permite a confirmação simultânea da expectativa de mutualidade e da formação de tríades, de tal sorte que tenhamos uma resposta acerca de qual é a base real de sustentação do controle social na rede de produtores de Capim Branco.

**1 – O modelo P1:** o modelo P1 (Holland & Leinhardt, 1977), oferece um dado probabilístico sobre a popularidade e iniciativa dos atores nesta rede.<sup>21</sup> O fundamento deste modelo consiste em calcular a probabilidade de um ator ter relação com o outro e, para isso, adiciona a expansividade e a popularidade calculada de ambos e os efeitos recíprocos (reciprocidade) desta adição. Temos, assim, conforme a Tabela 4, onde  $\alpha$  representa expansividade e  $\beta$  popularidade ou atratividade:

---

<sup>21</sup> A fórmula geral é:  $\langle \text{Log P} (Y_{ij11} = 1) = \lambda_{ij} + 2\theta + \alpha_i + \alpha_j + \beta_i + \beta_j + (\alpha\beta) \rangle$ . Trata-se de um modelo que agrega uma constante de normalização do modelo ( $\lambda$ ), um parâmetro de escolha global ( $\theta$ ) equivalente ao número total de arcos observados, a adição dos parâmetros de expansividade ( $\alpha$ ) e popularidade ( $\beta$ ), e a adição de um parâmetro de mutualidade ( $\alpha\beta$ , ou  $\rho$ ). Fonte: Wasserman e Faust (1999, p. 614).

Tabela 4 – Escores individuais de popularidade e iniciativa dos atores para as três redes:

	CONSELHO		COOPERAÇÃO		AMIZADE			
	Alpha	Beta	Alpha	Beta	Alpha	Beta		
P1	-1.140	-0.025	P1	-0.576	-0.687	P1	-0.709	-0.525
P2	1.108		P2	0.711	-0.438	P2	0.895	-0.946
P3	1.021	-1.168	P3	0.985	-1.369	P3	-0.709	-0.525
P4			P4	-0.124		P4	0.516	
P5	0.095		P5			P5	-0.709	-0.525
P6	0.563	-1.077	P6	-0.124		P6	1.397	
P7	-0.046	-0.964	P7	-0.576	-0.687	P7	-0.709	-0.525
P8	1.999	1.292	P8	0.712		P8	1.261	0.944
P9	-0.046	-0.964	P9	-0.576	-0.687	P9	-0.709	-0.525
P10	-0.994	-0.823	P10	-0.576	-0.687	P10	-0.709	-0.525
P11	-0.825		P11	0.133		P11	-0.709	-0.525
P12	-0.994	-0.823	P12	-0.124		P12	-0.709	-0.525
P13	-0.994	-0.823	P13	-0.947	0.174	P13	-0.709	-0.525
P14	0.095		P14			P14	0.516	
P15	0.095		P15	-0.576	-0.687	P15	-0.709	-0.525
P16	0.095		P16	-0.124		P16	0.516	
P17	-0.825		P17	-0.124		P17	1.060	-0.567
P18			P18	0.985	-1.369	P18	-0.579	1.011
P19	-1.378	0.862	P19	-0.489	0.876	P19	1.622	-1.536
P20	0.882	0.216	P20	-0.489	0.876	P20	0.374	0.357
P21	-0.994	-0.823	P21	0.711	-0.438	P21	0.593	0.513
P22	-0.046	-0.964	P22	0.712		P22	0.374	0.357
P23	0.091	1.832	P23	1.229	-0.689	P23	-1.897	1.940
P24	0.089		P24	-0.576	-0.687	P24	1.060	-0.567
P25	-0.359	0.767	P25	-1.984	1.907	P25	0.516	
P26	0.529	3.408	P26	-0.343	2.397	P26	-1.716	3.385
P27			P27			P27	0.516	
P28	1.108		P28	-0.124		P28	-0.253	1.111
P29	0.671		P29	0.772	0.427	P29	0.516	
P30	-0.994	-0.823	P30	-0.124		P30	-0.579	1.011
P31	0.469	-0.248	P31	0.846	0.983	P31	0.718	-1.595
P32	1.464		P32	0.712		P32	0.374	0.357
P33	-0.359	0.767	P33	0.207	0.651	P33	-0.709	-0.525
	G-Square	DF		G-Square	DF		G-Square	DF
	292.41	597		270.87	654		305.86	1098
	Theta =	-2.9531		Theta =	-3.3085		Theta =	-4.4119
	Rho =	1.9188		Rho =	3.6153		Rho =	6.1312

Fonte: elaboração própria, utilizando Ucinet 6.508 (Everett e Freeman, 1999).

Inventariando a Tabela 4, e considerando os valores mais significativos acima de “1,000”, temos:

- Para a rede de conselhos, os atores 8, 32, 2, 4 e 3 são mais expansivos (*alpha*), os atores 26, 23 e 8 os que apresentam maior popularidade ou atratividade (*beta*).
- Para a rede de cooperação, o ator 23, apresenta-se como o mais expansivo, enquanto os atores 26 e 25 são os mais populares.
- Para a rede de amizade, os atores 6, 8, 17, 19 e 24 têm maiores escores de expansividade, enquanto os atores, em ordem crescente, 18, 26, 28 e 30, apresentam maiores escores de atratividade.

Os atores 2, 3, 4, 6 e 8, do grupo de transição aparecem nas três redes dentre os mais expansivos. Em contrapartida, os ligados à OCS estão entre os mais populares, o que indica a probabilidade de exercerem maior atratividade. Os atores 8 e 23 são retratados como expansivos e populares, coincidindo em popularidade na rede de conselhos.

Duas observações são aqui pertinentes: primeiro, estes dados indicam a probabilidade de que o grupo de transição toma a iniciativa, por meio do limitado número de atores citados, em procurar os demais e, principalmente através da intermediação do ator 8, buscam os membros da OCS para as trocas de recursos; segundo, os dados etnográficos demonstram a complementaridade entre uma realidade observada e a projeção ajustada para estes dados (através do modelo P1), confirmando que os produtores da OCS são os mais buscados e os produtores não certificados (em transição) são os que mais buscam. Com efeito, essa dinâmica está fortemente centrada em três atores, um produtor em transição (o ator 8), um produtor da OCS (o ator 26) e um ator externo (o extensionista). O ator 8, que também responde pelos assuntos municipais de agricultura – pois a prefeitura de Capim Branco não tem uma secretaria específica de agricultura – está alocado no escritório local da Emater e, com isso, direta e indiretamente, mantém contatos tanto com o extensionista local quanto com os produtores que procuram o escritório.

Outra informação importante se refere às características da rede. Para isso, os escores de tendência geral à mutualidade ( $\alpha\beta$ , ou  $\rho$ ) das três redes indicam uma forte tendência à reciprocidade com base em relações diádicas. Estes escores são dados pelos coeficientes positivos acima de 1, quais sejam, para as três redes: conselho “ $\rho = 1.9188$ ”; cooperação “ $\rho = 3.6153$ ”; e amizade “ $\rho = 6.1312$ ”. Com base nisso, essa tendência à formação de díades afeta a dinâmica de aprendizado coletivo como um critério importante das trocas generalizadas, podendo configurar um indício de baixa autonomia do sistema social e forte dependência em relação ao extensionista agrícola.

**2 – Censo das tríades (modelo M-A-N):** isso pode ser melhor retratado pelo censo das tríades, posto que, do ponto de vista sociológico, as tríades fazem sentido quando consideramos que uma relação entre dois indivíduos influencia a relação desses indivíduos com um terceiro. Portanto, e de acordo com Mercklé (2011), uma tríade não é a soma de três indivíduos, a lógica não é mais aditiva, torna-se combinatória, abrindo a possibilidade de estudarmos as estratégias de coalisão, de mediação, a transitividade, as

afinidades, etc. (Mercklé, 2011, p. 9). As tríades se referem a um nível intermediário, meso-sociológico, o qual, nos termos de Simmel (*apud* Mercklé, 2011), traz à tona as “formas sociais” engendradas pelas interações, ao mesmo tempo em que engendram interações. No quadro a seguir (Quadro 13), são detalhados os tipos de tríades encontradas na rede de Capim Branco, de acordo com as 16 combinações possíveis:<sup>22</sup>

Detalhamento do modelo M-A-N				Totais		
Tipo	Notação	Representação	Forma	<i>Conselho</i>	<i>Cooperação</i>	<i>Amizade</i>
1	<b>003</b>		Nenhuma díade, ou díades nulas.	3951	4215	4086
2	<b>012</b>		Uma díade assimétrica e duas nulas.	1002	823	516
3	<b>102</b>		Uma díade mútua, e duas nulas.	180	281	669
4	<b>021D</b>		Duas díades assimétricas ( <i>down</i> ) e uma nula.	23	3	2
5	<b>021U</b>		Duas díades assimétricas ( <i>up</i> ) e uma nula.	117	39	33
6	<b>021C</b>		Duas díades assimétricas cíclicas (C) e uma nula.	73	17	14
7	<b>111D</b>		Uma díade mútua, uma assimétrica ( <i>down</i> ) e uma nula.	45	41	57
8	<b>111U</b>		Uma díade mútua, uma assimétrica ( <i>up</i> ) e uma nula.	26	9	17
9	<b>030T</b>		Três díades assimétricas (T) indicando transitividade.	21	5	0
10	<b>030C</b>		Três díades assimétricas (C).	0	1	0
11	<b>201</b>		Duas díades mútuas, nenhuma assimétrica e uma nula.	7	11	36
12	<b>120D</b>		Uma mútua, duas assimétricas ( <i>down</i> ), uma nula	7	4	3
13	<b>120U</b>		Uma mútua, duas assimétricas ( <i>up</i> ), uma nula.	0	1	2
14	<b>120C</b>		Uma mútua, duas assimétricas (C), uma nula.	2	0	2
15	<b>210</b>		Duas mútuas, uma assimétrica, uma nula.	1	4	11
16	<b>300</b>		Três mútuas.	1	2	8

Quadro 13 – Censo das tríades na rede de informação.

Fonte: elaboração própria, com auxílio do *software* Ucinet 6.508.

\* Leitura do quadro: pelo modelo M-A-N (Mutual, Asymmetrical, Null) os números indicam as quantidades de ocorrências de cada um dos tipos. As letras se referem a: “U”, para Up; “D”, para Down; “T” para Transitive; e “C” para Cyclic.

Julgamos que a partir da posição 8 temos as tríades mais significativas, posto que expressam a quantidade de relações transitivas, cíclicas e mútuas, ou, mais precisamente, expressam a forma como um terceiro ator pode se beneficiar das relações. No entanto, a partir da posição 13, quando as relações tendem a configurar trocas generalizadas por

<sup>22</sup> Wasserman e Faust, 1999, p. 566.

transitividade ou ciclo, as quantidades decaem de forma muito significativa. Por um lado, isso confirma a maior tendência às relações diádicas e a maior dependência em relação aos atores P8, P26 e ao extensionista agropecuário.

**3 – O modelo P\*:** para um teste de confirmação, realizamos um terceiro estudo por meio do modelo P\*, aplicado exclusivamente à rede de conselho, o qual permite verificar probabilisticamente a significância desta constatação.

Como afirma Higgins (et. al., 2014):

Os modelos P\*, também conhecidos como *exponential random graph models* (ERGM), são a última geração de equações que visam captar de forma probabilística o processo de conformação de uma estrutura relacional (Robins e Lusher, 2013). Recebem o sobre-escrito \* como uma forma de designar seu poder em captar formas mais complexas de triangulação e transitividade no universo das interações sociais. Foram precedidos pelos modelos P1 (Holland e Leinhardt 1981) que visavam mensurar probabilisticamente as relações de mutualidade e as iniciativas *in* e *out* dos agentes de uma rede. Estes modelos não tinham a capacidade de testar a hipótese nula em relação com processos de transitividade no mundo social. Do ponto de vista do cálculo de construção, a grande diferença entre os P\* e os P1 estriba em que os primeiros pressupõem distribuições exponenciais das relações enquanto que os segundos trabalham com distribuições lineares (log-linear).

Para este teste, a Tabela 5 apresenta os seguintes resultados:

Tabela 5 – Resultados estimados para a rede de conselho técnico

Effects	Reciprocity			T-ratio
	Estimates	1.277781	0.33324	
<b>Transitividade</b>	030T	-0.249598	0.09297	-4.02359
<b>Ciclos</b>	030C	0.112693	0.22967	-4.11319

Fonte: elaboração própria, com uso do *software* P-Net.

\* Nota: t-statistics = (observação – média amostral) / erro padrão. A significância probabilística é testada pelo método de Wald (onde desvio-tipo deve ser o dobro do valor da estimativa).

*Interpretação dos dados:*

- *Transitividade:* apresenta valor negativo, isto é, uma não-tendência à transitividade, além disso, é um valor não significativo, pois o erro padrão é 0.09;
- *Ciclos:* é significativo pois o erro padrão é o dobro (0,22) da estimativa, porém a tendência aos ciclos é muito frágil (0.11 positivo), quando consideramos que o melhor valor seria próximo de 1.

Portanto, é possível inferir que no sistema social da OCS não há um sistema de trocas e de aprendizado generalizado, apontando mais especificamente para uma estrutura dependente da extensão rural. A rigor, a baixa presença de configurações triádicas

(transitivas e cíclicas) demonstrada pelo censo das tríades, e que vão além da reciprocidade (configurações diádicas) encontrada no modelo P1, confirmam esta afirmação de baixo aprendizado coletivo e forte dependência de um ator externo. O que o modelo P\* faz, na realidade, é oferecer uma confirmação probabilística desta constatação.

### **5.1.2 - O nível estrutural: equivalência estrutural, papéis e posições**

Para um esmiuçamento das possibilidades de desenvolvimento de outras relações, as redes podem ser analisadas enquanto um sistema multiplexo. Ao considerar a rede de produtores de Capim Branco nessa perspectiva, buscamos ir além da cartografia das relações isoladas nos três contextos mencionados (conselho, cooperação e amizade). Uma representação sobreposta destas três redes nos mostra como um sistema de trocas, embora frágil, permeia a vida social do grupo, independentemente do contexto. A equivalência estrutural nos coloca diante destas relações generalizadas, onde, a partir de um inquérito sobre a equivalência de papéis, podemos entender que os indivíduos são estruturalmente equivalentes se eles têm exatamente as mesmas relações com os mesmos outros indivíduos (White *et al.*, 1976 *apud* Mercklé, 2011). Por outras palavras, os papéis são equivalentes se tivermos um grupo de indivíduos fazendo as mesmas coisas e desenvolvendo trocas similares através das relações que mantém uns com os outros.

#### **5.1.2.1 – Partição da rede em blocos por similaridade**

A Tabela 6 apresenta a partição da rede de produtores em 4 blocos contendo atores com relações similares.<sup>23</sup> A princípio, esta modelagem dos blocos mostra-se coerente com os dados etnográficos, quando foi possível observar que há entre estes produtores pequenos coletivos formando uma espécie de infraestrutura da rede completa, o que acrescenta outro dado às informações alcançadas com os modelos P1 e P\*— a saber, a existência de subsistemas de trocas não necessariamente vinculado ao aprendizado coletivo. A partição da rede em 4 blocos de atores similares coincide, portanto, com estas observações, onde temos a seguinte estrutura:

---

<sup>23</sup> Para este procedimento, com apoio do *software* Ucinet 6.508, realizamos a adição das matrizes (conselho, cooperação e amizade) de forma que obtivemos uma matriz com os dados valorados (saindo do sistema binário “1 e 0” ao incorporar as múltiplas citações), em seguida foi feito o cálculo de distância euclidiana, por ser o mais adequado para este tipo de dado e, por fim, foi realizada a partição dos blocos pelo método de equivalência estrutural.



Tabela 6 – Blocos da rede de produtores de Capim Branco.

Blocos	Atores	Total
1	P2 P19 P20 P21 P22 P29 P31 P32	8
2	P8 P26	2
3	P23	1
4	P1 P3 P4 P5 P6 P7 P9 P10 P11 P12 P13 P14 P15 P16 P17 P18 P24 P25 P27 P28 P30 P33	22

Fonte: elaboração própria, utilizando Ucinet 6.508 (Everett, Freeman, 1999).

O bloco 1, formado por produtores membros da OCS (excetuando-se o P2), contém uma seleção de atores com baixo *status* individual na rede, porém, estão ligados aos atores mais proeminentes, seja por trocas de conselhos técnicos, ou cooperação ou por amizade. O bloco 2, é formado pelos dois atores mais centrais, os *experts* do conselho técnico, conforme demonstrado pelas medidas de centralidade. O bloco 3 é representado por um único ator (P23). Este ator é membro da OCS e sócio do ator P26 no empreendimento “Projeto Vista Alegre”, porém, tem se dedicado mais exclusivamente ao desenvolvimento das vendas pela *internet*, o que lhe coloca numa condição de aparente isolamento.

O bloco 4 contém um grupo maior de produtores que são interconectados em toda a rede principalmente por meio dos atores do bloco 2. Trata-se de um subgrupo misto (produtores orgânicos e em transição) e que apresenta perfil para operar as trocas de recursos nos pontos mais extremos da rede.

Esta representação reduzida evidencia que a dinâmica local de acesso e apropriação do *standard* de qualidade está aninhada em um sistema de relações onde dois atores-chave fazem as pontes (P8 e P26), tanto entre aqueles em transição, quanto entre aqueles do sistema de garantia por controle social, mostrando a dependência do grupo em relação aos atores com mais conhecimento e habilidade social. Estes dois atores mantêm laços mútuos e, dessa forma, não somente os produtores ligados à OCS, mas também os agricultores em transição, são beneficiários dos recursos que circulam na rede.

Um dado novo, que não captado pelas análises precedentes, é quanto ao papel do bloco 3 (P23), que contém apenas um ator. Isto nos faz lançar a suposição de que, ao se dedicar ao uso de um recurso tecnológico que não é do domínio de todos, no caso, as vendas pela *internet*, este produtor (que possui graduação em agronomia) diminui sua dependência em relação a uma parte dos recursos que são propiciados pelo engajamento na rede. Além disso, por ser um produtor com formação superior em agronomia, tal isolamento pode indicar uma situação de maior transferência de recursos e de menor intercâmbio com os seus pares.

### 5.1.2.2 - Representação do sistema de trocas multiplexo

A representação das redes sobrepostas a seguir (Figura 21), condensa o feixe das relações de trocas. Por esta imagem, temos um sistema de trocas generalizadas entre os blocos 1, 2 e 4 (indicado pelas setas mútuas); e, o bloco 3 transferindo recursos a partir de suas ligações com os outros três:

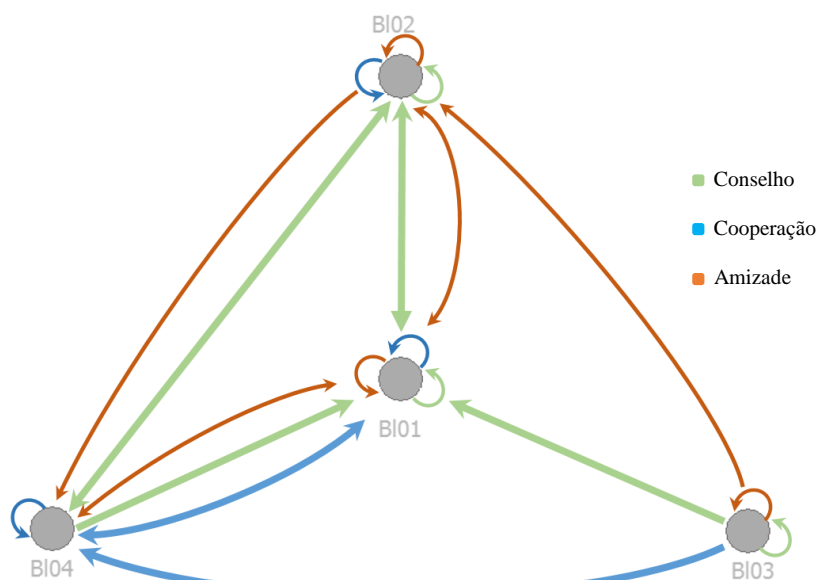


Figura 21 – Representação multiplexa dos blocos da rede de produtores.  
 Fonte: elaboração própria, utilizando Ucinet 6.508 (Everett, Freeman, 1999).  
 \* O *loop* representa atividade ou trocas internas ao bloco.

Como observado por Lazega (2007) a diferença entre coesão (dada pela densidade da rede) e equivalência estrutural (dada pela similaridade das relações) nem sempre é evidente. Esta representação sobreposta dos blocos (Figura 9) introduz mais envergadura na análise por mostrar mais claramente como o sistema está estruturado, como os atores trazem variados recursos para o jogo das trocas.

Para uma perspectiva estrutural dessa rede, portanto, e com apoio no que afirma Lazega (2007), temos que a forma dessas trocas torna mais explícita a interdependência dos atores em relação aos diferentes fluxos de recursos e a reciprocidade dos laços. Assim, há trocas mútuas de conselho entre os blocos 1 e 2, e entre os blocos 2 e 4; trocas mútuas de cooperação entre os blocos 1 e 4; e relações mútuas de amizade entre os blocos 1 e 2, e entre 1 e 4. No caso da amizade, existem laços não recíprocos do bloco 3 para o 2 ( $3 \rightarrow 2$ ), e do 2 para o 4 ( $2 \rightarrow 4$ ) – indicando, neste caso, uma relação de transferência e não necessariamente de intercâmbio.

Para enfrentar esta aparente contradição, pela qual teríamos amizade sem reciprocidade, devemos considerar que, primeiro, as justificativas apresentadas pelos produtores, para as trocas de conselhos e cooperação, apontam o conhecimento e a proximidade geográfica como determinantes para suas escolhas; e, segundo, não seria o item específico sobre a amizade que determinaria o grau de interação e sim, o conjunto destas relações sobrepostas, ou, no mínimo, entraria em jogo a força da máxima “os amigos dos meus amigos, são meus amigos” (Mercklé, 2011).

## **5.2 - Avaliação dos resultados em relação às observações de campo**

Complementando estes dados das redes, argumentamos que há três outras fontes de sustentação dessa dinâmica local das interações, cujo impacto é perceptível no tipo de aprendizado em relação às exigências do *standard* de qualidade e em relação à apropriação de técnicas agrícolas específicas para o sistema de produção orgânica:

1) A experiência inicial de sucesso e posterior fracasso na produção do alho, que culminou na opção pela produção de orgânicos e cuja transição contou com a participação de atores-chave – internos e externos – por meio dos quais foi possível desenvolver novos processos de aprendizagem e, dentre estes atores, há o destaque para a ação didática da extensão rural;

2) O atual desenvolvimento de dois projetos de expansão da produção orgânica (a empresa “Fito Alimentos”, que pretende atingir cerca de 50 supermercados na capital,<sup>24</sup> e o “Projeto Vista Alegre”, este, desenvolvido por dois membros da OCS), com poder demonstrativo do potencial da agricultura orgânica naquela região;

3) O interesse de órgãos públicos em desenvolver políticas direcionadas para esta atividade – o que vem contribuindo para gerar um quadro de otimismo entre os produtores, por perceberem que antigas reivindicações começam finalmente a sair das gavetas. Dois exemplos recentes destas políticas são: o lançamento da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), em janeiro de 2014, através da lei n.º 21.146/14;<sup>25</sup> e a proposta da PBH de fazer chegar a pelo menos em 15 o número de feiras orgânicas.

---

<sup>24</sup> Conforme informado pelo proprietário.

<sup>25</sup> Na prática, esta lei pode ser equiparada a um desdobramento local da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Pelo que vimos na análise das redes dos produtores, há uma estrutura de relações fortemente articulada por meio de dois atores internos mais centrais, e de um ator externo. Pelas medidas individuais apresentadas, os produtores P8 e P26, apresentam-se como referência para os demais produtores, fato que os coloca em posição de liderança e confiabilidade. De certo modo, percebe-se a configuração de um sistema de *status* marcado pelo reconhecimento da influência e proeminência destes dois atores cujas características comuns são, em acréscimo, a de serem bons canalizadores de informações. Além disso,

- O ator P8 agrega mais fortemente aqueles produtores que se autodeclararam em transição para a produção orgânica, mostra boa capacidade de estabelecer contatos e intermediação com os produtores ligados à OCS-Asprocam, e isso contribui para aumentar a possibilidade de trocas com estes produtores e aqueles em transição, abrindo uma perspectiva viável de engajamento futuro. Este agricultor reside numa pequena comunidade rural chamada de Mato de Cima e desempenha um papel de liderança local, e também com participação na vida política do município enquanto responsável pelos assuntos de agricultura. Em geral, é ele quem faz a ponte entre os produtores e a prefeitura, basicamente no encaminhamento de suas demandas por serviços e infraestrutura, tais como, aluguel do trator agrícola (a baixo custo) e melhoria das estradas rurais. Este ator também contribui com a extensão rural por exercer mediações entre os produtores e o extensionista.
- O ator P26, membro da OCS-Asprocam, desfruta de reconhecimento semelhante na comunidade chamada de Vista Alegre, vizinha da comunidade Mato de Cima. Atualmente mantém um projeto de expansão da produção, através de sociedade com outro produtor (no “Projeto Vista Alegre”). Além disso, tem sido frequentemente convidado para proferir palestras e relatos de experiências em outras regiões do estado, em nome da OCS-Asprocam, em eventos relacionados com a agroecologia e produção orgânica.

Embora a estrutura das relações apresente uma característica mais fortemente diádica, com maior tendência à formação de trocas entre pares de atores, é notória a importância da Organização de Controle Social (OCS) no apoio que propicia aos produtores, não apenas nos processos de aprendizado em relação aos protocolos e normas que regulam a qualidade orgânica, mas também para sustentar um conjunto de trocas que inclui aqueles que, no futuro, poderão vir a fazer parte da mesma. Pelo indicado nesta

análise, mesmo sendo uma entidade informal composta apenas por aqueles seis titulares do certificado emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o fato de estarem vinculados a uma associação de maior alcance, a Associação dos Produtores Orgânicos de Capim Branco e Matozinhos (Asprocam), aumenta o alcance do controle social e das possibilidades de aprendizado coletivo, mesmo que, basicamente, estes processos estejam sob a tutela da extensão rural e contem com o papel mais ativo de apenas dois atores.

## **6 – Distribuição**

### **6.1 – O mercado de orgânicos ao alcance da OCS-Asprocam: estratégias de promoção do encontro entre a oferta e a demanda**

As feiras orgânicas de Belo Horizonte foram instituídas um ano antes da publicação da Lei 10.831/2003, através do Decreto Municipal nº. 11.044 de 20 de maio de 2002. O objetivo inicial foi criar espaços na cidade para a comercialização direta de hortifrutigranjeiros e cereais de cultura orgânica, produzidos por pequenos produtores ou por suas associações (SMAB, 2002). A exigência fundamental do decreto era que os produtores possuíssem certificação, acompanhados por certificadora credenciada junto aos órgãos responsáveis. Após um processo licitatório para a seleção e credenciamento dos produtores habilitados, o primeiro ponto de venda foi instalado na Rua Cláudio Manoel, no bairro funcionários, no dia 29 de dezembro de 2002.

No mês janeiro de 2004, a Secretaria Municipal de Coordenação de Políticas Sociais (SCOMPS) aprovou o regulamento das feiras orgânicas, através da Portaria SCOMPS Nº 001 de 05 de janeiro de 2004. Dentre as principais orientações, este regulamento define como objetivo principal “possibilitar ao consumidor a aquisição de produtos com rastreabilidade de origem orgânica, a preços acessíveis e promover a comercialização direta entre produtores orgânicos, preferencialmente filiados a associações, e consumidores” (Portaria nº.001/2004). Outra definição importante dessa Portaria diz respeito à meta de “estimular o desenvolvimento da cultura orgânica, através do fomento ao crescimento da produção e orientação técnica pertinente”. Este regulamento especifica também os produtos que poderão ser comercializados: hortaliças em geral; frutas em geral; legumes e raízes; cereais, farináceos e derivados; frangos, ovos e derivados lácteos (neste caso, por se tratar de produtos de origem animal, para serem

comercializados como orgânicos, os mesmos devem ter aprovação da vigilância sanitária, do contrário, só poderão ser vendidos como produtos “caipira”); ervas aromáticas; mel; café; FLV minimamente processados e conservas (estes deverão portar rótulos com informações de procedência, data de fabricação, período de validade, endereço do produtor, peso, descrição do conteúdo); outros produtos cuja origem seja comprovadamente orgânica.

Os produtores têm como obrigação definida pelo regulamento, dentre outras, a de cumprir rigorosamente os horários determinados. Neste caso, levando em conta a distância entre Capim Branco e Belo Horizonte (53 km), muitos fazem a coleta, seleção e higienização dos produtos no dia anterior. Considerando também que a montagem do equipamento no local de venda (barracas) para a exposição dos produtos demanda aproximadamente uma hora de trabalho, muitos destes produtores acordam por volta de 4h da manhã e iniciam a montagem em Belo Horizonte a partir das 6h.

Outra exigência do regulamento é que seja realizada trimestralmente uma análise toxicológica completa dos produtos comercializados, os devem ser coletados por amostragem e cujo custo deverá ser arcado pelo produtor ou sua entidade representativa, além disso, são proibidos de comercializar produtos adquiridos de terceiros ou produtos não autorizados.

Este regulamento passou a vigorar a partir de janeiro de 2004. Em maio do mesmo ano, foram inauguradas mais duas novas feiras, uma no bairro Santa Lúcia e a outra no bairro Luxemburgo. Em agosto de 2006, foi autorizado o funcionamento da feira do Bairro São Luiz. A feira da Pampulha foi inaugurada em março de 2008 e a feira da Av. Raja Gabaglia foi criada em março de 2012.

Em fevereiro de 2012, em reunião do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte (COMUSAN/BH), os conselheiros expuseram algumas dificuldades relativas à comercialização de orgânicos na capital, bem como a sugestão de criação do “Ceasa Orgânico”, conforme a ata da reunião:

- Há dificuldades apontadas pelos produtores orgânicos, incluindo a falta de apoio do estado, carência de programas e de novos projetos e até o baixo consumo dos produtos orgânicos pela população apesar de já existir uma demanda. (F.) esclareceu que há barreiras na legislação que não permite que o estado privilegie produtos por critérios de origem, por exemplo, e que há tentativas de melhorar a situação da demanda *versus* oferta dos orgânicos, mas há empecilhos diversos, deve-

se tomar o cuidado de não criar a figura do atravessador (...) (COMUSAN/BH, 16 de fevereiro de 2012 – Ata).<sup>26</sup>

As feiras orgânicas em Belo Horizonte utilizam alguns recursos de informação ao consumidor com o intuito de diferenciá-las de outros programas mantidos pela prefeitura, como o “Direto da Roça”, cujos produtos são também da agricultura familiar mas não são orgânicos. Do lado dos produtores, a principal informação apresentada ao consumidor é o certificado emitido pelo MAPA. A prefeitura de BH entra com um cartaz informativo e com a padronização das barracas. Isto pode ser exemplificado conforme a Figura 22, que destaca:

- O primeiro grupo de agricultores que recebeu o certificado de OCS, em 14 de abril de 2011 (imagem 9);
- Reunião da OCS e visita técnica a uma unidade de produção (imagem 10);
- Feira da Pampulha, com destaque para a visibilidade do certificado de controle social (imagem 11);
- Feira da Av. Raja Gabaglia (em frente à sede da Emater-MG), com a disposição dos produtos na barraca, folhagens e embalados (imagem 12);
- Feira da Av. Raja Gabaglia (idem), com destaque para o cartaz promocional da Prefeitura de Belo Horizonte, onde aparecem os dizeres “*Consuma alimentos orgânicos – a agricultura orgânica conserva a natureza, valoriza a agricultura familiar e quem colhe os frutos é você*”, seguida do carimbo “100% orgânico”.

Além do uso de barracas padronizadas com os dizeres “Feira Orgânica – prefeitura de Belo Horizonte”, a mensagem do cartaz (Figura 22, imagem 13) contribui para reforçar as informações aos consumidores quanto à qualidade dos produtos, quanto à autorização e parceria da prefeitura para a comercialização e quanto à origem dos mesmos na agricultura familiar.

---

<sup>26</sup> Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, Diário Oficial do Município (DOM). Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/>.



Figura 22 – Atuação da OCS na venda direta em Belo Horizonte.  
Fonte: acervo da pesquisa.

Os produtos na venda direta, mesmo que embalados, não podem conter o selo de qualidade. Portanto, fica a critério do produtor utilizar alguma etiqueta com informações adicionais mas, em geral, a embalagem é utilizada apenas para homogeneizar as quantidades a partir da pesagem no momento da colheita.

### 6.1.2 – Potencial econômico e produtividade da OCS-Asprocam

Para este tópico, utilizaremos os dados disponibilizadas pelo escritório local da Emater-MG em Capim Branco – e se referem aos resultados do ano de 2013.

- Consideramos apenas as seis unidades garantidas por OCS;



- Quantidade anual por item de consumo (declaração do produtor na “estimativa de produção anual” declarada no formulário “Dados Cadastrais da Unidade de Produção Vinculada a Organização de Controle Social”, que se refere ao cadastramento de cada unidade de produção no MAPA).
- Cálculo da média dos valores praticados na comercialização em BH.

No somatório dos rendimentos, as unidades apresentam resultados variados, de acordo com o volume de produção projetado para o ano de 2013, sendo que a unidade que apresentou a maior projeção está na faixa de R\$ 358.680,00 e a menor apresentou uma projeção de R\$ 129.860,00, perfazendo um resultado médio de R\$ 188.356,95 – dentro de uma projeção total para as seis unidades em torno de R\$ 1.130.141,70.<sup>27</sup> Para exemplificar, a Tabela 7 apresenta os resultados referentes aos 10 produtos com maior rendimento econômico, constando: o produto, o valor médio, a respectiva unidade de medida, a escala de produção e o rendimento final encontrado:

Tabela 7 – Rendimento calculado em 2013 para os 10 produtos com maior resultado dentre as 45 espécies que são cultivadas nas unidades controladas pela OCS.

PRODUTOS	R\$ médio	Unid. de medida	Total / Unid. de medida	Total R\$
<b>Alface</b>	2,50	Unidades	156.240,00	390.600,00
<b>Cebola</b>	7,53	Kg	24.300,00	182.979,00
<b>Chuchu</b>	6,33	Kg	22.920,00	145.083,60
<b>Couve-flor</b>	5,60	Molhos	22.500,00	126.000,00
<b>Brócolis</b>	5,43	Molhos	23.040,00	125.107,20
<b>Banana</b>	6,00	Kg	20.340,00	122.040,00
<b>Vagem</b>	12,00	Kg	9.732,00	116.784,00
<b>Cenoura</b>	3,77	Molhos	30.180,00	113.778,60
<b>Quiabo</b>	12,00	Kg	9.480,00	113.760,00
<b>Tomate</b>	5,00	Kg	22.140,00	110.700,00
<b>Abóbora</b>	3,77	Kg	27.660,00	104.278,20
<b>Beterraba</b>	3,77	Molhos	27.600,00	104.052,00
<b>Berinjela</b>	11,20	Kg	9.204,00	103.084,80

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa e dados da Emater-MG.

Estes valores são estimados, isto é, estão numa média que reflete o comportamento mais esperado dos preços, no entanto, é preciso considerar a sazonalidade e os fatores climáticos como fontes de impacto nos resultados – para mais ou para menos.

### 6.1.3 – Formação dos preços para a comercialização nas feiras de BH

O mecanismo de formação dos preços é uma parte operacional conduzida pela coordenação do programa das feiras em Belo Horizonte. Segundo a Gerência de Apoio à Produção e Comercialização (GAPCO), da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar

<sup>27</sup> Fonte: Emater-MG, escritório local de Capim Branco.

e Nutricional (SMASAN-PBH),<sup>28</sup> para a definição da margem de referência de preços que podem ser praticados na venda direta, é aplicada a mesma metodologia de cálculo utilizada para definir os preços do PAA. O cálculo do valor individual de cada produto é gerado por uma média tomada a partir do levantamento dos preços praticados nos últimos três meses em quatro centrais de abastecimento de Minas Gerais (Ceasas de Caratinga, Uberlândia, Governador Valadares e Grande BH). Como informado por esta gerência, é também com base nestas médias que os preços para a comercialização nas feiras orgânicas são formados, mas não são valores obrigatórios, indicam apenas uma margem com um teto que pode ser praticado, já considerando um acréscimo de aproximadamente 30% como prêmio pelo fato de ser produção sustentável. Esta metodologia de formação de preços constitui uma informação aplicável apenas ao caso das feiras, pois no varejo os preços são livres, geralmente levando em conta a localização do supermercado, ou loja especializada, e o perfil do consumidor daquela região.

#### **6.1.4 – Modelo de demonstração de resultados (MDR) de duas unidades de produção**

A tabela seguinte (Tabela 8), apresenta um estudo da estrutura de custos para duas unidades da OCS-Asprocam, respectivamente, a que apresentou a menor projeção anual e a que apresentou a maior. Utilizamos as referências da Emater-MG (1996).<sup>29</sup> A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2010) oferece uma metodologia bastante completa e mais realista, pois toma como base um diagnóstico apurado de todos os fatores de produção. A metodologia da Emater-MG segue o mesmo raciocínio, porém, é mais sucinta e busca uma composição de custos de fácil interpretação que, no fundo, consiste em saber se o volume de produção projetado é adequado em termos de retorno financeiro. Na impossibilidade de realizarmos um diagnóstico exaustivo, incluindo um cálculo de depreciação, seguimos esta linha da Emater para analisar as duas unidades produtivas:

---

<sup>28</sup> Entrevista concedida em 08/01/2014.

<sup>29</sup> Emater-MG (1996). Estudo técnico-econômico da propriedade rural. Belo Horizonte: Emater-MG, Departamento Técnico / Administração Rural.

Tabela 8 – Estrutura de custos das unidades produtivas 3 e 5

UNIDADE PRODUTIVA 3				
A - CUSTO VARIÁVEL (CV)				
I - DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA E PÓS-COLHEITA				
BASE DE CÁLCULO: 90 DIAS / ÁREA DE CULTIVO: 1ha				
	UNIDADE	A. QUANT	R\$ UNIT.	B. R\$ TOTAL
Limpeza da Área	D/H	5	40,00	200,00
Aração e Gradagem	H/T	5	60,00	300,00
Calagem	D/H	5	40,00	200,00
Adubação e Plantio	D/H	30	60,00	1.800,00
Controle de Formiga	D/H	5	40,00	200,00
Adubação em Cobertura ( 3 x )	D/H	15	40,00	600,00
Capina ( 3x )	D/H	3	60,00	180,00
Transporte (combust. / depreciação)	-	0	650,00	650,00
Sementes	kg	10	80,00	800,00
Compostagem	ton	6	90,00	540,00
Energia	Kw/h	-	200,00	600,00
Manutenção maquinário	l.			600,00
Legenda: D/H - DIA/HOMEM			<b>Total (CV)</b>	<b>1.360,00</b>
H/T - HORA TRATOR				<b>6.670,00</b>

B - CUSTO FIXO (CF)				
II - DESPESAS DE MANUTENÇÃO DA PROPRIEDADE E SERVIÇOS				
BASE DE CÁLCULO: 90 DIAS/ ÁREA DE CULTIVO: 1ha				
	1	1	3	TOTAL
Impostos e taxas	20,00	65,00	312,5	397,50
Mão-de-obra contratada e/ ou temporária				2.800,00
Prestações				1.800,00
Seguros				2.400,00
Administrativo				800,00
<b>Total (CF)</b>				<b>8.197,50</b>

C - OUTROS CUSTOS ESTIMADOS (CE)	
MATERIALIDADE (embalagens, equipamentos, suprimentos, tecnologia, gastos extras)	<b>4.800,00</b>

<b>D - RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO EM 90 DIAS - cf. Tab.A1 - (R\$)</b>	<b>32.465,00</b>
--	------------------

<b>E - CUSTO TOTAL DE PRODUÇÃO (CV + CF + CE)</b>	<b>19.667,50</b>
---	------------------

<b>F - RESULTADO LÍQUIDO EM 90 DIAS (D - E)</b>	<b>12.797,50</b>
---	------------------

<b>G - RESULTADO LÍQUIDO MENSAL (razão: F/3)</b>	<b>4.265,83</b>
--	-----------------

<b>I - RES. LÍQUIDO FEIRA (BASE: 2 FEIRAS POR SEMANA) - RAZÃO F/8</b>	<b>533,23</b>
---	---------------

UNIDADE PRODUTIVA 5				
A - CUSTO VARIÁVEL (CV)				
I - DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA E PÓS-COLHEITA				
BASE DE CÁLCULO: 90 DIAS / ÁREA DE CULTIVO: 5ha				
	UNIDADE	A. QUANT	R\$ UNIT.	B. R\$ TOTAL
Limpeza da Área	D/H	25	40,00	1.000,00
Aração e Gradagem	H/T	25	60,00	1.500,00
Calagem	D/H	25	40,00	1.000,00
Adubação e Plantio	D/H	150	40,00	6.000,00
Controle de Formiga	D/H	25	40,00	1.000,00
Adubação em Cobertura ( 3 x )	D/H	75	0,00	0,00
Capina ( 3x )	D/H	15	60,00	900,00
Transporte (combust. / depreciação)	-	0	450,00	450,00
Sementes	kg	50	80,00	4.000,00
Compostagem	ton	30	90,00	2.700,00
Energia	Kw/h	-	540,00	1.620,00
Manutenção maquinário	l.			1.400,00
Legenda: D/H - DIA/HOMEM			<b>Total (CV)</b>	<b>1.440,00</b>
H/T - HORA TRATOR				<b>21.570,00</b>

B - CUSTO FIXO (CF)				
II - DESPESAS DE MANUTENÇÃO DA PROPRIEDADE E SERVIÇOS				
BASE DE CÁLCULO: 90 DIAS/ ÁREA DE CULTIVO: 5ha				
	1	2	3	TOTAL
Impostos e taxas	120,00	25,00	800,00	800,00
Mão-de-obra contratada				14.700,00
Prestações				1.600,00
Seguros				1.200,00
Administrativo				400,00
<b>Total (CF)</b>				<b>18.700,00</b>

C - OUTROS CUSTOS ESTIMADOS (CE)	
MATERIALIDADE (embalagens, equipamentos, suprimentos, tecnologia, gastos extras)	<b>12.500,00</b>

<b>D - RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO EM 90 DIAS - cf. Tab.A1 - (R\$)</b>	<b>89.670,00</b>
--	------------------

<b>E - CUSTO TOTAL DE PRODUÇÃO (CV + CF + CE)</b>	<b>52.770,00</b>
---	------------------

<b>F - RESULTADO ECONÔMICO LÍQUIDO EM 90 DIAS (D - E)</b>	<b>36.900,00</b>
---	------------------

<b>G - RESULTADO LÍQUIDO MENSAL ESPERADO (razão: F/3)</b>	<b>12.300,00</b>
---	------------------

<b>I - RES. LÍQUIDO FEIRA (BASE: 2 FEIRAS POR SEMANA) - RAZÃO F/8</b>	<b>1.537,50</b>
---	-----------------

Fonte: dados da pesquisa e dados fornecidos pela Emater-MG, escritório local de Capim Branco.

\* Os gastos com certificação estão incluídos nos custos administrativos, ou custos de manutenção da atividade produtiva, que incluem: contador, certificação e taxas de licenciamento.

\*\* O item impostos e taxas se refere a tributos incidentes sobre o terreno.

A Tabela 8 indica um potencial de retorno financeiro maior para a unidade 5. Na unidade produtiva 3, que utiliza uma área de 1ha, a produção é conduzida por um agricultor que conta com o trabalho de mais dois familiares, com emprego eventual de mão de obra diarista (por isso, oferece menores quantidades no local de venda). A unidade produtiva 5, com uma área de 5ha, emprega 4 trabalhadores assalariados e 4 familiares e, neste caso, tem maior potencial de produção, inclusive com mais investimento em tecnologia para o aumento da produção, em consequência, apresenta maior oferta e variedade de produtos.

### 6.1.5 – Análise comparativa dos resultados

É importante ressaltar, com base nesta análise dos dados da produção, que há dois fatores que interferem com peso na produção em Capim Branco: capacidade de investimento para suportar os gastos mais elevados, tanto para iniciar quanto para manter a atividade produtiva; o nível de formação dos produtores participantes do controle social sensivelmente maior do que o dos produtores em transição, o que interfere na capacidade de interpretar o sistema de normas e, igualmente, de lidar com o mercado e com as informações aos consumidores.

Para o caso dos seis produtores que detém o certificado de controle social, dois têm diploma de curso superior (um em agronomia e outro em análise de dados), três com ensino médio e um com ensino fundamental completo. O quadro com os totais para os 33 produtores é apresentado a seguir, conforme a Tabela 9:

Tabela 9 – Nível de escolaridade individual na rede de produtores de Capim Branco

<b>Agrupamento</b>	<b>Fund. Inc.<sup>30</sup></b>	<b>Fundamental</b>	<b>Médio</b>	<b>Superior</b>	<b>Total</b>
OCS-Asprocam	2	5	8	2	17
Transição	4	9	2	1	16
Total	6	14	10	3	33

Fonte: dados da pesquisa.

Como no grupo dos produtores em transição não há mulheres, somente podemos comparar a taxa de escolarização entre os produtores da OCS-Asprocam. Conforme a Tabela 10, a taxa tende a ser maior entre as mulheres nos níveis fundamental incompleto e completo e maior entre os homens nos níveis médio e superior:

<sup>30</sup> Consideramos “fundamental incompleto” os casos de formação até o 5.º ano básico.

Tabela 10 – Taxa de escolarização comparada entre OCS-Asprocam (feminino e masculino, e dos produtores em transição).

Agrupamento	Gênero	Fund. Inc.		Fund.		Médio		Superior		Total	
		Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%
OCS	Feminino	1	14%	3	43%	3	43%	0	0	7	100%
Asprocam	Masculino	1	10%	2	20%	5	50%	2	20%	10	100%
Transição	Masculino	4	25%	9	56%	2	13%	1	6%	16	100%

Fonte: dados da pesquisa.

\* Porcentagem calculada em relação aos números de casos: OCS, 7 feminino (100%) e 10 masculino (100%) / Transição, 16 masculino 100%.

Os produtores agregados à OCS-Asprocam concentram maior regularidade no nível do ensino médio, em contraste com o maior número de produtores com ensino fundamental (completo ou incompleto) no grupo dos agricultores em transição.

Esta relação entre capacidade de investimento, principalmente a partir de capital próprio, e nível de formação foi igualmente constatada em pesquisa sobre os produtores paranaenses publicada em 2006 (Mazzoleni & Nogueira, 2006).<sup>31</sup> Por meio desta pesquisa, constatou-se que, citando os autores, “a alta participação de capital próprio no financiamento da produção e elevado nível de escolaridade são duas das características mais marcantes dos produtores rurais orgânicos paranaenses” (p. 263).

Outro dado complementar aponta a distribuição da escolaridade por idade e gênero, indicando uma idade média menor entre os produtores da OCS-Asprocam em relação aos produtores em transição, conforme a Tabela 11:

Tabela 11 – Comparativo por gênero e idade média de cada agrupamento da rede de produtores de Capim Branco

Agrupamento	N.º de Mulheres	Idade média Mulheres	N.º de Homens	Idade média Homens	Idade média Global
OCS-Asprocam	7	35 anos	10	43 anos	40
Transição	0	0	16	55 anos	55

Fonte: dados da pesquisa.

O nível de formação tem impacto também na forma de organização e administração do empreendimento. Neste sentido, como foi observado em campo, as unidades de produção orgânica controladas, apresentam uma estrutura gerencial mais robusta, em comparação com as unidades em transição, e maior disponibilidade financeira para investimentos em tecnologias e melhorias físicas nas propriedades.

<sup>31</sup> Cf. Mazzoleni, E. M.; Nogueira, J. M. (2006). Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. Rio de Janeiro: *RER*, vol. 44, nº 02, p. 263-293, abr/jun. (Documento disponível em: [www.scielo.br/pdf/resr/v44n2/a06v44n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n2/a06v44n2.pdf)). O estudo foi feito com 57 produtores orgânicos, 20 em transição e 37 certificados, e indicou que, dentre aqueles em transição, 14 produtores cursaram ensino fundamental (incompleto ou completo) e apenas 3 o nível superior, entre os agricultores certificados (...) 16 cursaram o ensino fundamental (incompleto ou completo) e 17 o nível superior (Mazzoleni & Nogueira, 2006, p. 273).

## **CAPÍTULO IV [Anexo técnico-exploratório]**

### **Algumas características do mercado consumidor dos produtos orgânicos em Belo Horizonte**

#### **1 - O perfil do consumidor em Belo Horizonte**

Esta análise descritiva tem o objetivo de clarificar, pelo lado da demanda, quem é o consumidor de produtos orgânicos em Belo Horizonte. Por um lado, procura-se conhecer o que especificamente caracteriza estes consumidores e, por outro, se estas características são consistentes com aquilo que orienta as ações do mercado ao tomar este perfil como público preferencial no varejo (supermercados e lojas especializadas) e na venda direta.

Para o estudo deste mercado, consideramos que as razões incorporadas na retórica da publicidade orgânica, fazem parte de um quadro de crenças que os consumidores constroem ou reforçam ao acessar os diversos meios de informação com os quais são mais diretamente confrontados. Por outras palavras, a decisão individual pela compra em lojas especializadas, supermercados ou feiras, não seria tão somente resultante de uma acomodação de fatores como proximidade, acaso, conhecimento individual e opção por novos produtos.

A meta deste capítulo é, portanto, analisar três dimensões que descrevem como o próprio consumidor se percebe nesse quadro de informações: como busca conhecimentos sobre o produto (nível cognitivo); quais valores entendem ter mais peso na formação do seu julgamento (nível do julgamento); e, com isso, quais critérios são colocados em primeiro plano na sua decisão de compra (formação do gosto).

O Quadro 14, condensa a proposta de análise que será aqui desenvolvida:

<b>Dimensão</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Descritores</b>	<b>Mediações</b>
<b>Informação (Cognitivo)</b>	<i>Nível de conhecimento</i>	- Conhecimento da origem dos produtos que compra; - Lê os rótulos e verifica o selo oficial; - Sabe que existe uma lei que controla e orienta a produção de alimentos orgânicos.	- Embalagem - Rotulagem - Normas - Mídias
	<i>Como se informa sobre produtos orgânicos</i>	- Noticiário de TV; - Seções de saúde dos jornais; - Revistas especializadas; - Conversas com conhecidos e parentes; - Internet (Sites, portais etc.); - Redes sociais.	
<b>Formação de valores (Julgamento)</b>	<i>Saúde</i>	- O produto orgânico é mais saudável; - O produto orgânico não contém agrotóxicos; - O produto orgânico é mais saudável porque é produzido de forma natural;	- <i>Experts</i> de consumo saudável - Mídias - <i>Marketing</i>
	<i>Propriedades organolépticas</i>	- O produto orgânico tem mais sabor do que o convencional;	
	<i>Coletividade</i>	- Participação em algum grupo de discussão sobre alimentação saudável.	
<b>Decisão de compra (Gosto)</b>	<i>Preço e meio ambiente</i>	- Prefere pagar mais por um produto que não agride o meio ambiente;	- <i>Marketing</i> - Cartazes - Apresentação - Certificação
	<i>Rótulos</i>	- As informações contidas nas embalagens são claras e ajudam a escolher;	
	<i>Meios de consumo</i>	- As feiras oferecem mais confiança, pois é possível conversar com o produtor; - Os supermercados são mais acessíveis; - As lojas especializadas oferecem mais variedades (como, processados, cosméticos, ração animal e outros).	
	<i>Qualidade</i>	- O produto orgânico tem a mesma qualidade nas feiras e nos supermercados.	

Quadro 14 – Sistematização das dimensões e variáveis relativas ao consumo.  
Fonte: elaboração própria.

Estas três dimensões, no entanto, não são totalmente controladas pela perspectiva esclarecida do consumidor, fazem parte de um conjunto de ações que envolvem a disposição dos produtos no mercado, as embalagens, a rotulagem, a atividade da mídia, o *marketing* dos produtos e a certificação, dentre outros. Assim, as variáveis expressam um ponto intermediário entre os discursos e atitudes dos consumidores e as ações do mercado mediadas pela relação mercantil.

## 1.1 - Metodologia e apresentação dos resultados

Os descritores das variáveis apresentadas no Quadro 14 serão objeto da nossa primeira abordagem, o que será feito como o apoio dos dados do *survey* que foi aplicado a uma amostra de 400 consumidores, com a coleta dos dados realizada entre os dias 09 e 17 de janeiro de 2014 (os dados exploratórios das mediações de consumo serão discutidos após esta análise).

Este instrumento, o *survey*, apresenta um limite de viés, posto que não se conhece o universo dos consumidores de orgânicos e, em consequência, não é possível construir uma amostra representativa da população. Uma opção alternativa, neste caso, foi a construção de uma amostra por julgamento para representar um universo específico, garantindo a aleatoriedade pelo fluxo de casos que representam este universo. Em situações como esta, em que é impossível uma seleção aleatória da amostra dentro de uma população, pode-se contornar tal dificuldade adotando a amostragem intencional ou por julgamento que, segundo Barbetta (2005) refere-se àquelas situações nas quais os “elementos escolhidos são aqueles julgados como típicos da população que se deseja estudar” (p. 56). Este procedimento, além de contornar satisfatoriamente o problema da baixa representatividade, evita outro viés, qual seja, a construção de uma amostra contendo um grande número de elementos não relacionados com o assunto como, por exemplo, a seleção de locais que não vendem produtos orgânicos, ou a abordagem de consumidores que não compram orgânicos – este modelo seria útil em outros casos, tais como, quando se pretende trabalhar com o percentual de consumidores numa dada população, o que não é o caso nesta pesquisa.

O universo pesquisado é constituído por consumidores de Belo Horizonte divididos entre aqueles que consomem nos supermercados (50%), nas feiras (25%) e nas lojas especializadas (25%).<sup>1</sup> Com esse delineamento amostral, podemos considerar que o número de entrevistas é consistente para representar os consumidores de orgânicos em Belo Horizonte localizados naqueles pontos onde há maior atividade do mercado, não sendo possível a inferência para as demais cidades da Região Metropolitana.

---

<sup>1</sup> A coleta dos dados foi feita através de entrevistas pessoais realizadas mediante a contratação de um instituto de pesquisas (Instituto Ver).



### 1.1.1 – Caracterização do público

O público consumidor é majoritariamente formado por mulheres, compondo 76% da amostra, contra 24% do sexo masculino. A faixa etária predominante está entre os 35 e 60 anos ou mais, com elevação na faixa entre 45 a 59 anos, conforme a Figura 23:

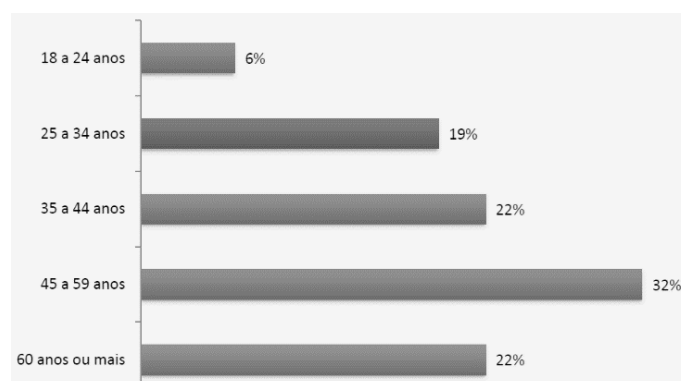


Figura 23 – Consumidores de orgânicos em Belo Horizonte, classificação por faixa etária. Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

A frequência da variável “formação” (Figura 24) também mostra a concentração de consumidores entre aqueles com curso superior completo (23%) e principalmente entre aqueles com pós-graduação (54%), somando-se a especialização, o mestrado e o doutorado:

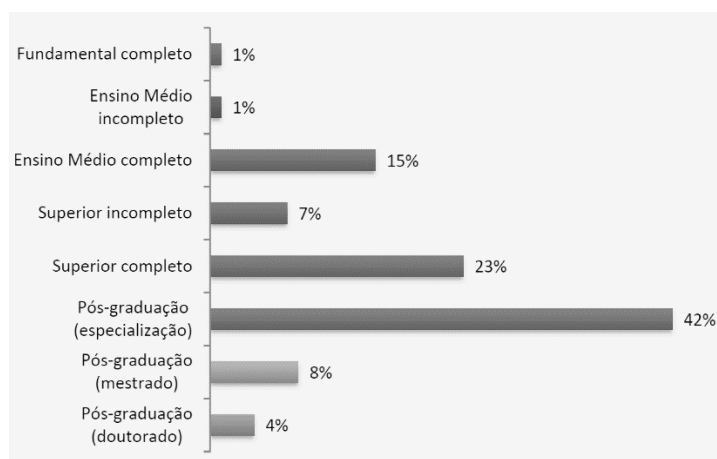


Figura 24 – Consumidores de orgânicos em Belo Horizonte, classificação por formação. Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

Sobre as profissões, dentre as 40 mais citadas, 10 têm alguma relação com a área da saúde. De um modo geral, estes profissionais são também aqueles que mais conversam com seu público sobre hábitos saudáveis, alimentação etc., e nisso eles são consumidores que também podem atuar como formadores de opinião.

A Tabela 12 apresenta a relação completa das 40 profissões e o número de casos:

Tabela 12 – Relação das 40 profissões mais mencionadas nas entrevistas.

Profissão	Casos	%	Profissão	Casos	%	Profissão	Casos	%
Aposentado	32	8%	Acupunturista	6	2%	Designer	2	1%
Professor	31	8%	Bancário	5	1%	Chef cozinha	2	1%
Advogado	30	8%	Fisioterapeuta	5	1%	Artista plástico	2	1%
Func. Público	30	8%	Publicitário	4	1%	Turismóloga	2	1%
Estudante	18	5%	Economista	4	1%	Eng. agrônomo	2	1%
Médico	15	4%	Jornalista	4	1%	Bióloga	2	1%
Empresário	15	4%	Nutricionista	4	1%	Juíza	2	1%
Dona de Casa	14	4%	Secretária	4	1%	Paisagista	2	1%
Administrador	13	3%	Eng. Civil	3	1%	Socióloga	2	1%
Comerciante	12	3%	Veterinária	3	1%	Terap. holística	1	0%
Psicólogo	12	3%	Pedagoga	3	1%			
Dentista	11	3%	Estilista	2	1%			
Engenheiro	10	3%	Fonoaudióloga	2	1%			
Arquiteto	8	2%	Decorador	2	1%			
Enfermeira	7	2%	Auditor fiscal	2	1%			
						Total	330	82,5%

Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

A renda é igualmente significativa para descrever os consumidores com maior propensão ao consumo de orgânicos. Os que percebem acima de 10 salários mínimos somam 66%, conforme a Figura 25:

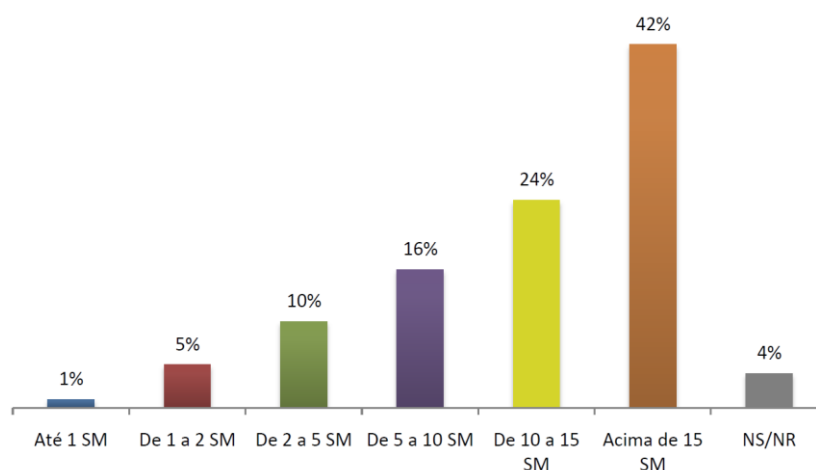


Figura 25 – Classificação do consumo pela renda.

Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

A frequência de consumo dos produtos orgânicos mostra que 58% consome sempre, ou seja, os inclui em seus hábitos alimentares:

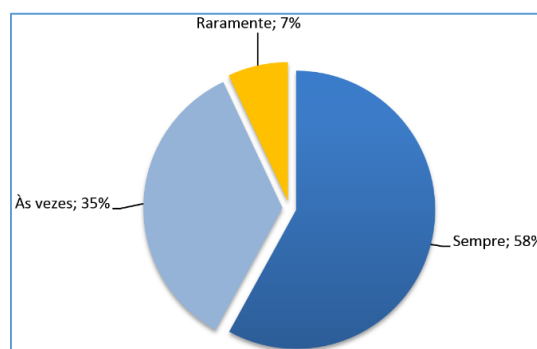


Figura 26 – Frequência com de consumo de orgânicos.

Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

A Tabela 13 apresenta as frequências estratificadas por gênero, faixa etária, escolaridade, renda e local de compra. Observa-se que os consumidores com renda acima de 5 salários mínimos têm mais alta taxa de respostas “sempre” e, do mesmo modo, os consumidores das feiras e lojas especializadas:

Tabela 13 – Frequência com que consome produtos orgânicos

		Sempre	Às vezes	Raramente	%
Geral		58%	35%	7%	100
Gênero	Feminino	52%	41%	7%	100
	Masculino	60%	33%	7%	100
Faixa etária	De 18 a 34 anos	38%	52%	10%	100
	De 35 a 44 anos	57%	34%	9%	100
	De 45 a 59 anos	70%	26%	5%	100
	60 anos ou mais	66%	28%	6%	100
Escolaridade	Até o Ensino Médio	52%	37%	10%	100
	Superior inc/comp	53%	38%	9%	100
	Pós-graduação	63%	32%	5%	100
Renda	Até 5 SM	39%	51%	10%	100
	De 5 a 15 SM	60%	33%	7%	100
	Acima de 15 SM	64%	29%	7%	100
Local	Supermercados	51%	40%	10%	100
	Feiras	70%	26%	4%	100
	Loja especializada	61%	33%	6%	100

Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

\* orientação da leitura: da esquerda para a direita.

O consumidor do supermercado apresenta-se dividido entre aqueles que consomem sempre e às vezes. Nestes locais, a propensão ao consumo ocasional tende a ser maior. Há diversos fatores que influenciam esta ocorrência como, por exemplo, a proximidade com os produtos convencionais, que permite a comparação de preços ou mesmo de aparência.

### 1.1.2 – Local da residência e produtos mais consumidos

Os bairros localizados em áreas de maior poder aquisitivo (Burity, Funcionários, Castelo, Belvedere, Sion, Gutierrez, Lourdes, Serra, Luxemburgo, Santo Antônio, São Pedro, Santa Lúcia e Santa Efigênia), representam 65% do total de consumidores. A Figura 27 apresenta a frequência para os 16 casos com ocorrência acima de 5 residentes no mesmo bairro:

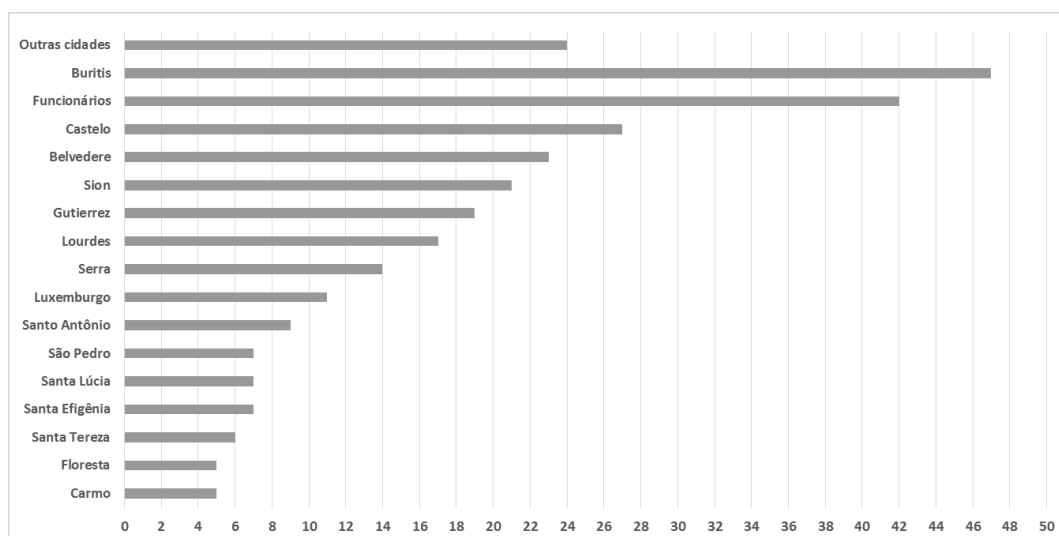


Figura 27 – Local de residência dos consumidores por bairro

Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS 16.0.

Estes bairros são aqueles onde também estão localizados os principais pontos de venda, incluindo os supermercados, as lojas especializadas e as feiras orgânicas.

Os vinte produtos mais consumidos são, em ordem decrescente:

Tabela 14 – produtos orgânicos adquiridos com maior frequência nos supermercados, feiras e lojas especializadas em Belo Horizonte (jan. de 2014).

<i>Quais produtos orgânicos você comprou:</i>	N	% Respostas	%Casos
Alface	191	22,6%	47,8%
Cenoura	47	5,6%	11,8%
Tomate	40	4,7%	10,0%
Couve	39	4,6%	9,8%
Rúcula	38	4,5%	9,5%
Banana	33	3,9%	8,3%
Suco	30	3,5%	7,5%
Batata	28	3,3%	7,0%
Milho	23	2,7%	5,8%
Beterraba	21	2,5%	5,3%
Quiabo	20	2,4%	5,0%
Cebola	19	2,2%	4,8%
Manjeriçao	18	2,1%	4,5%
Ovo	16	1,9%	4,0%
Brócolis	14	1,7%	3,5%
Salsinha	14	1,7%	3,5%
Hortelã	12	1,4%	3,0%
Abóbora	12	1,4%	3,0%
Cebolinha	10	1,2%	2,5%
Alecrim	9	1,1%	2,3%

Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

## 1.2 – Nível de informação e conhecimento dos produtos

As informações sobre os produtos orgânicos circulam por diversos canais que vão, desde as redes de contatos pessoais, conselhos ou prescrições de profissionais de saúde, ao *marketing* e outros dispositivos preparados para tal fim. Neste ponto, buscamos investigar como o consumidor se percebe frente a isso, ou seja, como se considera em

termos de informação e por quais meios se informa mais frequentemente. Pelas respostas apresentadas, temos uma avaliação: 1) do seu nível de conhecimento, isto é, se conhece a origem dos produtos que compra, se lê as informações contidas nas embalagens, se sabe da existência de uma lei que controla e orienta a produção de alimentos orgânicos; e 2) dos principais meios de informação.

A autodeclaração acerca do nível de informação para escolher os produtos orgânicos é alta, mostrando que se trata de um consumidor que se entende suficientemente esclarecido para fazer suas escolhas. A Tabela 15 indica esta frequência percentual:

Tabela 15 – Conhecimento sobre os produtos orgânicos.

		Sim	Não
Geral		85%	15%
Sexo	Feminino	84%	16%
	Masculino	86%	14%
Faixa etária	De 18 a 34 anos	81%	19%
	De 35 a 44 anos	83%	17%
	De 45 a 59 anos	86%	14%
	60 anos ou mais	92%	8%
Escolaridade	Até o Ensino Médio	88%	12%
	Superior inc/comp	79%	21%
	Pós-graduação	88%	12%
Renda	Até 5 SM	73%	27%
	De 5 a 15 SM	86%	14%
	Acima de 15 SM	88%	12%
Local	Supermercados	76%	25%
	Feiras	97%	3%
	Loja especializada	93%	7%

Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

Quando se trata do conhecimento da existência de uma lei específica, que controla a qualidade dos produtos, apesar do nível de conhecimento estar acima da média, onde 61% sabe da existência da lei e 39% não sabe, há uma queda sensível na comparação com a autodeclaração sobre considerar-se informado, apresentada anteriormente. O percentual dos que desconhecem é bastante expressivo entre os consumidores que declararam receber até 5 salários mínimos (53%) e aqueles que consomem nos supermercados (48%), entre os homens (44%) e entre aqueles com curso superior completo ou incompleto (46%), conforme a Tabela 16:

Tabela 16 – Conhecimento sobre os produtos orgânicos quanto à existência de uma lei que controla a qualidade.

		Sim	Não
Geral		61%	39%
Sexo	Feminino	56%	44%
	Masculino	63%	37%
Faixa etária	De 18 a 34 anos	56%	44%
	De 35 a 44 anos	56%	44%
	De 45 a 59 anos	61%	39%
	60 anos ou mais	73%	27%
Escolaridade	Até o Ensino Médio	60%	40%
	Superior inc/comp	54%	46%
	Pós-graduação	66%	34%
Renda	Até 5 SM	47%	53%
	De 5 a 15 SM	62%	38%
	Acima de 15 SM	67%	33%
Local	Supermercados	52%	48%
	Feiras	74%	26%
	Loja especializada	67%	33%

Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

Os entrevistados foram instados a expressar os principais meios que utilizam para se informar sobre os produtos orgânicos. Os meios, *internet*, seções de saúde de jornais, revistas especializadas em saúde e alimentação, conversas com conhecidos e noticiários de TV foram os meios mais citados, considerando as respostas “sempre” e “às vezes”, conforme a Figura 28:

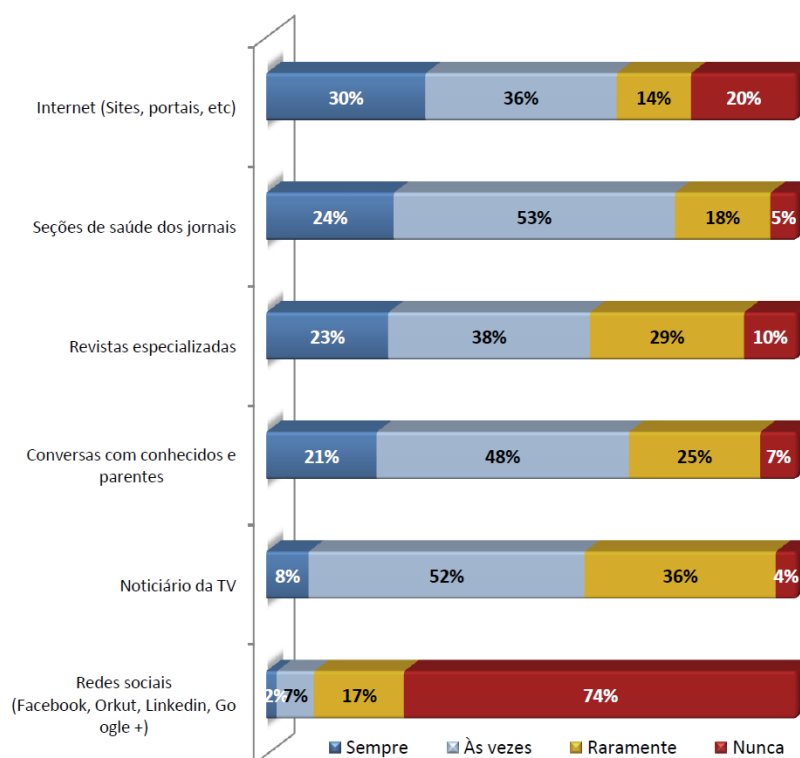


Figura 28 – Meios de informação mais acessados pelos consumidores.

Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

Dentre os outros meios citados, a indicação médica aparece com 16 casos, conforme a Tabela 17:

Tabela 17 – Outros meios de informação

Outros meios	Freq.	%
Indicação médica	16	4,0
Conhecimento o produtor	3	0,8
Ambiente de trabalho	2	0,5
Literatura especializada	2	0,5
Escola Germinare (oficina)	2	0,5
Restaurantes naturais	1	0,2
Aulas de culinária	1	0,2
Lojas especializadas	1	0,2
Programa para funcionários	1	0,2
Supermercados	1	0,2
Total	30	7,5
Missing System	370	92,5
Total	400	100

Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

### 1.3 – Formação de valores e visões sobre o produto orgânico

A formação de valores é resultante da percepção que tem o consumidor acerca destes produtos em relação com critérios pessoais de julgamento, e isso tem alguma relação com os meios pelos quais busca informar-se. É possível traçar um breve perfil daquilo que o consumidor visualiza no produto orgânico a partir de três percepções possíveis sobre estes: em termos de saúde, se percebe que produto orgânico é mais saudável, que não contém agrotóxicos, que é mais saudável porque é produzido de forma natural; quanto às propriedades organolépticas, basicamente, se tem a percepção de que o orgânico tem mais sabor; e em termos de influências coletivas, se participa de algum grupo de discussão sobre alimentação saudável:

A Figura 29 apresenta as percepções gerais sobre 11 itens do questionário:

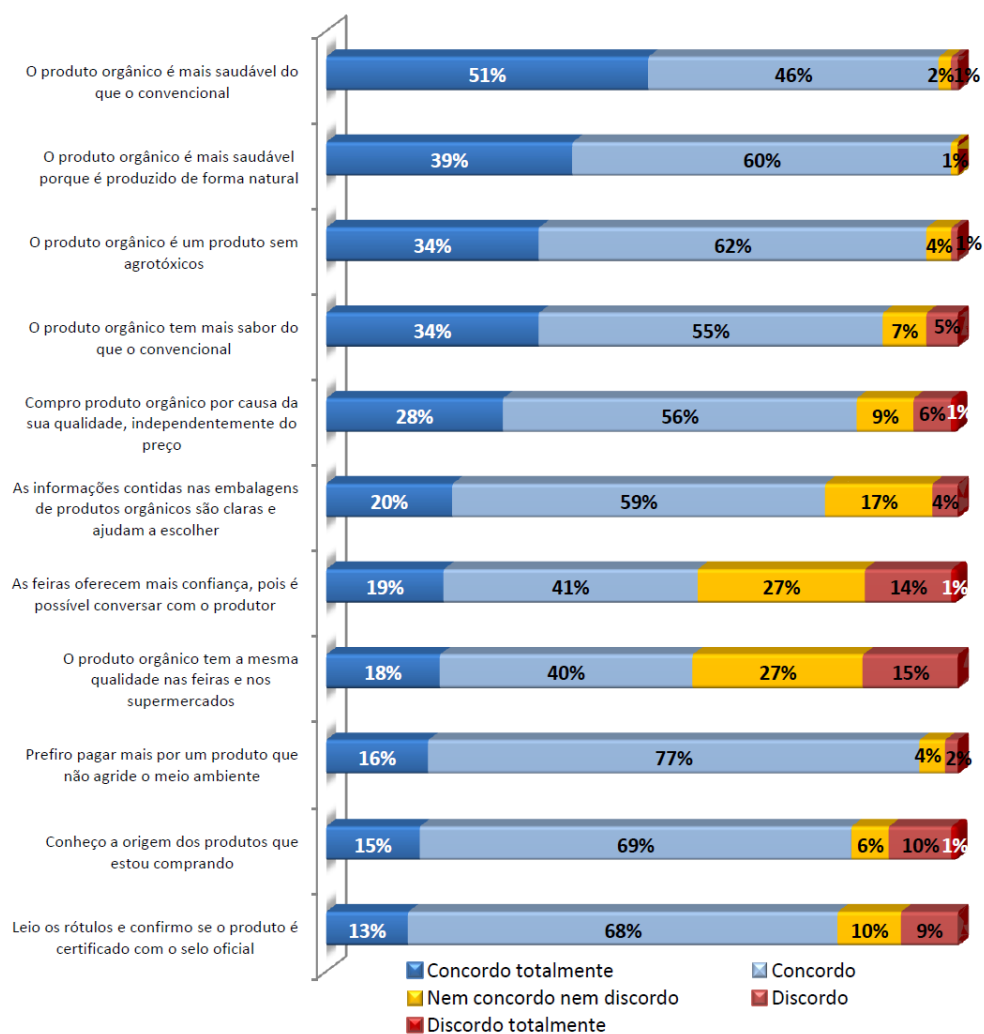


Figura 29 – Percepção acerca dos valores dos produtos.  
 Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

#### 1.4 – Formação da decisão de compra

Tendo este quadro das percepções sobre o nível de informação declarado e a formação de uma visão sobre o produto, podemos verificar como este consumidor se declara suficientemente informado para a decisão de compra. Para isso, buscamos levantar impressões gerais sobre: 1) preço e meio ambiente, se o consumidor considera a possibilidade de pagar mais por um produto que não agride ao meio ambiente; 2) embalagens, se as informações são claras e ajudam na escolha; 3) no local preferencial de compra, se entende que o produto tem a mesma qualidade, independente do local de venda:



Tabela 18 – Respostas dos consumidores para a pergunta: *Prefiro pagar mais por um produto que não agride o meio ambiente.*

		Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente
Geral		16%	77%	4%	2%	0%
Sexo	Feminino	13%	78%	7%	2%	0%
	Masculino	17%	77%	3%	2%	0%
Faixa etária	De 18 a 34 anos	15%	78%	3%	4%	0%
	De 35 a 44 anos	7%	83%	7%	3%	0%
	De 45 a 59 anos	21%	73%	4%	2%	0%
	60 anos ou mais	20%	77%	3%	0%	0%
Escolaridade	Até o Ensino Médio	25%	67%	6%	1%	0%
	Superior inc/comp	10%	80%	7%	3%	0%
	Pós-graduação	17%	79%	2%	2%	0%
Renda	Até 5 SM	17%	69%	8%	5%	0%
	De 5 a 15 SM	19%	75%	3%	3%	0%
	Acima de 15 SM	14%	82%	4%	1%	0%
Local	Supermercados	8%	80%	8%	5%	0%
	Feiras	40%	59%	1%	0%	0%
	Loja especializada	10%	90%	0%	0%	0%

Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

\* O somatório de alguns valores podem não atingir 100% devido ao arredondamento automático dos números.

Tabela 19 – Respostas dos consumidores para a pergunta: *As informações contidas nas embalagens de produtos orgânicos são claras e ajudam a escolher.*

		Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente
Geral		20%	59%	17%	4%	0%
Sexo	Feminino	18%	58%	18%	6%	0%
	Masculino	21%	59%	17%	4%	0%
Faixa etária	De 18 a 34 anos	14%	63%	15%	7%	0%
	De 35 a 44 anos	23%	53%	19%	5%	0%
	De 45 a 59 anos	23%	59%	13%	4%	0%
	60 anos ou mais	20%	57%	22%	1%	0%
Escolaridade	Até o Ensino Médio	13%	66%	19%	1%	0%
	Superior inc/comp	18%	55%	21%	6%	0%
	Pós-graduação	24%	58%	14%	4%	0%
Renda	Até 5 SM	5%	69%	24%	2%	0%
	De 5 a 15 SM	19%	57%	19%	4%	0%
	Acima de 15 SM	28%	54%	13%	5%	0%
Local	Supermercados	4%	63%	27%	7%	0%
	Feiras	40%	48%	8%	4%	0%
	Loja especializada	33%	60%	7%	0%	0%

Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

Tabela 20 – Respostas dos consumidores para a pergunta: *O produto orgânico tem a mesma qualidade nas feiras e nos supermercados.*

		Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo Totalmente
Geral		18%	40%	27%	15%	0%
Sexo	Feminino	19%	39%	31%	11%	0%
	Masculino	18%	40%	26%	16%	0%
Faixa etária	De 18 a 34 anos	12%	40%	35%	13%	0%
	De 35 a 44 anos	17%	45%	25%	13%	0%
	De 45 a 59 anos	21%	33%	30%	16%	0%
	60 anos ou mais	21%	45%	16%	17%	0%
Escolaridade	Até o Ensino Médio	16%	43%	25%	15%	0%
	Superior inc/comp	10%	36%	33%	21%	0%
	Pós-graduação	23%	42%	25%	11%	0%
Renda	Até 5 SM	12%	19%	53%	17%	0%
	De 5 a 15 SM	14%	41%	27%	18%	0%
	Acima de 15 SM	26%	49%	14%	11%	0%
Local	Supermercados	2%	22%	48%	29%	0%
	Feiras	44%	44%	10%	2%	0%
	Loja especializada	24%	73%	3%	0%	0%

Fonte: dados da pesquisa, utilizando o *software* SPSS.

Tomando estas três informações para avaliarmos como se forma a decisão de compra, logo percebemos que a proporção de respostas “concordo totalmente” e “concordo” mantém-se relativamente alta entre as três respostas, com destaque para a declaração de que prefere pagar mais por um produto que não agride ao meio ambiente.

Portanto, a princípio não há o que contestar em relação ao pressuposto de que pessoas com mais idade, com renda e escolaridade elevadas e com mais acesso a informação, são aquelas que mais consomem produtos orgânicos, formando um público majoritariamente feminino. No caso de Belo Horizonte, precisamos levar em conta também o próprio modo de organização do mercado, isto é, a concentração da oferta destes produtos apenas nas regiões e bairros de maior poder aquisitivo, onde este perfil do consumidor está garantido de antemão.

Como não há a oferta em outras regiões, ou mesmo nos sacolões, temos pouca possibilidade de generalizar os resultados, uma vez que não se conhece a disposição de compra dos consumidores com perfil diferente deste apresentado. O que temos, enfim, é uma imagem do consumidor-tipo que, a nosso ver, é buscado pelo mercado como um consumidor certo, nas lojas especializadas, nos supermercados e nas feiras.

## **2 – Breve comparativo com outras pesquisas realizadas neste campo**

Outras pesquisas recentes, que buscam traçar um perfil do consumidor dos produtos orgânicos, destacam a prevalência de um consumidor com alto poder aquisitivo, formação em nível superior, majoritariamente do sexo feminino e numa faixa etária acima dos 35 anos (Avelar *et al.*, 2012; Macena, 2011; Sampaio, 2012). Estas pesquisas também apontam a percepção que os consumidores têm acerca destes produtos, que são geralmente vistos como mais saudáveis, não utilizam agroquímicos, têm mais sabor e trazem benefícios para a saúde.

Em Belo Horizonte apresenta-se esta mesma tendência de oferta de orgânicos para um consumidor tipificado por gênero (majoritariamente feminino), com alta escolaridade e alta renda. O que a pesquisa que realizamos traz como elemento novo é a respeito da manifestação dos consumidores quanto aos meios que utiliza para formar o seu julgamento. A próxima seção será dedicada a uma análise exploratória de alguns destes meios.

### 3 – Observação dos meios de informação sobre alimentação saudável

Na divulgação dos produtos, são adotadas diferentes estratégias.<sup>2</sup> Nos supermercados, percebe-se o acompanhando da tendência de realocação das seções de *hortifruti*, antes, localizadas em pequenos espaços nos fundos da loja, passando a ocupar espaços bem maiores no centro dos supermercados, ou mesmo na entrada, como uma forma de ampliar o quadro de produtos ofertados aos consumidores (mudança analisada por Guivant *et al.*, 2002; e Silva-Mazon, 2010). Nestes locais os produtos orgânicos são apresentados ao consumidor quase sempre em gôndolas separadas e, em alguns casos, há algum tipo de informação sobre os mesmos ressaltando qualidades como, principalmente, as que se referem à saúde do consumidor e origem natural do produto. Nas feiras, a proximidade e frequência da oferta têm um papel fundamental na atração de consumidores, sendo esta proximidade o recurso de divulgação mais eficiente. Além disso, a possibilidade do contato direto com o produtor permite esclarecer dúvidas e desenvolver uma relação de confiança direta, o que é um fator importante para a permanência do produtor no mercado.

O objetivo desta última seção é examinar estas mediações, tal como definidos na nossa grade analítica (Figura 1), envolvendo: 1) embalagens e rotulagem; 2) *marketing* e disposição nas gôndolas; 3) o papel dos prescritores de consumo saudável.

#### 3.1 - Embalagens e rotulagem

Com a estabilização das definições de qualidade de um dado produto, por meio da construção coletiva do conteúdo das regras – que enquadram as atividades de produção, distribuição e consumo –, os atores da produção e distribuição desenvolvem mecanismos de interação com o consumidor a partir de mensagens que visam assegurar aquilo que é especificado no *standard*. Mecanismos de informação são então mobilizados para equipar o julgamento individual e, neste momento, não está em questão quem produziu ou a origem do produto e sim a certeza de como foi produzido, o que é informado amplamente pela certificação e pelos prescritores – no momento do consumo, portanto, a certificação praticamente esconde o produtor e os dispositivos de mediação passam a coordenar as escolhas.

---

<sup>2</sup> As feiras, por se tratar de uma modalidade de venda direta, não comercializam produtos embalados, sua dinâmica é, pois, diferente em relação aos supermercados e lojas especializadas, conforme foi apresentado no capítulo anterior.

Cochoy (2004) apresenta uma proposta de sociologia das embalagens que permite analisar os dispositivos de captação mercantil, isto é, os artefatos que são preparados para atrair a atenção do consumidor. Para isso, sugere que, para compreender o comportamento do consumidor, se prefira, paradoxalmente, o objeto ao sujeito: “que se ‘observe’ menos o consumidor que aquilo que o consumidor ‘observa’” (p. 70). Embora sua análise tenha focado um grupo de produtos definidos por ele como politicamente incorretos (o álcool, o tabaco, o café e a política), sua perspectiva consiste em esmiuçar a natureza das informações contidas nas embalagens e propagandas, quais delas são importantes para atrair o consumidor e, por isso, privilegiadas na distribuição do espaço nos rótulos, ou quais devem ser tratadas com menor importância, por representar simplesmente o engodo da obrigatoriedade de uso das mesmas. A análise das embalagens e das formas de disposição dos produtos constitui, assim, um modo de analisar como o mercado cria seus próprios mecanismos para evitar que o consumidor escolha sozinho.

Em linhas gerais, os dispositivos de informação, em especial as embalagens, trazem as mensagens que constituem a identidade visual do produto e que é facilmente identificada pelo consumidor. Além de seguir a obrigatoriedade de uso do selo do SisOrg<sup>3</sup> (com o sistema de certificação, se por auditoria ou por sistema participativo), apelam para informações exaustivas acerca de suas características finais, como, por exemplo: “100% natural”, “isento de agrotóxicos e produtos químicos” (cf. Figura 30), dentre outras. Observa-se como, via de regra, a denominação “orgânico” ocupa espaço destacado:



Figura 30 – Rotulagem de um produto orgânico, seguindo as normas e de acordo com a concepção gráfica do fornecedor.

Fonte: Local de produção da Fito Alimentos, 14/08/2013.

<sup>3</sup> Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.

A informação da qualidade, por meio da identificação do selo de certificação e, adicionalmente, o selo da certificadora, corresponde a uma expectativa do consumidor que busca certeza sobre o produto, conforme constatado nas respostas ao item “As informações contidas nas embalagens de produtos orgânicos são claras e ajudam a escolher”, com a qual 79% diz concordar.

As embalagens dos produtos orgânicos, de acordo com a legislação, devem conter essencialmente a informação da qualidade, confirmada pelo selo obrigatório. Embora essa informação seja a mais importante, ainda é possível perceber casos nos quais o selo obrigatório é omitido, o que foi principalmente observado nas vendas pela *internet* (cf. Figura 31). Neste caso, há um excesso de informações, indicando a certificadora, propriedades adicionais, a marca do varejista, mensagens publicitárias sobre os produtos e, em destaque, a informação de ser um produto orgânico, mesmo que contrariando a lei, pois para ser classificado como tal, teria que apresentar o selo obrigatório. Eis dois exemplos:



Figura 31 – Produtos etiquetados nos quais não constam o selo de certificação.

Fonte: [www.taeq.com.br/produtos/categorias/#category:574/subcategory:643](http://www.taeq.com.br/produtos/categorias/#category:574/subcategory:643) (acesso em 10/05/2014).

As informações referentes à origem do produto e do distribuidor, ou são colocadas em letras muito pequenas, ou simplesmente omitidas. Nesta prática, o consumidor menos informado parece ser o alvo, pois, como foi observado nas lojas físicas, todos os produtos apresentam o selo do SisOrg.

Além disso, e para o caso dos produtos alimentares comercializados no varejo, há um conjunto de normas que obrigam a adição de informações como, por exemplo, as informações nutricionais. Dentro do disputado espaço de visibilidade da marca e do

*marketing* dos produtos, constantes na rotulagem, estas informações obrigatórias são geralmente colocadas num espaço menos atraente.

### 3.2 - *Marketing* e disposição nas gôndolas

A forma de apresentação dos produtos nas gôndolas, como foi observado nos 15 supermercados visitados, em geral, segue as normas: com espaço separado e produtos embalados e rotulados, evitando o contato destes produtos com aqueles da produção convencional. Em alguns supermercados foi observada, inclusive, a destinação de um espaço específico, com o uso de *banners* informativos. As imagens a seguir ilustram a disposição e apresentação dos produtos nas gôndolas, ou com espaço específico:

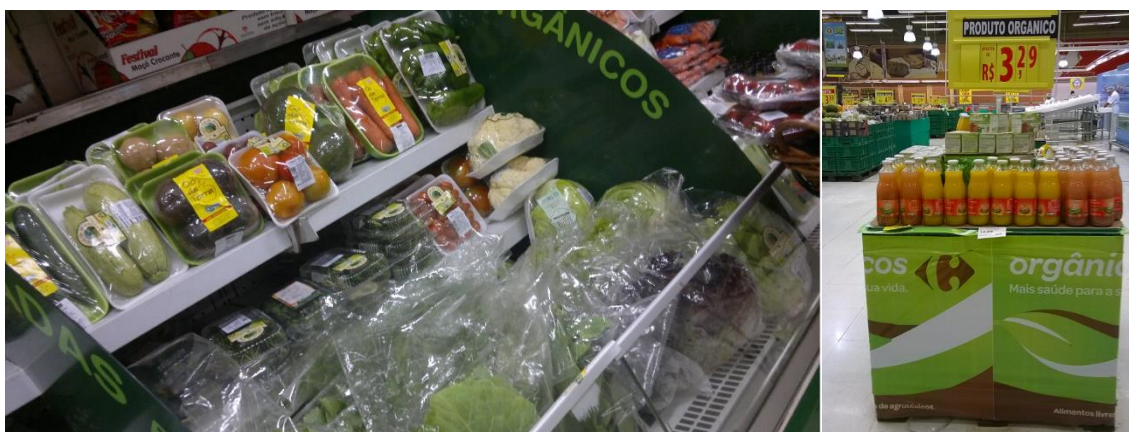


Figura 32 – Disposição dos produtos, embalagem e rotulagem.

Fonte: supermercado Super Nosso (03/12/2013) e Carrefour Pampulha (11/05/2014).

Por outro lado, nestes espaços de comercialização algumas práticas podem intervir na qualidade da informação. No que foi demonstrado pelo *survey*, há indicativos de que o consumidor está atento em relação às informações contidas nas embalagens, lê os rótulos e se informa por estes meios. No entanto, há uma parcela de consumidores que, mesmo com estas informações, simplesmente não sabe identificar a diferença entre um produto orgânico e outro que traga mensagens do tipo “produto natural”, “produto saudável” ou “produzido sem agrotóxicos”. Tal como foi observado, por exemplo, com a disposição dos produtos orgânicos ao lado dos produtos hidropônicos (Figura 33), essa prática pode constituir-se como oportunidade para uma escolha equivocada.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Grande parte dos consumidores não sabem diferenciar o produto orgânico do hidropônico sendo, por vezes, induzido a pensar que se trata da mesma coisa, como mostrou reportagem do jornal O Estado de São Paulo, disponível em: [www.estadao.com.br/noticias/impreso,consumidor-confunde-hidroponico-e-organico,785977,0.htm](http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,consumidor-confunde-hidroponico-e-organico,785977,0.htm).

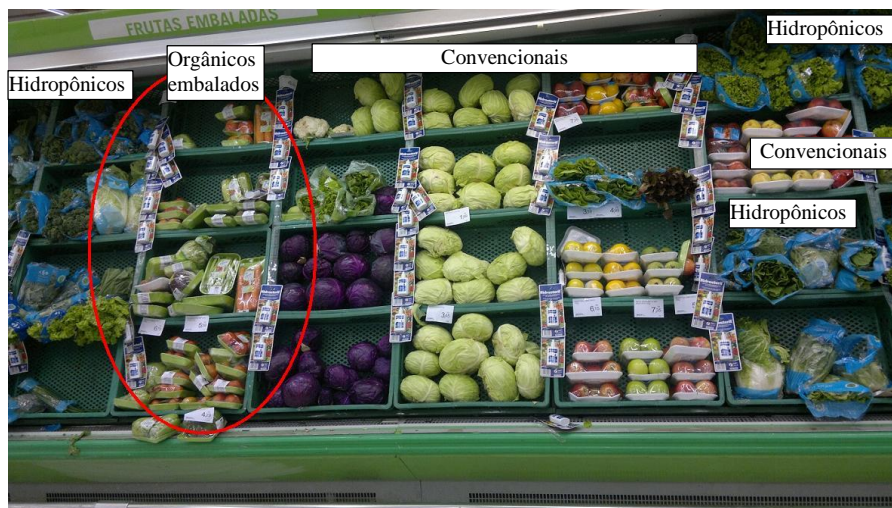


Figura 33 – Produtos orgânicos colocados ao lado dos hidropônicos (à esquerda).  
Fonte: Supermercado Carrefour Pampulha (03/12/2013).

No capítulo precedente, informamos que as feiras possuem um sistema próprio de garantia e de acesso aos consumidores, constituindo-se como uma forma eficiente de informação, principalmente por preservar a oportunidade do contato e interação entre o produtor e o consumidor. Nesta interação, além de orientações adicionais sobre o local de produção e a qualidade do produto, há também a oportunidade para negociações sobre preços, encomendas de determinados produtos e a possibilidade do exercício da rastreabilidade. Neste caso, parte dos fatores que limitam a qualidade da informação são controlados pela confiança que se estabelece entre as partes.

### 3.3 – O papel dos prescritores de consumo saudável

Segundo Giddens, há uma diversidade de discursos que, revestidos de alguma forma de autoridade, tornam-se elementos estruturais da atividade social e são incorporados nas formas de ação adotadas pelos indivíduos e grupos. Desse modo, a preocupação com o corpo e com a aparência, tal como atualmente é disseminada por especialistas das áreas médica e de nutrição, é um desses casos, cujas prescrições remetem à decisão individual por um estilo de vida. Para Giddens, isso se acelera com a invenção da dieta como um fenômeno de massa datado. No seu sentido moderno, a dieta está ligada “à introdução de uma ‘ciência’ da nutrição e, portanto, ao poder disciplinar no sentido de Foucault; mas também situa a responsabilidade pelo desenvolvimento e pela aparência do corpo diretamente nas mãos do seu proprietário” (Giddens, 1993, p. 42). Nesta perspectiva, onde o mercado é abundante em escolhas alimentares, o que se come é também uma escolha do estilo de vida e este estilo é influenciado amplamente por meios

de informação como livros de culinária, tratados médicos populares, guias nutricionais etc., ambos trazendo algum tipo de informação sobre o hábito alimentar.

Nesta seção, apresentamos uma análise dos prescritores de consumo destacando o seu papel na mediação das trocas. Segundo Hatchuel (1995), o prescritor é uma espécie de intermediário mercantil cuja contribuição é uma condição de funcionamento da troca, pois, como argumenta, face às imperfeições do saber do comprador e para tornar a troca possível, esta lógica de mediação é inevitável quando nenhuma regra ou garantia é suficiente para formar a decisão de compra (idem). Por um lado, trata-se, de uma relação de confiança estabelecida entre o consumidor e o prescritor, pois este apresenta critérios de julgamento que eram desconhecidos dos consumidores. Por outro lado, atesta a incapacidade do mercado coordenar com suas próprias forças a relação de troca, o que pode ser interpretado como uma forma de imperfeição das informações, ou de desnível entre o saber da oferta e o saber da demanda. Neste campo dos prescritores, dois grandes recursos são colocados em prática: por um lado, a própria convenção, que determina e informa parâmetros de qualidade e, por outro lado, o engajamento num processo de aquisição de saber, isto é, a disponibilidade de meios de informação que, segundo Hatchuel inserem outras dimensões no julgamento do comprador. De qualquer modo, este terceiro na mediação das relações mercantis dissemina informações que afetam tanto a oferta quanto a demanda.

O gráfico da Figura 28 mostrou que os meios mais utilizados para informação sobre os produtos orgânicos em Belo Horizonte, considerando as respostas “sempre” e às vezes”, são *sites* e portais da *internet*, seções de saúde de jornais, revistas especializadas, conversas com conhecidos e noticiário de TV.

Para o desenvolvimento desta seção, realizamos uma busca pelo que é veiculado por estes meios sobre alimentação saudável, natural, ou orgânica. Com isso, podemos alcançar parte do discurso alimentar que é elaborado e disseminado como informação por estes meios. A seguir, sintetizamos algumas destas observações como parte de um esforço por rastrear os meios preferenciais quando se trata de buscar informação sobre os orgânicos e alimentação saudável.



## 1) Sites, portais e seções de saúde de jornais *on-line*:

### a) Site do Estado de Minas: Blog “Saúde Plena”

Este *site* traz informações mais focadas em recomendações de especialistas sobre alimentação saudável. Cada reportagem conta com uma entrevista a algum especialista, principalmente da área de nutrição. Temos, em resumo:

Data	Profissional	Chamada / comentários
31/12/2013	Nutricionista	“Ano novo é época de se repensar o que por no prato” – recomenda o consumo de vegetais orgânicos como uma forma de melhorar a sensação de bem-estar e considerados como a principal fonte de saúde.
03/02/2014	Nutricionista	“Introdução de verduras, legumes e frutas na alimentação das crianças deve ser uma batalha diária” – o profissional comenta sobre a necessidade de insistir em métodos criativos para desenvolver o paladar das crianças para o consumo de produtos saudáveis, criando hábito que irão se perpetuar na vida adulta.
28/03/2014	Pesquisadores da área de saúde	“Pesquisadores sugerem maior consumo de hortaliças e frutas como forma de prevenir câncer de mama” – a reportagem comenta um estudo da Universidade Estadual do Ceará sobre a importância de preservar o hábito de consumo saudável, mesmo entre as mulheres que já venceram a doença.
28/03/2014	Médico	“Mulheres jovens que comem muitas frutas e legumes previnem doenças” – retrata, com o uso de dados, a importância de uma “dieta verde” na prevenção de doenças como aterosclerose na idade adulta.
01/04/2014	Ortopedista	“Com promessa de reduzir cintura, corset ganha adeptas no Brasil” – comenta e questiona o uso desse dispositivo como aliado na perda de peso, o especialista afirma que a melhor maneira de manter uma cintura fina é a combinação atividade física e boa alimentação.
02/04/2014	Nutricionista	“Páscoa: escolha chocolates mais nutritivos e menos calóricos” – traz dicas sobre como escolher um bom chocolate: “Pensando em benefícios para a saúde, o ideal é comer chocolate com acima de 70% de cacau, pois ele contém menos açúcar, menos leite e cacau mais puro”, orienta a médica especialista em nutrição Maria Isabel Correia, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também recomenda o consumo de chocolate orgânico, informando que a maior parte dos seus ingredientes são livres de agrotóxicos.

Quadro 16 – Informações captadas a partir do Blog do jornal Estado de Minas.

Fonte: <http://sites.uai.com.br/saudeplena/>.

### b) Jornal O Tempo: Blog Saúde e Ciência

No período observado, entre dezembro de 2013 e abril de 2014, trouxe uma única reportagem (publicada em 02/04/14), cujo tema é: “Comer sete porções de frutas e vegetais por dia reduz risco de morte”. Nesta matéria, é mencionada uma pesquisa britânica (feita com cerca de 65 mil homens e mulheres, pela Universidade College de Londres, a partir de dados do *National Health Survey* entre 2001 e 2008) que indicou a necessidade de fracionamento das porções diárias de alimentos; anteriormente, médicos recomendavam que a divisão fosse por cinco, agora são indicadas sete porções diárias, e a inclusão de frutas e legumes saudáveis na dieta.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Fonte: [www.otempo.com.br/interessa/saude-e-ciencia](http://www.otempo.com.br/interessa/saude-e-ciencia).

### c) Blog do Jornal o Estado de São Paulo: “Alimentos Orgânicos”<sup>6</sup>

Este blog é mantido por uma jornalista que se apresenta como “*Jornalista especializada em agricultura, mas cada vez mais "convertida" para a agroecologia e outras formas de produzir e processar alimentos de maneira íntegra e saudável*”. De qualquer modo, as informações apresentadas carecem de atualização e a periodicidade das publicações é bastante elástica, por exemplo, a penúltima reportagem foi publicada em 19 de dezembro de 2013 e, a mais recente, em 25 de abril de 2014. Ambas trazem informações sobre os transgênicos e agrotóxicos, contando com uma entrevista sobre agrotóxicos, na última reportagem, com um professor universitário, pós-doutorado no tema de agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, realizado na Universidade de Córdoba (Espanha).

### d) Outros meios

Além destes *sites* e blogs, há outros mantidos por produtores ou por ONGs que trazem informações sobre orgânicos, como, por exemplo: o *site* do Planeta Orgânico ([www.planetaorganico.com.br/site/](http://www.planetaorganico.com.br/site/)), que se autodeclara como a “referência do setor orgânico brasileiro na *internet*”, é, de fato, bastante completo e atualizado; o Prefira Orgânicos ([www.prefiraorganicos.com.br/](http://www.prefiraorganicos.com.br/)), que também é muito completo em termos de informações sobre os produtos e sobre o preparo de receitas; o Portal Orgânico ([www.portalorganico.com.br/](http://www.portalorganico.com.br/)) que segue esta mesma linha de informações consistentes, variadas e completas, incluindo informações aos produtores (preparo de insumos etc.) e aos consumidores (aquisição e preparo dos produtos), além de matérias e entrevistas sobre temas políticos importantes que se relacionam com a sustentabilidade e a alimentação saudável, com críticas aos transgênicos e agrotóxicos.

Dois outros *sites* que citamos como exemplo, são de empresas que comercializam orgânicos e outros produtos naturais: Native<sup>7</sup> e Mãe Terra<sup>8</sup>. Este *sites* se destacam pela incorporação de publicidade na página inicial, com imagens de animais silvestres (aves, lobos, onças) e de cestas de produtos dispostos em arranjos que remetem a uma ideia de produto natural – arranjos em cestas de vime e caixotes de madeira. Também ressaltam

---

<sup>6</sup> Fonte: <http://blogs.estadao.com.br/alimentos-organicos/>.

<sup>7</sup> Fonte: [www.nativealimentos.com.br](http://www.nativealimentos.com.br).

<sup>8</sup> Fonte: [www.maeterra.com.br](http://www.maeterra.com.br).

a diversidade de produtos que estão à disposição do consumidor, incluindo, álcool orgânico, detergentes etc.

Os produtos da “Native Produtos da Natureza” são certificados pelo IBD e pela Eco-Cert, e tem participação também no mercado de exportações. Uma parte dos produtos da “Mãe Terra – Natural de Verdade” é certificada pelo IBD, outra parte é comercializada como produto natural, sem certificação.

## 2) Revista de circulação local

### a) Revista veja BH

Traz um guia com 10 restaurantes naturais, ambos localizados em bairros da capital onde também temos os principais pontos de venda dos produtos orgânicos:

<b>Restaurante</b>	<b>Proposta / mensagem</b>	<b>Bairro</b>
Alegria	“Oferecer bem-estar e equilíbrio entre corpo e mente”.	Savassi
Bem Natural	Oferece alimentação saudável com pratos fixos a cada dia: peixes, frangos, proteínas vegetais e saladas variadas.	Mangabeiras / Centro / Savassi
DELI Fresh Food	Segue a linha de alimentação natural, com saladas variadas, peixes e sucos.	Savassi
Bistrô Natural	Trabalha com pratos macrobióticos e naturais	Centro
Kahlúa Light	Restaurante com refeições leves e rápidas. “O restaurante trabalha com propósito de ser um ponto de referência em alimentação natural, vegetariana e macrobiótica”.	Savassi
Mandala	Restaurante com refeições macrobióticas.	Savassi
Natural Light	Oferece vinte tipos de saladas no menu, “trata-se de uma boa opção para quem quer fazer uma refeição saudável.	Santo Agostinho
Naturalmente	Trabalha com sistema de bufê de alimentos naturais. “Todas as verduras são orgânicas e as massas e cereais, integrais”.	Centro
Projeto Sabor	Oferece refeições do tipo self-service, “monte seu prato”.	São Bento
Verde Folhas	Localizado em uma área de proteção ambiental, com duas cachoeiras, nove nascentes e uma imensa mata nativa, o restaurante trabalha com comidas naturais e promove esportes e trilhas pela região. “Todas as saladas e frutas são elaboradas com ingredientes orgânicos, colhidos no próprio local”.	Brumadinho

Quadro 17 – Informações captadas a partir do *site* da revista Veja BH, em 02 de abril de 2014.  
Fonte: <http://vejabh.abril.com.br/>.

## 3) Noticiário de TV

As informações veiculadas na TV foram captadas a partir do jornal “MG TV Primeira Edição” que é transmitido por volta do meio dia. Diferente dos demais veículos, que não apresentam um rotina de reportagens sobre alimentação, este jornal veicula ao menos três vezes por semana alguma informação sobre este assunto, sempre com a

participação de especialistas. No entanto, tais informações podem ser classificadas em dois tipos: informações gerais sobre o preparo de alimentos, alguns relacionados com datas comemorativas – os profissionais que mais participam nestas reportagens são geralmente *chefs* de cozinha; informações sobre alimentação saudável ou cuidados com a conservação e consumo de alimentos – para estes assuntos, é mais recorrente a presença de especialistas, principalmente da área de nutrição.

A seguir, um quadro-resumo com as observações referentes ao período de um mês, entre 03 de março e 02 de abril:

<b>Data</b>	<b>Profissional</b>	<b>Assuntos</b>
03/03	Nutricionista:	Cuidados com alimentação na rua (risco de contaminação).
04/03	Engo. de alimentos	Como acondicionar alimentos na geladeira.
08/03	Nutricionista	Alimentação vegetariana comércio de alimentos saudáveis, <i>delivery</i> de refeições feitas com alimentos orgânicos.
10/03	<i>Cheff</i> de cozinha	Ensina a receita de sobremesa saudável.
12/03	Nutricionista	Inclusão de grãos e cereais na dieta diária, benefícios para a saúde.
13/03	<i>Cheff</i> de cozinha	Confecção de doces à base de pasta de açúcar.
14/04	<i>Cheff</i> de cozinha	Como preparar a tradicional feijoada.
15/04	Veterinária	Alimentação de animais de estimação.
17/03	Fitoterapeuta	Plantas medicinais que podem ser cultivadas dentro de casa.
18/03	Nutricionista	Ensina como evitar os doces tradicionais, substituindo-os por frutas.
18/03	Nutricionista	Informa sobre como o excesso de proteína pode causar problemas de saúde.
20/03	<i>Cheff</i> de cozinha	Técnicas que dão mais sabor ao frango, como desossar o frango.
21/03	Nutricionista	Crudivorismo de peixes frescos, algas e vegetais – aumenta a absorção de nutrientes.
25/03	Médica	Pressa na hora das refeições pode prejudicar a saúde, a importância da mastigação.
26/03	Nutricionista	Alimentos integrais ajudam na digestão e no emagrecimento.
27/03	<i>Cheff</i> de cozinha	Como fazer quadradinhos de chocolate para festas.
29/03	Nutricionista	A importância dos minerais para as dietas, consumo de vegetais.
01/04	Nutricionista	Dicas para fazer sucos com polpas e como congelar.
02/04	<i>Cheff</i> de cozinha	Preparo de uma torta mineira de abobrinha com polenta recheada de carne moída.

Quadro 18 - Informações captadas a partir do MGTV Primeira Edição, entre 03/03 e 02/04 de 2014. Fonte: <http://globo.com/rede-globo/mgtv-1a-edicao>.

Como é possível observar, com exceção do Blog do Estadão, que é dedicado exclusivamente aos orgânicos, não há entre os demais meios a publicação sistemática de informações. Entretanto, ao incluí-los no rol de assuntos gerais sobre alimentação saudável, pode-se denotar que isso tenha alguma influência na imediata identificação deste produtos como ícones da alimentação saudável. Isso é perceptível na descrição dos restaurantes especializados em alimentação natural, aparece em algumas reportagens e encontra sustentação nos argumentos de especialistas. Além disso, como uma observação geral, percebe-se que os discursos expressam uma mescla de medicalização do hábito alimentar, além de uma indicação do que aquilo que define as práticas do “comer bem”

estão associadas com uma adesão aos conselhos de *experts* ou com uma ideia de que o alimento natural é intrinsecamente um alimento saudável.

Temos, por meio destas observações, informações que permitem afirmar que o mercado desenha estratégias para fazer o produto “falar ao consumidor”, e isso se dá pelo recurso a variados instrumentos de prescrição e *marketing*. Este momento também expressa o encontro entre duas formas distintas de qualidade, a qualidade do consumidor (ou como o mercado lida com as características e preferências do público a ser atendido, ou ainda, como o mercado forma o seu público consumidor) e a qualidade do produto (o que será efetivamente oferecido a esse público).

## CONCLUSÕES

A Nova Sociologia Econômica nos forneceu instrumentos que trouxeram à tona a estrutura social de um mercado específico, com suas regras e dispositivos de coordenação, ambos construídos num ambiente de disputas. A abordagem focou o funcionamento das instituições que dão forma a essa atividade mercantil e, com isso, pudemos verificar como, no nível local, são acionados o *standard* de qualidade e os concomitantes processos de aprendizagem em relação ao manejo das tecnologias de produção orgânica. A imposição de padrões de qualidade para os produtos orgânicos no Brasil, como ocorre em outras partes do mundo, segue um projeto de institucionalização de uma dada concepção de controle, aqui definida como o conjunto de entendimentos que estruturam percepções sobre o mercado. Portanto, no campo de construção e aplicação das leis, ocorrem as disputas pela definição e imposição desta concepção de controle e, como afirma Fligstein, “tais leis nunca são neutras, pois favorecem certos grupos de empresas” (2001, p. 32). Com base nisso, o *standard* de qualidade é aqui entendido como uma concepção de controle, essencialmente por ter na sua base uma construção política.

Em relação à nossa primeira questão de pesquisa, a história de constituição da concepção de controle para o mercado de orgânicos nos mostrou o quanto o debate, que precedeu a introdução das normas, foi impulsionado pelos setores da sociedade civil que atuavam na produção orgânica ou nos movimentos sociais de agroecologia. Com a entrada do Estado neste assunto, institucionalizou-se um espaço para o debate aberto ao confronto de ideologias e visões divergentes sobre o que vem a ser o produto orgânico e como reconhecer e valorizar o espaço do produtor.

Neste sentido, na periodização que organizamos para estudar a construção da regulamentação, encontramos, na primeira fase, uma esfera política polarizada disputando uma concepção de controle, sem que existisse ainda um marco regulatório. Na segunda fase, que compreende o período de implantação de uma lei específica, em 2003, a sua regulamentação 4 anos depois, e os desdobramentos seguintes, tem-se uma melhora significativa no ambiente institucional, como foi demonstrado pelo número de documentos e normas, porém, com um aumento na pressão dos movimentos de agroecologia por maior atenção ao pequeno agricultor. Estas reivindicações, bem como o incremento da regulamentação, o crescimento do mercado para estes produtos e o foco

da legislação nos critérios técnicos da produção orgânica, levam a uma nova fase do processo. Nesta terceira fase, a partir do ano 2012, o novo desafio diz respeito a como integrar as múltiplas perspectivas de forma que isso venha a melhorar, simultaneamente, o quadro normativo e a coordenação do mercado pelos atores econômicos e governamentais.

Por meio da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO, 2012), o Estado aciona então dois mecanismos de gestão, um de natureza técnica (a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica), e um de natureza política (a Comissão Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica). Trata-se de dois vetores de coordenação que têm a finalidade de ampliar a ação do governo, primeiro, em relação a articulação interna das iniciativas dos diversos ministérios e, segundo, em relação à articulação dos governos estaduais e municipais para melhorar os mecanismos de acompanhamento e fiscalização. Para um refinamento das ações desta política, propõe-se também o aumento dos investimento em pesquisa e formação e capacitação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Este aspecto do investimento em ATER passa a ser visto como uma ação estratégica capital para o desenvolvimento de novas práticas e é resultante de reivindicações dos representantes da sociedade civil (movimentos de agroecologia e produtores orgânicos).

Este momento da regulação foi acompanhado de dois movimentos importantes para a consolidação do *standard* de qualidade, um político e um intelectual. O movimento político foi essencialmente conformado por setores ligados à produção orgânica que atendiam ao varejo e movimentos rurais ligados à agroecologia, como uma identidade coletiva. O movimento intelectual ocorreu impulsionado pela busca de formação (inclusive com alguns pesquisadores indo ao exterior), da constituição de centros de pesquisas e da oferta de disciplinas sobre agroecologia em diversos cursos de graduação em instituições públicas do país. Este movimento, formado por pesquisadores de diversas áreas acadêmicas, configurou um quadro propício para a irradiação de ideias e ofereceu importante contribuição no que se refere aos conceitos incorporados nas normas.

O estudo de um mercado específico permitiu explicar como os atores no nível local se apropriam do *standard* de qualidade e como se organizam e se inserem no mercado. Para isso, apresentamos uma contribuição empírica a partir do mercado construído na RMBH. Nesta etapa da pesquisa, foi possível demonstrar como uma parte do mercado se organiza induzido por iniciativas de atores externos, principalmente do Estado, por meio da ação didática do serviço de extensão rural como um dos principais

vetores de mobilização local. Como mostrou Fligstein (2001a; 2001) a presença do estado é fundamental como um mecanismo de estabilização do mercado e, quando se trata de organizar um novo campo, a presença de atores com habilidade social (Fligstein, 2007) é uma questão-chave. Isso é perceptível no caso de Capim Branco com a ação local dos extensionistas, cuja mediação favorece o acesso às informações essenciais para a organização dos produtores e funcionamento do mercado de produção. Naquela localidade, observamos que o ponto de ruptura com um modelo anterior de agricultura que entrou em declínio – a cultura do alho – foi acompanhado pela extensão rural e, como possibilidade de introdução de uma nova atividade, a agricultura orgânica fora apresentada aos produtores e introduzida como alternativa.<sup>1</sup>

A estrutura constituída em Capim Branco apresenta duas características: encontramos um produtor com alto nível de independência em relação ao sistema social local; e um grupo de produtores altamente dependentes de políticas de incentivo e da extensão rural. Tais políticas são: no nível municipal, as feiras organizadas e gerenciadas pela prefeitura de Belo Horizonte e a infraestrutura oferecida pela prefeitura de Capim Branco (tratores agrícolas, melhoria das estradas rurais e manutenção do escritório da Emater-MG); no nível estadual, os serviços de extensão, apoio técnico e redução dos custos de certificação por meio da criação de uma empresa pública para prestar este serviço; e, no nível Federal, basicamente através dos recursos disponibilizados pelas vendas no mercado institucional (PAA) e recursos do programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que disponibilizou recursos para uma unidade produtiva que, no entanto, pode configurar a abertura de acesso aos demais produtores.

A perspectiva mais influente, que defende a agroecologia e produção orgânica como uma prática tradicional, pode, por ora, ser colocada em questão para o caso de Capim Branco, por várias razões, dentre outras, pelo fato de que ali não temos as experiências precedentes relacionadas com movimentos sociais, tampouco temos ação coletiva enquanto uma aposta focada nas visões de mundo da agroecologia. Temos, isso sim, um grupo de 33 produtores organizados em torno de um processo produtivo que se define pelo uso de técnicas tradicionais, porém, não interditando a possibilidade de melhoramentos tecnológicos que venham a favorecer a produção, e o que nomeiam de agroecologia é tão somente uma técnica de produção orgânica.

---

<sup>1</sup> Em outro contexto, Garcia-Parpet (2003) encontrou uma evidência semelhante ao analisar a participação de um técnico da câmara de agricultura local na organização do mercado de morangos em *Fontaines-en-Sologne*, na França (conforme foi comentado no capítulo I).



É possível afirmar, portanto, que as práticas locais são tradicionais na medida em que remetem a um modo de produzir que é incorporado no *standard* de qualidade, no entanto, por si só tais práticas não teriam a capacidade de sustentar os empreendimentos nos níveis observados. Há, naquele município, a história de um processo de aprendizado que começa com a vivência de um momento de crise na cultura do alho e se desenvolve com a perspectiva da produção orgânica como uma alternativa econômica, confirmando o pressuposto de Fligstein (2001), onde, no momento de crise, o mercado busca soluções criativas para estabilizar a concepção de controle ou simplesmente a substitui por outra. Por isso, é possível ver ali traços que podem sugerir a troca de uma concepção de controle focada na maximização da produção, e predatória (do ponto de vista do cuidado com o solo e o meio ambiente), por outra que exige um novo processo de aprendizado em relação à integração do saber tradicional com novas tecnologias produtivas, ou ainda, uma concepção de controle formada em valores e visões de mundo que são parte daquilo que define a qualidade dos produtos. Neste aspecto, como foi possível demonstrar pela análise das redes, há uma forte dependência em relação a dois agricultores com perfil mais proeminente, mais expansivos e populares, e também em relação ao agente de extensão rural, indicando mais transferência do que aprendizado coletivo – e, de certo modo, condições mais favoráveis a um processo de substituição de tecnologias produtivas.

Considerando a produção orgânica como um modo tradicional de produzir, baseada no manejo do solo com poucos recursos de mecanização e baixo uso de insumos externos – ou ainda, e nos termos de Guzmán (2003), como uma “consorciação de saberes” – o termo *tradicional* pode, enfim, ser discutido a partir de duas perspectivas observadas entre os produtores de Capim Branco.

Primeiro, os produtores em transição (16 produtores) são produtores tradicionais, posto que utilizam pouco ou quase nenhum insumo agroquímico, mas com limites de informação, pela baixa escolaridade e pouco acesso às tecnologias de informação (o que impacta a forma de gerenciar uma futura produção orgânica). Na distribuição, dado que não podem comercializar seus produtos como orgânicos, alguns destes produtores recorrem frequentemente à venda direta (porta a porta) em Capim Branco e em Sete Lagoas, outros negociam com intermediários para a distribuição em sacolões da região ao para a Ceasa. No que se refere ao estilo de vida no campo, apresentam pouca fragmentação entre a forma de produzir e o modo de vida, algo que é denotado pela integração da unidade de produção e residência da família.

Segundo, os produtores que comercializam nas feiras de Belo Horizonte, com garantia por meio do controle social (17 produtores), são também tradicionais no que se refere à observância a este modo de produzir, uma vez que esta é a principal característica técnica deste sistema, porém, se mostram mais abertos à introdução de novas tecnologias, têm maior nível de escolaridade e capacidade de investimento na produção. Na distribuição, a ausência de intermediários é uma questão-chave, posto que, ao eliminar a figura do atravessador, as relações de trabalho e os contratos de produção são controlados pela própria unidade produtiva e, ao mesmo tempo, cria-se também o ambiente propício para a interação do produtor com o consumidor. Estes produtores vêm à capital ao menos duas vezes por semana, pela ocasião da comercialização, e é possível observar entre estes maior apropriação das tecnologias de informação.

No que se refere à distribuição, o mercado está organizado de duas formas: a venda por meio dos supermercados e lojas especializadas, com maior nível de autonomia dos agentes, por um lado e, por outro lado, a venda nas feiras, onde temos maior coordenação do estado, em todos os sentidos, criando e monitorando o mercado. Nas feiras, a seleção dos produtores é realizada pela Prefeitura de Belo Horizonte, através de edital da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMASAN). Os produtores habilitados recebem a licença para comercializar num local previamente determinado, devem usar uma barraca padronizada com a logomarca da prefeitura, além da obrigatoriedade de uso de um cartaz de divulgação dos produtos e da exposição do certificado de garantia por controle social (que é emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). A formação dos preços também é conduzida pela SMASAN, consistindo do cálculo da média de preços praticados no mercado convencional (captados a partir da Ceasa), com um acréscimo de aproximadamente 30% como prêmio pelas características da produção orgânica em relação à sustentabilidade. As nove feiras são mantidas por produtores de Capim Branco e a garantia dos produtos é controlada pela Organização de Controle Social (OCS-Asprocam).

A OCS de Capim Branco é uma organização informal, sem uma estrutura de liderança. Há regras construídas pelo grupo através de um regulamento que versa sobre as formas de decisão e aplicação dos protocolos de manejo. Há uma rotina de reuniões realizadas alternadamente em cada unidade produtiva e cuja organização (preparação de material informativo e chamamento para os encontros), é feita corriqueiramente pelo extensionista local. Em cada encontro os produtores recebem um formulário para verificação da unidade visitada, no qual devem anotar suas observações sobre: aquisição

de insumos; meio ambiente (a partir da observação sobre como está sendo feito o manejo); análise do solo (a partir de conversa com o produtor); rotação de cultura e consórcio; uso de adubo verde; práticas de conservação do solo; irrigação e fonte de água; manejo das pragas e doenças; compostagem (quais as principais fontes de matéria orgânica utilizadas e se estão de acordo com as normas técnicas); planejamento da produção (verifica se o produtor está dentro do cronograma apresentado à OCS); outros comentários; pontos positivos e negativos. O controle social é exercido basicamente a partir destas observações dos produtores e das eventuais visitas de consumidores às unidades produtiva, exercendo o direito de rastreabilidade, como parte do controle social.

Quanto ao consumo, dados os altos preços, se comparados com as FLVs convencionais, o mercado de orgânicos na Grande BH continua a ser um mercado de um público minoritário, com alto poder de compra. Este público está, portanto, dentro do perfil procurado pelo mercado: pessoas, principalmente mulheres, com alta renda e alta escolaridade. Por tal razão, os principais pontos de venda estão localizados em setores da cidade onde este consumidor é mais seguramente encontrado e, em contrapartida, não observamos nenhum caso de venda destes produtos em bairros de menor poder aquisitivo. Por conseguinte, como resultado da explanação da pesquisa, é possível destacar duas variáveis que descrevem a panóplia do consumidor de orgânicos em Belo Horizonte: baixa preocupação com o preço dos produtos e alta preocupação com a qualidade dos mesmos – por não usar agrotóxico, ter mais sabor, ter maior durabilidade e serem mais saudáveis. O aspecto da comercialização para populações de baixa renda é apresentado como uma preocupação dos movimentos urbanos de agroecologia que, por serem ainda incipientes, não foram objeto de estudo nesta tese. Quanto a isso, julgamos oportuno deixar uma questão em aberto, para futuras investigações, quanto à vinculação destes movimentos urbanos com propostas de apropriação do hábito de consumir produtos orgânicos pelas camadas de baixa renda, por meio de produção própria ou compartilhada, ou ainda pela venda a baixo custo.

Na análise dos meios de informação, que nomeamos de prescritores de consumo, vemos a ação destes prescritores ressaltando as qualidade dos produtos e, com isso, formando consumidores. Estes prescritores são mediadores da relação mercantil, sua tarefa consiste em apresentar um conjunto de informações adicionais ao consumidor. No que concerne à prática alimentar, o seu discurso é frequentemente pautado na orientação e estímulo à adoção de hábitos saudáveis, invocando conhecimentos desenvolvidos no âmbito das ciências nutricionais e médicas. Para a disseminação destas informações, os

principais meios são a *internet*, blogs e seções de saúde de jornais, além de revistas especializadas.

A tendência de medicalização da dieta, apontada na análise de alguns destes meios de informação, está inserida num amplo movimento de difusão de novos padrões alimentares que, ao mesmo tempo, promove uma reclassificação simbólica do alimento, introduzindo limites entre aqueles que adotam um estilo de vida “natural” e aqueles com hábitos menos saudáveis e, neste sentido, “mundanos”. Como é discutido por Giddens (1993), isto está relacionado com a disseminação de discursos com potencial para reestruturar a atividade social e que são incorporados na forma de ação adotadas pelos indivíduos e grupos. Assim, os conceitos e preceitos que circulam por estes meios de informação são construídos em torno de um ideal que unifica estética e saúde e, neste sentido, o cuidado com a alimentação é uma forma de cuidado com a saúde e com o corpo.

Este estudo, que teve a pretensão de esmiuçar os processos de construção social de um mercado específico, pôs em evidência a mão visível das instâncias de regulação e coordenação das burocracias públicas: no nível federal, o gabinete da Presidência da República (através da sua secretaria geral), ministérios, universidades e centros de pesquisa; no nível estadual, as empresas de assistência técnica e extensão rural (Emater-MG) e a certificadora vinculada ao Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), esta, com o propósito de reduzir os custos de certificação; no nível municipal, as prefeituras de Capim Branco e de Belo Horizonte, oferecendo infraestrutura local, além da organização, controle e credenciamento dos produtores para o acesso ao mercado. Em resumo, temos que o mercado de alimentos orgânicos na RMBH, mesmo que ainda incipiente, conta com mecanismos de regulação consolidados, mas, no qual, o produtor é altamente dependente da ação direta de agentes públicos.

Algumas questões adicionais, que não foram objeto de análise neste trabalho, figuram aqui como indicativos para pesquisas futuras: a análise da rede de pesquisadores poderá, em outro momento, ser objeto de um estudo que permita clarear onde estão atualmente estes atores, o que têm publicado, e como contribuem para a constituição do campo de pesquisas em agroecologia; da mesma forma, um estudo sobre os movimentos de agroecologia urbana pode trazer alguma contribuição a este tema do mercado se, considerando as possibilidades aqui discutidas, for desenvolvido como um contraponto à atual tendência de concentração da oferta; no caso dos produtores de Capim Branco, serão necessários estudos comparativos, de nível local, em outras capitais no Brasil, levando

em conta a implementação e apropriação do *standard* de qualidade definido no marco regulatório, para entender os processos e as tendências do mercado de orgânicos.

Enfim, este trabalho localiza onde está a maior concentração de produtores e de consumidores de alimentos orgânicos na RMBH e mostra a construção da concepção de controle em escala nacional e sua apropriação por estes atores locais. Há um leque de outras possibilidades de análise e, por isso, acreditamos que serão contribuições importantes, inclusive para aqueles que pretendam ampliar sua visão sobre as potencialidades e limites deste mercado.

## **ANEXOS**

### **- QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS:**

- 1 – PESQUISA COM PRODUTORES**
- 2 – QUESTIONÁRIO PARA ARS**
- 3 - PESQUISA COM CONSUMIDORES**
- 4 – LISTA DE ENTREVISTADOS**

# 1 – PRODUTORES DE CAPIM BRANCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

Roteiro para observação em Unidades Produtivas

Djalma Eudes dos Santos (PPGS/UMFG)

Orientação: Silvio S. Salej Higgins (PPGS/UMFG)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013

I – Caracterização do produtor											
(1) Nome								(2) Idade			
(3) Escolaridade								(4) Sexo			
II – Caracterização da propriedade											
Escrever:	(5) Nome da propriedade e ponto onde se localiza	(6) Área total:	(7) Quantidade de Trabalhadores	Tipo		Qt.					
		Área Produtiva:		Assalariado							
		Reside na área ( ) sim ( ) não		Familiar							
				Esposa							
				Filhos							
			Parentes								
(8) Proprietário	Tempo que é proprietário	Em anos:									
	De onde veio?										
	Por quê?										
(8) Na produção orgânica	Produce orgânicos ou no sistema agroecológico?	Sim		Não		Tempo					
	Como é garantida a sua produção orgânica?						OCS				
							SPG				
							AUDITORIA				
	Utiliza defesa ou barreira natural para isolar a área?						Sim		Não		
	Usa adubos ou insumos orgânicos?						Sim		Não		
	Utiliza o sistema de plantio por integração e diversificação das espécies?						Sim		Não		
Qual a fonte de água do plantio?											
III - Caracterização da produção											
(9) Por que produz orgânicos?											
(10) Área utilizada para produção orgânica	Total		Parcial		Outro						
(11) Produção principal	FLVs		Pecuária		Outro/especificar						
(12) Produção certificada?	Sim		Não		Em conversão		Obs.:				
(13) Principal forma de venda	V. Direta		Merenda		Outra / especificar						
(14) Principal forma de aquisição de insumos	Produce		Compra individual		Compra coletiva		De quem?				
ANÁLISE DE CUSTOS											
(15) Custos de produção	Custos fixos (A)	Impostos									
		Crédito									
		Juros									
		Prestações									
		Seguro									
		Alugueis									
	Outros										
	Custos variáveis (B)	Manutenção de maquinário									
		Sementes									
		Adubos e outros insumos									

		<i>Despesas administrativas</i>	
		<i>Outros</i>	
A produção mantém algum controle contábil?	<i>Técnica</i> ( )	<i>Informal</i> ( )	Obs.:

ANÁLISE DE RENDIMENTOS			
(16) Volume da produção	<i>Semanal:</i>	<i>Mensal:</i>	
(17) Preços praticados	<i>Venda Direta</i>		
	<i>Varejo</i>		
	<i>Governo</i>		

IV – Participação em atividades sociais			
(18) Participa de alguma dessas organizações?	<i>OCS</i>	<i>Sindicato</i>	<i>Outra / especificar</i>
(19) Participa em algum conselho ou outro órgão consultivo do poder público municipal?	<i>Sim / especificar:</i>		<i>Não</i>
(20) Participa de cursos / treinamentos oferecidos pela Emater ou outro órgão?	<i>Sim / especificar:</i>		<i>Não</i>

V – Avaliação / Percepção das ações da Emater (Respostas S-sim e N-não).	
(21) Está satisfeito	Obs.:
(22) É sempre atendido?	Obs.:
(23) Não está satisfeito	Obs.:
(24) Não atendem mesmo mediante solicitação	Obs.:
(25) Não trabalha individual, só com grupo.	Obs.:
(26) A visita técnica orienta sobre a agroecologia?	Obs.:
(27) Se sente esclarecido pelas visitas?	Obs.:
(28) Há orientação sobre outras formas de produção?	Obs.:

VI – Avaliação / Percepção das ações da Prefeitura (baseado em ASSIS e ROMEIRO, 2005) Resp. S-sim e N-não.	
(29) Não ajuda	Obs.:
(30) Auxilia na aquisição de sementes	Obs.:
(31) Auxilia com aluguel subsidiado de máquinas	Obs.:
(32) Faz manutenção das estradas rurais	Obs.:
(33) Esclarecendo sobre o crédito agrícola e agiliza a documentação	Obs.:
(34) Auxilia com assistência técnica na linha agroecológica	Obs.:
(35) Viabiliza canais alternativos de comercialização da produção	Obs.:

VII – Avaliação / Percepção do crédito agrícola (baseado em ASSIS e ROMEIRO, 2005) Resp. S-sim e N-não.	
(36) Sempre utilizou sem problemas	Obs.:
(37) Não utiliza por considerar o risco muito elevado (taxa de juros, etc.)	Obs.:
(38) Não usa ou deixou de usar por causa das exigências	Obs.:
(39) Utiliza o Pronaf.	Obs.:
(40) Recurso financeiro sai atrasado, não respeitando o tempo da agricultura.	Obs.:
(41) Perdeu crédito devido a problema em financiamento anterior	Obs.:
(42) É melhor usar recurso próprio, o que é possível com produtos orgânicos	Obs.:

VIII – Avaliação econômica do empreendimento	
(43) Considera produção orgânica é mais rentável que a convencional?	Por quê:
(44) Possui um plano de negócios?	Obs.:
(45) Considerando o Salário Mínimo Nacional (R\$ 678,00) em quantos salários é estimada sua renda mensal?	Resposta opcional:
(46) com a renda obtida, na forma de remuneração da produção, é utilizada em melhorias (residência, mobiliário, eletrodomésticos, automóvel, lazer, formação)?	Resposta opcional:



## 2 – QUESTIONÁRIO PARA ARS

### GERADOR DE NOMES

- 1 - *Aqui está uma lista com os nomes dos produtores de orgânicos e aqueles em transição. Nos últimos seis meses, com quais destas pessoas você conversou para trocar informação ou conselho sobre a produção orgânica em geral? Por que escolhe estas pessoas?*
- 2 – *Nesta lista com os nomes dos produtores de orgânicos e aqueles em transição com os quais deles você fez alguma troca de trabalho, de ferramentas (empréstimos) ou outros recursos? Por qual razão você procurou essas pessoas?*
- 3 - *Dentre as pessoas desta lista, com quais delas você tem mais contato social fora das atividades de produção (esteve em alguma atividade social, como, por exemplo, aniversário, casamento, ou outro tipo de confraternização)?*

### Orientações iniciais (explicar ao respondente)

- esta é uma pesquisa desenvolvida pela UFMG para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e tem como objetivo conhecer melhor o mercado de alimentos orgânicos no município de Belo Horizonte.

- As respostas são livres, sinta-se à vontade para emitir sua opinião.

- Agradecemos a colaboração.

### Consumo de produtos orgânicos

**p1** - Com que frequência você consome produtos orgânicos / (sem agrotóxicos): sempre, às vezes, raramente ou nunca?

1 – Sempre      3 – Raramente  
2 – Às vezes    4 – Nunca (**ENCERRAR**)     

**P1a** – Quais produtos orgânicos você comprou:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**p2** - Há quanto tempo em média você consome produtos orgânicos? Em anos, por favor?

Anotar direto no quadro      =====>     

1 – Menos de um ano  
2 – Entre um ano e três anos  
3 – Entre três anos e cinco anos        
4 – Há mais de cinco anos

**p3** - Vou citar alguns lugares onde normalmente podemos encontrar produtos orgânicos. Para cada um deles, gostaria que me dissesse se você compra produtos orgânicos nele, sempre, às vezes, raramente ou nunca.

1 – Sempre      3 - Raramente  
2 – Às vezes    4 - Nunca

**A** – Nos supermercados        
**B** – Nas feiras        
**C** – Em lojas específicas        
**D** – Pela Internet     

### Conhecimento sobre produtos orgânicos

**p4** – Agora, para as perguntas que eu fizer, gostaria que você respondesse sim ou não para cada uma delas.

1 – Sim      2 - Não

- A** De uma maneira geral, você se considera bem informado para escolher entre alimentos orgânicos ou convencionais?
- B** Você sabia que existe uma lei que controla e orienta a produção de alimentos orgânicos?
- C** Você sabia que os produtos orgânicos devem ter uma etiqueta com informações da origem deles?
- D** Você sabia que os produtos orgânicos embalados devem conter um selo de qualidade?

### Percepções sobre produtos orgânicos

**p5** - Vou dizer algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda totalmente, concorda, nem concorda nem discorda, discorda ou discorda totalmente com cada uma delas. Por favor, utilize este **anexo** para lhe ajudar.

1 – Concordo totalmente      4 – Discordo  
2 – Concordo      5 – Discordo totalmente  
3 – Nem concordo nem discordo

<b>A</b>	O produto orgânico é mais saudável do que o convencional	<input type="checkbox"/>
<b>B</b>	O produto orgânico é um produto sem agrotóxicos	<input type="checkbox"/>
<b>C</b>	O produto orgânico tem a mesma qualidade nas feiras e nos supermercados	<input type="checkbox"/>
<b>D</b>	O produto orgânico tem mais sabor do que o convencional	<input type="checkbox"/>
<b>E</b>	O produto orgânico é mais saudável porque é produzido de forma natural	<input type="checkbox"/>
<b>F</b>	Compro produto orgânico por causa da sua qualidade, independentemente do preço.	<input type="checkbox"/>
<b>G</b>	As informações contidas nas embalagens de produtos orgânicos são claras e ajudam a escolher.	<input type="checkbox"/>
<b>H</b>	As feiras oferecem mais confiança, pois é possível conversar com o produtor.	<input type="checkbox"/>
<b>I</b>	Conheço a origem dos produtos que estou comprando	<input type="checkbox"/>
<b>J</b>	Leio os rótulos e confirmo se o produto é certificado com o selo oficial	<input type="checkbox"/>
<b>K</b>	Prefiro pagar mais por um produto que não agride o meio ambiente.	<input type="checkbox"/>



#### 4 – LISTA DE ENTREVISTADOS

NOME	FUNÇÃO	LOCAL
Adenilson de Freitas	extensionista do escritório local da EMATER / Capim Branco	Capim Branco
Raul Machado	extensionista da EMATER na SMA SAN / PBH	Belo Horizonte
Sebastião Carlos	Gerente de apoio a produção e comercialização SMA SAN / PBH	Belo Horizonte
Ademir	Produtor em transição	Comunidade Matos / Capim Branco
Aelton	Produtor em transição	Comunidade Matos / Capim Branco
Aguinaldo	Produtor em transição	Comunidade Matos / Capim Branco
Bolívar	Produtor em transição	Sítio do Moinho / Capim Branco
Elias	Produtor em transição	Comunidade Furquilha / Capim Branco
Enio	Produtor em transição	Comunidade Mato de Cima / Capim Branco
Francisco	Produtor em transição	Comunidade Boa Vista / Capim Branco
Geraldo	Produtor em transição	Comunidade Matos / Capim Branco
Helio	Produtor em transição	Comunidade Matos / Capim Branco
Machado	Produtor em transição	Comunidade Boa Vista / Capim Branco
Marcio	Produtor em transição	Comunidade Furquilha / Capim Branco
Nicodemus	Produtor em transição	Comunidade Boa Vista / Capim Branco
Randolfo	Produtor em transição	Comunidade da Barra / Capim Branco
Renato	Produtor em transição	Comunidade Matos / Capim Branco
Rogério	Produtor em transição	Comunidade Matos / Capim Branco
Vanderli	Produtor em transição	Comunidade Gameleira / Capim Branco
Carlos Eduardo	Produtor orgânico	Município de Matozinhos
Claudia	Produtor orgânico	Comunidade Várzea Do Açude / Capim Branco
Eduardo	Produtor orgânico	Várzea do Açude / Capim Branco
Edvan	Produtor orgânico	Comunidade Furquilha / Capim Branco
Elisania	Produtor orgânico	Comunidade Furquilha / Capim Branco
Imaculada	Produtor orgânico	Comunidade Barbosa / Capim Branco
Ivan	Produtor orgânico	Comunidade Boa Vista / Capim Branco
Jales	Produtor orgânico	Comunidade Boa Vista / Capim Branco
Jane	Produtor orgânico	Comunidade Boa Vista / Capim Branco
Jessica	Produtor orgânico	Comunidade Boa Vista / Capim Branco
Jonatas	Produtor orgânico	Comunidade Boa Vista / Capim Branco
Jordania	Produtor orgânico	Comunidade Boa Vista / Capim Branco
Lucas	Produtor orgânico	Município de Matozinhos
Marconi	Produtor orgânico	Comunidade Boa Vista / Capim Branco
Mariana	Produtor orgânico	Comunidade Barbosa / Capim Branco
Nilo	Produtor orgânico	Comunidade Barbosa / Capim Branco
Toninho	Produtor orgânico	Comunidade Gameleira / Capim Branco
Marcos	Fito Alimentos	Capim Branco
Alexandre Henrique	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá	Recife/PE
Maraia Veronica	Sec. Exec. do Mov. da Mulher Trabalhadora Rural do NE	Recife/PE
Maria Generosa	UNICAFES - Un. Nac. de Coop. da Agric. Familiar e Econ. Solidária	Rio de Janeiro
Sara Deolinda	Assessora da Secretaria de Mulheres da Contag	Brasília -DF

## BIBLIOGRAFIA

- Acheson, James (1994). *Anthropology and Institutional Economics*. Maryland: SEA – Monographs in Economic Anthropology, n°. 12.
- Alrøe, H.F; Noe, E. (2010). Quality, Coherence and Co-operation: A Framework for Studying the Mediation of Qualities in Food Networks and Collective Marketing Strategies. *Int. J. of Soc. of Agr. & Food*, Vol. 18, No. 1, pp. 12–27.
- Altieri, Miguel (2013). III Encontro Internacional de Agroecologia. Botucatu: UNESP, 31 de julho a 03 de agosto de 2013.
- Altieri, Miguel (2012). *Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável* (trad. Rosa L. Peralta). São Paulo e Rio de Janeiro: Expressão Popular e AS-PTA.
- Altieri M.; Nicholls, C.I. (2013). Agroecologia y resiliencia al cambio climático: principios y consideraciones metodológicas. *Agroecología* 8 (1): 7-20.
- Altieri, M.; Nicholls, C. (2003). Agroecologia: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. *Ciência & Ambiente*, n°. 27, julho/dezembro.
- Altmann, R. (1997). *A agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores*. Florianópolis: [s.n.].
- Avelar, E. A.; Reis, R. P.; Souza, A. A. (2012). Análise do Consumidor de Alimentos Orgânicos de Belo Horizonte. Rio de Janeiro: *XXXVI Encontro da ANPAD*, 22 a 26 de setembro.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, LDA.
- Batalha, M. O.; Buainain, A. M. (2007). *Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos*. Brasília: IICA, MAPA/SPA (vol. 5).
- Beck, U.; Giddens, A.; Lash, S. (1997). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna* (trad. Magda Lopes). São Paulo: Editora UNESP.
- Borgatti, S.P. (s.d). 2-Mode Concepts in Social Network Analysis [Forthcoming in *Encyclopedia of Complexity and System Science*]. Documento eletrônico disponível em: [www.analytictech.com/borgatti/papers/2modeconcepts.pdf](http://www.analytictech.com/borgatti/papers/2modeconcepts.pdf).
- Bourdieu, Pierre (2002). *Las estructuras sociales de la economía* (Trad. Horacio Pons). Buenos Aires: Manantial.
- Brandenburg, Alfio (2002) Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 6. p. 11-28. jul./dez. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/>.
- Brasil / MDA, Pnater. (2004). *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasil. Lei, 10.831/2003.
- Buck, D., Getz, C., Guthman, J., (1997). From farm to table: the organic vegetable commodity chain of northern California. *Sociologia Ruralis* 37 (1), 3-20.
- Callon, M. Éléments pour une sociologie de la traduction – la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. *L'Année Sociologique*, n. 36, pp. 169-208.

- Callon, M. et Munisea, F., (2003). Les marchés économiques comme dispositifs collectifs de calcul. *Réseaux*, vol. 21, no 122, 189-233.
- Caporal, F. R.; Ramos, L. de F. (2006). Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. Disponível em: <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/3314.pdf>.
- Caporal, F.R., Costabeber, J.A. (2002). Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh.
- Cheyens, E. (2006). Pluralité des formats d'enquêtes. Expériences de recherche autour des processus de qualification des produits alimentaires en Afrique. In.: Eyamrd-Duvernay, F. (ed.). *L'Économie des Conventions: méthodes et résultats*. Paris: La Découverte, Tome 2 : Développements.
- Cochoy, F. (2004). Por uma sociologia da embalagem. *Antropolítica*, n. 17, pp. 69-96.
- Cochoy, Franck et al. (2006). « Le grand chevron rouge et les 282 petits chevreaux » ou l'emballage des cigarettes comme dispositif de captation (enquête). *Terrains & travaux*, 2 n° 11, p. 179-201.
- Darolt, M. R. (2003). Comparação entre a qualidade do alimento orgânico e a do convencional. In: Strigheta, P.C; Muniz, J.N. *Alimentos Orgânicos: Produção, Tecnologia e Certificação*. Viçosa: UFV, cap. 7. p. 289-312.
- Darolt, M. R., Lamine, C., e Brandenburg, A. (2013). A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, v. 10, n. 2, junho, pp. 8-13.
- Darolt, Moacir R. (2011). A evolução da Agricultura Orgânica no contexto brasileiro. Disponível em: [www.vidanocampoonline.com/index.php/artigos/851-a-evolucao-da-agricultura-organica-no-contexto-brasileiro](http://www.vidanocampoonline.com/index.php/artigos/851-a-evolucao-da-agricultura-organica-no-contexto-brasileiro).
- Djama, M. (2006). Gouverner par les normes: les dispositifs de de normalisation dans la régulation des marchés et des activités économiques. Montpellier: Journées Scientifiques: Gouverner par les normes. Disponível em: [http://agents.cirad.fr/pjjimg/marcel.djama@cirad.fr/Communication MD journee s\\_scientifiques norme Juin 2006.pdf](http://agents.cirad.fr/pjjimg/marcel.djama@cirad.fr/Communication_MD_journee_s_scientifiques_norme_Juin_2006.pdf).
- Dubuisson-Quellier, S. (2010). Goûts des produits et goûts des consommateurs : la pluralité des épreuves de qualification dans la mise en marché des produits alimentaires. In. : Dubuisson-Quellier, S.; e Neuville, J.P. *Juger pour Échanger : la construction sociale de l'accord sur la qualité dans une économie des jugements individuels*. Paris : Editions Quae, pp. 47-74.
- Dubuisson-Quellier, S. (2006). Pluralité des formes d'engagement des consommateurs sur les marchés : le cas des produits issus du commerce équitable. *GDR Economie & Sociologie « les Marchés Agroalimentaires »*. Montpellier : 23 & 24 Mars, pp. 41-54.
- Dubuisson-Quellier, S. (2003). Confiance et qualité des produits alimentaires : une approche par la sociologie des relations marchandes. *Sociologie du Travail*, 45 (2003) 95–111.
- Durkheim, Émile. (2002). *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.

- Duvernay, François E. (2009). L'économie des conventions entre économie et sociologie. In.: Steiner, P.; Vatin, F. *Traité de sociologie économique*. Paris, Puf, pp. 131-164.
- Fligstein, Neil & McAdam, Dough (2012). *A Theory of Fields*. New York: Oxford University Press.
- Fligstein, Neil. (2007). Habilidade Social e a Teoria dos Campos. *RAE*, vol. 47, Nº2, abr./jun., pp. 61-80.
- Fligstein, Neil. (2001). *The Architecture of Markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalism societies*. Princeton: Princeton University Press.
- Fligstein, Neil. (2001a). Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. *Contemporaneidade e Educação*, ano VI, nº 9, p. 26-55.
- Fonseca, M. Fernanda de A. C. (2009). *Agricultura Orgânica: Regulamentos técnicos e acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil (escrito com a colaboração de Cláudia de Souza... [et al.]*. Niterói: Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO).
- Garcia-Parpet, M.-F. (2012). Estudo de caso de 'mercado auto-regulado': normas voluntárias e qualidade dos produtos da agricultura orgânica. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/5177>.
- Garcia-Parpet (2004). Mundialização dos mercados e padrões de qualidade “vinho, o modelo francês em questão”. São Paulo: *Tempo Social*, vol.16 no.2, pp. 129-150.
- Garcia-Parpet, M. France (2003). A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 20, abril, pp. 5-44.
- Giddens, Anthony (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas* (trad. Magda Lopes). São Paulo: Editora da UESP.
- Gliessman, Stephen R. (2002). *Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible* (trad. Coehn, Rosenn et al.). Turialba, Costa Rica: Catie.
- Goldberger, Jessica R (2011). Conventionalization, civic engagement, and the sustainability of organic agriculture. *Journal of Rural Studies* 27 (2011) 288-296.
- Graça, João C. (2012). Acerca da instabilidade da condição da sociologia económica. *Análise Social*, 202, XLVII (1.º), p. 4-27.
- Granovetter, M. (1985). Economic Action and Social Structure — The Problem of Embeddedness. *The American Journal of Sociology*, Vol. 91, No. 3 (Nov.), pp. 481-510.
- Guivant, J.S. (1997). Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.14, n.3, p.411-446.
- Guzmán, Eduardo S. (2002). A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. Porto Alegre: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.3, n.1, jan./mar., pp. 18-28.
- Hanneman, Robert A.; Mark Riddle. 2005. *Introduction to social network methods*. Riverside (CA): University of California, Riverside (published in digital form at: <http://faculty.ucr.edu/~hanneman>).
- Hatchuel A. (1995). Les marchés à prescripteurs. In.: Verin H. et Jacob A. (1995) *L'inscription sociale du marché*. Paris: L'Harmattan, p. 205-225.

- Hechts, Susana B. (1999). “La evolución del pensamiento agroecológico”. In.: Altieri, M. Agroecología: bases científicas para una agricultura sostenible. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad.
- Henz, G.P., Alcântara, F.A., Resende, F.V. (ed.) (2007). Produção orgânica de hortaliças: o produtor pergunta, a Embrapa responde. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica.
- Higgins, S. Salej (2005). Fundamentos Teóricos do Capital Social. Chapecó: Argos Ed. Universitária.
- Hirsch, P.; Michael, S.; Friedman, R. (2003). “Mãos sujas” versus “modelos limpos”: estará a sociologia em risco de ser seduzida pela economia? In: R. Marques e J. Peixoto (ed.). A nova sociologia económica: uma antologia. Oeiras, Portugal: Celta Editora, p.103-123.
- Ifoam (2011). The World of Organic Agriculture: statistics and emerging trends 2011. Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), Ackerstrasse / Switzerland. Disponível em: [www.organic-world.net/yearbook-2011-key-results.html](http://www.organic-world.net/yearbook-2011-key-results.html).
- Jovchelevich, Pedro (2011). Melhoramento participativo de abóbora (*Cucurbita moschata Dusch*), sob manejo biodinâmico. Botucatu: UNESP [Tese].
- Karpik, Lucien (2009). Élément de l'économie des singularités. In.: Steiner, P. e Vatin, F. Traité de sociologia económica. Paris: Quadrige / PUF, p. 165-208.
- Krippner, Greta R.; Alvarez, Anthony S. (2007). Embeddedness and the Intellectual Projects of Economic Sociology. *Annual Review of Sociology*, 33, pp. 219-40.
- Lazega, Emmanuel (2007). Réseaux sociaux et structures relationnelles (2 ed.). Paris: PUF.
- Le Velly, Ronan (2002). La notion d'encastrement: une sociologie des échanges marchands. *Sociologie du Travail* 44, 1 37-53.
- Le Velly, Ronan (2001). Comment faire la sociologie du marché? La notion d'encastrement dans les travaux de la « nouvelle sociologie économique ». *Idées économiques et sociales*, 125, outubro. Disponível em: <[www2.cndp.fr/RevueDEES/pdf/125/05405811.pdf](http://www2.cndp.fr/RevueDEES/pdf/125/05405811.pdf)>.
- Lemieux & Ouimet. (2004). Análise Estrutural de Redes Sociais. (Trad. Sérgio Pereira). Lisboa: Instituto Piaget.
- Lopéz, M. de Pablo (1996). Les concepts "qualité" de l'agro-alimentaire. Chataigner J. (ed.). Economie du riz dans le Bassin Méditerranéen. Montpellier: CIHEAM, p. 143-145 (Cahiers Options Méditerranéennes, n . 1 5(2 )).
- Lutzenberger, José (1983). Agricultura ecológica. Folheto informativo do I Curso de Agricultura Biológica. Porto Alegre: SIC / AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural).
- Macena, Alethéa de Freitas (2011). Pesquisa - O mercado brasileiro de produtos orgânicos. Curitiba: Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD).
- MAPA (2007). Produtos Orgânicos: Sistema Participativo de Garantia. Brasília: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Cartilha.
- Marques, Paulo E. M. (2010). Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. Campinas: *Segurança Alimentar e Nutricional*, 17(2), pp. 78-87.



- Marteleteo, R.M.; Tomaél, M.I. (2013). Redes sociais de dois modos: aspectos conceituais. Campinas: *TransInformação*, 25(3):245-253, set./dez.
- Mazon, M. da Silva. (2009). Padrões de Qualidade e Segurança Alimentares no Terreno Institucional Brasileiro. Rio de Janeiro: DADOS –*Revista de Ciências Sociais*, Vol. 52, no 4, pp. 1003-1045.
- Mazzoleni, Eduardo M.; Nogueira, Jorge M. (2006). Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. Rio de Janeiro: *RER*, vol. 44, nº 02, abr/jun, p. 263-293.
- Medaets, Jean P.; Fosneca, M<sup>a</sup>. Fernanda de A. C (2005). Produção Orgânica: regulamentação nacional e internacional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), NEAD, (Estudos NEAD; 8).
- Mercklé, Pierre (2011). *Sociologie des réseaux sociaux*. Paris: La Découverte.
- Merriam, Sharan B. (2002). *Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis*. San Francisco (CA): Jossey-Bass.
- Navarro, Zander (2001). Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados* 15 (43). Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf).
- North, Douglass C. (1991). Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 5, No. 1, (Winter, 1991), pp. 97-112.
- Orléan, André (2004). L'économie des conventions : définitions et resultats. In A. Orléan (dir.): *Analyse économique des conventions*. Paris : Presse Universitaires de France.
- Ormond, José Geraldo P.; et alii. (2002). Agricultura Orgânica: quando o passado é futuro. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, n. 15, p. 3-34, mar.
- Marques, Rafael (2003). Os trilhos da nova sociologia econômica. In. Marques, Rafael; Peixoto, João (org.) (2003). *A nova sociologia econômica: uma antologia*. Oeiras, Portugal: Celta Editora.
- Pernin, J. L. (1995). L'agrobiologie en France : la transformation de ses réseaux. In.: Nicolas, F.; Valceschini, E. (eds.). *Agro-Alimentaire: une économie de la qualité*. Paris : INRA.
- Polanyi, Karl (2011). The Economy as Instituted Process. In.: Granovetter, M.; Swedberg, R. (ed.) (2011). *The Sociology of Economic Life*. San Francisco e Oxford: Westview Press.
- Raud-Mattedi, C. (2005). A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. *RBCS* Vol. 20 nº. 57 fevereiro, p. 127-142.
- Reardon, Thomas; Farina, Elizabeth (2002). The rise of private food quality and safety standards: illustrations from Brazil. *International Food and Agribusiness Management Review*, 4, p. 413-421.
- Ribeiro, José P. (2000). *A Saga da Extensão Rural em Minas Gerais*. São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CPP/Emater.
- Rosset, M. R.; Martínez-Torres, M. E. M. (2012). Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. *Ecology and Society* 17(3): 17.

- Sabourin, Eric (2012). A construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. Araraquara: REDD – *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 4, n. 2, jan/jul. Documento disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/5178>.
- Santos, M.C.A.; Silva, T. (2010). Avaliação do mercado de frutas e hortaliças embaladas, minimamente processadas, orgânicas e desidratadas na capital de Minas Gerais. Contagem: CEASAMINAS – Unidade Grande BH – estudo técnico, disponível em: [www.ceasaminas.com.br/informacoesmercado/artigos/processados.pdf](http://www.ceasaminas.com.br/informacoesmercado/artigos/processados.pdf).
- Santos, Djalma E. (2009). O fenômeno consumerista e os movimentos sociais no Brasil [dissertação]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- Schneider, S.; Mattei, L.; Cazella, A. A. (2004). Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Em: Schneider, S.; Silva, M. K.; Marques, P. E. M. (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: UGRGS Editora, p. 21-50.
- Stanziani, Alessandro (2008). La définition de la qualité des produits dans une économie de marché. *Altern. Économiques | L'Économie politique* - n° 37 pp. 95-112. Disponível em: [www.cairn.info/revue-l-economie-politique-2008-1-page-95.htm](http://www.cairn.info/revue-l-economie-politique-2008-1-page-95.htm).
- Steiner, P. Philip (2012). Mercado, transação e laços sociais: a abordagem da sociologia econômica. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n.º 42, p. 111-120.
- Steiner, P. (2011). *La Sociologie Économique*. Paris: La Découverte (4 ed.).
- Steiner, P. (2006). Les marchés agroalimentaires sont-ils des ‘marchés spéciaux’ ? Montpellier: *GDR Economie & Sociologie “les Marchés Agroalimentaires”*, 23 & 24 Mars, pp. 09-22.
- Steiner, P. (2005). Le marché selon la sociologie économique. *Revue européenne des sciences sociales* [en ligne], XLIII-132 | 2005, mis en ligne le 30 octobre 2009, consulté le 04 décembre 2013. URL: <http://ress.revues.org/326>.
- Steiner, P.; Vatin, F. (2009). Le fait économique comme fait social. In.: Steiner, Philippe; Vatin, Françoise (orgs.). *Traité de Sociologie Économique*. Paris: PUF.
- Swedberg, R. (2004). Sociologia econômica hoje e amanhã. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, p. 7-34.
- Smelser, Neil J.; Swedberg, R. (ed.) (2005). *The handbook of economic sociology: second edition*. Princeton e Osford: Princeton University Press e Russel Sage Foundation. Russel Sage Foundation.
- Smelser, Neil J.; Swedberg, R. (ed.) (1994). *The handbook of economic sociology*. Princeton e Osford: Princeton University Press e Russel Sage Foundation. Russel Sage Foundation.
- Tovey, Hilary (1997). Food, Environmentalism and Rural Sociology: On the Organic Farming Movement in Ireland. *Sociologia Ruralis* 37 (1), 21-37.
- Trompette, P. (2005). Secteur funéraire : une économie de la captation. *Revue Française de Sociologie*, vol.46, 2, p.233-264.
- Ufschitz, Javier (1997). Alimentação e cultura: em torno ao natural. Rio de Janeiro: *Physis - Rev. Saúde Coletiva*, 7(2): 69-83.

- Wasserman, S.; Faust, K. (1999). *Social Network Analysis: Methods and Applications*. New York: Cambridge University Press.
- Weber, Max (2009). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe). Brasília: Ed. UNB.
- Wilkinson, John (1999). A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares: algumas considerações iniciais. *Porto Alegre: Ensaios FEE*, v.20, n.2, p.64-80.
- Wilkinson, John (1999). Perfis emergentes no setor agroalimentar. In.: Maluf, Renato S.; Wilkinson, John (1999). *Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, p. 27-44.
- Yin, Robert K. (2011). *Qualitative Research from Start to Finish*. Nova Iorque / Londres: The Guilford Press.
- Yin, Robert K. (2003). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (2 ed., trad. Daniel Grassi). Porto Alegre: Bookman.
- Zelizer, Viviana A. (1978). Human Values and the Market: The Case of Life Insurance and Death in 19th-Century America. *The American Journal of Sociology*, Vol. 84, No. 3. (Nov.), p. 591-610.